



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd**

**SAMUEL JOSÉ LIMA DE CARVALHO**

**CORPO INSCRITO: A TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS COTISTAS DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA CAMPUS CAXIAS**

Teresina

2025

SAMUEL JOSÉ LIMA DE CARVALHO

**CORPO INSCRITO: A TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS COTISTAS DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA CAMPUS CAXIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na linha de pesquisa Educação, Diversidade/Diferença e Inclusão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Borges da Silva.

Teresina

2025

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação Serviço de  
Representação da Informação

C331c Carvalho, Samuel José Lima de  
Corpo inscrito : a trajetória de jovens negros cotistas da  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Campus Caxias /  
Samuel José Lima de Carvalho. – 2025.  
202 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,  
Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Teresina, 2025.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Borges da Silva.”

1. Negros. 2. Juventude. 3. Cotas Raciais. 4. Ensino Superior.  
I. Silva, Maria do Socorro Borges da. II. Título.

CDD 305.896

# FOLHA DE APROVAÇÃO


SAMUEL JOSÉ LIMA DE CARVALHO

## CORPO INSCRITO: A TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS COTISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA CAMPUS CAXIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.


Aprovada em 30 de maio de 2025.

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA DO SOCORRO BORGES DA SILVA**  
Data: 16/09/2025 08:32:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Borges da Silva (Presidenta/Orientadora)  
Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFPI)

Documento assinado digitalmente  
 **ANTONIA EDNA BRITO**  
Data: 13/09/2025 10:30:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Antonia Edna Brito (Examinadora Interna)  
Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFPI)

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE DA CRUZ BISPO DE MIRANDA**  
Data: 11/09/2025 21:35:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. José Da Cruz Bispo de Miranda (Examinador Externo)  
Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI)

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO**  
Data: 12/09/2025 11:06:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Vieira de Melo (Examinadora Externa)  
Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE)

Para Silvia, Nivaldo e Francisca. Mãe, Pai e Avó. Que desde sempre me depositaram coragem e força, até mesmo quando ousava deixá-las escapar dos meus passos.

## AGRADECIMENTO

Sempre haverá motivos para ser grato. À vida, às travessias, ao caos, aos encontros e desencontros, aos isolamentos, aos tremores das autodescobertas, a todas as linhas rizomáticas que me construíram e me potencializaram no processo até aqui e não se findam tão cedo. Agradeço às várias mãos que tiveram sua ponta no fiar dessa obra, em círculos próximos ou a distância, em diálogos diretos ou em palavras soltas, sejam elas físicas, sejam poéticas, sejam espirituais, produzindo afetamentos no seio de um agenciamento coletivo que me impulsionaram a criar.

A Deus, por sempre ser luz infinita na minha trajetória de vida, cuja Palavra foi firmamento, calma e cura nos momentos de turbulência, restaurando a minha fé em mim mesmo quando em vários momentos a perdia pelo caminho.

Aos meus pais, Silvia e Nivaldo, e a minha avó materna, Francisca, forças inspiradoras que desde a minha vinda ao mundo me vestiram com o amor e me calçaram com a coragem, fundamentos para que eu pudesse insurgir e trilhar caminhos tortuosos. Por isso, não importa o quão longe esteja, a milhas de distância, eu sempre sentirei cada um no meu interior cuidando de mim.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Socorro Borges, pelo olhar clínico às minhas potencialidades, pela paciência e humanidade de nunca soltar a minha mão no processo de produção. A sua filosofia do chão e sua poética foram intrínsecas para um cuidado na minha formação de pesquisador e de um novo “eu”, presenteando-me, nesse trajeto, com várias performances de uma leoa feroz e amorosa.

Aos professores da graduação Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Bertolina, Prof. Dr. Joelson Moraes e Prof. Esp. Antônio Henrique Passos, que me estimularam e cimentaram o meu caminho para materializar o sonho de ingressar no programa de mestrado. Grato ao incentivo a cientificidade e as primeiras sementes de um pensamento político, crítico e transformador.

Ao Ninho, nome que atribuí ao grupo de orientandos onde me senti acolhido e vivi uma experiência de bando numa dimensão coletiva de produção de ciência. Grato principalmente a Maria da Conceição (Flávia), por estender as mãos e me abraçar logo nos primeiros passos quando eu desbravava novos territórios longe de Casa.

Aos meus amigos Eduardo, Wanderson Trindade, Tamires, Jonas, João Victor Cantanhede, Fernando, Babi Paula, Isadora, Mayra e Ana Carolina Amorim. Amizades de longa data de muitas trocas, vibrações e afetos mútuos. Grato por serem tão presentes e

compreensíveis nos meus momentos de isolamento durante o mestrado e por proporcionarem planos de fuga quando precisei me entreter.

Ao João Vitor Cavalcante, cujo coração gentil, afeto e a grandiosidade humana me cativou, sendo um dos principais partícipes da minha trajetória. Grato por ser tão presente no delinear dos meus passos e por trilhar trajetórias confluentes partilhando a vida, os desafios, os sonhos, as diferenças, as complexidades, as utopias, o amor.

Aos amigos Wanderson Fidalgo, Paloma, Hortência, Jacira e Sabrina, que o período de mestrado me proporcionou. Nos interstícios do constante frenesi de nossas rotinas, colecionamos momentos marcantes que perpassa a simples ideia de vivência acadêmica atingindo uma dimensão mais afetiva e de laços singulares a cada um.

Aos jovens negros cotistas da UEMA – Câmpus Caxias que participaram da construção dessa pesquisa. Ouvi-los me sensibilizou e fortaleceu meu compromisso com essa produção, sendo indiscutível o quanto as suas trajetórias precisam ser ressoadas para que todos conheçam suas vozes de resistência com vistas a produzir novas realidades mais favoráveis e inclusivas.

A Andreina e Livia, acadêmicas e guardiões do setor de registros e controle acadêmico da UEMA – Câmpus Caxias, grato pela disponibilidade em cooperar no processo de cartografia documental e no registro fotográfico da oficina de produção de narrativas.

À gestora Irmã Cleia e supervisora Rosilene Menezes da E. J. I. Amor de Deus, por serem compreensíveis mediante os meus momentos de ausência como professor em sala de aula, bem como as vibrações positivas destas para que eu pudesse continuar os estudos de mestrado.

À Francisca Vânia, mais do que uma colega de serviço, uma grande amiga, que nas relações diárias no seio da escola me cobriu quando precisei e de mãos dadas cooperou em materializar em sala de aula muitas ideias que trazia do mestrado.

Aos professores convidados para a minha banca de qualificação e defesa de mestrado, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antônia Edna, Prof. Dr. José da Cruz e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida, pelas contribuições enriquecedoras para este trabalho de dissertação. A ótica analítica e transformadora que cada um manifestou produziu aberturas de novas possibilidades de criação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFPI) que fizeram parte da minha formação de pesquisador no mestrado. Os seus ensinamentos produziram em mim desterritorializações capazes de me levar a construir um novo sentido de Educação mais inclusiva, democrática e crítica.

## **Ainda assim eu me levanto**

Você pode me marcar na história  
Com suas mentiras  
amargas e distorcidas  
Você pode me esmagar  
na própria terra  
Mas ainda assim, como a  
poeira, eu vou me levantar.

[...]

Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor,  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro,  
vasto e pulsante,  
Crescendo e jorrando  
eu carrego a maré.  
Abandonando as noites  
de terror e medo  
Eu me levanto  
Para um amanhecer  
maravilhosamente claro  
Eu me levanto  
Trazendo as dádivas que meus  
ancestrais me deram,  
Eu sou o sonho e a  
esperança dos escravos.  
Eu me levanto  
Eu me levanto  
Eu me levanto.

(Maya Angelou)

CARVALHO, Samuel José Lima de. Corpo inscrito: a trajetória de jovens negros cotistas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Campus Caxias. Orientadora: Maria do Socorro Borges da Silva. 2025. 202f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

## RESUMO

A presente dissertação de Mestrado está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGED – UFPI), na linha de pesquisa de Educação, Diversidade/Diferença e Inclusão, apresentando como objeto de estudo a trajetória de jovens negros cotistas. Parte-se do problema: Como tem sido a trajetória de jovens negros cotistas na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA – Campus Caxias), destacando as suas dificuldades, modos de enfrentamento e de subjetivação? Desse modo, é tecido o seguinte objetivo geral: Analisar a trajetória de jovens negros cotistas no ensino superior, a partir do Sistema Especial de Reserva de Vagas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias), destacando as suas dificuldades, modos de enfrentamento e de subjetivação. Ainda, no percurso investigativo, possui os seguintes objetivos específicos: a) analisar como a Lei nº 9.295/10 vem sendo discutida e implementada na UEMA – Campus Caxias; b) compreender como ocorreu o processo de inclusão dos jovens negros cotistas na UEMA – Campus Caxias a partir de suas experiências; c) relacionar as dificuldades enfrentadas por jovens negros cotistas na sua trajetória no ensino superior; d) identificar os modos de enfrentamento das dificuldades por jovens negros cotistas na trajetória do Ensino Superior e seus efeitos nos processos de subjetivação. A abordagem metodológica adotada neste estudo é a Cartografia, método de pesquisa-intervenção que acompanha processos, produz subjetividades, causa efeitos no plano das forças e acessa o plano das experiências (Deleuze; Guattari, 2011); intrínseco no processo de análise documental e na criação da técnica “Caminho de Volta”, “Corpo Inscrito” e “Sombras” para produção de narrativas escritas e orais dos participantes autodeclarados negros da graduação que ingressaram na UEMA - Campus Caxias pelo Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas. Outros instrumentos foram usados como a entrevista semiestruturada, a observação e uso do diário de itinerância. Foram referências basilares Foucault (1995, 1998, 2010, 2023); Carneiro (2023); Vaz (2022), Vaz e Ramos (2021); Mbembe (2017, 2018); Hooks (2019a, 2019b, 2022); Gomes (2017); Fanon (2020); Machado (2020); Pereira Santos (2023); Moraes (2022); Dayrell (2002); Diógenes (1998); Deleuze e Guattari (2010); Larrosa (2022); Certeau (1998); Silva (2020, 2022); Passos, Kastrup, Escóssia (2020); Passos, Kastrup, Tedesco (2016); dentre outras leituras de suporte legal e transversal, compondo uma epistemologia de análise clínico política do corpo, racialidade, movimento negro, política de cotas raciais, micropolíticas e juventude negra. As narrativas dos jovens negros cotistas revelaram experiências de dor em suas trajetórias, evidenciando dificuldades no acesso à universidade e nos processos de inclusão no interior desse espaço de poder, dentre elas: preconceito e discriminação pela cor da pele e por serem cotistas; racismo institucional, silenciamento e currículo rígido para os estudos étnico-raciais; letramento racial escasso. A questão do ser pardo manifesta-se como um gargalo, tanto pela dificuldade de ser aceito entre seus pares negros, uma espécie de não-lugar, como na autodefinição, embora a sua presença tenha sido acentuada na política de cotas raciais; ademais, há imbricamento entre raça, gênero, classe e geração manifestando demarcadores interseccionais nas narrativas, vulnerabilizando, principalmente as mulheres cotistas. Em contrapartida, demonstraram modos de enfrentamento a partir do uso de táticas que possibilitaram esses jovens negros resistirem através da afirmação identitária do ser negro, do reconhecimento de sujeito de direito e do desempenho do rendimento acadêmico.

**Palavras-chave:** Corpo. Negro. Juventude. Política de Cotas Raciais. Universidade.

CARVALHO, Samuel José Lima de. Enrolled body: the trajectory of young black quota students at the State University of Maranhão – UEMA Campus Caxias. Advisor: Maria do Socorro Borges da Silva. 2025. 202f. Dissertation (Master's Degree in Education) – Federal University of Piauí, Teresina, 2025.

### ABSTRACT

This Master's dissertation is linked to the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Piauí (PPGE - UFPI), in the research line of Education, Diversity/Difference and Inclusion, presenting as its object of study the trajectory of young black quota students. It starts from the problem: What has the trajectory of young black quota students at the State University of Maranhão (UEMA - Caxias Campus) been like, highlighting their difficulties, ways of coping and subjectivation? Thus, the following general objective is woven: To analyze the trajectory of young black quota students in higher education, based on the Special System of Reservation of Places at the State University of Maranhão (UEMA - Caxias Campus), highlighting their difficulties, ways of coping and subjectivation. Furthermore, in the investigative path, it has the following specific objectives: a) to analyze how Law No. 9.295/10 has been discussed and implemented at UEMA - Caxias Campus; b) understand how the process of inclusion of young black quota students at UEMA – Caxias Campus occurred based on their experiences; c) relate the difficulties faced by young black quota students in their higher education trajectory; d) identify the ways in which young black students who receive quotas face difficulties in their Higher Education trajectory and their effects on the processes of subjectivation. The methodological approach adopted in this study is Cartography, a research-intervention method that follows processes, produces subjectivities, causes effects on the plane of forces and accesses the plane of experiences (Deleuze; Guattari, 2011); intrinsic in the process of documentary analysis and in the creation of the “Path Back”, “Inscribed Body” and “Shadows” techniques for the production of written and oral narratives of self-declared black undergraduate participants who entered UEMA - Caxias Campus through the Special System 1 of Vacancy Reservation. Other instruments were used, such as semi-structured interviews, observation and use of the itinerary diary. The basic references were Foucault (1995, 1998, 2010, 2023); Carneiro (2023); Vaz (2022), Vaz and Ramos (2021); Mbembe (2017, 2018); Hooks (2019, 2019, 2022); Gomes (2017); Fanon (2020); Machado (2020); Pereira Santos (2023); Moraes (2022); Dayrell (2002); Diogenes (1998); Deleuze and Guattari (2010); Larrosa (2022); Certeau (1998); Silva (2020a, 2022b); Passos, Kastrup, Escóssia (2020); Passos, Kastrup, Tedesco (2016); among other legal and transversal readings, composing an epistemology of clinical political analysis of the body, raciality, black movement, racial quota policy, micropolitics and black youth. The narratives of young black quota recipients revealed experiences of pain in their trajectories, evidencing difficulties in accessing university and in the processes of inclusion within this space of power, among them: prejudice and discrimination due to skin color and for being quota recipients; institutional racism, silencing and rigid curriculum for ethnic-racial studies; scarce racial literacy. The issue of being brown manifests itself as a bottleneck, both due to the difficulty of being accepted among their black peers, a kind of non-place, and in self-definition, although its presence has been accentuated in the racial quota policy; in addition, there is an overlap between race, gender, class and generation, manifesting intersectional markers in the narratives, making mainly quota recipient women vulnerable. On the other hand, they demonstrated ways of coping through the use of tactics that enabled these young black people to resist through the affirmation of their black identity, the recognition of being a subject of rights and the performance of their academic performance.

Keywords: Body. Black. Youth. Racial Quota Policy. University.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Mosaico de afetos .....	57
<b>Figura 2</b> - Confluências .....	59
<b>Figura 3</b> - Janela do devir .....	62
<b>Figura 4</b> - Família .....	64
<b>Figura 5</b> - SEANPRA .....	68
<b>Figura 6</b> - CONGEAFRO .....	69
<b>Figura 7</b> - REBEDH - PI .....	69
<b>Figura 8</b> - JUBRA.....	70
<b>Figura 9</b> - X EPEDUC.....	70
<b>Figura 10</b> - Ruínas no Morro do Alecrim .....	74
<b>Figura 11</b> - Plano de Imanência .....	80
<b>Figura 12</b> - Participação no CMEEI de 2019 .....	83
<b>Figura 13</b> - Registro com Demerval Saviani .....	84
<b>Figura 14</b> - Corredores da imanência .....	87
<b>Figura 15</b> - Praça Duque de Caxias (Caxias-MA).....	88
<b>Figura 16</b> - Cartazes da resistência.....	90
<b>Figura 17</b> - Captura de tela do site da UEMA – Câmpus Caxias .....	94
<b>Figura 18</b> - Cartografando as fichas de matrícula dos acadêmicos da UEMA - Câmpus Caxias .....	105
<b>Figura 19</b> - Ficha de matrícula.....	105
<b>Figura 20</b> - Ficha de matrícula (2012).....	108
<b>Figura 21</b> - Constituição do grupo-pesquisador .....	115
<b>Figura 22</b> - Momento de relaxamento .....	116
<b>Figura 23</b> - Técnica “Caminho de Volta” .....	119
<b>Figura 24</b> - Diários de Itinerância.....	120
<b>Figura 25</b> - Dispositivo fotográfico .....	120
<b>Figura 26</b> - Produção de Narrativa .....	121
<b>Figura 27</b> - Preparação do cenário para a técnica.....	123
<b>Figura 28</b> - Execução da técnica Sombras que Falam.....	123
<b>Figura 29</b> - Socialização das experiências vivenciadas.....	124
<b>Figura 30</b> - Mãos-Raiva.....	125
<b>Figura 31</b> - Rosto-Sentimento .....	136

<b>Figura 32 - Costas-Vergonha / Rosto-Invalidação.....</b>	<b>144</b>
<b>Figura 33 - Cabelo-Orgulho .....</b>	<b>154</b>
<b>Figura 34 - Cabelo-Orgulho na Técnica “Sombras” .....</b>	<b>155</b>
<b>Figura 35 - Mãos-Esforços .....</b>	<b>161</b>
<b>Figura 36 - Mãos-Esforços na Técnica “Sombras” .....</b>	<b>162</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Instituições de ensino superior criadas por Sarney (1966-1970).....	76
<b>Quadro 2</b> - Sistema Especial de Reserva de Vagas .....	95
<b>Quadro 3</b> - Programa de Assistência Estudantil da UEMA .....	102

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Número de aprovados no Sistema Especial 1 .....	104
<b>Gráfico 2</b> – Número de matriculados do Sistema Especial 1 .....	106
<b>Gráfico 3</b> - Distribuição por cor/raça dos matriculados pelo Sistema Especial 1 .....	107
<b>Gráfico 4</b> - Distribuição por sexo dos matriculados no Sistema Especial 1 .....	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACONERUQ	Associação das Comunidades Negras Rurais e Urbanas Quilombolas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BEP	Brazilian Exploration Program
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CESC	Centro de Estudos Superiores de Caxias
CMEEI	Congresso Maranhense de Educação Especial e Inclusiva
CONGEAfro	Congresso sobre Gênero, Educação e Afrodescendência
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOCV	Divisão de Operação de Concursos Vestibulares
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPEDUC	Encontro de Pesquisa em Educação
FEC	Faculdade de Educação de Caxias
FFPEN	Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
JUBRA	Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAES	Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGC	Projeto Grande Carajás
PI	Piauí
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGED	Programa de Pós-Graduação de Educação
PROG	Pró-Reitoria de Graduação
REBEDH	Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos
SEANPRA	Seminário da Antropologia da Prática
SISDEPEN	Sistema Nacional de Informações Penais

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN	Teatro Experimental do Negro
UEEC	Unidade de Estudos de Educação de Caxias
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNA-LGBT	União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
UnB	Universidade de Brasília
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade
UniFECAMA	Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: CAMINHO DE PEDRAS .....</b>	<b>19</b>
<b>2 TRAJETO I – PISTAS TEÓRICAS PARA FUNDAMENTAR OS PASSOS .....</b>	<b>28</b>
2.1 O Corpo-território Negro: as inscrições no signo da morte e as <i>contrainscrições</i> na potência pela vida .....	28
2.2 Epistemicídio, Ações Afirmativas e Juventude Negra no Brasil: as rachaduras da insurgência em campos minados .....	37
<b>3 TRAJETO II – PISTAS METODOLÓGICAS PARA CAMINHOS INVENTIVOS E POIÉTICOS.....</b>	<b>44</b>
3.1 Cartografia: mapa da pesquisa.....	44
3.2 Elementos éticos da pesquisa .....	49
3.3 “O cacho do Samuel e o sapato velho da Maria”: Rastros inscritos no caminho de volta na formação do pesquisador-cartógrafo .....	51
3.4 Intersecções: o município de Caxias-MA e a UEMA - Câmpus Caxias .....	71
3.5 Construindo <i>varedas</i> : a narrativa do “de fora” na criação do território conhecido da UEMA – Câmpus Caxias.....	78
3.5.1 Cartografia Documental I: a Lei nº 9.295/10, os editais do PAES e o PDI.....	94
3.5.2 Cartografia documental II: dos aprovados e matriculados do Sistema 1 de Reserva de Vagas da UEMA – Campus Caxias.....	103
<b>4 TRAJETO III - PISTAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>111</b>
4.1 Técnicas e procedimentos de produção de dados .....	111
4.1.1 Caminho de Volta: primeira técnica de produção de dados.....	117
4.1.2 Corpo Inscrito: segunda técnica de produção de dados.....	120
4.1.3 Sombras: terceira técnica de produção de dados .....	122
4.1.4 Socialização das experiências vivenciadas.....	124
4.2 Narrativas dos Jovens Negros Cotistas.....	125
4.2.1 Mãos-Raiva.....	125

4.2.2 Rosto-Sentimento .....	136
4.2.3 Costas-Vergonha / Rosto-Invalidação .....	144
4.2.4 Cabelo-Orgulho .....	153
4.2.5 Mãos-Esforços .....	161
<b>4.3 Transversalização .....</b>	<b>169</b>
<b>5 PISTAS (IN)CONCLUSIVAS PARA NOVOS TRAJETOS .....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>183</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .</b>	<b>189</b>
<b>ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA .....</b>	<b>192</b>

## 1 INTRODUÇÃO: CAMINHO DE PEDRAS

*“Solto a voz nas estradas  
Já não quero parar  
Meu caminho é de pedra  
Como posso sonhar?”*

*(Travessia – Milton Nascimento)*

Fiz esse escrito como um gigantesco tear<sup>1</sup> de conceitos, pensamentos, experiências e afetos construídos ao longo do caminho da pesquisa. Engrenado por linhas democráticas, íngremes e confluentes, sobretudo, linhas políticas, que tecem a trajetória de jovens negros cotistas como objeto de pesquisa desse estudo. Corpos que fazem uso de táticas inventivas no seio da insurgência buscando outros modos de viver instituinte no espaço de poder da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no município de Caxias, na luta constante pelo direito a educação superior e da afirmação de si. Uma trama que se conflui com a trajetória paralela de um pesquisador-cartógrafo, que ao se implicar e performar no plano da imanência da pesquisa, reconhece-se jovem e negro, ao passo que se questiona o porquê de não ter sido cotista na graduação e pós-graduação. A minha trajetória, portanto, a minha narrativa para esse escrito é o do “de fora” que porta todos os dispositivos inscritos no corpo que poderia estar dentro das políticas de cotas raciais, que mesmo imbricado no terreno da pesquisa que sempre fui de pertença antes da ideia de criar forma, continuo a persistir a me colocar fora, ser o estranho, evidenciando, desse modo, a força dos dispositivos de poder e de adestramento entranhados em corpos assujeitados, seja do cotista e do não cotista, seja entremuros e além dos muros universitários, nas relações de poder como um todo, que produzem efeitos nos modos de subjetivação.

Para a tecitura das palavras ousou me colocar em primeira pessoa como forma de reivindicar o lugar discursivo para si em um campo que não é neutro e nem sempre foi para todos, cuja produção de conhecimentos é subordinada por jogos de saberes e poderes que se constitui nas relações de criação como afirma Foucault (2023). Trata-se, então, de um ato decolonial, considerando que historicamente a ciência foi espaço da branquitude operada sobre a razão moderna da impessoalidade, na qual demorou para acontecer que corpos como o meu fossem sujeitos atuantes na construção do conhecimento científico sobre si, desvelando a não

---

<sup>1</sup> A expressão “gigantesco tear” é inspirada nas discussões de Deleuze e Guattari (2012) sobre o plano da imanência, o qual se refere aos movimentos infinitos de pensamentos e criação de conceitos.

neutralidade da ciência e descortinando um epistemicídio entranhado no campo do saber (Carneiro, 2023).

Na transgressão das formas instituídas de existência e do fazer ciência, utilizei da minha trajetória e meu corpo negro nas suas resistências físicas e discursivas para escrever essa dissertação. Busquei, desse modo, irromper com o sujeito abstrato e universal dos enunciados, afirmando uma ética, estética e política que me figura um sujeito encarnado com a pesquisa (Najmanovich, 2001), portanto, um pesquisador-cartógrafo. Ressalto que em alguns momentos me dissolvo no “nós”, não no sentido de me homogeneizar ou me abster da enunciação, isolar-me, mas como forma de me engajar no plano dos afetos da pesquisa e estabelecer uma dimensão coletiva e de multiplicidade que meu corpo inscrito se conecta ao dos sujeitos pesquisados.

Nessa esteira de pensamento, pesquisar a trajetória desses jovens negros cotistas foi como traçar um mapa de intersecções, sob a percepção de que esse mapa “contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 30), no desmanchar das realidades dadas e das formas instituídas da UEMA – Campus Caxias. Dito isso, um mapa que inscreve dificuldades dos jovens negros cotistas na travessia das margens e nos processos de inclusão na universidade em questão, cujos atravessamentos excludentes intersecciona demarcadores de raça, geração, classe e gênero, e tensiona esse corpo negro na trama das cotas raciais, bem como os fluxos instituintes que deslizam entre as formas rígidas no território da pesquisa produzindo novas subjetividades e devires minoritários.

Muitas são as razões para a escolha dessa temática que formam um tecido de implicações que justificam a produção desse estudo. A primeira delas parte da minha experiência de jovem negro e da periferia de Caxias - MA, do bairro João Viana, na resistência e desejo por outros modos de viver que não fossem narrativas de subserviência, violências, criminalidade e de morte, considerando o estigma político-social de inscrever corpos como o meu, advindos desse contexto territorial, em “identidades fixas de sujeitos perigosos, como assaltantes, criminosos e bandidos” (Silva; Adad; Silva, 2020, p. 3).

Nesse movimento de insurgência, o campo educacional torna-se o meu refúgio para a cisão das subjetividades subalternizadas impostas à juventude negra que provém desse contexto. Esse modo de enfrentamento dialoga com uma passagem marcante da minha trajetória que me implica no objeto e com os participantes dessa pesquisa, que foi a minha experiência como jovem negro cotista no ensino médio integrado ao curso técnico de agropecuária em um Instituto Federal de Caxias - MA, no qual ingresso pela Lei de Cotas 12.711/12, e vivencio dificuldades de permanência na esfera financeira e pedagógica, no entanto, guardadas no

silêncio e não partilhadas na época por acreditar ser de ordem natural. Ainda nesse contexto, tenho os primeiros afetamentos e embriões de estranhamento para com a temática aqui dissertada, a partir da convivência com outros jovens racialmente diversos e de classes mais abastadas fugindo do meu contexto costumeiro, onde pude observar os primeiros indícios de desigualdades sociais atreladas a raça.

Aliada a essas experiências, a minha inquietação parte, ainda, das evidências empíricas, dados estatísticos e estudos acadêmicos que me direcionam à constatação de que a juventude no Brasil, sobretudo negra, é inscrita nas múltiplas violências e expurgada da educação segundo um dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023). Considerando a estatística de homicídios do Atlas Violência apontar que, no ano de 2022, jovens entre 15 e 29 anos representaram 49,2% dos 46.409 homicídios ocorridos no Brasil. No que tange o fator raça, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que os perfis das vítimas de Mortes Violentas Intencionais até 29 anos, 78% são negros (pretos e pardos), tendo em vista que a maior proporção das causas é por abordagens policiais. Evidenciando, desse modo, um vício na eliminação de gerações juvenis, principalmente aqueles que a pele escura é alvo normalizado. Trago, ainda, os dados da educação para destacar um epistemicídio (Carneiro, 2023) que controla o acesso e interdita os jovens negros nesse espaço de poder. Isso porque, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 66,1% dos jovens autodeclarados negros, entre 15 e 29 anos, não concluíram o ensino médio ou a graduação, tendo que deixar os respectivos níveis pela necessidade de adentrar o mercado de trabalho precocemente.

Nesse viés de territórios de desvantagem para jovens negros, marcado pelas políticas de morte e abandono institucional, vejo-me convocado a pesquisar políticas de inclusão que possibilitem mudanças na rota das narrativas de expurgo e eliminação costurada a esses corpos supracitados, produzindo, assim, realidades favoráveis e de afirmação da vida. Nesse sentido, as Ações Afirmativas na universidade pública, na modalidade cotas raciais, é um importante dispositivo para desvencilhar a juventude negra das margens e dos perigos da narrativa única (Adichie, 2019), bem como também torna-se um importante “instrumento justo para minorar as desigualdades no ensino superior entre negros/as e brancos/as” (Pereira Santos, 2023, p. 36), tendo em vista que antes a universidade pública era um espaço de branquitude, o que transparecia que os negros não se interessavam pelo ensino superior.

É importante frisar que as Ações Afirmativas antes de ganhar status de norma no campo instituído, é fruto das esferas de insurreição do Movimento Negro que conquista a cena pública no plano das emergências, ao constatar que as políticas públicas de caráter universal, homogeneizante e aversa a diversidade de corpos e contextos, não abrangiam a população negra

ao deixarem suas demandas historicamente importantes e urgentes de fora, no campo da invisibilização (Gomes, 2017). Assim, devido o Estado não considerar as realidades micro, atores do Movimento Negro se empenham em destacar a necessidade de políticas educacionais focais, no viés da diferença, para que esse grupo racial desassistido pudesse ser incluso socialmente e transformasse as suas realidades.

Dito isso, as políticas de cotas raciais é um prenúncio de um cenário de direitos violados e o reconhecimento de uma negação dos direitos humanos. O que nos provoca a refletir e afirmar na “impossibilidade de dissociação de desigualdade racial e desigualdade de direitos” (Santos, 2013, p. 15), posto ainda uma naturalização da violação dos direitos humanos da população negra e/ou de uma cultura em que esses direitos supracitados não atingem todos os povos da margem com suas especificidades como deveriam. Essa última constatação nos remete às contribuições teóricas de Silva (2022, p. 104), por revelar que a integralidade, um dos fundamentos que atravessa os direitos humanos, não está sendo “constitucionalmente reconhecidos e amplamente garantidos em sua totalidade” para esse grupo racial.

O ingresso desses cotistas “impactou nas dinâmicas formativas e de sociabilidade dentro das instituições de ensino superior ao colocar em cena, novas temáticas, epistemologias outras, novas formas de pensar, sentir e agir” (Pereira Santos, 2023, p. 34). Desse modo, mudando a cara da universidade e trazendo à tona o seu caráter de esfera pública a qual discute Arendt (2007), o público como espaço de direito e de inclusão das diferenças por assim dizer, pois “enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros” (Arendt, 2007, p. 62). Entretanto, o choque entre as epistemologias da fronteira com as epistemologias eurocêntricas que fundamentaram um ensino superior elitista no Brasil, evidenciou o despreparo de uma universidade perante outros modos de vida e de produzir conhecimento que não fosse a abordagem “brancocêntrica” (Vaz e Ramos, 2021).

Esse “despreparo” se deve muito às representações do corpo negro atrelado a papéis indignos, desautorizado a ocupar a carteira de acadêmico e naturalizado a posição de serviços numa sociedade em que raça é marcador definidor nas relações sociais. Esse fenômeno trata-se do racismo institucional, em que o acesso de negros nas instituições públicas, no caso aqui a universidade, “é dificultado, não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos” (Santos, 2013, p. 27). A manutenção e reprodução desse tipo de racismo, que colocam os cotistas na linha da indiferença, faz-se a partir de dispositivos de poder que atuam veladamente no campo por meio de discursos, condutas, currículo, em programas de instituição de modo

geral que permitem “justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (Foucault, 2014, p. 244).

Diante do exposto, fica mais perceptível quando o debate racial não é pauta na agenda das políticas institucionais e quando os programas de assistência estudantil insistem em se basear apenas no fator socioeconômico, invisibilizando o fator raça como determinante na desigualdade de oportunidades. Costurado a essas constatações, existe o fato de algumas universidades serem ainda resistentes na adesão de um sistema de políticas de cotas e de flexibilizar o currículo para uma mudança de pensamento e comportamento, além da disseminação do mito da baixa qualidade com a entrada dos cotistas, do argumento da mestiçagem para igualar todos e sustentar o mito da democracia racial e da ideia de meritocracia na seleção dos mais aptos.

Nesse contexto, a expressão máxima da trama das Políticas Afirmativas no Brasil por uma igualdade racial de acesso ao ensino superior, foi a Lei nº 12.711 de 2012, para as universidades e institutos federais, muito embora prevaleceu o fator social e secundarizou o fator raça (Brasil, 2012). No entanto, anterior a essa lei têm-se em vista as primeiras experiências exitosas e polemizadas de efetivação dessas políticas nas universidades públicas, com a implantação dos seus próprios modelos de cotas, que consequentemente cimentaram o caminho até a lei federal. Segundo as pesquisas de Pinheiro, Pereira & Xavier (2021), as universidades estaduais são pioneiras desse movimento, que versam o rechaçamento provocado por opositores de diversos segmentos políticos, científicos e sociais.

Como é o caso da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) a qual esse estudo debruçou-se a investigar, que por meio da Lei nº 9.295 de 2010, de autoria do Deputado Estadual Chico Mendes (DEM), institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para os estudantes negros e oriundos de comunidades indígenas que cursaram o ensino médio completo em escola pública (Maranhão, 2010). Desse modo, mediante o recorte racial para esse estudo, verifica-se um crescimento gradativo e exponencial da presença de negros na universidade, afirmando uma diversidade dentro desse espaço não muito visto antes.

A escolha da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), especificamente o câmpus Caxias, pautou-se em um conjunto de implicações que resultaram neste estudo. O primeiro motivo é pela sua relevância histórica na formação científica e profissional do corpo de estudantes caxienses e advindos de outros municípios e estados adjacentes, inclusive, segundo a tese de Barbosa (2018), o público inicial nos primeiros anos de funcionamento era composto por estudantes advindos de Teresina – PI. Outro ponto é que, apesar da minha formação em Pedagogia ser numa instituição privada vizinha, construí uma experiência “do fora” no território

da UEMA – Câmpus Caxias por ser um espaço que me possibilitou oportunidades de estudar temáticas na esfera da inclusão a partir da perspectiva instituinte, do chão da realidade que não fosse da ótica neoliberal, produzindo afetos e uma forte conexão com ela. O terceiro motivo que me convocou, foi a singularidade do contexto macro dos processos emergenciais de formulação e implantação do dispositivo legal, que de acordo com Nunes (2011), não foi uma iniciativa que partiu da comunidade acadêmica de discentes e docentes, e sim do governo estadual, enfatizando um movimento inverso na trama das Políticas de Ação Afirmativas de recorte racial. Assim como também o interesse em compreender mais a fundo o sistema de cotas arrojado na referida universidade, bem como os efeitos dessa política de cotas numa instituição localizada num contexto interiorano permeado por fatores históricos, políticos e ideológicos que é o município de Caxias.

Sob esse viés, por investigar na perspectiva dos sujeitos, no caso os Jovens Negros Cotistas, viu-se a necessidade de uma abordagem política na investigação do objeto, considerando que o tema envolve uma política de inclusão racial, visto que a categoria Raça se fundamenta na “relação de poder, subjugação e denominação, sendo, portanto, de conteúdo étnico-semântico e político-ideológico” (Moraes, 2022, p. 69). Nesse contexto, o estudo da subjetivação foi imprescindível na intenção de reconhecê-los como corpo político em movimento, em processos, cujas experiências de enfrentamentos frente as formas de controle, exclusão e eliminação, produziram afetamentos em seus corpos, modificando-os, transformando-os, moldando suas percepções e posicionamentos, produzindo novas subjetividades, novos devires (Deleuze e Guattari, 2011), assim, não sendo os mesmos de quando ingressaram na universidade à medida que realizaram e realizam travessias.

Outra razão que provocou o interesse em estudar a categoria subjetivação para a construção de uma abordagem política desse escrito, partiu das discussões de Agamben e Foucault nos escritos de Pelbart (2013), tendo em vista que o Estado moderno se apropria desse processo, por meio de dispositivos como as políticas públicas, para decodificar e recodificar identidades segundo os seus interesses, num movimento quase infinito que “dessubjetiviza” e “ressubjetiviza” os indivíduos no terreno político, produzindo, assim, um sujeito assujeitado ao Estado. Nessa perspectiva, refletiu-se que subjetividade essa Política de Ação Afirmativa para negros deseja produzir.

Assim, tendo como objeto de pesquisa a trajetória de jovens negros cotistas, o presente estudo parte da seguinte problemática: Como tem sido a trajetória de jovens negros cotistas na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA – Câmpus Caxias), destacando as suas dificuldades, modos de enfrentamento e de subjetivação?

Desse modo, é tecida o seguinte objetivo geral: analisar a trajetória de jovens negros cotistas no ensino superior, a partir do Sistema Especial de Reserva de Vagas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Câmpus Caxias), destacando as suas dificuldades, modos de enfrentamento e de subjetivação. Ainda, no percurso investigativo, atender aos objetivos específicos: a) analisar como a Lei nº 9.295/2010 vem sendo discutida e implementada na UEMA – Câmpus Caxias; b) ) compreender como ocorreu o processo de inclusão dos jovens negros cotistas na UEMA – Campus Caxias a partir de suas experiências; c) Relacionar as dificuldades enfrentadas por jovens negros cotistas na sua trajetória no ensino superior; d) Identificar os modos de enfrentamento das dificuldades por jovens negros cotistas na trajetória do Ensino Superior e seus efeitos nos processos de subjetivação.

A escolha da Cartografia, então, torna-se fundamental nesse curso da investigação, por se tratar de um método de pesquisa-intervenção que acompanha processos e os efeitos sobre o objeto, o pesquisador e o conhecimento que será produzido no percurso (Passos; Barros, 2020), privilegiando, sobretudo, o plano das experiências na produção de conhecimento. Sendo assim, o enfoque necessário para se analisar a trajetória de jovens negros cotistas da UEMA – Câmpus Caxias, considerando que os primeiros passos da pesquisa partiu de uma análise institucional que acessa as “forças inconscientes (o inconsciente institucional) que se atravessam constituindo valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, isto é, as formas que instituem dada realidade” (Passos e Barros, 2016, p. 20), bem como os passos da intervenção para cartografar “as formas de resistências [que] se impõem contra os regimes de assujeitamento e as paralisias sintomáticas” (Passos e Barros, 2016, p. 21) dos processos de institucionalização, a partir da escuta sensível das experiências dos jovens negros cotistas da UEMA – Câmpus Caxias.

É precípua frisar que por tratar-se de uma pesquisa de caráter interventivo e com seres humanos, ela teve início apenas com a aprovação do parecer do Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí (CEP-UFPI), nº 6.941.306. No território da pesquisa da UEMA – Caxias, o primeiro momento da investigação consistiu na pesquisa de documentos institucionais e observação através das andanças cartográficas no plano da imanência para a criação do território de pesquisa. O segundo momento, desdobra-se nas oficinas de experiência e criação para a produção de dados com os participantes jovens autodeclarados negros do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas da UEMA – Câmpus Caxias, que cursavam a graduação nos cursos de licenciatura ou bacharel.

Nessas oficinas, no formato grupo-participante e individual, utilizou-se de dispositivos e técnicas artísticas para imergir, engajar e possibilitar aos participantes produzirem narrativas

orais e escritas. Outros instrumentos foram usados como a entrevista semiestruturada e uso do diário de itinerância. Pontuo, ainda, que os jovens pesquisados que se interessaram e se disponibilizaram a participar são do curso de História, Geografia, Pedagogia e Enfermagem. Esses participantes tiveram suas identidades preservadas e utilizaram de heterônimos – que na filosofia de Deleuze e Guattari (2012) são personagens conceituais –, definidos nas narrativas como: *Mãos-Raiva*, *Rosto-Sentimento*, *Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação*, *Mãos-Esforços* e *Cabelo-Orgulho*.

As bases teóricas de sustentação dos estudos foram: Foucault (1995, 1998, 2010, 2023); Carneiro (2023); Vaz (2022), Vaz e Ramos (2021); Mbembe (2017, 2018); Hooks (2019a, 2019b, 2022); Gomes (2017); Fanon (2020); Machado (2020); Pereira Santos (2023); Moraes (2022); Dayrell (2002); Diógenes (1998); Deleuze e Guattari (2010, 2011); Larrosa (2022); Certeau (1998); Silva (2020, 2022); Passos, Kastrup, Escóssia (2020); Passos, Kastrup, Tedesco (2016); Horta (2003), dentre outras leituras de suporte legal e transversal.

Com base nestas pistas introdutórias, este estudo é de grande relevância para a comunidade acadêmica considerando que os dados produzidos possibilitam um olhar clínico das dificuldades e potencialidades da Lei 9.295/2010, por compreender uma análise institucional sob o olhar do pesquisador e, principalmente, a percepção dos próprios jovens negros cotistas a partir de suas narrativas escritas e orais, valorizando suas subjetividades e trajetórias no plano das resistências. A consistência científica desse material contribuirá para transformações pontuais no processo de implementação da lei supracitada, aperfeiçoando especificidades e construindo outras, bem como trazer novos parâmetros de discussões na seara de debates das políticas de cotas raciais nas universidades estaduais em virtude da singularidade do objeto de pesquisa em questão. A relevância pauta-se ainda no sentido de insurgência da cartografia no ato criador da ciência, pelo caráter interventivo, democrático e inclusivo, ao abrir espaço para as vozes dos vulnerabilizados e possibilitar a participação destes na produção do conhecimento. Assim como também essa pesquisa possibilitará encorajar outros cotistas que podem estar vivenciando a mesma realidade de dificuldades e modos de enfrentamento a se manifestar e compor a dimensão coletiva de micropolíticas com vistas a produzir uma nova realidade no seio acadêmico da UEMA – Câmpus Caxias.

A organização do texto dissertativo parte da metáfora do “caminho de pedras”, que se contextualiza a partir da música “Travessia” cantada por Milton Nascimento, um dispositivo poético que me inspirou e acompanhou os meus passos no meu cartografar, nos meus deslocamentos, nas transmutações, nos achados que aqui organiza os capítulos em forma de trajetos acompanhando cada pista encontrada no território existencial da pesquisa: introdução;

o Trajeto I parte de conceitos que abordam a dimensão clínico política para analisar o corpo negro inscrito nas subalternidades e nas suas múltiplas resistências, bem como as cotas raciais na universidade pública como política de inclusão transitória para produção de novas realidades; o Trajeto II que apresenta a metodologia para habitar o território da pesquisa, contextualizando o método cartográfico, os elementos éticos, a formação do pesquisador-cartógrafo e as primeiras análises institucionais da UEMA - Câmpus Caxias; o Trajeto III esmiuça as oficinas de produção de narrativas escritas e orais, especificando as técnicas de produção de dados e os dispositivos utilizados para engajar os participantes na produção de dados, assim como também as narrativas dos participantes; e, conclusão, com planos abertos que trazem pistas para a continuidade do trabalho.

Sob esse viés organizacional em trajetos, reitero que, aliando experiências e as pistas do método cartográfico, dialogando, ainda, com o dispositivo poético “caminho de pedras”, criei paisagens no plano da imanência do território existencial da pesquisa através de “*varedas*”. É de conhecimento o seu termo “correto”, porém foi uma palavra bastante presente nas minhas vivências de infância no campo, advinda do meu Pai, homem negro e lavrador, que tomo de empréstimo para esse escrito para me referir aos passos construídos por mim no território da pesquisa. *Varedas* no sentido de ser um caminho torto, não pronto, bifurcadas ao nosso modo de necessidade, que sempre nos levava a algum lugar: para o rio, para a grotta, para a roça, para os povoados vizinhos. Nessa esteira de pensamento, abro *varedas* na UEMA-Câmpus Caxias, não no sentido de um olhar de colonizador com vistas à destruição, imposição, jamais um bandeirante, mas de uma cartografia do território da pesquisa que desobstrui uma realidade oculta escondida por arbustos institucionais de ritmos e meios que camuflam rastros e fluxos instituintes do “entre”, cujo trajeto não se configurou retilíneo, uniforme, mas sinuoso, quase impossível de avistar onde termina, convocando da minha performance um constante refazer dos passos nas travessias.

## 2 TRAJETO I – PISTAS TEÓRICAS PARA FUNDAMENTAR OS PASSOS

Neste capítulo, o trajeto se abre para conceitos que construíram uma epistemologia de análise da trajetória de jovens negros cotistas da UEMA - Câmpus Caxias numa dimensão clínico política. Pontuando discussões sobre o corpo, racialidade, movimento negro de (r)existências, subjetivação, políticas de ações afirmativas e, sobretudo, a juventude negra no plano das insurgências.

### 2.1 O Corpo-território Negro: as inscrições no signo da morte e as *contrainscrições* na potência pela vida

*“A carne mais barata do mercado é a carne negra (5x)  
(Só-só cego não vê)*

*que vai de graça pro presídio  
e para debaixo de plástico  
que vai de graça pro subemprego  
e pros hospitais psiquiátricos*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra (5x)*

*que fez e faz história  
segurando esse país no braço  
o cabra aqui não se sente revoltado  
porque o revólver já está engatilhado  
e o vingador é lento  
mas muito bem intencionado  
e esse país  
vai deixando todo mundo preto  
e o cabelo esticado*

*mas mesmo assim  
ainda guardo o direito  
de algum antepassado da cor  
brigar sutilmente por respeito  
brigar bravamente por respeito  
brigar por justiça e por respeito  
de algum antepassado da cor  
brigar, brigar, brigar*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra (5x)”*

*(A Carne – Elza Soares)*

A música “A carne”, cantada na voz de Elza Soares, uma mulher preta, pareceu-me um importante dispositivo para analisar os atravessamentos históricos do corpo negro. Considerando-o como categoria central dessa dissertação que movimenta o debate sobre cotas raciais, como uma coordenada principal de um mapa, pois, é o corpo o território da incidência

da lei, portanto, o jovem negro cotista compreendido como corpo-território. Assim, a trama da trajetória de jovens negros cotistas que tenciona as relações de poder na universidade pública, nos processos de inclusão e de afirmação enquanto sujeito de direito, é um fragmento da história do corpo negro nas esferas da insurgência na ocupação de espaços públicos e contra as formas de assujeitamento que os colocam no alvo da morte literal e da morte em vida.

Seguindo essa trilha de pensamento, debruço-me nos estudos de Michel Foucault a quem possui elementos teóricos focais que fundamentam essa pesquisa, onde encontro um terreno vasto de ancoragem e diálogo para uma construção analítica, criando conexões rizomáticas a outros teóricos, ideias, fluxos discursivos. Nesse sentido, começo com sua definição de corpo, segundo o qual:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (Foucault, 2023, p. 65).

Esse olhar para o corpo irrompe as acepções convencionais que somos orientados a concebê-lo em nossa formação, de apenas matéria biológica e anatômica, demonstrando ainda que não somos avulsos e neutros na História. Muito pelo contrário, o corpo se faz no plano dos afetos, afecções e fricções segundo uma temporalidade e espacialidade, fazendo-se sujeito, produzindo linguagens e narrativas, sendo movimento, fluido em consonância com as modificações e travessias, em articulação com a História, inscrevendo-se nela, sendo-a.

Entretanto, existem contradições entre os corpos quando nos deparamos com demarcadores da diferença que fundamentam e orientam as inscrições de corporeidade. Nesta pesquisa destaco a racialidade como ponto de partida para dissertar sobre os jovens negros cotistas, mas não é fator para se prender como fim analítico, tendo em vista que ela se aglutina com outras avenidas identitárias imbricando-se com gênero, geração, classe, orientação sexual, deficiência e dentre possíveis outras, numa perspectiva transversal e interseccional de estudo do sujeito.

Pontuando a racialidade como produtora de inscrições em um tecido social, semântico, estético, de subjetividades e, principalmente, político, encontro nos escritos de Carneiro (2023) o conceito desse demarcador que muito cimenta o pensamento do tema em questão:

A racialidade é compreendida como noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes

e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder (Carneiro, 2023, p. 44).

Faço desses dizeres uma ponte discursiva com a letra da música na epígrafe que abre esse texto, de que as inscrições do corpo negro o subjugam e o condenam a um estigma excludente multifacetado em relação a outros corpos de privilégios, majoritariamente marcado pelo fenótipo branco. O “mercado” que é citado é uma leitura de uma sociedade brasileira, cuja estrutura e relações de poder racializadas normalizaram a exclusão e o imobilismo dos negros e negras ao longo da história do país, produzindo territórios de expurgos segregacionistas engendrados como naturais, a exemplo das favelas, cortiços e quaisquer comunidades periféricas desassistidas por políticas públicas do Estado. Firmando, assim, a “carne mais barata”, por ser o alvo mais fácil das penalidades da (in)justiça e comumente encontrada em zonas periféricas, perambulando nos sinais, dormindo embaixo de viadutos, fora das escolas e estirada em mesas frias de necrotérios.

O corpo-território negro, então, é marcado sem vontade por inscrições sutis e escancaradas por um “preconceito racial de marca” (Nogueira, 2007), cuja pele preta e parda<sup>2</sup> é alvo de uma produção imaginária histórica de exótico, fascínio, estranhamento, profano, imoral, sexualizado, inadequado, selvagem, abominável, desautorizado, e, principalmente, de ameaça, apesar das democracias conquistadas – uma delas a famigerada “democracia racial”. – Como é refletido por Mbembe (2017) nos seus estudos sobre a construção histórica da imagem do negro que o inscreve no “alterocídio”, ou seja, na destruição de qualquer Outro que fuja dos traços eurocêtricos, que produziu o seguinte pensamento fóbico:

Primeiro, deve-se ao facto de o Negro ser aquele (ou ainda aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional. De seguida, deve-se ao facto de que ninguém – nem aqueles que o inventaram nem os que foram englobados neste nome – desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal (Mbembe, 2017, p. 11).

Essas inscrições criaram uma grossa crosta de camadas no corpo negro, uma epiderme psicossocial, fruto do projeto engenhoso de um colonialismo que combinou comércio e raça para fins de dominação dos não brancos, pondo as inscrições do colonizador – europeu, branco, heterossexual, sadio, devoto – como estatuto de pessoa e de humanidade absoluta. Minuciosamente arquitetado, segundo Vaz e Ramos (2021, p. 42), o processo de negação da

---

<sup>2</sup> O “corpo negro” que se refere essa pesquisa trata-se do somatório dos autodeclarados racialmente pretos e pardos ao qual designa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos dados sobre cor/raça.

humanidade aos corpos negros deu-se a partir da equiparação destes com os animais, tendo em vista que na época os animais eram “[...] seres imperfeitos, destituídos de espírito, deveriam estar a serviço do ser perfeito e racional”, ou seja, o negro compreendido como animal deveria servir ao corpo branco colonizador.

Nesse sentido, o processo de colonização não se limitou apenas às capturas e às diásporas forçadas dos africanos de seu continente, bem como à escravização via etiqueta de troncos, açoites e correntes, mas de uma colonização de mentes em que seus interiores eram esvaziados, para que internalizassem e os levassem a acreditar na sua inferioridade, em o “não ser”. Essa sujeição, de acordo com os estudos de Hooks (2019, p. 41-42), era operacionalizado por etapas, com “[...] a eliminação de nomes e status, a dispersão de grupos, para não haver uma língua comum, e retirada de qualquer sinal evidente de herança africana”. Em diálogo, os célebres escritos de Fanon (2020, p. 25) apontam também para um processo de colonização – refletindo-se no período do pós-colonização também – que impôs e incutiu para os negros o mundo branco como único e valorativo destino; o autor descreve que isso sucedeu-se a partir de um “complexo de inferioridade”, primeiro, via sujeição econômica, depois, “[...] por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade”.

A partir desse breve apanhado histórico da racialidade como demarcador das inscrições corporais, sobretudo, no que tange os processos de dominação material e psicológica do negro, construindo para estas zonas de abjeção, não poderia deixar de fora o estudo dos modos de subjetivação, intrínseco para esta pesquisa que faz uma analítica de um dispositivo legal a partir das experiências daqueles que a consomem. Parto dos estudos de Pelbárt (2013) para conceituar subjetivação, compreendida como um processo no qual o ser humano constrói a sua subjetividade e tornar-se sujeito. No entanto, as maquinárias dominantes, segundo o autor, apropriaram-se desse processo para produzir seus modos de subjetivação como uma extensão dos seus tentáculos de poder sobre a camada dita menor, para descodificar e recodificar identidades segundo os seus interesses.

Nesse viés de discussão, retomo Foucault (1995, p. 236), considerando que este também aborda os modos de subjetivação como outra tecnologia de poder do Estado moderno muito inspirado no poder pastoral, criando, desse modo, uma “[...] combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização”, produzindo, assim, subjetividades docilizadas e assujeitadas a partir de dispositivos de poder, como as políticas públicas. No caso desta dissertação, com base no que já foi discutido, influenciou na produção de subjetividades negras, cujos efeitos refletem nas dos jovens negros cotistas no âmago das estigmatizações excludentes na universidade pública pesquisada.

Trago esse tópico para a perspectiva teórica da tese de Carneiro (2023), autora que traz também uma tônica política dos modos de subjetivação, quando esta apresenta o conceito de “dispositivo de racialidade” sob a égide dos estudos de Foucault sobre o dispositivo de sexualidade – que usara o demarcador sexo na compreensão do estatuto do Ser na “História da Sexualidade” da burguesia. – Permanecendo o mesmo sentido de “dispositivo”, enquanto um arranjo de elementos que se articulam entre si e opera sobre um campo, Carneiro (2023, p. 39) constata que o demarcador raça possui um terreno vasto de produção de sujeitos ao atribuir “[...] valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual [...]”, em que o fundamento do “Ser” (corpo branco) se afirma na negação do “Outro” (corpo negro), sendo assim, a branquitude é dotada de normalidade, razoabilidade e vitalidade, colocando o negro como seu contraponto – na zona da anormalidade, da desrazão e no signo da morte. – Logo, o branco, lido como o “Eu hegemônico”, torna-se referencial na relação e produção de saberes, poderes e subjetivação.

Ainda sobre o dispositivo de racialidade, Carneiro (2023) apresenta no seu tecido conceitual outros elementos que operam em conjunto, conceitos tomados de empréstimo de outros autores para discutir sobre as raízes profundas do racismo no Brasil. Nessa esteira analítica tecida pela autora, destaco o biopoder, originalmente dos escritos de Foucault (2010), esse tipo de tecnologia de poder se articula com o anterior – o poder disciplinar dos corpos – atuando na regulamentação da vida da população a partir de processos naturais como a natalidade, longevidade, mortalidade, sob uma lógica que subverte a lógica do poder soberano do “fazer morrer e deixar viver”, transitando para uma tecnologia do Estado que consiste em “fazer viver e deixar morrer”.

Nesse viés, numa ótica racial de inscrições de corpos, Carneiro (2023, p. 85) articula que “[...] a composição do dispositivo de racialidade com o biopoder se torna mecanismo de dupla consequência: promoção da vida dos brancos e multicídios de negros na esfera do biopoder”. Este pensamento dialoga com Necropolítica de Mbembe (2018), ao designar a função assassina do Estado com políticas de mortes e a sua licença para destruir grupos específicos segundo um racismo, sendo os negros corpos matáveis nessa trama de poderio. No tecer dessa dissertação, já mencionado, o meu entendimento de morte é no sentido literal e a morte no plano da vida, a partir da indiferença, exclusão e das condições análogas a que os corpos negros estão submetidos na educação, saúde, segurança pública, mundo do trabalho, cultura e dentre outros setores da sociedade do país.

Esses conceitos são intrínsecos para uma leitura dos dados a seguir, segundo as intersecções de categorias que esse estudo abarca. De acordo com o Atlas Violência, em 2022,

jovens entre 15 e 29 anos representaram 49,2% dos 46.409 homicídios registrados no Brasil. Já no que tange à raça, as pessoas negras representaram 76,5% dos registros dos homicídios a nível nacional, totalizando 35.531 vítimas. Busco dissecar ainda mais esses dados a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o qual indica que, em 2023, dos perfis das vítimas de Mortes Violentas Intencionais metade dos mortos tinha até 29 anos (49,4%), novamente os jovens no alvo da morte; dentre os padrões distintos de ocorrência, 71,9% das vítimas foram por intervenções policiais.

Quanto ao demarcador raça, o Anuário revela que os negros (pretos e pardos) permanecem como as principais vítimas, representando 78% de todos os registros de Mortes Violentas Intencionais, e a maior proporção de vítimas foi por intervenções policiais (82,7%). No mesmo indicador supracitado, foram registrados ainda, em 2023, um quantitativo considerado de registros de racismo, de 5.100, em 2022, para registros de 11.610, em 2023, o que revela um incremento de 77,9% dos casos. Evidenciando-se, assim, que a morte possui vícios na juventude e numa pele alvo, reverberando que a racialidade do Brasil detém “[...] condicionantes diferentes quanto ao viver e ao morrer” (Carneiro, 2023, p. 66), segundo um biopoder e um dispositivo de racialidade.

Para o conhecimento das inscrições do corpo negro no mundo do trabalho, acesso o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cujos dados permitem interseccionar raça e gênero. O indicador aponta que, em 2024, 45,2% da população negra ocupada trabalhavam de forma informal, sendo as mulheres negras mais afetadas, sendo 45,6% em trabalhos sem carteira assinada e sem contribuir para previdência social. Isso se repete quanto rendimento médio as mulheres negras ganhavam, 38,9% menos que as mulheres não negras, 53,7% menos que homens não negros e 20,3% menos que homens negros; já no que se refere aos homens negros, ganhavam 41,9% menos que homens não negros e 23,3% menos que mulheres negras. Além desses dados, as pessoas negras ocupavam cerca de 33% dos cargos de gerência e direção, e representava uma taxa alta de desempregados sendo maioria.

É possível constatar, então, o corpo negro em desvantagem no mundo do trabalho precarizado, sendo as mulheres negras o corpo-território mais atingido, configurando numa vulnerabilidade histórica que a coloca como corpo de desvalor fruto de reflexos coloniais, uma “tripla opressão” no atravessamento de raça, gênero e classe.

Para fins de conhecimento da população carcerária, em 2024, segundo o Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), utilizando o demarcador geração, os jovens entre 18 e 24 anos representaram 17,30% e os que possuem a idade entre 25 e 29 anos apresentaram 22,39%, nessas faixas etárias pesquisadas o quantitativo de homens prevalece.

Sob uma ótica de raça, é notável que as penitenciárias são majoritariamente negras, com um quantitativo de 424.620 pessoas negras se somados os autodeclarados pretos e pardos, um encarceramento em massa em contraste aos autodeclarados brancos, que são de 187.384 pessoas.

Outro território de desvantagem que inscreve os corpos negros, é a habitação destes em Favelas e Comunidades Urbanas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, do total de 9.312.353 de pessoas residentes nessas áreas de habitação supracitadas, o percentual de pessoas negras é de 56,8% declaradas pardas e 16,1% declaradas pretas, em contraponto com 26,6% dos ditos brancos, ou seja, territórios historicamente de expurgo que possui um fenótipo específico como alvo. O surgimento das favelas e comunidades urbanas não foi de ordem natural, pelo contrário, é resultado da alforria dos escravizados negros sem garantias de terras para se desenvolverem e fruto dos processos de higienização dos grandes centros da cidade no período pós-abolição, fazendo-os irem para os morros, construir favelas, cortiços, recorrer para o campo e dentre outras zonas marginalizadas e desassistidas pelo Estado (Vaz e Ramos, 2021).

Considerando que o tema desta dissertação são as ações afirmativas na universidade pública, busco colher dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no âmbito desse tema. Segundo esse indicador, é ideal que os jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos deveriam estar cursando o ensino superior, no entanto, o atraso e a evasão escolar nos ensinos fundamental e médio por múltiplos fatores, refletem num percentual de apenas 21,6% destes frequentando os cursos da educação superior. Os dados em relação a cor ou raça, novamente apresentam contrastes, enquanto 29,5% desses jovens declarados brancos estavam na graduação, os autodeclarados pretos ou pardos somam apenas 16,4%. Em outro tópico do indicador, é apontado que 24,9 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, apresentavam graduação incompleta e não frequentavam escola, curso de educação profissional ou pré-vestibular – deste contingente, 66,1% eram autodeclarados da cor preta ou parda.

Seguindo a lógica dos elementos do tecido conceitual do dispositivo de racialidade proposto por Carneiro (2023), o epistemicídio apresentado no seu conjunto é o que mais dialoga com os dados do PNAD – Continua acima, tendo em vista que, além de operar na anulação e desqualificação dos conhecimentos dos afrodescendentes, ele também possibilita “[...] compreender as múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pelos negros com relação à educação e, sobretudo, as desigualdades raciais nesse campo” (Carneiro, 2023, p. 89). Com base nesse pensamento, as formas desiguais de acesso e permanência na educação básica e na educação superior, impede quaisquer melhorias na qualidade de vida e ascensão

social da população negra, contribuindo para as inscrições subalternas e de indignação de seu corpo-território. Desse modo, abrindo portas e reproduzindo narrativas nos territórios de desvantagens apresentados anteriormente: no quantitativo de homicídios, nas abordagens fatais das operações policiais, na população carcerária e nas favelas e comunidades periféricas.

Considerar nesse texto apenas as inscrições subalternas do corpo-território negro para pesquisar a trajetória de jovens negros cotistas, seria afirmar e reproduzir os discursos dominantes de narrativa única destes nos processos históricos, o que não é intenção deste estudo. O negro nunca foi um corpo passivo diante a escravização, como os livros didáticos e as obras de arte tendem a nos inculcar, muito pelo contrário, sempre esteve em um movimento de “contrainscrições” se opondo às práticas bárbaras do colonizador, reagindo às formas de poder numa multiplicidade de modos de enfrentamento. As reações performáticas desses subjugados muito dialoga com o pensamento de Foucault (1998) sobre resistências:

não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (Foucault, 1998, p. 91).

Em diálogo ao exposto, o reconhecimento das resistências dos meus ancestrais é caminho para reconhecer que, se estou aqui escrevendo esta dissertação em campo de poder, é porque os passos vêm de uma longa trajetória, muitos tiveram que morrer antes de mim para que eu desfrutasse no presente o direito à vida, à liberdade, a adentrar a universidade pública, produzir ciência num programa de mestrado. Nesse movimento que fazemos, que faço, de olhar para trás, enxergamos que as/os “[...] mais velhas/os, com suas tecnologias e saberes estratégicos, abriram caminhos que devem ser honrados, compartilhados e ampliados” (Vaz e Ramos, 2021, p.31).

Nesse sentido, encontro na “potência do corpo”, da filosofia deleuziana, um elemento teórico para traduzir e compreender as inflamações reativas dos negros na trama da escravização, que, diante de suas liberdades roubadas, despertaram nestes uma “[...] potência de vida que se afirma, com uma força, uma obstinação, uma perseverança ímpar no ser” (Deleuze, 1998, p. 5). O “desejo”, compreendido na lógica deleuziana como produção e não na lógica edipiana como falta, também foi intrínseco nos processos de enfrentamento impulsionando nesses corpos subjugados a lutar e produzir uma realidade favorável, considerando que desejo “[...] é revolucionário por natureza porque constrói máquinas que,

inserindo-se no campo social, são capazes de fazer saltar algo, de deslocar o tecido social” (Deleuze, 2002, p. 290).

O corpo negro, potência e máquina de desejo, foi capaz de ações inimagináveis diante do inconformismo ao regime colonial que o escravizaram. De acordo com os estudos de Vaz e Ramos (2021), cometeram suicídios nas diásporas, nas senzalas e nos territórios de refúgios quando invadidos; as mulheres negras cometeram abortos para não verem seus filhos escravizados e utilizaram dos conhecimentos das plantas para envenenar seus senhores; formaram quilombos; organizaram montinhos e travaram verdadeiras guerras; fizeram da sabedoria da leitura e da escrita como armas para esperar a quebra das correntes, como Zumbi dos Palmares, Negro Cosme, Esperança Garcia, Luiz Gama e dentre outros guerreiros. Ressalto, ainda, que eram lutas de um “corpo-nós”, nunca uno, sempre numa dimensão coletiva de direito pensando nos irmãos e irmãs.

As resistências, então, foram uma constante inscrevendo-se no corpo-território negro, perdurando no pós-abolição em novas temporalidades e espacialidades. Conforme os estudos de Gomes (2017), a partir do século XX, à medida que as micropolíticas dos corpos negros se articulavam coletivamente a partir da resignificação e politização da raça como trunfo e não mais como empecilho para democratizar as relações, emerge um Movimento Negro Educador, um ator político produtor de saberes que nas efervescências transitou a questão racial para a cena das políticas públicas, com o objetivo de “[...] nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo” (Gomes, 2017, p. 24).

As ações transgressoras desse Movimento Negro Educador, segundo ainda os escritos de Gomes (2017), como a imprensa negra paulista, a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro (TEN) e dentre outras ações expoentes, produziram conhecimentos que constituíram novas epistemologias afrodescendentes que possibilitaram outros modos de viver e subjetividades negras instituintes. Construo, assim, uma ponte dialógica com Deleuze e Guattari (2024) para afirmar que no interior desse movimento os negros construíram uma “literatura menor”, não porque eles são considerados “menor”, mas, porque no interior de uma língua maior, no caso o Estado e sua estrutura, subverteram-na por meio do plano das insurgências e alteraram o sistema para um subdesenvolvimento. Como caracteriza e conceitua os autores supracitados:

As três características da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação. É o mesmo que dizer que "menor" não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida). Mesmo aquele que tem a infelicidade de nascer no país de uma grande

literatura deve escrever em sua língua como um judeu tcheco escreve em alemão, ou como um uzbeque escreve em russo. Escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, achar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio dialeto, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto (Deleuze e Guattari, 2024, p. 39).

Nesse viés, ao desterritorializar a raça como significação de inferioridade e politizando-a, as inscrições corporais negras ganharam novo sentido, sendo potencializadas segundo uma estética da resistência – o enaltecimento da pele negra e os cabelos cacheados, crespos e *black power*. – Bem como a literatura afrodescendente, seja ela científica, seja literária, chocaram-se com a epistemologia eurocêntrica nas universidades públicas, trazendo para debate uma flexibilização das formas rígidas de aprender de um currículo engessado e enegrecer o ensino superior por meio das ações afirmativas na modalidade cotas raciais.

Nesse caminhar de discussões iniciais, constatamos que a narrativa do corpo negro nas mãos dos colonizadores e do processo de inferiorização, é marcada por tragédias, deformidade de imagem e de liberdades roubadas. A existência desses corpos se mantém viva graças a um povo forte que luta aos seus modos contra as senzalas modernas e da memória dos açoites. Entretanto, a música *A carne* (2002) carrega em sua letra esse retrato fiel não só da indignação, mas da resistência que se firma, a potência pela vida, ao passo que é cantada nos lábios de uma intérprete que descreve bem uma briga por justiça e reparação que se desdobra de forma sutil e brava.

## **2.2 Epistemicídio, Ações Afirmativas e Juventude Negra no Brasil: as rachaduras da insurgência em campos minados**

É de conhecimento que a educação no Brasil perpassa o campo do saber ao configurar-se, também, um campo de poder. Tendo em vista ser um monopólio da branquitude, público a quem a educação foi pensada e dirigida desde as primeiras formalizações de espaços escolares, quando ainda não se pensava em universalização do ensino público e gratuito, ou até mesmo nas universidades e a conquista de um diploma de ensino superior para emancipar-se, evidenciando que os corpos não brancos, sobretudo, corpos negros, deveriam permanecer e fixar-se nos seus territórios “naturais”: a subalternidade.

A partir das análises históricas nesse campo temático, Vaz (2022) assevera que a negação da população negra à educação ocorreu por múltiplos dispositivos legais, ou seja, um expurgo legitimado. Seja por falta de menções mais explícitas na Primeira Constituição do Brasil em 1824, que embora apregoava as suas determinações a “todos”, sabia-se que os escravizados não

se incluíam nesse universo por não serem considerados humanos e muito menos sujeitos de direitos; seja pelas leis e regulamentos locais que, após a descentralização de poder no país a partir do Ato Adicional à Constituição Imperial de 1834, adquiriram autonomia na forma de organizar a educação estabelecendo condições de matrícula ao alunado:

Para determinar quem poderia ou não gozar do direito à educação, os legisladores de então adotaram critérios relacionados às condições de saúde (não vacinados, portadores de moléstias contagiosas), à raça (pretos, filhos de africanos), ao gênero (com primazia para a população masculina), à idade e/ou ao status jurídico das pessoas (livre, liberto, escravo, ingênuo) (Vaz, 2022, p. 33).

Firmava-se, assim, os aspectos seletivos para a construção de um corpo ideal que ocuparia a escola, tornando-a um espaço de poder e de privilégio habitada por um corpo branco, masculino, saudável e reconhecidamente sujeito. Os considerados degenerados, dado ao aspecto de assujeitados, ficariam excluídos desses territórios que não lhes pertenciam, expurgados para a margem, para o não-lugar, já que muitos eram acometidos por doenças e não tinham direito a tratamento, eram mulheres e fugiam da idade preferível para educação escolar. Enquanto para o corpo ideal cimentava um caminho de facilidades, privilégios e direitos exclusivos na educação e nos diversos segmentos da sociedade.

Retomo esse assunto por ser precípuo nesse estudo que aborda a trajetória de jovens negros cotistas, considerando que a anulação histórica dos negros na educação, tanto no nível básico quanto no nível superior, trata-se de uma das expressões do epistemicídio em conjunto com o dispositivo de racialidade, assim como afirma Carneiro (2023). Segundo a autora supracitada, o epistemicídio, conceito forjado do aparato teórico de Santos (1995) com novas atribuições para analisar o racismo brasileiro, além de traduzir a destituição do objeto de conhecimento dos afrodescendentes ao inferiorizar a sua racionalidade, cultura e civilização, este também promove uma indigência intelectual na destituição do sujeito do conhecimento através de uma gama de artifícios, um deles é a negação ao acesso à educação, principalmente a de qualidade.

[...] uma das dimensões fundamentais do epistemicídio: o acesso, ou seja, a garantia de abertura de oportunidades no espaço público e a garantia de condições efetivas para que a população negra possa se beneficiar delas. [...] o processo de exclusão escolar continuou em funcionamento mesmo depois da abolição, promovendo epistemicídio e compondo o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023, p. 105-106).

Nesse sentido, afirmo novamente que a trama das Ações Afirmativas de recorte racial para negros na universidade pública, na modalidade cotas, configurando-se como um

importante “instrumento justo para minorar as desigualdades no ensino superior entre negros/as e brancos/as” (Pereira Santos, 2023, p. 36), é um fragmento da história dos negros na insurgência por melhorias de vida e ascensão social a partir da sua inclusão efetiva na educação superior. Uma luta pela inclusão que se inscreve no viés da diferença e opondo-se a lógica da homogeneidade, destacando, assim, que as políticas universais de direitos humanos para a educação não são suficientes para atender uma diversidade de corpos e seus contextos.

O Movimento Negro, conforme Gomes (2017), versa a narrativa das Ações Afirmativas a partir da década de 1980, quando ocorre o processo de redemocratização e reabertura do país, assim como também quando a educação ganha um enfoque especial para retramar a história do negro em condições favoráveis, destacando-a como direito social, espaço para emancipação dos subjugados e intrínseca no tornar-se sujeito de direito. Desse modo, a educação, enquanto arena de disputas, foi palco de inflamações reivindicativas, efervescências políticas e de fricções de diversos atores em cena, um deles foi Abdias Nascimento – precursor ao formular o primeiro projeto de Ações Afirmativas, PL 1.332/1983, tendo como uma das propostas as cotas para negros em universidade públicas e no mercado de trabalho, foi amplamente criticado e rejeitado em um contexto que tratava o racismo como unicamente problema “social”, colocando em xeque a ideia de políticas de igualdade racial (Nascimento, 2013).

Seguindo esse fio discursivo, numa construção de estudo sob a tônica política de um dispositivo legal que veio do chão da realidade antes de atingir os campos institucionais, trazer nessa dissertação o conceito das “emergências” de Foucault (2023) é substancial para compreender os campos de possibilidades que permitiram as Ações Afirmativas emergirem nos interstícios das rupturas do tecido social e político. Segundo o teórico francês: “A emergência é, portanto, entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude” (Foucault, 2023, p.67). São nessas aflorações da veia do teor da mudança, que os corpos envolvidos são convocados a agir segundo uma potência e desejos, criando uma ligação com os nossos ancestrais e novamente constatando que o corpo-território negro não é passivo e estático aos atravessamentos excludentes. E foi nessa pulsão vital que deslocaram as Ações Afirmativas à conquista de seu espaço no palco das tramas não lineares de anseios, em confluência com outros sujeitos históricos na construção de uma educação e Estado mais democráticos.

Em consonância com os estudos de Rolnik (2018, p. 102) sobre as esferas da insurreição, penso que a atuação desses corpos em meio as urgências de agir no plano das emergências das Ações Afirmativas, foi a resposta do “polo ativo”, uma resposta que os fizeram acessar os efeitos da violência em seus corpos e os tornaram mais aptos na invenção de maneiras de

combate, de modos de enfrentamento, produzindo, desse modo, “insurgências na cena social, performatizando novas estratégias em função dos problemas singulares que as deflagraram”. Nesse plano das emergências, atribuo, ainda, as “táticas” muito presentes na ação desses corpos na luta pelas Ações Afirmativas, compreendida como um

movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bülow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vão as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. E astúcia (Certeau, 1998, p. 100-101).

Apreendo nesse estudo, que essa “arte do fraco”, nos dizeres de Certeau (1998), foi suprimido para efetivar as Ações Afirmativas na cena política, cujas experiências produziram transformações de si e de mundo, ou seja, transmutando subjetividades e os espaços institucionais – apesar dos passos vagarosos.

O caminhar teórico e discursivo tecido até aqui, possibilita estabelecer uma ponte dialógica com o tema da juventude desse estudo. Nesse viés, Rolnik (2018) aponta que nesses movimentos de insubordinação, a juventude, sobretudo as de periferia, fez-se e continua se fazendo mais presente no plano das emergências com suas múltiplas pautas, incluindo a das Ações Afirmativas. A constatação desse protagonismo revolucionário reverbera na desconstrução do discurso de uma juventude apática e como problema social, um pensamento advindo geralmente dos fluxos conservadores que insistem numa “política de criminalização das juventudes periféricas [...], num viés normativo de controle dos corpos ou mesmo de exclusão e eliminação, como uma espécie de política de morte” (Silva; Adad; Silva, 2020, p.3), construindo representações e estereótipos em identidades fixas.

Essa acepção de uma contrainscrição de narrativas instituídas da juventude, contribui no entendimento destes corpos como sujeitos sociais que no cotidiano constrói estilos e significações de outros modos de ser jovem, produzindo conhecimentos e novas realidades, cujas condições afetadas pelos aspectos de raça, classe, gênero, cultura e dentre outros, traduzem “juventudes” no sentido plural (Dayrell, 2002). Compreendo, desse modo, que a desobediência, apregoada como negativo nesses corpos, geralmente é um ato político no desejo de retramar suas trajetórias, forçadas a ter um único destino no campo da subjugação, e produzir novas subjetividades possibilitando novos devires. Artigo, ainda, com a “rebeldia juvenil” dos

escritos de Diógenes (1998, p. 157), que, além de denunciar códigos de ordem e exclusões sociais, expressam “as tensões entre os valores dominantes, da ordem do instituído e os valores emergentes, do campo instituinte”.

Nesse campo de forças destaco a Juventude Negra, um corpo-território que inscreve as demandas do movimento negro e as demandas do movimento juvenil no plano das emergências. Com as contribuições do artigo de Moraes e Ramos (2013), é possível estabelecer articulações que muito interessam a esta dissertação, uma delas é conceber a Juventude Negra como ator emergente no imbricamento das questões raciais e das questões geracionais, entretanto, não se trata de uma descontinuidade das vertentes dos movimentos supracitados, mas sim da necessidade de construir especificidades mediante a problemas sociais, jurídicos e ideológicos particulares que requerem uma construção de políticas públicas mais direcionais numa perspectiva heterogênea de corpos e demarcadores sociais da diferença.

Os estudos de Ligeiro (2021, p. 228) também foram basilares nessa discussão acerca desse corpo-território negro e jovem, além de discorrer uma radiografia dos cenários precarizados e desassistidos pelo Estado a que está situado, aponta ainda que essas condições são “[...] herdadas de uma sociedade escravocrata que não reparou tais violências históricas, são naturalizadas e assimiladas muitas vezes pela juventude negra”. Mediante os conceitos já apresentados, identifico aqui modos de subjetivação do Estado que inscreve a juventude negra, operacionalizado pelo “deixar morrer” do biopoder em conjunto ao dispositivo de racialidade, um campo de abandono, mas que não é passivo, pelo contrário, atuante na eliminação silenciosa desses corpos – como foi verificado nos dados sobre violência, mortes intencionais, abordagens policiais, encarceramento e na educação, apresentados em discussões anteriores do primeiro tópico desse referencial.

Tendo em vista todo esse delineamento de uma necropolítica da juventude negra, é indiscutível o papel transformador que tem as Ações Afirmativas, na modalidade cotas raciais, nos processos de inclusão desses jovens negros nas universidades públicas, espaço de potencialidade na mudança desse quadro subalterno, na melhoria da qualidade de vida e no combate ao racismo estrutural que capturam esses corpos. Os relatórios que consegui acesso do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), frisaram muito bem a importância das Ações Afirmativas como política transitória dos negros na educação superior.

No relatório de 2011 da ANDIFES, embora aponte um percentual de universitários majoritariamente branco, com 54%, o universo de pretos e pardos passou de 34,2%, em 2004,

para 40,8%, em 2010, evidenciando que os primeiros movimentos de políticas de cotas raciais nas universidades públicas federais, antes da Lei Federal 12.711/12, já produziam efeitos favoráveis na questão da inclusão racial. O relatório de 2019 da ANDIFES, posterior a Lei Federal supracitada, apresentou dados dos anos 2014 e 2018 que mostravam uma mudança brusca no percentual da população negra que superava a dos brancos: em 2014, 47% autodeclarados pretos (9,8%) e pardos (37,8%), contra 45,7% autodeclarados brancos; em 2018, despontava 51,2% autodeclarados pretos (12%) e pardos (39,2%), já os brancos representavam 43,3%.

Os relatórios da ANDIFES apontam para uma população universitária marcada por jovens. Além disso, os dados dos anos 2004, 2010 e 2018, revelam, ainda, a proveniência das classes sociais dos estudantes, enfatizando que os acadêmicos autodeclarados pretos e pardos são majoritariamente das classes C, D e E, em contraste aos acadêmicos autodeclarados brancos, que em sua maioria são da classe A. Numa perspectiva interseccional de análise de dados, momento de “exame atento das avenidas identitárias que se cruzam e vulneram os sujeitos envolvidos no processo” (Vaz e Ramos, 2021, p. 295), identifico mais um imbricamento com um demarcador que vulnerabiliza a juventude negra e que é matéria de estudo de outros teóricos: a classe.

Nesse sentido, a pobreza tem cor no Brasil e a raça é um fator determinante nas condições socioeconômicas, sendo assim, é um demarcador “estrutural e estruturante” como constata Gomes (2017, p.26), bem como também afirma Sodré (2023, p. 57): “o imaginário da raça esteja na base da definição de classe social no Brasil, ou seja, a classe social é sempre racializada”. Dessa maneira, torna-se impossível dissociar as desigualdades raciais de desigualdades educacionais e socioeconômicas, ou isolar classe como fator único determinante, como os fluxos conservadores costumam enfatizar para escamotear o racismo no Brasil, pois se a população negra se encontra concentrada nas camadas mais baixas, da pobreza, é porque não teve condições iguais para acessar e permanecer nos estudos para ascender socialmente, desvelando os territórios privilegiados da branquitude e as estruturas coloniais nos dias de hoje.

É um fato que se constata a partir da motivação maior que afasta e impede 66,1% da juventude negra, entre os 15 e 29 anos, de concluir o ensino médio ou concluir a graduação: “precisar trabalhar”, respectivamente, 45,6% na primeira ocasião e 46,9% na segunda ocasião tiveram essa mesma resposta como motivação (PNAD, 2023). A sua inserção precoce no mundo do trabalho traduz muito uma desigualdade na distribuição de renda no país entre as raças, o que acaba precarizando a sua instrução/qualificação, levando-os a desistência por não conseguir conciliar as duas carreiras devido à sobrecarga, produzindo, desta forma, subjetividades negras

de mal-estar e frustrações. É nesse contexto que o discurso da meritocracia, muito usado para desqualificar as Ações Afirmativas, compreendido como “a competição por mérito” (Vaz, 2022, p. 62), produz injustiças, tendo em vista que os “competidores” estão em condições materiais e intelectuais desiguais – reflexos de um processo de alforria sem reparação dos africanos escravizados em um território desconhecido, além de começar do zero, existiam, ainda, os dispositivos de racialidade produzindo interdições nas tentativas destes de desenvolvimento.

Nessa linha de pensamento, temos um perfil que une as categorias “jovem”, “negro” e “cotista”, uma tríade da margem. Foi possível acompanhar nas discussões anteriores, que essas categorias isoladas carregam história, política, estética, representações sociais, opressões, subalternização. Entretanto, quando se unem em um só corpo, um corpo-território inscrito, torna-se ameaçador para os valores hegemônicos estruturantes, sobretudo num espaço de poder como as universidades, bem como os atravessamentos de inferiorização e exclusão são potencializados. Fazendo uma ponte dialógica com as discussões de Teixeira (2021) para esse debate, esse corpo-território é a superação daquilo que ele chama de “corpo público” construído para se referir às minorias hierarquizadas, cujas existências são destruídas. Este complementa ainda, que o “corpo público” é um corpo desautorizado, condenado a transitar em silêncio e ser um constante, cujas experiências são lidas de forma descartável e desumanizada. E o corpo-político, que aqui alio ao corpo-território inscrito, é aquele “forjado nas alianças e nas tensões, assume as diferentes rotas de resistência” (Teixeira, 2021, p. 60).

Desse modo, esse corpo-território que esse estudo se debruçou pesquisar, o Jovem Negro Cotista, no plano da imanência de um território existencial, a Universidade Estadual do Maranhão (Câmpus Caxias), está inserido numa trama espinhosa de luta pela existência e resistência para tornar-se sujeito de direito num território ainda hostil. Tendo em vista que nas Políticas de Ações Afirmativas de recorte racial para as universidades existe um terreno compartilhado: de um lado, a vitória do Movimento Negro de diversificar o chão universitário, do outro, uma usurpação do Estado com seus elementos excludentes e de interdição. Assim, um corpo que consome de uma política que lhe dá acesso a voz, mas que o assiste falecer no percurso do estigma de cotista e no racismo institucional e estrutural. Uma política de conformação em que o diploma aqui não é uma certeza, trata-se de uma promessa.

### 3 TRAJETO II – PISTAS METODOLÓGICAS PARA CAMINHOS INVENTIVOS E POIÉTICOS

Neste capítulo, é delineado o trajeto metodológico que foi usado para habitar o território da pesquisa, contextualizando o método cartográfico, os elementos éticos necessários e a formação do pesquisador-cartógrafo. Assim como também as primeiras análises institucionais da UEMA - Câmpus Caxias a partir da observação e da cartografia documental da Lei 9.295/2010, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os editais do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) e o levantamento das fichas de matrícula dos cotistas do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas de 2012 à 2024.

#### 3.1 Cartografia: mapa da pesquisa

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (Rolnik, 2016, p. 23).

Quando me foi apresentada a Cartografia no programa de Mestrado, um embrião de estranhamento começou a se formar no meu interior quando me deparo com um método que conflui intensidades do corpo-pesquisador, matéria do objeto, dos sujeitos e do plano da imanência, em processos poiéticos de conhecimento e de mundo. Indaguei: *Isso é possível?* Permito-me, então, conhecer cada uma de suas pistas em caminhos imperfeitos cimentados por muito entusiasmo, ao passo que também me deparo com uma realidade de jogos de poderes no campo do saber da universidade, pois, foi nesse campo, que vi e ouvi algumas vertentes desqualificarem e marginalizarem a Cartografia, junto a outros métodos decoloniais, que quebram com a perspectiva eurocentrada e dominante de ciência. Como se pesquisar com a emoção e afetos na produção de cientificidade, nas linhas não rígidas do processo, mas sem perder o rigor, fosse um desvio, um desfoco, uma “não ciência”. Como não pesquisar com amor sobre o meu objeto? Como não pesquisar com amor sobre os sujeitos oprimidos e invisibilizados historicamente via dores e ressentimentos? Na experiência desse primeiro afetamento, descubro que o campo da ciência não é neutro, é um campo de forças, exigindo dos meus passos a construção de um *ethos* na dimensão clínico-política que me direcionasse na apreensão do meu objeto de pesquisa, no caso, a trajetória de jovens negros cotistas.

Nesse sentido, compreendendo a importância e a escolha adequada do método nos estudos sobre pesquisa em educação, como um caminho, segundo uma epistemologia, que

possibilita apreender o objeto e produzir conhecimento (Gamboa, 2018), é intrínseca uma sessão que contextualize o método escolhido para a construção dessa dissertação, com vistas a compreender a sua articulação com a natureza do problema, os objetivos, o perfil dos sujeitos pesquisados e a perspectiva de produção e análise de dados que esse estudo se propôs.

A Cartografia emerge como um dos princípios do Rizoma nos escritos de Deleuze e Guattari em 1995. O Rizoma é comumente conhecido como um sistema de caules de extensão horizontal que se ramifica em todos os sentidos, no entanto, no campo filosófico, foi utilizado por esses autores supracitados para se referir a um tipo de pensamento que se opõe ao pensamento arbóreo, ou seja, de uma perspectiva inflexível em raiz-pivotante ou fasciculada que não possibilita abertura para as multiplicidades. Diante disso, consideraram que toda “lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 29), reproduzindo, desse modo, realidades, pensamentos e conhecimentos representacionais, através de capturas hegemônicas de realidades e identidades em pontos fixos, expelindo as linhas e os processos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Deleuze e Guattari (2011, p. 24) defendem: “Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”. A partir dessa afirmação, os filósofos propõem o pensamento em Rizoma como um campo de possibilidades mais aberto que privilegia as conexões, por isso, a multiplicidade – outro princípio, mas que atravessa os demais – ganha destaque para irromper as lógicas rígidas e proporcionar devires para novos saltos de subjetividades fora das estruturas de binarismos e de repetição. As multiplicidades, então, “se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem com as outras” (Deleuze e Guattari, 2011, p. 25).

Esse aporte teórico embasa e organiza o método da Cartografia, conduzindo para a seguinte compreensão: “Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2020, p. 10). Nesse viés, a Cartografia tem uma dimensão contra-hegemônica e contracolonial de produzir ciência, ao pensar a partir de outras formas de produzir saberes não eurocêntricos e de culturas marginalizadas, principalmente no que tange à ideia de que os dados são produzidos, criados e não coletados, a exemplo do que Silva (2022) fez com as oficinas de experiências e criação.

Essa aceção foi substancial para sua escolha e para fundamentar o caminho que construiu esse estudo, considerando que se trata de uma pesquisa das trajetórias de jovens negros cotistas em que se busca acessar o plano das experiências destes para identificar as

dificuldades, os modos de enfrentamento e as subjetividades produzidas no contexto da Lei nº 9.295/2010, que instituiu a política de cotas raciais do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas da Universidade Estadual do Maranhão – Câmpus Caxias. Esse contexto requereria de uma dimensão política de fazer ciência, tendo em vista que envolveria análise institucional na busca de desvelar as formas instituídas e os fluxos instituintes no rompimento dos sistemas de organização – este último, como se trata de insurgências, são corpos em movimentos, transformando-se, e a Cartografia, por ser método processual, acompanhariam eles e possibilitariam que refletissem sobre as suas práticas, fazendo-os se perceberem como sujeitos de direito e de voz ativa dentro do espaço de poder.

No Brasil, há movimentos de teóricos que organizaram esse pensamento rizomático de Deleuze e Guattari para trabalharem o método cartográfico. A presente dissertação se ancora, principalmente, nos volumes 1 e 2 do “Pistas do Método da Cartografia”, organizado, respectivamente, por Passos, Kastrup e Escóssia (2020) e Passos, Kastrup e Tedesco (2016), cujos materiais são frutos dos encontros de um grupo de docentes do curso de psicologia de distintas universidades públicas, que na busca de um método debruçado na produção de subjetividades e procedimentos abertos e mais inventivos, encontraram-se na Cartografia.

Ressalto, assim, outra característica desse método que despertou interesse e tornou-se assertiva a sua escolha: o da não prescrição, ou seja, não se organiza por regras e/ou protocolos, mas sim por “pistas”, pressupondo construir-se no percurso (Passos e Barros, 2020). Essa característica de flexibilidade, que não altera o seu rigor científico, é fundamental para pesquisas como essa no plano das experiências e nos processos de criação, não sendo uma operação possível a partir das lógicas representacionais ou num método prescrito de um manual, pois estaria reforçando uma realidade e não transformando-a.

Na tecitura desse estudo fiz uso de algumas pistas de acordo com as necessidades que se apresentaram no percurso da pesquisa e a sua temporalidade de produção. A primeira pista foi a da implicação do pesquisador, que me orientou a engajar-me na pesquisa com vistas a uma atitude de irromper com a neutralidade e distanciamento com o objeto, pois tratei-me “de cultivar uma posição de estar ‘com’ a experiência e não ‘sobre’ esta” (Alvarez e Passos, 2020, p. 142), renunciando as colonialidades do meu corpo e das formas homogeneizantes de pesquisar. Logo, na formação de pesquisador-cartógrafo, busquei estar aberto ao plano de forças e ao campo dos afetos, construindo uma estética fundamentada na temática da ética e do cuidado de si de Foucault (2014), construindo, desse modo, aspectos éticos e políticos direcionais para pesquisar jovens negros cotistas.

Trago, ainda, as reverberações da prática do Cartógrafo nas lentes de Rolnik (2016), cujas reflexões se confluem com as do pensamento supracitado:

A prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. E pouco importa que setores da vida social ele toma como objeto. O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar: desde os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência... Até os fantasmas inconscientes e os quadros clínicos de indivíduos, grupos e massas, institucionalizados ou não (Rolnik, 2016, p. 65).

Nas minhas andanças cartográficas no plano da imanência do território da pesquisa, o Diário de Itinerância foi um importante instrumento para narrar os meus passos e os afetamentos produzidos na produção da pesquisa. Para além dos relatos de informações objetivas e precisas, o Diário é um entrelugar filosófico que racha as descrições óbvias e busca “captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos” (Barros e Kastrup, 2020, p. 70). O diário, então, segundo Souza (2019), se torna também produtor de dados no processo de investigação, assim externando as implicações, transversalidades e linhas de fuga afloradas no terreno da pesquisa.

Outra pista que destaco, é o caráter de pesquisa-intervenção que a Cartografia possui, o que foi essencial para o engajamento das forças coletivas e para a análise das implicações. Essa análise, cimentada nos estudos de Passos e Barros (2020, p. 20), possibilitou romper as formas instituídas dos processos inconscientes da institucionalização no território da UEMA – Câmpus Caxias, geralmente presentes em toda instituição de mesmo sistema investigado, “constituindo valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, isto é, as formas que se instituem como dada realidade”, produzindo sujeitos alienados no plano da imanência. E foi nessa ótica interventiva, que também foi possível identificar os fluxos instituintes que escapam e passam “entre” os meios e ritmos do território, no caso, os jovens negros cotistas pesquisados, corpos de enfrentamento que se impõem aos seus modos contra os regimes ou os modos de subjetivação de assujeitamento dentro desse processo de institucionalização.

O tema da transversalidade foi intrínseco na pista da intervenção, nos desvelamentos dos movimentos insurgentes de autoria desses jovens negros cotistas da UEMA – Câmpus Caxias. Dentre as obras que articulam o seu conceito no campo clínico-político dos fundadores do pensamento em Rizoma apresentados anteriormente, destaco a que Guattari (1981) conceitua da seguinte forma:

A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos (Guattari, 1981, p. 96).

Diante do exposto, em diálogo com Passos e Barros (2020) e trazendo para o território da pesquisa em questão, as verticalidades são as formas hierárquicas, e as horizontalidades as formas homogeneizantes encontradas em um sistema de organização de uma instituição, postos como polos únicos. O papel da Cartografia, enquanto método de pesquisa-intervenção, é traçar um mapa de um terceiro eixo que passa entre esses dois polos: o transversal. É nesta linha, um interstício, em que ocorre os processos instituintes e comunicacionais ao produzir efeitos de caotizar e desestabilizar, os desarranjos das lógicas binárias e rígidas desses dois polos, por assim dizer, produzindo fugas e enfrentamentos para novas possibilidades de subjetividades e diferenciação, os devires minoritários – ou nos dizeres de Guattari (1981, p. 92), os “grupos sujeitos [...], de uma subjetividade com vocação a tomar a palavra”.

Um dos campos de possibilidade da intervenção foram as Oficinas de Produção de Dados, embasadas nas oficinas de experiência e criação de Silva (2022), utilizando-se de processos inventivos de técnicas e dispositivos poéticos e filosóficos, possibilitando aos corpos-participantes se engajar, afetar-se e produzir narrativas das experiências de suas trajetórias de jovens negros cotistas. Na perspectiva desse estudo, o sentido da experiência que faço uso é o do pensamento de Larrosa (2022, p. 32), compreendida como aquilo que nos passa, nos atravessa e nos toca, de que a “experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida”. Portanto, os saberes que se produzem a partir dela são particulares, subjetivos e relativos, não podendo ser vivenciada da mesma forma entre dois sujeitos; e o sujeito da experiência trata-se de um indivíduo alcançado, tombado e derrubado, isto é, um sujeito estremeado. Essa linha de pensamento dialoga com Silva (2022), quando a autora afirma que as experiências nada têm a ver com o tempo cronológico, mas sim com os atravessamentos vivenciados em situações de transformação de si.

Inicialmente, as oficinas iriam ocorrer somente no formato “grupo-participante”, no entanto, devido às dificuldades de alguns dos participantes não conseguirem se juntar ao grupo, mas no processo de recrutamento demonstrar forte interesse, a reformulação para o formato individual foi necessária – as oficinas nômades –, atestando a flexibilidade do método e a pista da inclusão. O formato do grupo-participante ancorou-se na pista do plano comum, direcionamento fundamental em conexão a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (2011) que a Cartografia se ancora. Essa pista supracitada, parte de um conceito político que opera

num coletivo ligado por um fundo comum, que gera um sentimento de pertencimento no grupo-participante, mas que também se respeita às individualidades heterogêneas, valorizando as suas singularidades.

Trata-se de um conceito político por excelência, já que comum é experiência de “decisão concertada” a que somos convocados e mesmo forçados a fazer na partilha do coletivo. Entre o lógico (universal) e o político (comum) define-se, portanto, uma diferença de direção na experiência – a montante e a jusante dela – o que nos permite pensar uma coexistência que não abole a fricção e na qual o esforço de construção marca presença (Kastrup; Passos, 2016, p. 21).

Trazendo essa lógica para o construto desse estudo, o grupo-participante, formado por jovens negros cotistas do Sistema Especial 1 da UEMA – Câmpus Caxias, criaram laços de pertencimento por partilhar a mesma Política de Cotas, no entanto, os efeitos sob cada um causados por essa política produziram experiências singulares, como constata as narrativas orais e escritas. Nesse sentido, foi valorizado a produção do conhecimento coletivo, assim como também a produção individual a partir de implicações enquanto sujeitos instituintes que geraram vivências, novos significados, opiniões, ferramentas, afetos ao longo da graduação. Por isso, na Cartografia os dados não são entendidos aos moldes tradicionais de pesquisa, no sentido de coleta, mas como uma produção e cultivo (Barros e Barros, 2016); no caso, esses dados serão esses conhecimentos e experiências produzidos no processo, que foram cruciais para analisar a política de cotas da UEMA – Câmpus Caxias.

Essa ótica permitiu ainda uma ponte dialógica com a pista da dimensão participativa dos jovens negros cotistas, possibilitando análises de si e de mundo, para novas transformações de si e de mundo, tanto no formato grupo-participante quanto no formato individual. Nesse caminho, possibilitaram que eles refletissem sobre as suas práticas, fazendo-os se perceberem como sujeitos de direito e voz instituinte dentro do espaço de saber da UEMA – Câmpus Caxias. Nesse viés, Kastrup e Passos (2006) afirmam que:

a participação dos sujeitos envolvidos na pesquisa cartográfica significa fazer valer o protagonismo do objeto e a sua inclusão ativa no processo de produção de conhecimento, o que por si só intervém na realidade, já que desestabiliza os modos de organização do conhecimento e das instituições marcados pela hierarquia dos diferentes e pelo corporativismo dos iguais (Kastrup; Passos, 2016, p. 27).

### **3.2 Elementos éticos da pesquisa**

Planejou-se para esse estudo um público-alvo constituído por 12 participantes jovens autodeclarados negros no Sistema Especial 1 do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino

Superior (PAES), que cursasse a graduação, nos cursos de licenciatura e bacharel, ou que fossem egressos da instituição. A justificativa para esse estabelecimento de público, levou em consideração que a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA – Câmpus Caxias) possui 12 cursos de graduação, distribuídos em 10 licenciaturas e 2 bacharéis, será escolhido um aluno de cada curso para participar dessa pesquisa, respeitando os critérios de inclusão de perfil de participantes, no caso jovens negros cotistas autodeclarados no Sistema 1 do PAES. Totalizando, dessa forma, 12 participantes da pesquisa.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram ser jovem autodeclarado negro no Sistema Especial 1 do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior (PAES), que estivesse cursando a graduação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA – Câmpus Caxias), nos cursos de licenciatura e bacharel, ou que fossem egressos da instituição, que aceitassem participar da pesquisa. Para os possíveis casos de aparecer uma quantidade superior ao estipulado, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: 1) na situação entre cursante e egresso, será optado aquele que for ainda cursante tendo em vista a maior disponibilidade de participação nas oficinas; 2) para as situações entre cursantes, será escolhido aquele que, além de autodeclarado negro, se define da cor preta, informação constada na ficha de matrícula arquivada no setor de registros e controle acadêmico da universidade; 3) por último, que seja residente de bairros periféricos de acentuada vulnerabilidade, informação também presente na ficha de matrícula do estudante.

Considerando que é um estudo científico com seres humanos, respeitou-se atender toda a legislação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (CEP/UFPI), que para iniciar quaisquer passos da pesquisa foi aguardado a assinatura da Carta de Anuência, que me concebia autorização institucional, bem como o Parecer de aprovação do projeto de pesquisa, nº 6.941.306/CEP-UFPI, recebido no dia 10 de julho de 2024.

Logo, no contato com os participantes da pesquisa, além destes assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi reforçado os possíveis riscos que a pesquisa poderia apresentar, estariam ligados às condições emocionais dos jovens negros cotistas na ocasião das oficinas de produção de dados, visto que acessariam memórias quando partilhassem suas experiências na trajetória enquanto cotistas, que podem estar relacionadas a algo desagradável e de abalos, assim, podendo provocar constrangimentos. Caso isso aconteça, terá todo o auxílio dialógico do pesquisador responsável, pausas ou, se necessário, atendimento psicológico.

Ao passo que também foi reiterado os benefícios dessa pesquisa, que são bastantes significativos. Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa permitirá aos participantes

refletirem sobre as suas trajetórias enquanto jovem negro cotista, de como as experiências que os atravessaram de alguma forma contribuíram nos modos de enfrentamento e subjetivação que os levaram a tornar-se sujeito de afirmação. A produção de dados de suas narrativas serão cruciais para analisar a concretização da Lei, de como ela vem sendo implementada, ou não, desde o ano da sua publicação.

Desse modo, pretende-se contribuir para o acervo de estudos científicos relacionados aos efeitos da Políticas de Ações Afirmativas de recorte racial nas universidades públicas brasileiras, proporcionando reflexões e continuidade da pesquisa, sendo consistente um olhar cartográfico sobre a política de cotas a partir dos próprios jovens negros. Reforça-se a importância dessas políticas em possibilitar melhores perspectivas de vida aos beneficiários e estratégia significativa de enfrentamento do racismo institucional no processo histórico de exclusão da população jovem negra presentes no ingresso ao ensino superior.

### **3.3 “O cacho do Samuel e o sapato velho da Maria”: Rastros inscritos no caminho de volta na formação do pesquisador-cartógrafo**

*“Deixe-me ir  
Preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar  
Se alguém por mim perguntar  
Diga que eu só vou voltar  
Depois que me encontrar  
Quero assistir ao sol nascer  
Ver as águas dos rios correr  
Ouvir os pássaros cantar  
Eu quero nascer  
Quero viver”*

*(Preciso Me Encontrar – Cartola)*

Escrever neste capítulo sobre as minhas experiências e reverberações que me fizeram implicar no objeto da pesquisa, numa perspectiva decolonial de construções de afetos, numa perspectiva cartográfica de engajar-se e ser intrínseco dos processos, na construção estética de pesquisador-cartógrafo que pesquisa a trajetória de jovens negros cotistas, desse modo, superando para além das justificativas de um pesquisar clássico, foi uma das etapas mais difíceis do processo de criação desse estudo. Considerando que nos trabalhos acadêmicos de graduação e especialização nunca se teve a necessidade de falar sobre si, voltar-se para si, tecer de maneira encarnada no campo científico, pois nas raras vezes que surgiu a oportunidade desse olhar e de se colocar na enunciação, eu era puxado de volta para o campo do impessoal. Quando eu sou

convocado a se visibilizar, a ressoar a minha voz em meio as palavras, sou tomado por questionamentos: A quem interessa saber quem sou numa pesquisa que já tem o seu objeto, território e participantes definidos? O que *me* interessa saber sobre mim, o que eu sinto, o que me afeta, o que me atravessa? Que peso a minha trajetória tem para com as trajetórias da cena principal desse escrito?

Uma escrita não linear. Um caminho de volta. Olhar para atrás. Revisitar o passado não no sentido de se prender nas nostalgias de uma falta não superada, de ser ingrato com o presente e com o que me tornei, me constitui, querendo voltar para subjetividades que já me despi e me despedi. Muito pelo contrário, tratava-se de um cuidado de si que percebi que nunca me dispus, de um “ocupar-se consigo mesmo” como traduz Foucault (2014, p. 58). De olhar para minha trajetória e se perceber corpo em movimento, um corpo tombado que deixou seus rastros, o que me configura também um corpo inscrito na invenção de modos de enfrentamento frente as linhas de exclusão, subalternidade e violação de direitos humanos que me atravessaram enquanto jovem, negro e de periferia nos territórios que andarilhei. As artes da existência, nos dizeres de Certeau (1998), que me fizeram chegar até aqui.

A construção dessa estética na produção desse estudo aconteceu de maneira processual. Portanto, no meio do caminho, pois, “o que conta em um caminho, o que conta em uma linha é sempre o meio e não o início nem o fim” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 38), percebi que a formação do Cartógrafo não se tratava apenas de atribuições técnicas, apreensões neutras, justificativas superficiais e à parte para suprir a cartilha acadêmica, mas, de compreender a mim mesmo, fazer-me existir na pesquisa para além das descrições da capa e de rodapé. Ressaltando, desse modo, a direção política do método cartográfico de extrapolar os limites científicos com suas pistas que possibilita a transformação, na construção de um *ethos* comprometido com os aspectos éticos e políticos de pesquisar a trajetória de jovens negros cotistas da UEMA - Câmpus Caxias, como aponta a pista cartográfica de César, Silva e Bicalho (2016):

O compromisso nesse ponto é com a potência e efetuação da vida na abertura e diferenciação do ser. Desdobra-se a afirmação de uma política afirmadora da vida, que ativa a experiência de constituição de modos de existência singulares na aliança com o coletivo em nós. A inseparabilidade entre ética e política reposiciona as práticas de produção de conhecimento na direção crítico-criadora, abrindo condições transformadoras do que somos e fazemos (César; Silva; Bicalho, 2016, p.155).

Na compreensão de si, valorizei a minha vida! E para quem investiga a trajetória de Jovens Negros Cotistas em transversalidade com a perspectiva do educar em direitos humanos, é importante compreender que seu principal fundamento é a vida (Horta, 2003). Então parti da

minha e, principalmente, da outridade que aqui inclui no campo do pesquisar para dissertar sobre política de cotas para negros na UEMA – Câmpus Caxias. O cuidado de si, então, ganhou firmeza nas suas práticas. Quando me dediquei a isso passo a enxergar o quanto o meu corpo tinha produzido tanta história, inscrita em cada parte da sua superfície sensível, em cada célula, em cada átomo, e com elas algumas experiências que me atravessaram e me marcaram. Aos vinte e quatro anos, idade em que ingresso no programa de mestrado, eu portava uma bagagem de afetos, que nas lentes de Rolnik (2018, p. 110) são os “efeitos das forças do fluxo vital e suas relações diversas e mutáveis que agitam as formas de um mundo” que nos constitui na condição de viventes.

Por não ter sido cotista na graduação, *apenas* no ensino médio no IFMA - Câmpus Caxias, entre os anos de 2014 a 2016, a priori abriu-se um enorme abismo entre mim e o objeto de estudo que movimenta esse escrito, criando um ingênuo flerte com a desconexão, a não implicação. Isso já começa no momento da construção do pré-projeto como um dos requisitos na inscrição para concorrer a uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGEEd-UFPI), quando na alimentação do meu desejo de ingressar no mestrado, uma professora da graduação, a Profa. Dra. Maria Bertolina Costa, me sugere tal tema para discorrer. Não enxerguei o jovem, não enxerguei o negro, enxerguei apenas o cotista nas atribuições de afirmação do instituído que, geralmente, é estereotipada e representacional. Ignorei o sujeito e olhei apenas para a política pública, para a norma, que geralmente na mesma intensidade que promove inclusão também instaura novas subalternidades sutis.

Evidencio aqui uma conduta da indiferença para com o outro e a mim mesmo. Uma indiferença que escapa da minha prática inconsciente, dos olhos treinados, corpo docilizado, do vício da exclusão normatizada. A indiferença que me refiro é a do sentido político da abordagem do tema, a que o Estado performa ao dispor de um arranjo de políticas que comumente não foca na sua efetivação, ter leis por apenas ter, resultando em políticas de abandono, acabando por atingir corpos específicos na vida terrena dos viventes. Uma prática que reflete e se naturaliza na própria conduta dos personagens que compõem a sociedade civil, levando a sua reprodução de forma consciente e inconsciente. Essa indiferença anestésica que temos mediante a esses violados, até mesmo a nós mesmos, é também compreendida como um dispositivo de exclusão que inferioriza, subjuga e elimina grupos ditos minoritários (Silva, 2021).

Debater sobre a indiferença torna-se inevitável não falar de colonialidade, que orienta de modo impregnante e pegajosa a formação das relações sociais com base numa mentalidade eurocêntrica de dominação, de conquistadores e conquistados (Quijano, 2005). Um germen do

colonialismo em tempos de modernidade que subjuga e escraviza corpos para além do tronco, dos açoites, correntes e senzalas, que manteve viva após o “fim” das teatralidades da violência da escravidão e do poder soberano. Trata-se de prisões mentais, “sendo capaz de colonizar até mesmo o próprio imaginário dos dominados” (Vaz e Ramos, p. 176), se mantendo até os dias atuais numa estrutura dita moderna e civilizada que afeta nossas subjetividades. Uma gaiola que nos empurra desejos que não são nossos, modelos de corpos ideais que não estão ao nosso alcance, que nos deixam míope. Inconscientemente, eu era o prisioneiro mais dedicado dessa gaiola, não enxergando os meus semelhantes e o quanto compartilhávamos os mesmos traços fenóticos e destinos prontos de um mundo que quer nos eliminar a qualquer custo.

Ao adentrar no programa de mestrado, no chão universitário do PPGEd-UFPI, na segunda tentativa de seleção, essa indiferença se irrompe, bem como a colonialidade entranhada no meu corpo. Faço movimentos de sutura desse abismo para com o objeto e os sujeitos pesquisados que a estrutura colonialista me levava a acreditar um distanciamento. Pensamento descartado quando na construção de categorias de análise me sinto atravessado criando um sentimento de pertencimento junto aos contemplados do critério de inclusão que essa dissertação define, produzindo, assim, efeitos em um novo processo de subjetivação.

Uma desconstrução que se efetiva de maneira processual a partir de dispositivos filosóficos, poéticos e artísticos, oficinas cartográficas de experiência e criação, dentre outros modos inventivos de construir uma epistemologia da fronteira a partir do componente curricular “Tópicos Especiais II: Educação em Direitos Humanos, Políticas Afirmativas e Diversidades Étnicas Raciais”, ministrada pela orientadora Profa. Dra. Maria do Socorro Borges da Silva, vivenciada no semestre 2023.1.

Nesse componente curricular em conjunto com outras orientandas da mesma professora, somos convocados a assumir um compromisso com os estudos cartográficos das Ações Afirmativas, cujos objetos de estudo de cada um margeia a fronteira da exclusão e é posto o desafio para se pensar e criar categorias sob o ideário da interseccionalidade (Vaz e Ramos, 2021) e da transversalidade (Passos e Barros, 2020) que atravessam raça, gênero, classe, geração e dentre outros possíveis marcadores sociais da diferença. O coletivo e os momentos de poiesis (Silva, 2022) que se constrói a partir de uma perspectiva de educar em direitos humanos que fortalece as nossas performances enquanto pesquisadores-cartógrafos, é uma ocasião que se conflui com a ideia de “cruzo” traduzida por Rufino (2021, p. 30) em seu escrito:

Firmo que o cruze não concilia, não ameniza e não apazigua nenhuma violência produzida contra as diferenças de um mundo plural. Pelo contrário, ele ressalta o conflito. Não o bélico, que só entende a lógica do extermínio, e, sim, o tido como caos

que demanda diálogo na diferença e na responsabilidade dos atos. Dito de outro modo, demanda um certo jeito de corpo, de até escorregar, mas sem cair.

O componente curricular “Tópicos Especiais II: Educação em Direitos Humanos, Políticas Afirmativas e Diversidades Étnico-Raciais”, foi um ponto de encruzilhadas, “no sentido de vários caminhos que se cruzam” (Silva, 2022, p. 17). Éramos um grupo constituídos por quatro orientandos, duas veteranas e dois calouros, cada um com um objeto distinto e singular: jovens negros cotistas, questão indígena, mulheres negras na EJA e mulheres negras do movimento de base. Evoca-se, então, a dimensão do coletivo de um plano comum em prol da “partilha de um bem” produzindo um “efeito de pertencimento” nos dizeres de Kastrup e Passos (2016, p. 21). Tratava-se de viver o comum, um resgate da coletividade como um rico saber dos nossos ancestrais africanos e indígenas que provocaram, de maneira não intencional, a ira e ressentimento do branco colonizador.

Uma prática que produziu em mim um afetamento, pois nunca tive essa experiência do viver em coletivo, que não fosse em casa com a minha família, raramente para além do batente, o que constituía como algo “natural”. Após as leituras das categorias que formam a epistemologia para a construção desse escrito, deparo que condutas individualistas da sociedade, são efeitos da estrutura que dinamiza os corpos e as relações de saberes e poderes com base no individualismo, na competitividade, na instrumentalização de afetos, na destruição da outridade e do diferente.

Algo engendrado na trajetória de corpos negros segundo os estudos de Souza (2021, p. 51), ao discorrer que a construção da emocionalidade destes, subordinada ao ideário do branco, renuncia a sua “identidade enquanto indivíduo e enquanto grupo” ao enxergar seu grupo de origem como referência negativa e como “um lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente”.

Nasce, então, o Ninho. Categoria que invento para designar a união desse coletivo de pesquisadores, considerando que superava o termo grupo, atingindo outros níveis de vivência de mãos dadas. O Ninho foi acolhedor, materno, irmandade, inventivo, aconchegante, multiplicidade, educador. Um suspiro em meio ao caos, turbulências, frenesis. Laboratório para colocar em prática o que seria o educar em direitos humanos, um processo de aprender com base nos valores da cooperação, solidariedade, participação, respeito mútuo (Horta, 2003). Provocador, tremia as nossas bases ao acessar os nossos planos de experiências. Uma insurreição, incômodo àqueles que reclamavam de suas gaiolas. Foi amor nas suas práticas.

[...] A sala gélida com um leve cheiro de morfo era recheada por mim e por mais três desbravadoras: uma que ingressou no mestrado junto comigo (Flávia) e mais duas que haviam iniciado o programa no ano interior (Zenilde e Maria Naira). Ali cumprimentávamos timidamente, entre sorrisos e análises, enquanto esperávamos a professora chegar [...] Socorro Borges dispensa formalidades, apresentando um ritmo próprio e autêntico de interação. Oscilava entre a calma e agitação. Agitação era mais presente. O seu ritmo de conversa era dinâmico, fluía tão natural, parecia que nos conhecia desde o berço. Apontava curiosidades de cada um de nós, inclusive da minha pessoa, o que me deixou bastante intrigado. Aparentava ser objetiva e passar isso para gente era a sua meta, ao passo que tinha um cuidado nas palavras, palavras essas bastante carregadas, tinha um “q” de poesia quando as proferia à medida que o diálogo conosco transcorria. A cientificidade ia de encontro com a poesia no ser Socorro Borges, de mãos dadas no seu interior externava afeto, conforto e foco nas madeixas loiras e nas mãos que cortavam o ar ao gesticular. Era evidente o prazer que tinha de falar de si, das trajetórias que já havia cortado esse mundo, como uma forma de convite para trilhar junto. “*Agarra na minha saia e vamos fazer pesquisa, fazer história juntos!*”, assim disse em um dos momentos e me marcou. A sua performática quebrava as formas rígidas do construir ciência que minha mente havia idealizado, cuja humanidade afirmada não interferia no rigor científico. Ali se formou um “QG”, um núcleo, um conjunto, um Ninho. O nosso Ninho. Um Ninho de anseios, direcionamentos, angústias, soluções, medos, luz para os caminhos tortuosos que iremos trilhar (Samuel, Diário de Itinerância, 2023).

Diante do exposto, essa quebra das formas rígidas de apresentar cientificidade pela professora, conseqüentemente também no processo de criação, já mostrava uma pista cartográfica encarnada: a de um método pautado em “procedimentos mais abertos e ao mesmo tempo mais inventivos” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2020, p. 8). Essa pista, então, era corporificada na performance da professora, ao estabelecer uma relação proximal, num plano não hierárquico, já no primeiro encontro do Ninho. Essa característica foi constante e atravessou toda a experiência em grupo do componente curricular.

Éramos um corpo-político-movente, tendo em vista que nossos encontros externava a veia da poiesis (Silva, 2022) ao procurar modos inventivos para a criação da nossa epistemologia da fronteira, de apropriação dos conteúdos e partilha dos saberes em cenários que não fosse somente em sala de aula, sentados em carteiras. Incorporamos uma filosofia nômade ao não ter medo de desbravar pontos não fixos, assim como os pensamentos são movimentos infinitos, colocávamos às construções de categorias em movimento, desse modo, rompendo com o poder disciplinar das formas instituídas de ministrar e assistir aula. Na beira das águas, sobre a colcha de cama, com os pés mergulhado nas águas, em contato com o chão, na praça de alimentação da universidade. Criando e deixando rastros de afetos em cada um desses pontos.

**Figura 1 - Mosaico de afetos<sup>3</sup>**



Fonte: Arquivo pessoal.

Descrito o processo de constituição do grupo, quer dizer, do Ninho, parto agora para os relatos das provocações particulares que me fizeram descortinar das colonialidades e indiferença para com o objeto de estudo e sujeitos que compõem a minha pesquisa, fazendo-me implicar e construir um sentimento de pertença no plano de forças. Nesse ponto, percebendo um certo vício pelas representações e estereótipos que meu corpo manifestava, Socorro Borges cria dispositivos artísticos, filosóficos e poéticos para agenciar o processo de ruptura, de transformação em nós orientandos. Tais dispositivos, instrumentos fundamentais no método cartográfico para aguçar e engajar os sujeitos no acesso ao plano das experiências (Passos e Kastrup, 2016), vieram à tona nas emergências, no chão das experiências em grupo, cujo potencial que apresentava era aproveitado no pano de fundo de nossas temáticas por meio de movimentos transversais e interseccional.

Para início de conversa, a professora me provoca com uma pergunta que foi disparadora para se pensar não só a minha pesquisa, a estética de pesquisador que deveria assumir, mas a minha trajetória como um todo: *“Se eu juntar o cacho do Samuel e o sapato velho da Maria, no que resultaria? Produziria alguma coisa?”*. Esse questionamento provocou tremores no meu corpo, gerou inquietações. A priori não fez sentido para mim, tendo em vista que estava ali para pesquisar sobre cotas, sobre a trajetória de jovens negros cotistas da UEMA - Câmpus Caxias, sobre os resultados positivos e negativos. Falar sobre cabelo, sapato e corpo fugiam da minha ideia do que seria cientificidade, fugiam das minhas exatidões e daquele roteiro de passos que

<sup>3</sup> O título dessa fotografia é inspirado em um dos trechos retirados das discussões de Souza (2021), do seu livro “Tornar-se negro”.

fiz para a pesquisa antes de adentrar no programa de mestrado, isso antes de saber que a Cartografia é um método “que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos” (Passos e Barros, 2020, p. 17).

Não consegui elaborar a resposta para tal indagação e a professora não me entregou pronta, assim perdurei até os momentos finais dos encontros da disciplina quando colhi pistas durante o caminho que me levaram a compreender e construir uma resposta. Agora, após a apropriação das leituras, vejo tal questionamento como uma ação certa que ladrilhou o meu caminho das pedras na pesquisa, produzindo afetos e embriões de estranhamento para a mudança, como diz Rolnyk (2018, p. 111):

Na experiência subjetiva fora-do-sujeito, o outro vive efetivamente em nosso corpo, por meio dos afetos: efeitos de sua presença em nós. Tais efeitos se dão no âmbito da condição de viventes que ambos compartilham, e que faz deles um só corpo. Ao se introduzirem em nosso corpo, as forças do mundo compõem-se com as forças que o animam e, nesse encontro, o fecundam. Geram-se assim embriões de outros mundos em estado virtual, os quais nos produzem uma sensação de estranhamento.

O primeiro dispositivo dessa seara de rupturas para com um corpo colonializado, foi o artístico, por meio da produção de uma arte relacionada a nossa primeira leva de leituras que esboçasse os saberes individuais e coletivos somada as experiências que nos atravessaram no estudo das obras, cujos autores foram: Krenak (2022), Hooks (2022) e Sodré (2023). Essas leituras constituíram um importante tripé que trouxe temas que incidiram sobre os nossos objetos de estudo, transversalizando categorias de análise indispensáveis para o nosso cartografar da pesquisa, sob um viés decolonial de pensamento e de condutas, como: confluências, pertencimento, coletividade, ancestralidade, dispositivo, decolonialidade, comunidade, diferença. O que possibilitou cimentar uma epistemologia da fronteira que emerge e reverbera de saberes do chão da realidade, de práticas instituintes, de micropolíticas, da insurreição contra as ciências ditas neutra e de experimentações. Leituras que deixaram seus embriões, sementes da estranheza, numa tecitura de textos que mostraram abordagens brandas e cruas numa velocidade e lentidão quando necessária.

Mexido com as passagens das palavras nas obras quando lidas sozinho e as reverberações que ocorreram no momento da partilha no Ninho, faço a seguinte arte:

**Figura 2 - Confluências**

Fonte: Arquivo pessoal.

Intitulo o desenho de Confluências. Esse título tem fortes inspirações na ideia de Krenak (2022, p. 40-41) que muito bebeu da fonte do já encantado Nêgo Bispo para falar do termo confluências, aqui utilizo no sentido de evocar “um contexto de mundos diversos que podem se afetar” nos seus encontros. Um termo que casou super bem e não consegui vislumbrar outro para tal momento. Eram três livros distintos, assim como os seus pensadores, três mundos a sua singularidade que em muitos pontos se chocavam, não de maneira violenta e destrutiva, mas no desejo de despertar vidas e criar outras a partir dos saberes ancestrais e dos movimentos de resistência. Foi um convite para um olhar na profundidade de si e para imensidão do mundo, um movimento que se bifurca de dentro para fora e de fora para dentro, que não sei ao certo onde começa e não sei aonde vai, por isso a ilustração do espiral: não vejo o seu início, não vejo onde termina, mas no meio encontro a rebeldia e nasce a vontade de mudança.

Começo, então, a me implicar no objeto. Vago em outras rotas difusas de questionamentos sobre a minha trajetória, questionando as minhas condutas de agora e de muito antes: Se eu fui cotista no ensino médio por que não continuei a performar o ser cotista na graduação e na pós-graduação? Por que o interesse em pesquisar cotas no programa de mestrado se eu poderia escolher outros caminhos de objeto? Os meus pensamentos, de um corpo em aberturas, conseguiram ramificar outras rachaduras escondidas no meu mais profundo íntimo: Por que a minha preocupação precoce da busca pelo mundo do trabalho no fim do ensino médio? As razões que me levaram a recusa das vagas nos cursos de História da UEMA – Câmpus Caxias e no da UFPI (nesse, sendo cotista) tem relação com os marcadores de raça e juventude que atravessam o meu corpo?

Comecei a enxergar as inscrições no meu corpo que também me fazia cotista na vida acadêmica. Emergia, assim, a compreensão do “de fora” que poderia estar dentro da

universidade pública, dentro de uma política de cotas. As cotas, que muito me cabia, escorregaram dos meus dedos, do meu corpo desejoso pelo gozo da afirmação política de si do ser sujeito, embora uma ideia desconhecida do meu campo de cognição na época que me levou a um desencontro melancólico que me conduziu ao terreno da esfera privada da faculdade, da homogeneidade da ampla concorrência, dos universais e da igualdade do Direito avessa da diferença, onde o devir jovem negro foi reprimido e vagou no limbo durante um longo tempo até o chão do mestrado.

Busco exprimir esses atravessamentos no desenho. Consigo em parte, no entanto, a outra que revelava uma colonialidade que fugia do meu consciente, mas que meu corpo falava através da arte, como eu relato no meu Diário de Itinerância posterior ao episódio da descoberta, tanto as intenções no processo de criação, quanto ao que resultou:

***CORPO QUE FALA - Caxias, 30 de maio de 2023***

[...] Na penumbra do vazio, no silêncio que ecoava naquele cômodo do apartamento, enquanto as colegas ressonavam em seus quartos, busquei canalizar ao máximo tudo aquilo que absorvi nas leituras. Absorvi em mim. Afundei meus dedos na tinta para tracejar os espirais e deixei o meu corpo falar, desabafar, gritar em silêncio... Na sombra da minha mão que dançavam sobre o papel se escondia a garra do meu “eu” colonialidade. A garra-parasita que logo iria extrapolar os limites da empolgação e viria à tona para o seu desvelo. O desmascarar. O desvelar. O primeiro espiral era doce e harmonioso, bem definido com círculos quase perfeitos, na cor azul para representar o fluxo de rios-ancestralidade-natureza de Ailton Krenak. Em seguida, veio o espiral verde, encantador e nostálgico para nos recordar das colinas-memórias-pertencimento de Bell Hooks, tão graciosa em sintonia com o primeiro, acompanhando cada circular da tinta azul. E lá vem o vermelho, espiral cru e violento rasgando direções, escondendo-se entre as cores vizinhas, causando tormento, desaconchego, mudando de forma para representar fascismo-racismo-violência-cor de Muniz Sodré. A coreografia dos dedos parou por um instante, levando-me ao engano de que havia finalizado. Olhei para aquele papel, num momento vazio, noutra tracejado e colorido. E fixamente continuei a encará-lo. Aqueles espirais que começavam abertos e se estreitavam fechando num talvez fim. Aos poucos comecei a me sentir levado para outro canto que não sabia bem definir, eu sabia que era para as lembranças, mas o que exatamente queria recordar? Me vi navegar pela minha trajetória como toda vez quando estou escrevendo ou assistindo aula da minha orientadora, mas dessa vez o navegar era apenas nas dores, nos vazios, nas tristezas, no eco. Ali olhando para aquele desenho acessei algo que eu sempre ignorei me permitir sentir esse tempo todo: a dor. Será isso que me impede de avançar? Uma experiência cruel o sentimento que aquela arte despertava em mim e se enroscava nos espirais. Corpo estático, mas os olhos pesados de sono pousavam no desenho e naquela única lâmpada que timidamente iluminava o espaço. Logo me recordei das narrativas de Hooks (2022), dos seus traumas, sobretudo a passagem que dizia que seria necessário admitirmos o nosso sofrimento para o alcance da alegria, da cura. Sobre isso, perdoar e se autoperdoar, ainda estou a passos lerdos. Imediatamente, sem pensar duas vezes, afundei meu dedo na tinta P R E T A e fiz dela o arquétipo das dores e sofrimento da autora supracitada, das sensações ruins que aquele desenho me causou. O desajeito e a faltosa habilidade tracejou um caminho enegrecido destoante sobre o papel, sobre o desenho, sobre as ideias das obras. A tinta preta, ora espiral, ora falhado, ora manchas, era algo forte que associei as trevas que ali pairavam no desenho-espiral-ideias, causando impacto descomunal. A dança dos dedos terminou (Samuel, Diário de Itinerância, 2023).

A colonialidade aqui foi expressa por meio de representações das cores, em que atribuo sentimentos bons e puros a tonalidades mais “claras”, enquanto para tonalidades “escuras” da tinta atribuo os afetos que me incomodam, causam-me náuseas, lembram-me dores, assim como na lógica de nomear “mercado negro”, “magia negra”, “a coisa tá preta” quando é algo negativo. Essa prática é muito comum no nosso cotidiano, geralmente geradas através da nossa formação escolar e na formação religiosa cristã, a partir dos livros didáticos e paradidáticos, da musicalização, das atividades da disciplina de arte, apresentações de jograis, que internaliza em nosso pensamento e nas nossas linguagens.

Sinteticamente, de maneira inconsciente, eu reforçava a ideia do preto como referência negativa das coisas como apontado por Souza (2021) em parágrafos anteriores, seja para cores, seja para situações, seja para corpos outros, isto é, o preto é o território de “expurgo do mal do corpo branco” (Carneiro, 2023), e mesmo apresentando traços afrodescendentes e me propondo a estudar política de cotas e a categoria raça, não me tornava isento desse olhar e das práticas do colonizador, necessitando desvelar os meus preconceitos e renunciar essa camada.

O terceiro dispositivo que surgiu não foi planejado, emergiu a partir de algo corriqueiro de um hobby que sempre gostei que foi tirar foto, que muitas das vezes eram fotos que capturavam a sensibilidade da cena, a emoção ou pensamento daquele instante. Certo dia, estava eu sentado ao chão no apartamento de uma amiga lendo a obra “Filosofia do Chão” (Silva, 2022), a tese da então professora em formato de livro, muito embora ainda me considerando um fruto verde nas discussões filosóficas e decoloniais. Em situações como essa de dificuldade de compreensão de leitura eu sempre buscava exemplificações e representações, e nessa ocasião não foi diferente, coincidentemente me deparei com uma parte do cômodo que muito se encaixava com os atravessamentos da leitura – no caso, era sobre as linhas abissais, “deste lado da linha [...] do outro lado da linha” (Silva, 2022, p. 96) –, levando-me a fotografar o que meus olhos viam. Logo em seguida da captura da foto, envio para a minha professora.

**Figura 3 - Janela do devir**

Fonte: Arquivo pessoal (2023)

A foto é polifônica (Bakhtin, 2013) no sentido de produzir várias vozes, consciências, interpretações. Isso foi perceptível a cada uma das pessoas que eu a apresentava e as respostas eram de olhares divergentes ou de confluência, desde afetamentos que ela produzia em alguns, bem como para outros que nada sentia ao vê-la. Enquanto eu buscava representar um conceito de um livro me colocando fora da sua discussão, alheio, não implicado, o trecho tinha muito a falar sobre mim e, novamente, devido a uma colonialidade, eu me encontrava cego. Caía no campo representacional ao interpretá-la da seguinte forma: dentro do cômodo é o “deste lado da linha”, raso e vazio que ilustrava o pensamento eurocêntrico; a parede é o “abismo estrutural” que segregava mundos, culturas; a parte de fora é o “do outro da linha”, cuja imensidão do céu azul e vívido, ilustrava o vasto conhecimento rico que é produzido por uma minoria apagada.

Sou confrontado pela professora a pensar a janela como devir e o livro como o sujeito. Essa perspectiva acendeu para a minha desatenção em olhar para a cadeira vazia de um sujeito, mas que nela reconfortava um corpo-livro de palavras que não eram ocas e trazia uma multiplicidade de vozes de modos inventivos de educar em direitos humanos que irrompe a ciência positivista e a educação formal com vieses eurocêntricos. Para além disso, o meu olhar volta para quem estava naquele cômodo, dito “deste lado da linha”, construindo um cenário, um olhar para mim fazendo parte do território de poder que domina. No entanto, mesmo pisando no campo do instituído – um programa de mestrado, o PPGEd-UFPI –, eu pesquisava vozes e formas instituintes de rompimento, respectivamente, trajetória de jovens negros cotistas e a

política de cotas raciais da UEMA - Câmpus Caxias. Eu performava uma tática (Certeau, 1998) de corpos insurgentes que se mune intelectualmente para romper estruturas de dentro para fora.

Neste instante, reconheço-me como sujeito-pesquisador e de como construí modos de enfrentamento para chegar até o mestrado, rebelde às narrativas postas que tentaram estigmatizar o meu corpo negro, jovem e periférico, impor-me um fim. Isso foi um dos pontos de ruptura mais violentos do descascar de camadas do corpo e de pensamento que me abalou, porém, foi necessário para a minha constituição de um sujeito encarnado com a pesquisa, que se sinta atravessado, que possui um compromisso para corresponder os anseios daqueles fora do programa, do meu povo, assim reivindico o lugar discursivo para afirmação de uma

ética, porque indica a decisão do falante de fazer-se responsável por seu discurso; estética, já que reconhece a importância do conteúdo, da forma e dos vínculos específicos que esta cria; e política, porque pretende um lugar no emaranhado de relações contemporâneas (Najmanovich, 2001, p. 8).

Evidencio, ainda, uma prática intrínseca na minha trajetória que também foi muito presente entre os meus ancestrais afrodescendentes escravizados no Brasil colonial: a luta pelo direito a educação como caminho para as liberdades possíveis dos territórios de expurgo. Vejo-me também atravessado pelas veladas engenharias modernas que tentavam me distanciar da escola pública, como as interdições, desestímulo e sucateamento. Entretanto, o saber como potencialidade para mudança de contexto desfavorável, era uma constante que atravessava as gerações da minha família, sobretudo, a da linha materna, constituída por mulheres negras que buscavam na educação uma resistência de “contranarrativa” (Vaz e Ramos, 2021). Como eu reflito em uma das passagens do meu Diário:

#### **HERANÇA – Caxias, de julho de 2023**

Minha vó Francisca sempre foi uma contadora de história e uma sobrevivente em sua trajetória de luta, isso é um fato, cujas marcas são visíveis no seu corpo. Tomado ainda pelo véu de colonialidades, nunca havia parado para assimilar que o que minha vó contava eram narrativas de resistência de uma mulher negra atravessada pelas subalternidades de raça e gênero, e como a educação era vista como alforria de se libertar das formas de subserviência e inferioridade. O que me provocou a um olhar para a história da minha própria família, sobretudo, as mulheres da minha Casa, e tento reconstituir uma memória. Inicia com minha bisavó Isabel, quando órfão dos pais sai do Ceará para Parnaíba-PI, formando família precocemente e não conseguindo obter estudos, no entanto, não foi impedimento para passar minha avó Francisca e seus irmãos a importância da escola. Minha avó Francisca, em Teresina-PI, mesmo em meio a perda da mãe e abandono do pai, submetendo-se a morar na casa dos irmãos, manteve a ideia do estudo e conseguiu até certo ponto, mesmo em meios as dificuldades de exploração servil enquanto jovem, do estigma de divorciada e de ser mãe solteira, com o pouco da escolarização conseguiu se formar no curso de atendente de enfermagem trabalhando um tempo em Teresina e depois em Caxias-MA quando mudou-se. O germen da importância do estudo é passado para minha mãe, Silvia Isabel, quando esta conclui a educação básica e ensino médio aliado ao

magistério em Caxias-MA, apta para atuar em sala de aula, e quando consegue a sonhada estabilidade ao ser aprovada em concurso público municipal para professora do campo dos anos iniciais do ensino fundamental. Por fim ela passa para mim, internalizo tal gérmen e atribuo ao campo do saber um modo de enfrentamento as formas de morte literal e a em vida. Destaco ainda, que minha mãe planta tal gérmen em meu pai, Nivaldo, um homem negro e lavrador, incentivando-o e ajudando-o a terminar a educação básica no campo da EJA (Educação de Jovens e Adultos) (Samuel, Diário de Itinerância, 2023).

Reconstituir essa memória, configurou uma importante pista para valorizar os saberes ancestrais e da memória coletiva, cujas filosofias do chão existencial da luta resistem até os dias atuais nas múltiplas micropolíticas de defesa pela vida por aqueles que se recusam ao assujeitamento, como minha bisavó, avó e mãe. Essa pista contribuiu para me fazer enxergar implicado com o objeto de pesquisa, no caso a trajetória de jovens negros cotistas, intrínseco para a minha formação de pesquisador-cartógrafo, pois, “o ontem, o hoje e o porvir, são elementos que se conectam e se retroalimentam para compor o todo, que, ao mesmo tempo, nos constitui” (Vaz e Ramos, 2021, p. 40) um movimento de Sankofa que não poderia escorregar dos meus passos na construção desse estudo.

Nessa baila, abaixo trago registros fotográficos que traduzem pistas que me fizeram insurgir na minha trajetória. De um lado, a minha vó “banhando” minha mãe, traduzindo o cuidado com o outro que sempre tivemos em Casa e enxergo agora como uma tática de resistência conforme os dizeres de Carneiro (2023, p. 338): “o cuidado de si se realiza no cuidado do outro, na busca coletiva por emancipação”. Do outro lado, meu pai trabalhando no campo, que já dito anteriormente não se acanhou com a falta de oportunidade de estudar na idade certa e buscou a formação escolar na vida adulta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), me ensinando sobre perseverança e nunca esquecer as raízes, bem como a potência do corpo negro na produção de realidades favoráveis.

**Figura 4 - Família**



Fonte: Arquivo pessoal

Desse modo, a história do meu pai e das mulheres negras da minha família é um elemento incentivador para um constante movimento de afirmação da vida, assim como também lembrar de onde eu vim nos momentos de desânimo, mal-estar e de sacrifícios, nos momentos de caos, para continuar a luta, como eu resalto em uma das passagens do meu diário:

**ENTRE ROTAS - Percurso entre Codó e Caxias, 1º de junho de 2023**

As quintas-feiras é um constante frenesi. Resumidas a envidraçados de janelas de van e carros que me locomovem de um lado a outro. Escolho o lugar de sempre: aconcheço-me no último banco e de corpo enlaçado sigo a exaustiva rotina. Na maior parte das vezes me rendo ao sono como oportunidade de descanso, mas quando resisto ao fechar dos olhos sou tomado pelo espírito observador-pensante. Ali através daquele retângulo acompanho o sol sorrateiro sair das entocas. Veículos multiformes indo e vindo feito balas. Acompanho colegas da minha estimada profissão, o professorado com suas lutas, que ecoam o veículo com suas risadas, conversas e silêncio. Vejo meu itinerário se chocar com o de estranhos. Estranhos que me cumprimentam em palavras, sorrisos e encaradas. Assim sigo adiante. Corto territórios, cultura e histórias. Mas é o dançar das árvores que lapidam o contorno da pista que me tocam, me transportam para o longe, para sentimentos e memórias pouco habitadas. Há um tempo atrás era um adolescente imbuído de sonhos e expectativas, cheio de projetos, de rosto limpo sem barba e de cabelos tímidos comparado a cabelanço que tenho agora. Vindo de um bairro periférico marginalizado pela discriminação, o caixa postal marcado pela criminalidade, ponto de visitas constantes da polícia, de vidas jovens violadas. Carregando sem vontade o estigma de “sem futuro próspero” devido a origem, a falta de aquisitivo e a cor escura. Um adolescente que não queria aceitar a predestinação traçada pelos outros, que sonhava em reescrever a própria história. Furei a bolha que me impuseram, agora sinto-a me rasgar com os seus desafios diários. Mente cansada, corpo em frangalhos, noites mal dormidas, olhos fundos, rotina que se repete em loop. Será se valeu a pena ingressar nessa jornada de estudos do mestrado? Quanto nos vale a busca dos nossos sonhos? É possível calcular as consequências do sossego sacrificado e as relações abaladas pela incompreensão de me ausentar da vida social? O estudo honesto e gratuito é tão caro assim? Quanto nos custou estar aqui? Abdicar do aconcheço da minha cama, dos horários livres e do conforto da minha casa, é um tanto doloroso, porém necessário. É preciso se quebrar para se conhecer e saber para onde quer ir. E ali olhando para aquelas árvores dançando, eu agradeço ao meu “eu” do passado por ter sonhado e nunca ter deixado esse sonho falecer, ao passo que discordo desse Samuel que acreditava que chegar aqui seria o fim (Samuel, Diário de Itinerância, 2023).

A música “*Quem Me Leva Os Meus Fantasmas*”, cantada por Maria Bethânia, foi um importante dispositivo poético utilizada pela professora objetivando nos convocar para um movimento caminho de volta das nossas trajetórias para cartografar os afetos inscritos nos nossos rastros, como forma de desvelar dores escondidas que poderiam estar alimentando ressentimentos. Um movimento importante para nos preparar para os novos afetos no território da pesquisa, pois, segundo Rolnik (2016, p. 69) devemos reconhecer os nossos limites e o quanto se suporta, caso contrário, “as forças deixa de ser reconversível em atividade e começa a agir no sentido da pura destruição de si mesmo e/ou do outro”. Destaco a seguir um trecho desse dispositivo poético que me tocou e afetou:

De que serve ter um mapa. Se o fim está traçado? De que serve a terra à vista. Se o barco está parado? De que serve ter a chave. Se a porta está aberta? Pra que servem as palavras. Se a casa está deserta? [...]. Quem leva aos meus fantasmas? Quem me salva desta espada? Quem me diz onde é a estrada? [...] (Pedro Abrunhosa, 2013, n. p.)

O bairro a que me referi no último fragmento do diário, é o famigerado João Viana, localizado na periferia de Caxias-MA, mesmo município onde situa o câmpus da UEMA que figura o território dessa pesquisa. Um bairro estigmatizado pelas violências, marcado como a nascente dos criminosos e moradores discriminados pelo imaginário popular da cidade, sobretudo, a juventude majoritariamente negra. Conhecido por ser um território de contradições, ao ser partilhado por “boca de fumo”, pela Unidade Prisional de Ressocialização de Caxias e uma escola do município. Uma alegoria de caminhos oferecidos aos jovens, cuja narrativa começavam no trajeto para a escola, mas, os discursos e o estigma de uma narrativa única (Adichie, 2019), internalizava nas subjetividades e fazia com que muitos errassem o caminho e fossem seduzidos pelo aroma da “fumaça”, da adrenalina e de um caminho do aquisitivo fácil.

Nesse contexto, cresci ouvindo pessoas de outros bairros fazerem perguntas desagradáveis e falas preconceituosas produzindo uma revolta em mim, pois, o bairro João Viana não se resumia apenas ao crime e ao mau agouro. Entretanto, trazendo os dizeres de Silva (2022, p. 147) para esse escrito, o capitalismo, que aqui se expressa pelo Estado mínimo e o abandono institucional para com esse território, desvirtuou o “lugar da potência para uma imagem despoticizadora, fazendo-nos ver fracasso aonde, de fato, produz-se a vida” (Silva, 2022, p. 147). Logo, existia um “para além” das formas representacionais desse território. Sonhos, lutas diárias, desejos, honestidade, crenças, um território existencial em movimento, que na sua única escola depositava seus anseios por uma transformação.

A minha experiência na escola desse bairro, ao mesmo tempo que possuía um seletor de professores afetuosos cuja didática possibilitava transformações na vida daqueles que não viam esperança fora dos muros, era também sucateada com a estrutura do prédio comprometida e carteiras defeituosas e em falta, recursos pedagógicos limitados, e episódios de bullying configurando racismo e homofobia. Foi onde, ainda, tive a “minha história do sapato”<sup>4</sup>, a minha luta pela inclusão, quando em uma das regras institucionais, capturada por um dispositivo de racialidade em conjunto com o epistemicídio (Carneiro, 2023) no controle do acesso a escola,

---

<sup>4</sup> A história do sapato a que me refiro nesse escrito, tem a ver com a história dos negros alforriados que, para demonstrar suas liberdades de maneira simbólica no período pós-escravidão, compravam sapatos caros muitas vezes no lugar da comida, numa tentativa de serem inclusos na sociedade (Wissenbach, 1998).

exigia-se o fardamento completo, desde o conjunto de peças de roupa até o sapato da cor preta, aquele aluno que não obedecesse caberia a um dos pais ou responsável ir até a instituição pegar uma autorização com prazo pra comprar definido para se comprar o que faltava – e foi nessa passagem que eu tantas vezes tive que apresentar uma autorização no portão da escola por não ter um sapato da cor preta.

Na mudança para outra escola num bairro adjacente, para cursar o Ensino Fundamental 2, deparo-me com uma estrutura mais razoável do que a anterior, porém, os atravessamentos excludentes tinham alguns pontos em comum, embora brandos. Entretanto, é na minha saída dessa escola para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMA – Câmpus Caxias), na qual ingresso pelas cotas para cursar o ensino médio técnico, que sou questionado o porquê de escolher essa forma ingresso considerando “não ser tão negro assim”, ou seja, indiretamente descredibilizando em parte a minha aprovação na seleção.

Diante desses episódios da minha experiência na educação básica em um contexto periférico, o cacho e o sapato, elementos heterogêneos postos numa relação de “cofuncionamento” e “simpatia” criando um sentido, portanto, um agenciamento (Deleuze e Parnet, 1998), possibilitou criar conexões históricas e políticas para se fazer um caminho de volta da minha trajetória. Nessas conexões, foi possível uma virada de chave para a minha desterritorialização das colonialidades, da visão individualista e representacional, e uma maneira de revogar a neutralidade no campo da ciência, incorporando uma estética comprometida ética e politicamente com a pesquisa. Desse modo, embora eu não tenha um “lugar de fala” no ser cotista na graduação, as outras categorias que atravessam a trajetória do jovem negro cotista tornam a minha trajetória parte delas, e não “à parte”. Nesse sentido, sou implicado a me ver na juventude, negritude e periferia, na busca do “sapato” no campo do saber para narrativas favoráveis e não de morte.

***O CACHO DO SAMUEL E O SAPATO DA MARIA –  
Teresina, 19 de julho de 2023***

Várias pontas soltas espalhadas no ar sem direção, agora ia de encontro a um nó, num agenciamento deleuziano entre um cacho e um sapato. Quando chego a essa descoberta, foi como sair da Caverna de Platão. Consigo agora, enxergar o meu corpo e o meu cacho como totalidades coexistindo. O meu cacho também era os milhões de jovens, principalmente do meu perfil, negro e de origem periférica, que gostaria de estar aqui nesse mestrado, furando a bolha da exclusão como eu. Não só esses jovens esse cacho simboliza, mas toda a linhagem que os antecede, de negros subjugados e condenados a não desfrutar das oportunidades. Teimoso e persistente, se opondo aos moldes subjugados de trajetória, esse cacho produziu experiências de resistências contra as formas de racismo diversa, mas não o suficiente para se constituir como fim. Sou exceção entre milhares do meu perfil, porém, enquanto houver muitos de mim nas margens, quer dizer que a luta não acabou, pois, a conquista do direito é comunitária. Posso estar pisando um pedaço do chão do lugar do Ser ao usufruir

moradia, emprego digno, estudo continuado e sapato. Mas o lugar do Outro ainda faz sola nos meus pés, assim como toda a minha ancestralidade. Um cacho. Um sapato (Samuel, Diário de Itinerância, 2023).

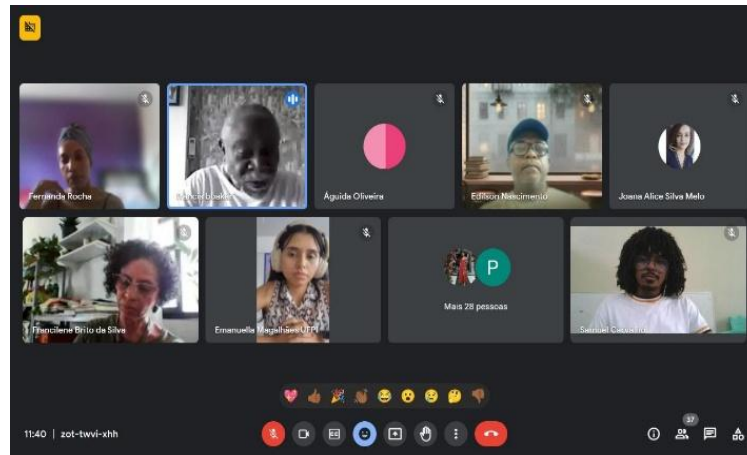
A minha formação como pesquisador-cartógrafo estendeu-se para além da disciplina, reiterando as pistas e formando outras quando eu começo a participar dos eventos de cunho científico, onde produzi novos afetamentos, que destaco a seguir. O primeiro deles foi o “III Seminário da Antropologia da Prática (SEANPRA): o conservadorismo e seus impactos nas Políticas de Ações Afirmativas”, que proporcionou o contato com vários intelectuais negros nacionais compondo as mesas de discussões sobre a questão racial, dentre eles o Prof. Dr. Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG) e a Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB). Esta última trouxe falas que foram de encontro com meu estudo sobre trajetórias, como: “A pesquisa parte da sua trajetória, não paira no ar” e “Escrita do vivido”.

**Figura 5 - SEANPRA**



Fonte: Arquivo pessoal

No “X Congresso sobre Gênero, Educação e Afrodescendência: aprendizagens afrodiaspóricas, territorialidades e saberes antigos-novos”, numa roda de conversa com a presença do Prof. Dr. Francis Musa Boakari e a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Francilene Brito da Silva, apresento o seguinte trabalho: “O cabelo crespo como expressão do corpo-território e de resistência à mutilação da memória coletiva afrodescendente”. Dialogar sobre essa temática foi de uma emoção indescritível, diante de um público que se identificou, interagiu, elogiou e me proporcionou novas provocações. As experiências pessoais da minha trajetória se confluindo com narrativas coletivas de quem assistiu, fez mais sentido ainda para o meu texto e com todas as bases epistemológicas que o cimentou.

**Figura 6 - CONGEAFRO**

Fonte: Arquivo pessoal

A Rede Brasileira de Educação em direitos Humanos, a qual sou também associado, tenho a oportunidade da comissão de organização do “Encontro Estadual da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – REBEDH – PI: experiências, Desafios e Perspectivas da Educação em Direitos Humanos”, bem como ser um dos expositores do “GT: Relações étnico-raciais, Políticas Afirmativas e Educação em Direitos Humanos” articulando-se com professores expoentes da área. Um fato intrigante da eventualidade, é que boa parte das pessoas que participavam da programação geral do evento, quando se distribuíram nos grupos temáticos, evitaram participarem desse GT e se direcionaram para os demais com outros temas, o que acabou mudando as nossas pautas diante de um sintoma da estrutura racista que organiza a sociedade e incute nos sujeitos para olhar para esse tema como desinteressante.

**Figura 7 - REBEDH - PI**

Fonte: Arquivo pessoal

O “IX Simpósio Internacional sobre a Juventude” possibilitou um aprofundamento na categoria Juventude, além do mais devido ao tema da edição ser numa perspectiva que dialogava com a minha futura dissertação: “Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias”, proporcionando um espaço de aprendizagens e troca de experiências. Além disso, foi no “GT: Racismos e relações étnico-raciais: juventudes indígenas, negras e quilombolas” tive a oportunidade de apresentar o resumo expandido: “Eu sou, eu existo e sei o que quero!: escrituras, resistências e potencialidades na trajetória do corpo negro jovem”, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Helena (UFT) e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Isabel (UFPA).

**Figura 8 - JUBRA**



Fonte: Arquivo pessoal

No “X Encontro de Pesquisa em Educação, IV Congresso Internacional em Educação”, tenho a oportunidade de apresentar a primeira versão desse texto sobre as primeiras reverberações e as primeiras pistas da formação de pesquisador-cartógrafo, intitulado “A estética do pesquisador-cartógrafo de jovens negros cotistas”, no “GT: Diversidades, Direitos Humanos de crianças, jovens, mulheres, LGBTQI+, indígenas e Afrodescendentes na/da Educação”.

**Figura 9 - X EPEDUC**



Fonte: Arquivo pessoal

Dito isso, o período de estudos no mestrado é um divisor de águas não só na vida acadêmica, na vida pública, na forma de olhar. São tempos de transformação na minha trajetória de sujeito que se reconhece sujeito, se reconhece negro, se reconhece jovem. São tempos de devires, de travessias, de descasque de camadas. São tempos de me encontrar comigo mesmo assim como o trecho da epígrafe que abre esse capítulo. E não poderia ser diferente para quem assume um compromisso ético e político para pesquisar tal objeto e os temas que o atravessa.

Logo, cursar o componente curricular “Tópicos Especiais II: Educação em Direitos Humanos, Políticas Afirmativas e Diversidades Étnico-Raciais”, foi um mergulho em um plano de afetos e um constante descortinar-se em intensidades de conforto e dor. Onde fui convocado ou até mesmo forçado a rachar um corpo docilizado, domesticado, imbuído de prisões, atravessados pela exclusão, cego quanto as suas inscrições. Esse ato foi intrínseco para o meu despertar, para o *nosso* despertar, para a formação de cartógrafo comprometido com a dimensão clínico político do processo de pesquisar.

### **3.4 Intersecções: o município de Caxias - MA e a UEMA - Câmpus Caxias**

Parto da tecitura geográfica e histórica onde a universidade aqui pesquisada se assenta, no caso, no município de Caxias, no estado do Maranhão, com vistas a compreender que méritos a levaram ser contemplada por um campus da UEMA em seu território, tendo em vista que não é neutra ao chão em que foi edificada. Me ancorei na ideia de que a universidade se constitui num contexto concreto adjunta de intencionalidades de ordem social, econômica, política e ideológica que captura as relações já estabelecidas nesse espaço existente para firmar as suas relações na produção de sujeitos em novos modos de subjetivação. Nesse percurso de contextualização de busca de conexões rizomáticas<sup>5</sup> (Deleuze e Guatarri, 2012) na travessia do tempo, procuro, ainda, identificar nesse plano como a questão racial se manifesta nos ditos e não ditos nos limites territoriais de Caxias -MA.

Ressalto que Caxias não é um território estranho para mim tendo em vista ser a minha terra-mãe, meu lugar de pertencimento (Hooks, 2022), que, apesar da metade da infância morando em um povoado um tanto remoto, foi aqui onde nasci e aos seis anos de idade retorno ao seu meio urbano em razão de minha mãe concretizar o sonho de adentrar a universidade para aprimorar a sua profissão de professora, bem como para eu iniciar os estudos na Educação

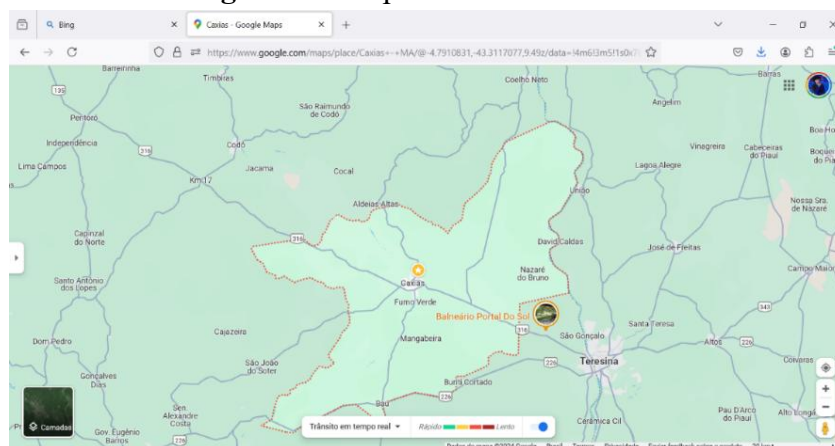
---

<sup>5</sup> Rizoma é um sistema de caules de extensão horizontal que se ramifica em todos os sentidos, utilizado por Deleuze e Guatarri (2012) para explicar a multiplicidade do pensamento.

Básica em condições mais favoráveis, o que se estendeu para a minha formação no Ensino Superior. Logo, o estudo bibliográfico sobre Caxias foi substancial para a construção de uma percepção científica do lugar da pesquisa, com vistas a superar a minha visão de senso-comum construída na escola e no imagético popular sob a retórica de narrativa única, muitas vezes de uma Caxias inventada através do olhar do colonizador.

Geograficamente, o município de Caxias<sup>6</sup>, onde se localiza o campus escolhido da Universidade Estadual do Maranhão enquanto lugar da pesquisa, é situado no leste do estado do Maranhão na região Nordeste do Brasil, a 369 km de distância da capital São Luís e a 70 km de distância de Teresina, capital do estado do Piauí. Banhado pelas águas do Rio Itapecuru e de área territorial igual a 520.193 km<sup>2</sup>, é delimitado pelos seguintes municípios adjacentes: Codó, São João do Sóter, Aldeias Altas, Coelho Neto e Timon. Como destaque no mapa na figura abaixo:

**Figura 9 – Mapa da Cidade de Caxias-MA**



Fonte: Mapa Google, 2024

Conforme os dados mais recentes que obtive nas buscas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o último Censo de 2022 apontava para uma população composta por 156.973 habitantes, ranqueando no quinto lugar dos municípios mais populosos do estado, cuja densidade demográfica era de 30,18 habitantes por quilômetro quadrado; desse total 51,9% são mulheres e 48% são homens. Na intersecção de cor/raça, tem-se o resultado: branca (16%), preta (17, 5%), parda (66,1%), amarela (0,2%) e indígena (0,1%). Quanto aos rudimentos de leitura e escrita, os números de alfabetizados são de 82,5% e não alfabetizados são de 17,5%. A respeito de pautas econômicas, apresentou em 2021 um PIB *per capita* de R\$

<sup>6</sup> Esses dados geográficos estão presentes no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/caxias/panorama>.

12.716,38. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, na última pesquisa realizada no ano de 2010, o município apresentou um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) médio de 0,624, com as seguintes especificidades: IDHM Educação (0,543), IDHM Longevidade (0,753) e IDHM Renda (0,595).

A partir dos dados sobre cor/raça, torna-se consenso que o município é racialmente habitado por pessoas negras, se somado os percentuais de pretos e pardos, havendo um movimento maior de autodeclarados pardos. Em consonância aos estudos de Jesus (2021, p. 50), essa característica pode ser uma resposta positiva às lutas de movimentos de ativismo racial que há anos vem organizando práticas de “politização da cor e pertencimento racial” no combate às desigualdades raciais e contra o mito da democracia entre as raças em solo brasileiro, através de incentivos às discussões sobre tal pauta nos diversos âmbitos da sociedade, ainda que colocadas como imprópria de ser debatida.

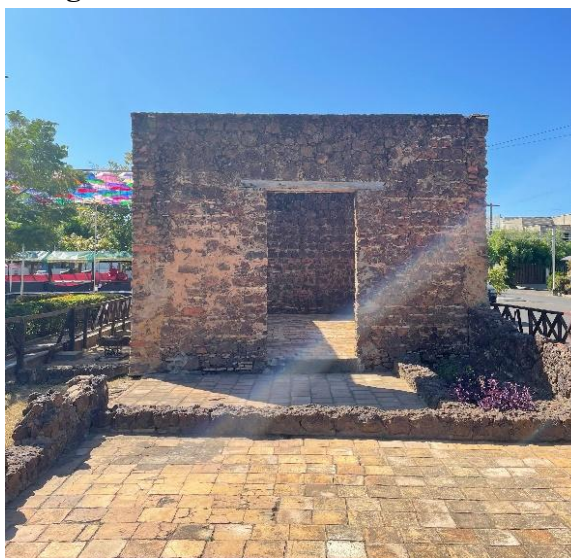
Esse pensamento converge, ainda, com as contribuições teóricas de Gomes (2019), quando esta evidencia que o Movimento Negro Educador influenciou num aumento significativo de posicionamento político e estético dos negros que se contrapõe ao silenciamento dos padrões de aparência hegemônicos que centraliza o corpo branco como idealizado e apreciado. Essa reflexão ganha concretude tendo em vista os movimentos de resistência negra no município de Caxias, como a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Coletivo Crespos/cacheados, Instituto Valdenia Menegon, a Associação das Comunidades Negras Rurais e Urbanas Quilombolas (ACONERUQ) e movimentos de terreiro dentre outros.

O site supracitado aponta, ainda, que o início da história oficial, a instituída “certa”, é a partir do século XVII em decorrência do Movimento de Entradas e Bandeiras no interior do Maranhão, num trabalho de reconhecimento e ocupação das terras que contornavam o Rio Itapecuru sob o domínio dos franceses durante a invasão do estado. O intrigante é que os povos indígenas Timbiras e Gamelas, originários da terra, ficam praticamente aquém da história oficial e à deriva do plano da importância e da valorização, pois, pouco se comenta sobre suas trajetórias, reduzidos apenas como escravizados por portugueses após a expulsão dos franceses em 1615. Evidencia-se, então, um traço de colonialidade na reconstrução da história no terreno instituído e nos seus indicadores estatísticos, em que grupos subalternizados são sufocados nos “não ditos” e tem seus protagonismos retirados e usurpados por capturas coloniais, um apagamento histórico de identidades conforme um epistemicídio, que, segundo Carneiro (2023, p. 14), “é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão”.

Identifico uma extensão desse epistemicídio para a trama dos negros na história de Caxias, quando as narrativas ovacionadas de guerras do Morro do Alecrim, destaco aqui a

Guerra da Balaiada (1839-1841)<sup>7</sup>, engendrou no imaginário popular um sentimentalismo de apoio pelos abatedores dos insurgentes, fazendo das ruínas do Forte um cartão postal turístico visto com olhares patrióticos e de veneração por aqueles direcionados pela versão oficial desse fato – a que apagou durante muito tempo o campo das resistências.

**Figura 10** - Ruínas no Morro do Alecrim



Fonte: Arquivo pessoal.

É interessante destacar a Balaiada nessa pesquisa considerando ser um movimento também de cunho racial, cuja insurreição foi movida por uma camada popular assujeitada e desfavorecida, majoritariamente composta por negros que sofriam com a inumanidade, expurgo e eliminação ainda num contexto escravista. Por muito tempo foi abafada e estigmatizada como “manifestações de barbárie” por historiadores no século XIX que construíam a narrativa epopeica do Brasil, conforme é apontado nos estudos de Janotti (2005, p. 41), no entanto, um novo olhar da historiografia discorre que o abatimento desse movimento promoveu “consolidação do poder do coronelismo e o pacto de dominação entre os partidos da elite maranhense, acentuando mais ainda a marginalização social dos destituídos, principalmente dos negros”.

Agora, desvencilhando-se dos perigos da narrativa única, definidora e estereotipada (Adichie, 2019), podemos até avistar o protagonismo negro nessa narrativa, sobretudo de Negro Cosme, um aquilombado que sabia ler e escrever que, assim como outros personagens negros

---

<sup>7</sup> Anterior a Guerra da Balaiada, segundo Coutinho (2005), o Morro do Alecrim também foi palco das lutas pela Independência do Maranhão (1822-1823).

em outros capítulos da luta de afrodescendentes, destaco aqui Esperança Garcia e Luiz Gama<sup>8</sup>, utilizou desse poder do conhecimento para conquistar a liberdade (Vaz, 2022). Trazendo à tona, ainda, o caso do poeta Antônio Gonçalves Dias, cuja tragédia romântica em não poder se casar com sua amada Ana Amélia foi pela razão de ser mestiço, ou seja, filho de um pai português branco e uma mãe descendente de indígenas e negros (Coutinho, 2005).

Sobre o aspecto geográfico, este teve a sua contribuição para fazer prosperar o aspecto econômico em Caxias-MA, visto que não atraía apenas os municípios vizinhos e os olhos da capital, mas como também se beneficiava com a proximidade com o estado do Piauí (Coutinho, 2005). Enquanto a primeira fase da economia foi marcada pelo agrário, a segunda prevaleceu o industrial, com a instalação da indústria têxtil antes mesmo da capital São Luís. Segundo os estudos de Ribeiro (2019), essa época de ouro se estendeu até as primeiras décadas do século XX, atraindo o consumo também de outros produtos e serviços em Caxias para além das indústrias, num processo de urbanização e início de um deslocamento de pessoas para fora das linhas rurais que implicava em novos perfis de sujeitos, ou seja, novos modos de subjetivação do Estado.

Penso que foi nessa temporalidade de “novo rosto” de Caxias-MA, moderno e próspero, que o município incorporava para si e anunciava para além das fronteiras, coincidiu com o movimento do governo estadual de também modernização do Maranhão poucos anos depois, que possibilitou no plano das emergências a criação de uma instituição universitária que hoje conhecemos por Universidade Estadual do Maranhão. Para tecer um escrito contextual da universidade em questão, recorri ao material bibliográfico no formato de tese de Barbosa (2018) que foi basilar para esse escrito com vistas a compreendê-la como tal e as finalidades para sua criação.

A narrativa de gênese tecida por Barbosa (2018) fia um tecido contextual do Maranhão a partir da década de 1960, quando os dados do Censo da época denunciavam um quadro crítico de professores leigos atuando no ensino médio sem formação de ensino superior, uma precariedade do governo da época quanto a funcionalidade e a qualidade de ensino prestado nas escolas. A população presente tinha predominância de habitantes rurais do que urbanos, cuja economia ainda era engessada na produção agrária. Na continuidade da tecitura, Barbosa (2018, p. 98) enfatiza o cenário político e econômico da época que provocaram muita efervescência

---

<sup>8</sup> Nos escritos de Vaz (2022), ela destaca personagens negros que sabiam ler e escrever, apesar da condição de escravizado, na busca de irromper a ideia colonial e racista que se propagou nos livros didáticos e no imaginário popular de que eram todos sujeitos ocios e vazios, mas que na verdade isso foi uma criação do racismo científico. Dito isso, além de citar Negro Cosme, como um desses personagens “alfabetizados”, ela também cita Esperança Garcia e Luiz Gama.

fazendo a camada popular a construir utopias inalcançáveis, considerando a característica presente de um “modelo econômico dependente e periférico subordinado ao capital estrangeiro”. Segundo o autor, essa euforia é potencializada pelo governador José Sarney e sua equipe, quando foca o seu mandato num projeto ambicioso de transformação do estado, tendo em vista o seu potencial econômico na empreitada do Projeto Grande Carajás (PGC)<sup>9</sup>, bem como o “Maranhão Novo” que visava romper com a política dos “coronéis”. Para concretizar essa realidade desejada, um dos setores que mais recebeu impulso financeiro foi o da Educação, a fim de promover implementos técnico-científicos da mão de obra, para compor o Ensino Superior, criou quatro escolas superiores isoladas, cujas especificidades são:

para atender à demanda de pessoal qualificado a fim de ocupar postos da burocracia estatal (Escola de Administração Pública do Maranhão); objetivando suprir a necessidade de criação de infraestrutura rodoferroviária e de edificações (Escola de Engenharia); com o intuito de atender à premente necessidade de professores para lecionar nos ginásios e colegiais (Faculdade de Formação de Professores) e para atender à necessidade de modernização e aumento da produção agrícola (Escola de Agronomia) (Barbosa, 2018, p. 100).

Essas ações do governo são asseguradas pela Lei 5.540/68, que organiza o ensino superior brasileiro, somada a leis estaduais, decretos, resoluções, que acompanham a autorização de criação, a criação em si, funcionamento, instalação e reconhecimento federal. Como descreve o quadro formulado pelo autor abaixo:

**Quadro 1 - Instituições de ensino superior criadas por Sarney (1966-1970)**

INSTITUIÇÃO	AUTORIZAÇÃO DA CRIAÇÃO	CRIAÇÃO	FUNCIONAMENTO	INSTALAÇÃO	RECONHECIMENTO
Escola de Administração Pública do Maranhão	Lei estadual N. 2.728 22.12.1966	Decreto estadual N. 3.494 03.03.1967	Resolução CEE N. 09 14.02.1968	02.03.1968	Decreto federal N. 73.252 04.12.1973
Escola de Engenharia do Maranhão	Lei estadual N. 2.740 08.06.1967	Decreto estadual N. 3.574 12.07.1967	Resolução CEE N. 06 04.12.1967	01.07.1968	Decreto federal N. 72.544 30.07.1973
Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias	Lei estadual N. 2.821 23.02.1968	Decreto estadual N. 4.393 08.03.1971	Resolução CEE N.02 26.07.1974	06.01.1970	Decreto federal N. 81.037 15.12.1977

<sup>9</sup> De acordo com a tese de Barbosa (2018), o Projeto Grande Carajás (PGC) surge a partir da descoberta pela Brazilian Exploration Program (BEP), subsidiária da United States Steel, do grande potencial de ferro na região de Carajás. O processo de instalação começa em 1967, compreendendo a mina e uma rede de beneficiamentos de áreas, uma delas era o Porto Itaquí e a Estrada de Ferro Carajás – São Luís, na capital São Luís.

Escola de Agronomia do Maranhão	Lei estadual N. 3.003 03.11.1969	Decreto estadual N. 4.045 02.12.1969	Resolução CEE N. 26 26.08.1970	07.1970	Decreto federal N. 74.086 21.05.1974
---------------------------------------	--	---	-----------------------------------	---------	--

Fonte: Barbosa (2011)

No município de Caxias, a Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias (FFPEN), marcado de azul no quadro, surgiu a partir do Projeto Centauro que objetivava a formação de professores para atuarem no ensino ginásial da época, que se encontrava em carência de docentes, e elevar a escolaridade da população da cidade e municípios adjacentes, tendo suas aulas iniciadas em 6 de janeiro de 1970. A instituição sofreu mudanças de nomenclaturas conforme o tempo, como Faculdade de Educação de Caxias (FEC) e Unidade de Estudos de Educação de Caxias (UEEC); esta última denominação ocorreu na mesma época em que a FESM se tornava UEMA por meio da Lei nº 4.400, de 30 de março de 1981. A partir de 1994 ficou conhecida como Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC-UEMA), perdurando até a sua última modificação como apenas Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias (Barbosa, 2018).

Demorou um pouco para que a faculdade fosse aceita e conquistasse a admiração da população local. Segundo Barbosa (2018), essa “desvalorização” foi em razão das licenciaturas ofertadas serem curtas e não serem reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por isso um percentual considerável do corpo estudantil era composto por alunos residentes de Teresina-PI. Entretanto, com base na analítica desse estudo numa dimensão política do contexto macro (Maranhão) e micro (Caxias) da época, fundamentada nas discussões em parágrafos anteriores, pensa que não é uma “desvalorização” pela camada popular, mas, tendo em vista uma realidade mais agrária do que urbana, que implicava na ideia de trabalho, estudos e demais costumes, eram pessoas que não tinham nem sequer acesso à Educação Básica, em virtude da sua quase inexistência material e a inexistência de uma cultura de educação em que a alfabetização era uma realidade possível, quiçá uma possibilidade de acesso ao Ensino Superior.

Fazendo uma ponte dialógica numa perspectiva interseccional da discussão com vistas a categoria racial, meu olhar volta-se para a situação educacional da população negra nessa realidade, tendo em vista uma necropolítica (Mbembe, 2018) e os dispositivos de racialidade em conjunto com o epistemicídio (Carneiro, 2023) que promoveram controle, exclusão e eliminação desses corpos no acesso ao espaço de poder da escola no século XIX, discutidas no referencial teórico dessa dissertação. Um arranjo bem articulado de cálculo de morte que produziu um sujeito ideal para consumir o direito à escola: um corpo branco, masculino,

saudável, reconhecidamente sujeito. Esse cenário e as consequências posteriores quase irreparáveis, provocou-me a refletir se foi possível uma reparação histórica desses corpos negros recém-libertos desprovidos de direitos e vivendo uma morte em vida, no interstício da última data citada até a década de 1970, em menos de oitenta anos, para se pensar uma “desvalorização” dessas pessoas pela escola superior recém-instalada no município de Caxias.

### **3.5 Construindo *varedas*: a narrativa do “de fora” na criação do território conhecido da UEMA – Câmpus Caxias**

“O território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’. O território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos. (...) Ele é essencialmente marcado por ‘índices’, e esses índices são pegos de componentes de todos os meios: materiais, produtos orgânicos, estados de membrana ou de pele, fontes de energia, condensados de percepção-ação. Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser funcionais para devierem expressivos. Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo. É a emergência de matérias de expressão (qualidades) que vai definir o território” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 127).

A experiência da pesquisa me levou a compreender que o caminho de volta pode ser um movimento prazeroso ou doloroso, dependendo dos afetos inscritos nos rastros deixados durante o trajeto. Quando a função é o primeiro, o olhar para atrás é aconchegante, sentimos tremores de êxtase, recordamos nomes, rostos, espaços e sentimentos, nos surpreendemos com coisas despercebidas e nos empenhamos em narrar com muito gosto quando tem um ouvinte na escuta, são afetos bem-vindos. Já se tratando do segundo, o corpo enrijece no dissabor do acessar de conflitos, contradições, vulnerabilidades, angústias, medos, prisões, nos calamos e uma ferida que nem sabíamos que tínhamos rompe cicatrizes em inflamações. Há situações, ainda, em que tais movimentos são paralelos, coexistem, num dado momento conseguimos controlar e distinguir, outrora perdemos a mão, se embarçamos, somos engolidos e atravessados, ficamos à deriva, mas o certo é que em todas esses movimentos há possibilidades de afetamentos. A terceira ilustração desses deslocamentos desenha bem quando eu, enquanto pesquisador-cartógrafo, me vi totalmente implicado com a fricção desses movimentos ao habitar o território da Universidade Estadual do Maranhão, no campus situado no município de Caxias. Um território existencial que fazia parte do meu caminho de volta, do refazer passos para o lugar da pesquisa, conflituando performances de um sujeito-pesquisador e um sujeito-território.

No processo de habitação do território da pesquisa, estabeleci uma relação e costura ao que Deleuze e Guattari (2010, pg. 45-46) denomina de plano de imanência. Esse plano, como

um “horizonte dos acontecimentos”, parte da materialidade, de uma realidade existente, por isso a “consistência” ressaltada pelos autores; tornando-se um suporte para os conceitos que, em meio a emergência do caos, os ditos problemas, me possibilita o espaço da criação e recriação de conceitos na trama de confronto com os já dados.

A compreensão dessa imanência, do que estava sob os meus pés, foi crucial para diretriz dos meus passos de pesquisador-cartógrafo, para cumprir o primeiro objeto específico desse estudo: analisar de como a Lei nº9.295/10 vinha sendo discutida e implementada na UEMA-Câmpus Caxias. Destaco, nesse processo, uma das etapas da interseccionalidade na ótica de Vaz e Ramos (2021), como percurso metodológico para os meus deslocamentos numa perspectiva racial em consonância ao meu objeto de pesquisa:

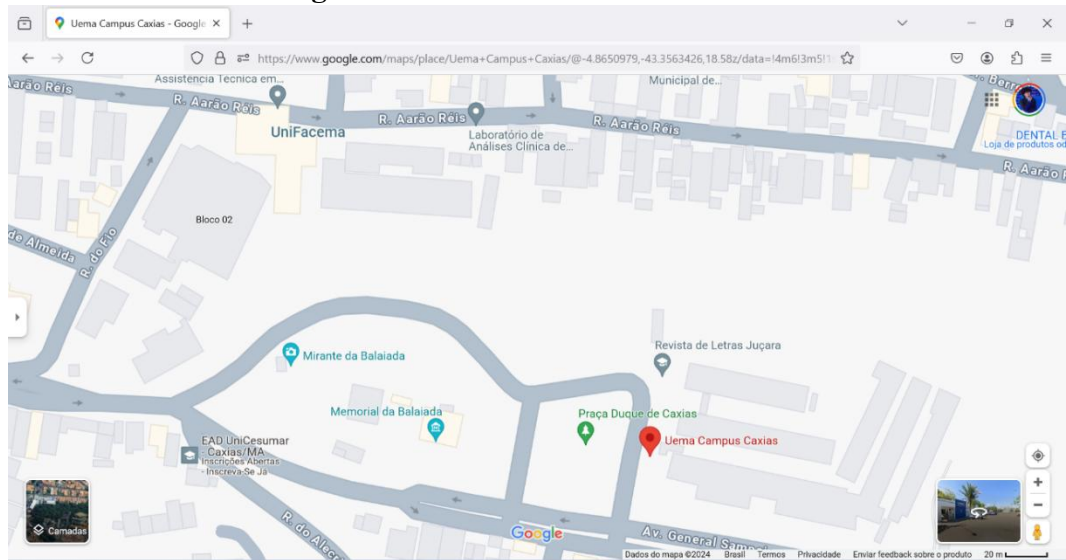
A segunda etapa envolve o que está sob os nossos pés [...] Essa etapa demanda letramento racial - no sentido já desenvolvido no segundoxire - e abrange também a percepção da trajetória da/o própria/o intérprete. Isso porque nossas vivências relacionadas a classe social, raça, gênero, orientação sexual, entre outras, irão impactar na maneira como observamos o mundo. Ou seja, cada pessoa observa o mundo partir do seu lugar. Se “[...] todo ponto de vista é a vista de um ponto [...]”, muitas vezes, não conseguimos enxergar para além dos nossos privilégios. Encastelada/o no seu lugar social de privilégio, a/o intérprete fica limitada/o a uma visão estreita de mundo, míope em relação às opressões que atingem grupos vulnerabilizados. Portanto, o ponto de partida ou de observação da/o intérprete exerce influência sobre a amplitude de sua percepção em relação ao sujeito e aos fatos sob análise. Enfim, cada pessoa tem abaixo suas raízes, o que se aplica não apenas a quem julga, mas também a quem é julgada/o (Vaz e Ramos, 2021, p. 295).

Início, então, o meu primeiro traçado desse território. O câmpus da Universidade Estadual do Maranhão do município de Caxias é cimentado na ponta do Morro do Alecrim, cujo acesso é pela Avenida General Sampaio. Esse caminho nos possibilita dois acessos: ora na forma plana, ora via ladeira, dependendo do ponto de partida. Na figura do mapa abaixo, na ponta desse Morro, a universidade partilha espaço com outras edificações significativas para a “identidade” do município, do imaginário e da comoção popular: as Ruínas da Balaiada, o Memorial da Balaiada e o Mirante da cidade, indicadas pelo ícone da cor azul. No interstício entre essas edificações e a universidade, indicada pelo ícone verde, situa-se a Praça Duque de Caxias, a dilatação terrena do campus das formas expressivas dos estudantes.

Evidencio, ainda, que no “pé” desse Morro, sinalizado em cinza e bloco amarelo, localiza-se o Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UniFecama), na Rua Arão Reis, instituição privada ao qual cursei a minha graduação em Pedagogia e detalho como importante para a cartografia do meu território de pesquisa que será percorrida logo mais à frente. Além disso, existe outro prédio que faz parte UEMA – Câmpus Caxias, chamado UEMA

- Anexo Saúde, localizado no centro da cidade distante do prédio principal do Morro do Alecrim, onde estão presentes os cursos bacharéis da saúde, no caso, os de Medicina e de Enfermagem.

**Figura 11 - Plano de Imanência**



Fonte: Mapa Google, 2024

Ao pisar o chão desse território, sinto tremores à medida que os afêamentos tomavam o meu corpo e o tencionava, desde os harmônicos e dolorosos que ilustra o terceiro movimento da descrição que abro esse texto. As reverberações no campo da materialidade da pesquisa que me forçaram um olhar para si, denunciaram que os processos de desterritorialização e reterritorialização ainda estavam em aberto, apesar das minhas transformações na formação ético e política de Cartógrafo. É nessa convocação que compreendo o que é implicação e percebo que não estava totalmente curado dos meus fantasmas, sendo assim, um corpo ainda em batalha que não perdoou a velha camada.

Sobre essa camada etérea que assombra o meu presente, a descrevo com muito ressentimento no meu Diário de Itinerância, como exponho a seguir:

[...] a velha camada imperdoável de um eu que viu a oportunidade de cursar nessa universidade escorregar entre os dedos, que abdicou da vaga matutina no curso de História num espaço público para escolher o privado para cursar Pedagogia a noite, assim como também da vaga de cotista no curso de História da UFPI, tendo em vista de já procurar logo um trabalho aos dezoito anos conciliando-o com os estudos – uma sina comum a corpos negros de baixa renda. – A oportunidade perdida de não somente se sentar numa carteira nesse chão que é meu por direito, mas a chance de ter me engajado melhor na pesquisa, usufruir de bolsas estudantis, construir uma vivência mais pertencente com os meus semelhantes – embora eu tenha construído esse pertencimento aos meus modos, infiltrando-me nas beiradas. – Embora a busca do estudo é uma veia hereditária de travessia entre as gerações da minha família para

uma sobrevivência com dignidade, sobretudo na parte materna, viver apenas do estudo não era uma realidade possível para a gente, para os meus olhos, para o meu entendimento. O que levou a fechar-me para convocações em outros horizontes prósperos que poderiam me ter feito um pesquisador melhor. Uma dor adormecida que nem mesmo a retração do sistema de defesa corpóreo foi capaz de impedir o seu despertar no lugar da pesquisa, no terreno da imanência, produzindo efeitos que me derrubaram no campo dos afetos. (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, 2024).

Ainda nesse fragmento do meu Diário, dialogo um aspecto percebido no plano da imanência que é tratado no método cartográfico: a imprevisibilidade do território da pesquisa.

[...] Esse afeto doloroso racha a exatidão que construí para os meus passos antes de adentrar ao programa de mestrado, ao me considerar blindado ou numa posição de impessoalidade. Assim, colocada em xeque, me vejo perder a mão e me embaraçar, evidenciando o aspecto mutável e de incertezas da Cartografia, considerando-a um método que acompanha processos, produz subjetividades e não se efetiva por regras já prontas, objetivos previamente estabelecidos antes de adentrar o campo (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, 2024).

Diante dessa quebra da exatidão, trago o pensamento de Passos e Barros (2020, p.17) para discutir a imprevisibilidade que caracteriza a Cartografia, considerando que nossos passos se transmutam à medida que é afetado no plano da imanência, por isso um método que não é prescritivo, de regras imutáveis e manuais dados; é um território em movimento e é no “caminhar que traça, no percurso, suas metas”. Dito isso, eu me manifestava como o sujeito da experiência nos dizeres de Larrosa (2022, p. 25), compreendido como um território de passagem e lembrava “algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos”.

Nesse viés, senti dificuldades de abraçar as implicações como pesquisador no território da pesquisa, uma vez que, mediante as feridas abertas, a reação do meu corpo foi se enrijecer, se fechar e flertar com o campo da impessoalidade, ação que se contrapõe a estética do Cartógrafo formada no compromisso ético-político. Essa ação de despejar esses ressentimentos na minha forma de olhar, andarilhar, sentir e tecer sobre o território, evidenciou uma ausência do que Rolnik (2016) chama de “limiar de desencantamento” ou “limiar de desterritorialização”, que é a capacidade de avaliar o

quanto se suporta o desencantamento, de modo a liberar os afetos recém-surgidos para investirem outras matérias de expressão, permitindo, com isso, que se criem máscaras, novos sentidos. Ou, ao contrário, o quanto esse processo – por não se suportá-lo – está sendo impedido (Rolnik, 2016, p. 68).

Não saber lidar com esses afetos no plano das emergências, inicialmente, acabou me fazendo não enxergar as potencialidades que eles trariam para os processos de criação da pesquisa. No entanto, no refazer dos passos, me aprofundo novamente nos estudos sobre habitar o território existencial, nessa seara de discussões destaco Alvarez e Passos (2020), ao discorrer que a receptividade é uma pista indispensável no processo construtivo, assim como reforçam Larrosa (2022), ao indicar a passividade e a disponibilidade, e Pozzana (2016), no tocante a acompanhar os efeitos das práticas no mergulho da paisagem.

Essa fundamentação foi essencial para um engajamento com a pesquisa, que me levou a transformar essas implicações em dispositivo político que potencializou e impulsionou os meus passos na trajetória dessa pesquisa. Principalmente, quando eu recorri ao “gesto de interrupção” dos seus escritos de Larrosa (2022) e agrego à minha performance de pesquisador para acessar o plano das experiências.

requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2022, p. 25)

Diante do exposto, compreende-se que é um movimento complexo que exige paciência, tornando-se intrínseco para esse tipo de pesquisa que privilegia a experiência e os efeitos no campo das forças.

Os afetamentos não se prenderam apenas àqueles de dor, mas também os relacionados a afetividade que possuo ao território pesquisado. A UEMA - Câmpus Caxias é posta também pela minha memória como a “Alvorada” (1974) cantada por Cartola, quando este poetiza o seguinte trecho: “Alvorada lá no morro, que beleza / Ninguém chora, não há tristeza / Ninguém sente dissabor”. E de fato foi exatamente isso, embora a minha graduação não tenha sido nessa universidade, foi na UEMA - Câmpus Caxias onde também construí as minhas primeiras experiências acadêmicas e pessoais que iniciam a minha trajetória no ensino superior. Portanto, é um lugar que tenho bons afetos, cujas lembranças também acalenta o meu corpo, em um jogo paralelo de naturezas diferentes de afetamentos que traduzem a minha implicação.

No centro universitário que fiz a minha graduação também construí bons afetos que me levaram a descortinamentos intrínsecos para minha formação em Pedagogia, possibilitado por professores que faziam curvas fora da linha imposta, embora em número limitado nesse assunto, que me fizeram não só enxergar a cientificidade no curso de Pedagogia, como também me fazer acreditar que eu seria capaz de alçar voos

para novos horizontes, dentre eles o mestrado. Simultaneamente, me via também em um cenário desestimulante, sufocado, como a Alice crescendo num cômodo pequeno em uma das suas passagens no País das Maravilhas. Queria transbordar, como a força de uma água querendo romper uma represa. A partir dos estudos da filosofia deleuziana que agora carrego, essa inquietude tratava-se da formação de desejos enquanto produção, ansiando por produzir novas realidades, transformações, considerando o mal-estar da invisibilização e subalternidade que meu curso se encontrava, como o único de licenciatura contra uma grade de bacharéis de cursos nobres – estes, mais beneficiados pelos eventos acadêmicos da instituição por ser um espaço privado, cujas pautas sociais ficavam um pouco de lado e, quando abordadas, era numa perspectiva de pensamento liberal e voltado para o mercado de trabalho, não sentia a profundidade crítico-reflexiva partindo das camadas instituintes (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, Março de 2024)

Diante do fragmento do meu diário de itinerância, o meu apreço pela UEMA – Câmpus Caxias se constrói com base em oportunidades de acesso a coisas que não tinha com tanta frequência na instituição que era matriculado. Foi subindo o Morro do Alecrim que pude participar de eventos acadêmicos de grande valor científico com temáticas diversas, com perspectivas “incomuns” da IES onde estudava, através de inscrições mais baratas e até mesmo gratuitas. E foi assim, ainda de forma prematura, que tive os primeiros contatos com as categorias que agora estudo no Mestrado, como as questões raciais, diversidade, diferença, novas perspectivas de inclusão, dentre outras. As figuras abaixo registram uma das minhas presenças no território da UEMA - Câmpus Caxias, no caso, no Congresso Maranhense de Educação Especial e Inclusiva (CMEEI) em 2019.

**Figura 12 - Participação no CMEEI de 2019**



Fonte: Arquivo pessoal.

Não poderia deixar de tecer também um dos momentos mais ímpares na minha trajetória andarilhando como o de “fora” na UEMA - Câmpus Caxias, que foi participar de uma palestra do professor e filósofo Demerval Saviani no ano de 2019, que trouxe em suas palavras sábias a

questão da luta de classes, Pedagogia Histórico-Crítica, a função social da escola, dentre outros assuntos pertinentes.

**Figura 13** - Registro com Demerval Saviani



Fonte: Arquivo pessoal

São experiências de oportunidades como essa dentre muitas que tive na UEMA – Câmpus Caxias, que deixaram suas marcas e atravessamentos, assim como também plantaram os primeiros germens que possibilitaram uma transformação de si (Silva, 2022) em um processo gradativo.

No processo de andarilhar pela UEMA - Câmpus Caxias na habitação do território da pesquisa e de cartografar os “meios e os ritmos” (Deleuze e Guattari, 2012) da instituição, além de produzir afetamentos diversos, no meu interior uma batalha silenciosa de anseios se formou por não conseguir capturar as pistas de expressividade de imediato, muitas vezes ficando à deriva, pois, a tarefa de traçar um mapa dessa instituição-mundo não era uma ação fácil, mas uma teia perigosa de complexidade de riscos que poderia levar aos campos representacionais. Inicialmente, parecia-me um ato fácil para alguém como eu que sabia de todos os blocos, corredores, salas, porém, como Cartógrafo, o plano das formas visíveis não me interessava (Silva, 2022), mas, sim, o das formas instituídas e realidades não dadas de uma UEMA sob novos olhares. E na posição de pesquisador me sentia um corpo deslocado, engatinhando, forasteiro, um estranho em um território conhecido, “um animal sem território” nos dizeres de Deleuze e Guattari (2012, p. 127).

Essa sensação desconfortante de estranho no território foi intensificada com o processo de pedido de autorização institucional na parte administrativa da universidade, ação importante para o compromisso ético com a pesquisa. Permeado de uma política democrática, a sensação que produziu em mim foi a de um invasor da grande Fortaleza que é a UEMA. E mesmo

conseguindo tal documento de permissão, semanas depois me deparo com a sua “insuficiência” para acessar as fichas de matrícula dos estudantes presentes no Setor de Registros e Controle Acadêmico, fase necessária para identificação dos meus participantes da pesquisa com base nos critérios de inclusão estabelecido – os Jovens Negros Cotistas. – Isto é, uma barreira foi levantada no caminho do meu cartografar: era preciso um ofício ou o parecer final do Comitê de Ética para acessar o Setor e iniciar a pesquisa documental. Uma contradição tendo em vista o valor documental, ético e acadêmico da Carta de Anuência já assinada pela diretora do campus, que em seu corpo textual já detalhava a análise de fichas de matrícula.

Numa perspectiva cartográfica, esse episódio configurava como um primeiro dado da instituição que escapulia: o das formas rígidas e instituídas. Diante disso, nas primeiras análises pude extrair que a instituição não é apenas o prédio de concreto e tijolos, independentemente de estruturas físicas para existir e para afirmar o espaço de poder que é o chão universitário em questão. A rigidez da instituição revelava, ainda, o quanto estava encarnada em corpos assujeitados produzidas por ela, percebido por mim à medida que entrava em contato com os personagens da administração em pedidos de autorização e informações mais precisas, cujo grau de comportamento burocrático/instituído oscilava segundo o grau da sua posição.

[...] afirma-se que as condutas são efeitos dos signos expressivos característicos de dado território. O motivo ou as forças de expressão não são mais explicados pelos personagens e pela cena de suas ações, mas, ao contrário, são esses que surgem através dos motivos e expressões (Alvarez e Passos, 2020, p.134)

Compreendia esses personagens administrativos, nas suas performáticas institucionais, como peões de um tabuleiro de jogos, poderes e sabres na intensificação da rigidez do sistema de organização. Sentinelas da conservação da ordem e das regras dos “ritmos e meios”, exigindo da minha prática de Cartógrafo construir uma linguagem, para perfurar as formas sólidas desse território, como eu refleti no diário:

me racho na muralha de concretos de uma Fortaleza palpável, nos signos expressivos, corporificada em Sentinelas. Me vejo a refletir: como habitar o território de uma Fortaleza encarnada em corpos, condutas e discursos? Recorro à táticas certeautianas – me refiro ao Certeau (1998) – no elaborar de movimentos de infiltração no dito impenetrável, na busca da confiança e diálogo, pois até os mais “fracos” tem suas “artes”, tem a “astúcia”. Para isso, eu precisei ser “vigilante” para com as “falhas” das condutas dos personagens, identificadas nos intervalos de performances ou nos minutos finais do expediente. Bingo! Foi nesses instantes que pude estabelecer uma relação mais proximal, menos enrijecida, acessando outras camadas dos personagens, amenizando a burocracia que abria abismos (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, março de 2024)

Destaco o escrito da tese de Pereira Santos (2023), que também teve como objeto a implementação das cotas raciais da UEMA em São Luís, que apresentou a mesma característica burocrática e rígida na parte da pesquisa institucional. Esta aponta para essas dificuldades de inflexibilidade da universidade em se dispor a responder as indagações, se permitir a pesquisar e ser colaborativa no processo, fato presenciado pela autora nas tentativas frustradas de entrevistar a Pró-reitora ou qualquer integrante da assessoria da PROG (Pró-Reitoria de Graduação). Experiências que se confluem e nos direcionam para uma analítica de política institucional que se apresentava como inquestionável, impenetrável, impermeável, desautorizando corpos estranhos a mexer nas engrenagens do seu interior.

No período que aguardava o Parecer de aprovação do projeto de pesquisa ser liberado do Comitê de Ética, continuei a andarilhar pelo campus, farejando partes não-precisas, pistas para a invenção do território existencial, de “encontrar relíquias ou restos arqueológicos, pois a invenção implica um trabalho com restos, uma preparação que ocorre no avesso do plano das formas visíveis” (Silva, p. 37). Dessa forma, os dados atravessam todo o processo do cartografar, dito isso, a análise também não deve ser separada das demais fases do curso da pesquisa (Barros e Barros, 2016).

O trabalho de observação dos estudantes produziu um misto de emoções. Me sentia as vezes num estado de cegueira ao não conseguir ver os dados, os vestígios arqueológicos que denunciasses os fluxos do “entre”. Nesse momento novamente refaço passos e me ancoro nas discussões de Carvalho e Silva (2024, p. 6), quando estas autoras cartografaram o território da “Escola da Fronteira”, na pesquisa com mulheres negras da EJA, e enfatizaram a necessidade de uma “escuta sensível” que aguçasse “os sentidos para ouvir, sentir, tocar [...] presentes com o corpo todo, permitindo que os vestígios aparecessem, pois os encontramos quando vivemos a pesquisa como experiência corpórea no cotidiano”.

Uma pista cartográfica que me policiou a estar mais atento as relações, aos sujeitos, as falas, aos componentes inanimados, as fricções, que fluía nos diferentes corpos pelos corredores. Nesse viés, passei a enxergar mais as características que inscreviam os corpos-territórios, dentre elas, os fenótipos dos estudantes – percebia que na UEMA do Morro do Alecrim, em que ficava as licenciaturas, era predominante acadêmicos lidos socialmente como pretos e pardos, já no Anexo Saúde, que situava os cursos de bacharéis, era mais predominantes corpos brancos e pardos.

**Figure 14 - Corredores da imanência**



Fonte: Arquivo pessoal

Isso foi primordial para perceber que as tais “barreiras” de obstrução, era um outro dado que descrevia a expressividade institucional do território da pesquisa. O dado, então, era a existência de um código de conduta de estilos do lugar que tornavam os jovens mais contidos, as vezes quase homogêneos, apesar do universo juvenil que escorriam pelos corredores. Isso se estendia para o próprio prédio arquitetônico da UEMA - Campus Caxias, que expressava uma certa rigidez, milimetricamente pintado e organizado, não conseguia ver uma inscrição aparente na parede para além das placas de descerramento dos concluintes. Trago esses pontos por serem algo intrigante que num tempo atrás, período anterior ao mestrado e aos conhecimentos do método cartográfico, não reparava nessas características e como esse sistema de organização da realidade saltava muito.

Assim como também sou tomado pelas reflexões de Silva (2022) que trazem pistas cartográficas preciosas para a criação do território da pesquisa, de quando a autora estava em um contexto semelhante de invenção e viu um Parque Alvorada em movimento e cheio de vida se contrapondo a visão estigmatizada de violências descritas em documentos estudados. Nesse sentido, outro aspecto que vendava meus olhos era o fato de querer ver aquilo que li na revisão de literatura da temática em outros territórios também acontecer ali na UEMA – Campus Caxias: o estigma de um campus acadêmico em cidade interiorana, de uma gente opaca e apática, de jovens como problema ou de jovens negros cotistas passivos que não resistiam. Talvez, ainda, eu estivesse fazendo comparações do público desse campus com o da UFPI, expressando, assim, uma colonialidade e capturas representacionais do plano da imanência.

Mediante a essas reflexões me vejo novamente refazer passos, ressaltando, mais uma vez, o caráter processual da Cartografia (Passos e Barros, 2020). Logo, essa “paisagem cinza” se desmancha com pistas que indicaram o movimento de jovens em outros pontos do território.

O primeiro foi a Praça no lado externo em frente ao campus, que, numa dimensão política de abordagem, a descrevo como o espaço do comum, da diferença, dos agregados, numa lógica de esfera pública nas lentes de Arendt (2001). Conseguia enxergar uma gama de jovens ocupando-a numa paisagem não estática, cheia de vida, abrindo mais os meus olhos para a diversidade de corpos, o que me trouxe reverberações quanto as suas trajetórias, o que cada uma tinha para contar a partir dos seus diferentes deslocamentos, velocidades, lutas diárias, desejos, que se cruzavam com as minhas linhas de trajeto do pesquisar.

Nas figuras abaixo, trago registros dessa ocupação do espaço pelos jovens, bem como outro elemento de incentivo a denúncia que garante o direito de proteção as mulheres contra as violências, pistas que traduzem a Praça como um campo da “imanência de vida” (Carvalho e Silva, 2024, p. 6).

**Figura 15 - Praça Duque de Caxias (Caxias-MA)**



Fonte: Arquivo pessoal

A Praça se mostrou como um campo de sociabilidade dos jovens, foi nela também que constituí a minha experiência do “fora” nas minhas relações diversas no período da graduação, assim como os demais jovens que na Praça também frequentava produzindo seus fluxos relacionais. Aqui foi ponto de encontro com meus amigos no antes e pós-aulas quando subia o Morro para vê-los, das *vinhadas* e festas culturais, que em meio a conversas emergiam desabafos, questões da sexualidade, estudos, rumos, sonhos, paqueras, utopias, um campo dos afetos. O interessante é que mesmo com o passar dos anos, ela continuava a mesma com base no que meus olhos de cartógrafo observavam: o ponto mais alto de expressividade juvenil do plano da imanência, extensão da universidade, seja para eventos festivos, seja na fluidez cotidiana, inscrita nos afetos dos jovens, lugar de liberdade.

Coincidentemente, nos dias de observações, encontro com um dos meus amigos enquanto andarilhava pelos corredores cartografando afetos. Depois de cumprimentos pergunto aonde iria e de forma surpreendente ele responde que seu destino era a Praça para revisar os estudos, considerando ser um lugar onde ele se sentia mais à vontade e calmo para pensar. Essa resposta me causou estranhamentos, considerando os espaços de estudo de dentro da instituição, como a biblioteca e a própria sala de aula. Logo, me dei conta de que ele era uma pista do sentido de acolhimento e de aberturas à expressividade que a Praça proporciona aos acadêmicos e quem era é de fora. Isso me reportou a minha primeira experiência de grupo na sua expressividade de afirmação de resistência, portanto, um ato político, de defesa da vida. Essa experiência foi proporcionada pelo meu primeiro contato com a União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (UNA-LGBT), uma memória ainda ativa nos detalhes que escrevi no Diário como afetamento:

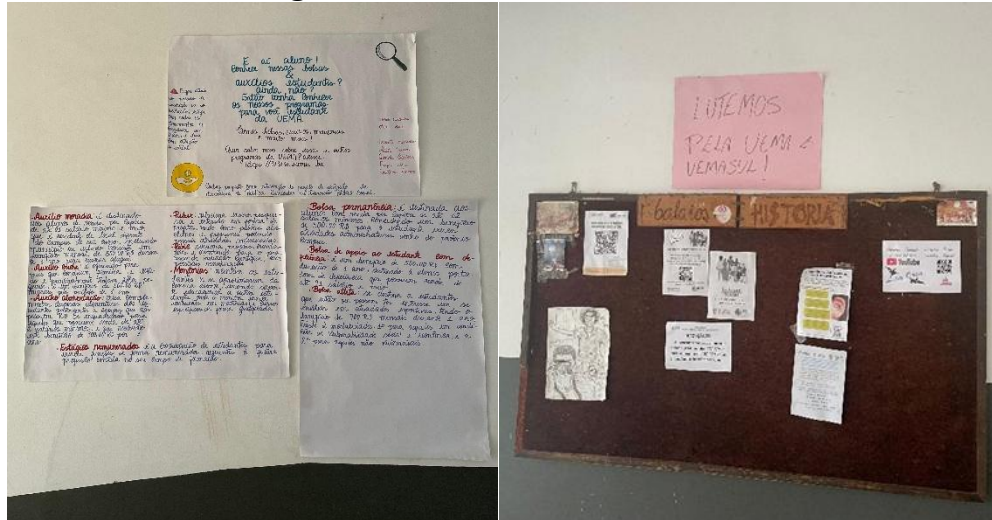
Pisar na Praça novamente na performance de pesquisador-cartógrafo me teletransportou para uma das noites de 2019, no auge dos meus vinte anos, a convite do meu grupo de amigos que também haviam sido convidados pelo precursor/organizador da UNA-LGBT no município de Caxias. Sem auditórios, sem cadeiras, com roupas simples e chinelos, apenas sentados sobre a grama em círculo com outros jovens que contornavam uma bandeira da diversidade. Nessa circularidade, o organizador falava das propostas desse novo grupo militante intercalando com ouvintes que também tiveram seu momento de fala com seus anseios e insatisfações, que pautas queriam mais presentes no movimento LGBT, o desejo de políticas públicas voltadas para a comunidade contemplando a educação, segurança, saúde, cultura. Aquilo foi tão genuíno, convidativo e confortável, ao passo que me causavam estranhamentos pela quebra de formalidade e uma sensação de “rebeldia” por acontecer em uma Praça tão movimentada em meio a programas de famílias nucleares. Um ato político por assim dizer, de jovens convocados por outros jovens unindo-se entre si com vistas a desmitificar a ideia de “corpos profanos” via política, partilhando micropolíticas e criando outras conforme as confluências, a partir de um chão da realidade instituinte, da pulsão vital como diz Rolnik. Ali, no silêncio, ouvia narrativas dos outros que em muitos pontos se cruzavam com os meus pensamentos, minhas utopias, com o que eu acreditava e/ou discordava, apesar de eu não falar ou esboçar quase nada naquele momento, mas perceber que não estava sozinho era o suficiente para abandonar a ilha que me fizeram acreditar como destino (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, junho de 2024)

Diante do exposto, a defesa pela vida ressoava no comum, em “bando” nos dizeres de Agamben (2004, p. 117), como “a força, simultaneamente atrativa e repulsiva, que liga os dois polos da exceção soberana: a vida nua e o poder, o *homo sacer* e a soberano”. Costuro nessa linha de pensamento o traçado de um plano comum, pista par um conceito político do método cartográfico segundo Kastrup e Passos (2016). Nesse sentido, o plano inscrevia-se na temática LGBT que trazia atravessamentos discriminatórios comuns que abarcava nossos corpos diferentes, criando, assim, laços de pertencimento numa dimensão inclusiva, cujas experiências

com essa temática demonstrava serem singulares, únicas, por isso não homogêneas. Desse modo, construímos naquela noite um mundo comum a partir de outros mundos heterogêneos – uma filosofia da diferença

Na continuidade das minhas andanças cartográficas, avisto outra pista que desmanchava a “paisagem cinza” que a priori construí, ao ver os seguintes artefatos valiosos:

**Figura 16 - Cartazes da resistência**



Fonte: Arquivo pessoal

Não era bem os corpos de jovens ali presentes, mas os cartazes acima expressavam a existência deles e de seus fluxos instituintes na UEMA – Campus Caxias, que considero serem fragmentos que desestabilizam os polos da verticalidade e horizontalidade numa lógica de transversalidade na perspectiva de Guattari (1981) e o pensamento de Passos e Barros (2020), sendo assim, os afetos por eles tremem a rigidez que se apresentava o campo institucional.

Escritos a mão, cada um tinha sua singularidade no fundo temático dos modos de enfrentamento, trazendo a pluralidade das resistências (Foucault, 1998). O primeiro remete aos direitos assegurados pela política de assistência estudantil que a UEMA dispõe; considerando que foi de autoria dos estudantes do curso de Ciências Sociais, cuidadosamente resumido com as informações principais e usados pinceis de cores diferentes para destacar, pressuponho que a divulgação institucional é frágil e as que estão nos murais não chama atenção. Quanto ao segundo cartaz, sucinto e de letras em caixa alta, evidencia a teor radical do movimento. Reitero no encontro desse dado o pensamento de Foucault (1998), que onda há poder, haverá múltiplas formas de resistência.

Quando saiu a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê em Ética e Pesquisa da UFPI (CEP-UFPI), o Parecer nº 6.941.306, direcionei os meus passos para os departamentos e

direções dos cursos da UEMA – Campus Caxias, construindo seus perfis com base naquilo que cultivava à medida que um dado emergia durante esse trajeto: a política de cotas raciais não era pauta da agenda institucional. Esse dado ganhava cada vez mais solidez quando me veio ao conhecimento do setor administrativo principal a informação de não haver uma comissão, núcleo ou qualquer departamento específico oficializado de Ações Afirmativas de recorte racial no campus de Caxias, o que seria fundamental para a implementação da Lei com vistas as políticas de permanência desses estudantes cotistas visando impedir a evasão e desistência nos cursos, considerando as possíveis dificuldades socioeconômicas de serem de outras cidades ou estados, conciliar estudos com serviço, a necessidade de apoio pedagógico, material e/ou psicológico para questões de insegurança, constrangimento e discriminação por ser cotista.

Assim como também seria um espaço importante na potencialização da política de cotas, criando outros laboratórios de pesquisas que incentivasse produções científicas com temáticas relacionadas as Ações Afirmativas de recorte racial, construir uma epistemologia das margens que mudasse o Currículo de disciplinas e promovessem eventos acadêmicos de forma a expandir as discussões da política, práticas institucionais que transitaria para uma mentalidade, discurso e currículo mais inclusivo racialmente.

Com base na minha analítica, a ausência deste tipo de departamento em decorrência de uma omissão institucional produzia efeitos de invisibilização, conseqüentemente, não se discutia sobre essa política de cotas na comunidade acadêmica. Outro efeito da ausência, é que os personagens administrativos do território estão à deriva do assunto no processo seletivo do PAES e dependentes das ações da UEMA de São Luís (central), que é encarregada de todo o tramite tanto dos candidatos do Sistema Universal quanto da Reserva de Vagas. Desse modo, não há uma participação do campus na tomada de decisões no processo de avaliação das provas e das bancas de heteroidentificação dos estudantes cotistas, cabendo a responsabilidade do campus apenas a divulgação do vestibular, aplicação das provas e o preenchimento de fichas no período de matrículas. Nota-se aqui uma subordinação e a colocação do campus de Caxias num campo marginalizado, que nem mesmo a relevância do município apresentada nos aspectos históricos e geográficos desse escrito a evitou de ser vítima da sua própria política institucional de poder centralizadora.

Esse percalço institucional acaba por impossibilitar a criação de um banco de dados sobre os cotistas da UEMA – Campus Caxias, que seria muito funcional para a exatidão de informações de fácil acesso para o encontro desses estudantes, um importante dispositivo de acompanhamento de suas trajetórias na graduação e na criação de outros programas que seriam suporte para a Lei nº 9.295/10. No mapeamento do território da UEMA, identifiquei poucos

departamentos e direções de curso cientes dos seus alunos cotistas e que promoviam práticas que superavam a linha de fronteira da Reserva de Vagas, principalmente no de História e Ciências Sociais, mas isso deve-se a um movimento paralelo de professores e alunos que criaram seus próprios núcleos, coletivos e grupos de estudos instituintes, bem como fizeram das bolsas de programas externos de incentivo a pesquisa como campo de resistência e visibilidade de seus corpos, que tratam temáticas de gênero, raça, sexualidade e diversidade como um todo.

As experiências exitosas de bancos de dados somados a programas de suporte apontadas nos estudos de Moraes (2022), seria bons exemplos de organicidade de informações dos cotistas da UEMA – Câmpus Caxias. Como a criação do DATAUERJ pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2008, um banco de dados que armazena uma gama de informações e dispõe de vários mecanismos de análise de estudantes cotistas e não cotistas, a fim de acompanhar e avaliar os rendimentos e as porcentagens de aprovações e reprovações. No que tange as ações da Universidade de Brasília (UnB), esta não restringiu seu programa de cotas apenas a Reserva de Vagas, por meio do Ato da Reitoria nº 750/2007 criou o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial (NPIR) com vistas a implementação, monitoramento e avaliação de programas de combate ao racismo e xenofobia.

Problematizo essa barreira institucional devido à falta de uma exigência formalizada na Lei nº 9.295/10 que responsabilizasse ou estimulasse a criação de um órgão de monitoramento, avaliação e implementação, pois no seu corpo textual em nenhum momento nada disso é mencionado. Um erro descomunal considerando que o espaço de poder institucional comumente já é omissivo com as questões sociais, dado ao aspecto de construído sob um ideal elitista e de ordem conservadora, e quando não se tem um documento normativo que força um engajamento com a diversidade a fim de minorar as desigualdades raciais torna o quadro ainda mais crítico e engessado.

Diante desse contexto de falas, ausências e dificuldades de alguns departamentos de dialogar sobre os alunos cotistas, compreendi aos poucos que a política de cotas é um assunto que se inicia e encerra no período de vestibular do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES), não havendo políticas de permanência de fundo racial. Aponto aqui uma indiferença para com esses jovens negros cotistas, que numa abordagem política do assunto, é compreendida como um dispositivo de exclusão que inferioriza, subjuga e elimina grupos ditos minoritários, ou seja, uma indiferença como “forma de operar um cálculo de morte sobre suas vidas, sem matá-las, no sentido literal do termo” (Silva, 2021, p. 5).

Essa indiferença se expressava com frequência, quando a resposta para a pergunta sobre um setor dedicado às cotas raciais era geralmente acompanhada de que os estudantes eram

“todos misturados”, no entanto, era uma indiferença pontual, tendo em vista que em outras conversas estabelecia-se linhas de divisão quando se mencionava as vagas de ampla concorrência como “vagas normais”. Os cotistas, então, se enquadravam nos “anormais”? Logo, essa indiferença com os corpos cotistas que emergia dos lábios de quem discursava, era ação inconsciente dos personagens administrativos, evidenciando, assim, que o discurso da indiferença, enquanto dispositivo de poder, era presente nas entrelinhas do programa da instituição, a qual produzia os personagens com suas condutas que permitia “justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (Foucault, 2014, p. 244), com novas reinterpretações desta prática sob um campo de racionalidade.

Faça, ainda, uma ponte dialógica dessa indiferença com o racismo institucional a partir dos escritos de Pereira Santos (2023, p. 110) sobre a implementação das cotas raciais na UEMA, quando esta apresenta fortes argumentos dessa especificidade de racismo no campus no momento que se constata que a referida universidade elabora resoluções das desigualdades aparentes somente a partir do fator socioeconômico, enxotando o fator racial para um terreno invisível. Meu pensamento ganha força quando em outro trecho ela afirma que “isso [a indiferença para com os/as negros/as na instituição] tem a ver com a localização psicológica das pessoas que executam essas práticas administrativas, e aqui é importante lembrar que essas pessoas representam o pensamento institucional”, o que explicaria a naturalização do desconhecimento da Lei executada desde 2011, consequência de uma cultura do esquecimento que é fruto das interdições do instituído e do racismo velado.

Esse “esquecimento” não é natural, é naturalizado, construído, proposital; torna-se um dispositivo astuto de anulação e manobra para que o debate racial não aconteça, se dissolvendo nos discursos reducionistas de que todas as desigualdades e subalternidades tem fundo explicativo apenas no fator socioeconômico. O que é evidenciado nas entrevistas feitas pela autora supracitada, ainda na sua pesquisa sobre cotas na UEMA, quando se percebe um certo tabu na utilização do próprio termo “raça” e quaisquer referências de negros/as, ficando no campo do não dito, nas entrelinhas e/ou mascara-se na terminologia “diversidade” sem uma devida intersecção.

Em vista disso, me vejo a refletir acerca de alguns conceitos de racismo institucional encontrados nas minhas leituras, em destaque para o do Machpherson (1999 apud Vaz e Ramos, 2021, p. 179) que o define como “fracasso das instituições em oferecer serviços racialmente equitativos”. Nas minhas análises não enxergo “fracassos”, ou quaisquer associações com práticas falhas, muito pelo contrário, evidencio uma engenharia sistêmica que funciona muito bem no tratamento diferenciado dos corpos segundo as suas marcas externas, uma política de

invisibilização bem articulada com o voluntarismo de cooperadores formados inconscientemente que reforçam a existência do racismo institucional.

### 3.5.1 Cartografia Documental I: a Lei nº 9.295/10, os editais do PAES e o PDI

Na continuidade do trabalho cartográfico de abrir *varedas* para o cultivo de dados sobre a Lei nº 9.295/10, que institui a política de cotas raciais para os cursos de graduação da UEMA, a pesquisa documental consistiu numa análise do corpo textual da Lei e dos editais do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES).

**Figura 17 -** Captura de tela do site da UEMA – Câmpus Caxias



Fonte: Arquivo pessoal.

A singularidade que diferencia o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão de outras universidades brasileiras, é que esta não faz uso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visto que possui a sua própria ferramenta de ingresso, no caso o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) realizado todos os anos no segundo semestre, cujo setor da UEMA que o direciona é o da Divisão de Operação de Concursos Vestibulares (DOCV). A partir de 2011, no PAES 2017, que passa a ser caracterizado por “bipartido”, segundo os dizeres de Pereira Santos (2023), pois se ramifica em dois sistemas deixando a critério de escolha dos inscritos: o Sistema Universal, voltado para a ampla concorrência, e o Sistema Especial de Reserva de Vagas, adaptação das ações afirmativas. O Sistema Especial de Reserva de Vagas, gradativamente, se fragmentou ao longo dos anos à medida que se construía especificidades de cotas, sendo que a partir do PAES 2017 passou a ser subdividido em três sistemas, como detalhado no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Sistema Especial de Reserva de Vagas**

	<b>PÚBLICO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>EXIGÊNCIA DOCUMENTAL</b>	<b>BANCA EXAMINADORA</b>
<b>Sistema 1</b>	Candidatos negros e originários de comunidades indígenas.	Lei Estadual N° 9.295/10	- Autodeclaração. - Foto 3x4. - Cursado ensino médio em escola pública. - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) ou Declaração de Residência emitida pela Fundação do Índio (FUNAI).	Uma comissão composta por um representante do Curso de Ciências Sociais, um representante de entidades e um representante do PAES em questão.
<b>Sistema 2</b>	Candidatos com deficiência.	Lei Federal n° 7853/1989; Decretos n° 3298/1999 e n° 5296/2004.	Laudo médico fornecido, preferencialmente, por instituição pública de saúde, com parecer descritivo da deficiência, nos termos do Código Internacional de Doenças (CID).	Uma comissão composta por um médico para avaliar o laudo, um professor especialista em Educação Especial e um representante do PAES em questão.
<b>Sistema 3</b>	Candidatos negros.	Lei Estadual n° 10.404. Decreto Estadual n° 32.435/16. Orientação Normativa n° 3/2016.	- Autodeclaração. - Foto 3x4.	Uma comissão composta por um representante do Curso de Ciências Sociais, um representante de entidades e um representante do PAES.

Fonte: Quadro construído pelo autor com base nos editais do PAES de 2012 a 2024

Considerando que o foco dessa pesquisa é o Sistema 1, faz-se o recorte racial na comunidade de estudantes negros, especificamente jovens negros cotistas com idade de 18 a 29 anos<sup>10</sup>, caso seja ainda cursante, e egressos negros que utilizaram desse sistema supracitado. De acordo com o quadro acima e já mencionado em discussões anteriores, o dispositivo legal que institui o Sistema 1 é a Lei n° 9.295/10 – muito embora pouco conhecida na comunidade acadêmica, como debatido nesse escrito.

<sup>10</sup> Essa faixa etária escolhida é com base na Lei n° 12.852/13, que institui o Estatuto da Juventude, a qual descreve no Art. 1º, § 1º: “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013). Como nessa pesquisa os participantes são estudantes da Educação Superior, faz-se um recorte a partir dos 18 anos considerando que geralmente é a idade em que muitos estudantes ingressam na universidade.

Um fato que muito me chamou atenção nos estudos acerca do contexto da Lei, é que esta assume caminhos diferentes na trama de formulações e implantações de Políticas de Ações Afirmativas de recorte racial nas universidades públicas do Brasil, assim como aconteceu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), ela parte de uma lei do governo estadual. De acordo com os estudos de Nunes (2011), não se teve um movimento estudantil e docente que pressionasse a sua criação, cujo projeto que originou a Lei é de autoria do Deputado Estadual Chico Mendes (DEM) em diálogo com a Secretaria Estadual da Igualdade Racial, que antes da sua publicação sofreu veto pela governadora Roseana Sarney que não era favorável a esse tipo de política por alegar “vícios de legalidade”. Entretanto, o autor explica que o veto foi derrubado mediante o fato de já ter sido aprovada pela Assembleia Legislativa Estadual.

Ainda nesse caminhar analítico, destaco dois pontos que me intrigaram nessa parte da tecitura contextual acerca da Lei em questão. Primeiro, é que o estado do Maranhão, esse território visto como periférico e a “margem das margens” no imaginário inventivo das outras regiões “desenvolvidas”, torna-se uma grande seara de discussões acerca das Políticas Afirmativas para a educação superior com forças políticas empenhadas nos campos da emergência. Além do já citado Deputado Estadual Chico Mendes (DEM) com seu engenhoso projeto que gerou a Lei nº 9.295/10, destaco outra personagem dessa trama: a Deputada Nice Lobão (DEM), também do Maranhão. Uma força friccional cujos primeiros rascunhos da política de cotas a nível federal, a Lei nº 12.711 de 2012, conhecida por Lei de Cotas, partiu do seu projeto traçado em 1999, embora um material que não contemplava o fator racial, mas que reconhecia a exclusão de acesso ao ensino superior e reivindicava reserva de vagas para estudantes do ensino médio com rendimento escolar satisfatório e mensurável (Machado, 2020).

O segundo ponto, é que ambos os personagens políticos advêm do mesmo partido, no caso o Democratas ou DEM, atualmente conhecido por União Brasil. Conforme absorvido das produções pesquisadas, evidencio um grande interesse desse partido político no campo de fricções na história das Ações Afirmativas no país, apesar da veia centro-direita que cimenta as suas ações; no entanto, é uma relação que caracterizo ser contraditória. Visto que, segundo explica Moraes (2022), em 2009, o DEM moveu uma ação no Supremo Tribunal Federal que questionava a constitucionalidade da Universidade de Brasília (UnB) em estabelecer uma política de cotas exclusivamente de recorte racial somada ao critério da heteroidentificação, cujos argumentos sustentado era que feriam uma sucessão de artigos e incisos da Constituição Federal de 1988, em suma, ofendia o princípio da igualdade ao “privilegiar” certas raças no processo seletivo da universidade supracitada. Ao passo que no ano seguinte, em 2010, Chico

Mendes, Deputado Estadual do Maranhão filiado ao partido, cria um projeto de cotas que combina o fator raça e fator “socioeconômico” que contempla estudantes negros e indígenas para a UEMA.

Destaquei o socioeconômico em aspas no parágrafo anterior, considerando que nos editais esse fator se manifesta e é justificado pelo fato do aluno ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública, reforçando a ideia de escola pública ser um espaço sucateado de pobres. Para além disso, a minha análise me direciona a um ponto comum entre a ação movida contra a UnB e a Lei nº 9.295/10 que institui a política de cotas na UEMA: o DEM, veladamente, subordina o critério raça à condição de classe social. Então, essa seria a “lógica correta” na filosofia dos seus filiados? Os índices da trama respondem que sim.

Uma subalternização do critério raça numa política dita inclusiva. Uma estratégia da norma de invisibilizar um problema histórico de desigualdades raciais, sobretudo no acesso ao ensino superior, reduzindo-o ao fator socioeconômico, único e universal, com vistas a escamotear o racismo institucional e reforçar a falácia de sociedade racialmente democrática. Entretanto, é um argumento refutável diante dos estudos estatísticos e empíricos construído ao longo dos anos por intelectuais negros e outros ativistas do movimento, sobretudo na analítica de Sodré (2023, p. 57), que aponta efeitos parasitários da antiga estrutura escravista na esfera econ mica, societária e institucional atual, afirmando que “raça esteja na base da defini o de classe social no Brasil, ou seja, a classe social   sempre racializada”.

Historicamente, esse discurso da classe como fator único explicável das desigualdades   muito presente na mentalidade conservadora, que parece ser consonante ao viés político dos filiados ao partido DEM, que apesar de se autointitularem centro-direita como uma ideia de posi o intermediária e “amenizadora” para as suas filosofias, as suas aspira es tendem a pender mais para um lado que a própria titula o já nos anuncia. Afinal, como aponta o pensamento de Bobbio (1995, p. 36): “entre o branco e o preto pode existir o cinza; entre o dia e a noite há o crepúsculo. Mas o cinza não elimina a diferença entre o branco e o preto, nem o crepúsculo elimina a diferença entre a noite e o dia”. Ou seja, mesmo se colocando no alto de um muro dicot mico, há um ideário que toma mais espaço na ciment o das suas a es. O que me leva a pensar que por ter sido uma política de cotas gerada desse pensamento conservador, os efeitos são de uma política desassistida expressada no seu próprio corpo textual de poucos artigos: sucinto que margeia o vazio.

Antes de discutir a referida Lei n  9.295, promulgada em 17 de novembro de 2010, faço aqui a exposi o desse normativo:

Art. 1º A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, reservará, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, dez por cento, respectivamente, de suas vagas para estudantes oriundos de comunidades indígenas e estudantes negros que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário (ESTADO DO MARANHÃO, 2010, p. 1)

Reduzida em quatro artigos que não supera mais que uma página, é apresentada ao público uma Lei que trata de uma luta histórica e um assunto delicado com muito descaso e sem muita especificidade, que discorro nos parágrafos seguintes.

A primeira inferência está relacionada com a discussão já iniciada em parágrafos anteriores, que é a questão da combinação do critério raça somado ao critério socioeconômico, que enfraquece e subalterniza o teor radical da pauta reivindicativa do Movimento Negro que coloca raça como critério principal. Para além disso, trago ressalvas quanta a fragilidade do primeiro artigo que pode gerar aberturas para fraudes, no caso, a ausência de um critério que limita a renda familiar do estudante e estabeleça uma vulnerabilidade econômica. Tendo em vista que cursar ensino médio completo na escola pública talvez não seja suficiente para enquadrar o beneficiário na posição de “pobre”, logo, num cenário hipotético e possível, pode-se criar uma manobra para a entrada da camada de classe média para alta, os quais cursam as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental na rede privada, mas no ensino médio transitam para a rede pública para “facilitar” o acesso a programas sociais. Embora a universidade seja para todas as vozes e corpos, essa política foi criada para minorar as desigualdades de acesso de perfis específicos que sofrem uma opressão histórica que os excluem de uma educação completa que os preparem para disputar vagas no vestibular, ou seja, contemplar honestamente os sujeitos de direito.

A segunda ressalva que destaco, é que a Lei não apresenta um artigo que designa a temporalidade da política, um “um prazo de validade”, me levando a compreender que se trata de uma política permanente, um ponto muito plausível. Entretanto, seria muito interessante o estabelecimento de temporalidade como forma de estabelecer e cumprir metas dentro de um período determinado, não no sentido neoliberal de eficácia e sucesso, mas com vistas a movimentá-la e visibilizá-la. A temporalidade nessa visão, estimularia o engajamento da instituição de expandir a discussão e implementação da política, adentrando o campo da permanência, bem como contribuiria para o seu monitoramento com a realização de avaliações

– não apenas avaliação de resultado no fim do seu prazo, mas que fosse uma avaliação contínua que podasse as arestas segundo as necessidades que poderia apresentar durante o percurso.

O próximo apontamento que proponho a tecer possui linhas de relação com o último apresentado e no subtópico anterior desse capítulo: não possui um artigo que designa um órgão para acompanhamento e avaliação contínua. A falta de exigência desse órgão no texto do dispositivo abre espaço para que a universidade faça dispensa e a não ofereça um serviço de monitoramento dos estudantes cotistas, conseqüentemente não se cria um banco de dados. Os efeitos disso é que após o ingresso os cotistas ficam numa zona invisível, pois, até mesmo no resultado definitivo do vestibular é um tanto falha essa informação expressada na relação discriminatória dos que usaram o Sistema 1 da Reserva de Vagas para ingressar na UEMA, ou seja, não tem uma especificação explícita de quem usou desse sistema de cotas, se foi por razões de ser negro ou indígena, eles estão dissolvidos num terreno homogêneo. Retomo essa discussão devido ser um dos fatores mais sentidos durante a minha criação do território, tendo em vista que dificultou no levantamento de dados na identificação de jovens negros cotistas, sendo necessário ver a ficha de matrícula de cada acadêmico para ver qual opção marcou no campo cor/raça.

Cabe aqui ressaltar também sobre a banca de heteroidentificação da UEMA, embora não seja comum à sua menção no corpo textual das políticas de cotas. No entanto, por ser descrita nos editais seria interessante ter um artigo próprio na Lei, a fim de formalizá-la com mais solidez considerando que apresenta uma complicada singularidade que precisa ser problematizada. Conforme os editais do PAES a partir do ano de 2012, ela está tecida da seguinte forma: “Uma comissão composta por um representante do Curso de Ciências Sociais, um representante de entidades e um representante do PAES”.

É um ponto muito positivo esse estabelecimento do processo e dos personagens envolvidos na banca de heteroidentificação, porém, a experiência descrita na tese de Pereira Santos (2023) como um dos membros dessa banca, deixa escapar uma singularidade muito preocupante e passível de análise. Segundo o relato da autora mencionada, a banca de heteroidentificação do referido Sistema 1 não ocorre presencialmente, consistindo apenas num trabalho de verificação documental se as fichas de inscrição estão atendendo aos critérios estabelecidos na seção de Reserva de Vagas dos editais: certificado do ensino médio em escola pública; a fotografia 3x4 anexada e, para os casos de candidatos indígenas, um documento que comprove o seu pertencimento a uma comunidade indígena. Como ela mesmo acentua:

[...] não se tem uma imprescindível avaliação presencial com os/as candidatos/as inscritos para averiguação dos traços fenotípicos, ou seja, trata-se de uma luxuosa comissão constituída para averiguar tão somente a regularidade da documentação apresentada pelos os/as candidatos/as (Pereira Santos, 2023, p.96).

Esse fato também veio ao meu conhecimento nas minhas visitas aos departamentos e direções de curso, nos quais os personagens relatavam não serem da responsabilidade do campus da UEMA em Caxias ou de qualquer outro campus que não fosse o central localizado em São Luís. Além de mais uma vez comprovar a situação marginal e subordinada dos campus que não seja o central, aponta-se para uma certa fragilidade na banca examinadora desse Sistema 1, considerando que essa verificação documental não apresenta muita credibilidade. Logo, questiono-me: É possível uma avaliação, com solidez e precisão, dos traços fenotípicos (nariz, boca, cabelo etc.) dos candidatos através da fotografia? Quais as chances de adulterações dessas fotos, tendo em vista editores que aumenta e diminui a frequência de tonalidade da pele, molda o rosto e dentre outras funções que altera a estética da pessoa?

Somada a essa fragilidade da credibilidade nos processos seletivos da banca, com possíveis fraudes pela ausência de escuta sensível dos candidatos pelo uso do Sistema 1, destaco ainda, partindo de estudos decoloniais, que a avaliação somente por foto também pode reforçar estereótipos construídos para inferiorizar os negros, portanto, reflexos de uma prática colonial de representação (re)produzida pela branquitude, denominado por Kilomba (2019, p. 38) de: “fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser”.

Após a análise da Lei, parto para uma leitura dos editais do PAES entre os anos de 2011 a 2024, visando identificar como se estabelece o Sistema Especial 1. A escolha do ponto de partida, muito embora já soubesse que tal Sistema vigorasse a partir do PAES 2012, foi estratégica diante da necessidade de ler o anterior para saber como se organizava o edital antes da política de cotas. Como já esperado, o PAES de 2011 não faz menção a qualquer tratamento/serviço diferenciado no que tange o aspecto racial, apresentando apenas para pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência – mesmo ainda não formalizado em Sistema 2. – O critério raça tomou forma no ano seguinte, no PAES 2012, manifestando-se com a seguinte descrição:

[...] 3.2 O candidato negro (de raça ou cor preta, conforme nomenclatura do IBGE/2010) ou oriundo de comunidades indígenas que tenha cursado o Ensino Médio exclusivamente em escolas públicas (municipais, estaduais ou federais) poderá, na inscrição, fazer a opção pelo Sistema Especial de Reservas de Vagas.  
3.2.1 O enquadramento de cor (ou raça) se dará mediante a Autodeclaração (conforme ANEXO VI deste Edital) do candidato, conforme classificação adotada pelo IBGE.

3.2.2 As inscrições para o Sistema Especial de Reservas de Vagas serão realizadas a partir da Autodeclaração do candidato, expressa na ficha de inscrição, considerada sob as penas da lei [...]

3.2.3 A DOCV/PROG/UEMA se reserva o direito de proceder à conferência das informações prestadas pelo candidato, quanto à sua veracidade, a qualquer momento, inclusive junto aos órgãos oficiais, sendo que, ante a constatação de sua falsidade, serão tomadas as providências legais cabíveis [...]. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, 2011, p. 6)

Uma descrição direta cuja localização no texto do edital ainda era muito tímida, o que mudou gradativamente ao longo das edições do PAES, bem como também não se classificava ainda como Sistema 1, apenas como Sistema Especial de Reserva de Vagas, visto que ainda não tinha acontecido as ramificações em sistemas específicos e formalizados das cotas para pessoas com deficiência (Sistema Especial 2) e as cotas para negros no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Maranhão (Sistema Especial 3).

Outro material que fez parte da minha cartografia documental, foi o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) referente ao período de 2021-2025, cuja finalidade foi analisar as políticas de assistência estudantil e outros achados pertinentes para o estudo. Tentei, ainda, acessar o PDI dos períodos anteriores dentro da temporalidade da política de cotas da UEMA para fazer comparativos, porém, não obtive acesso. O presente documento traz a seguinte descrição:

O Programa de Assistência Estudantil da Uema constitui-se como um instrumento de democratização das condições de permanência dos estudantes na educação superior. Está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE) e tem como objetivos principais minimizar os efeitos das desigualdades sociais e contribuir para a redução das taxas de evasão e retenção. O Programa é constituído pelas modalidades de auxílio por critério socioeconômico e critério universal (Universidade Estadual do Maranhão, 2022, p.119).

Diante do exposto acima, constata-se que o Programa de Assistência Estudantil da UEMA não apresenta uma modalidade com especificidade na questão racial, nos levando a compreender que os ingressantes da política de cotas raciais aglutinam-se na modalidade dita do critério socioeconômico, logo, reforçando o discurso das desigualdades apenas cimentada no fator classe e abstendo-se das discussões sobre raça como fator intrínseco da pobreza no Brasil. Visto que, partindo dos estudos de Munanga (2006), ainda que alunos brancos pobres se encontrem em cenários aproximados ao dos negros, essa lógica não se aplica aos jovens negros cotistas em virtude dessa dupla discriminação ser uma realidade em constante paridade, isto é, “uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica [brancos] e outros

discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica [negros]” (Munanga, 2006, p. 49).

A modalidade por critério socioeconômico institui um quantitativo de 1.247 vagas, a distribuição desses auxílios é conforme a comprovação da “situação de vulnerabilidade socioeconômica aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais regulares de graduação da Uema, com regras e condições estabelecidas em Editais específicos, publicados anualmente” (Universidade Estadual do Maranhão, 2022, p. 119). Com base na leitura feita do documento, construo o seguinte quadro:

**Quadro 3 - Programa de Assistência Estudantil da UEMA**

<b>Programa de Assistência Estudantil da UEMA – Modalidade por critério socioeconômico</b>			
<b>Assistência Estudantil</b>	<b>Resolução</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>
Bolsa Permanência	n.º 179/2015-CAD/UEMA; n.º 207/2016-CAD/UEMA (ad-referendum) e a n.º 231/2017-CAD/UEMA	R\$ 400,00	São ofertadas 102 (cento e duas) bolsas com duração de 12 meses, sem renovação. É necessário que o estudante esteja cursando os dois primeiros períodos acadêmicos.
Auxílio Creche	n.º 229/2017-CAD/UEMA	R\$ 200,00	São ofertados 100 (cem) auxílios com vagas distribuídas com duração de 12 meses, podendo ser renovado. É necessário que o estudante tenha filho menor de 5 (cinco) anos.
Auxílio Moradia	n.º 230/2017-CAD/UEMA	R\$ 200,00	São ofertadas até 280 (duzentos e oitenta) com duração de 12 meses, podendo ser renovado. É necessário que o estudante tenha família residindo em outro país, estado ou município diferente do Campus da Uema em que está matriculado.
Auxílio Alimentação	n.º 228/2017-CAD/UEMA	R\$ 220,00	São ofertados 645 (seiscentos e quarenta e cinco) auxílios com duração de 12 meses, podendo ser renovado. É necessário que o estudante esteja matriculado nos Campi que não dispõem de restaurante universitário.
			São ofertados 120 (cento e vinte) auxílios com duração de 12 meses,

Auxílio Refeição	n.º 228/2017- CAD/UEMA	R\$ 90,00	podendo ser renovado. É necessário que o estudante esteja matriculado em cursos presenciais regulares de graduação no Campus de Balsas.
------------------	---------------------------	-----------	---

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o PDI (2021-2025) da UEMA – Campus Caxias

Além desses auxílios regulares do Programa de Assistência Estudantil da UEMA, na pandemia da covid-19 foram disponibilizados SIM CARDS aos estudantes visando garantir a inclusão e permanência destes no acesso às aulas nas plataformas digitais. Assim descreve o documento abaixo:

Foram beneficiados alunos matriculados em cursos de graduação presencial, EaD, Programa Ensinar e Programa Profitec, com comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desta forma, foram distribuídos 4.000 (quatro mil) SIM CARDS, com plano mensal de dados móveis (3G/4G), via Serviço Móvel Pessoal (SMP), com pacotes de dados de 20GB mensais, para que assim possam ter as condições técnicas para o acesso à internet (Universidade Estadual do Maranhão, 2022, p. 120).

### 3.5.2 Cartografia documental II: dos aprovados e matriculados do Sistema 1 de Reserva de Vagas da UEMA – Campus Caxias

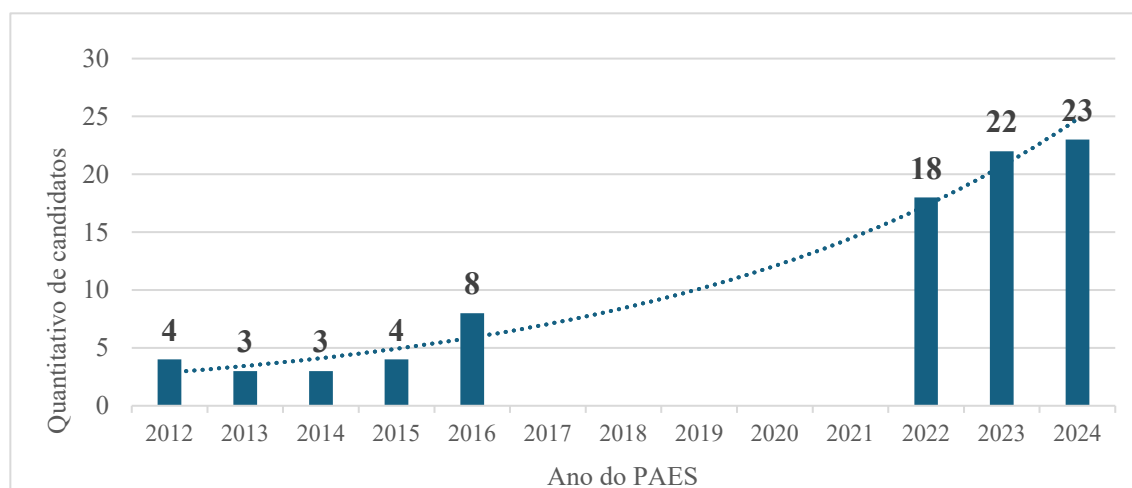
A analítica da Lei 9.295/10 e dos editais do PAES, foram direcionais ao trazerem pistas para a minha experiência na leitura das fichas de matrículas dos acadêmicos, cujo olhar não se restringiu apenas no quantitativo e estatístico, mas uma cartografia que possibilitou produzir novas paisagens que me levaram até os jovens negros cotistas. Neste percurso, considerando não ter um departamento ou quaisquer setor oficializado voltado para o acompanhamento dos cotistas, proporcionando um banco de dados mais diretivo, realizei, assim, um levantamento dos cotistas aprovados e matriculados pelo Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas da UEMA – Campus Caxias.

Início esse processo na página virtual da universidade, especificamente, no ícone PAES onde está presente todo o tramite de documentações de todas as edições, no qual realizei downloads do resultado definitivo do período de 2012 à 2016, e do período de 2022 à 2024, havendo aí um intervalo de edições do PAES não acessado entre os anos de 2017 à 2021, em decorrência da página apresentar problemas técnicos e não abrir com seu devido conteúdo por motivos de instabilidade.

No interior desse campo, os resultados mais atuais estão separados em Universal e Reserva de Vagas, especificando arquivos únicos para cada campus/cidade. Já o campo das

primeiras edições apresenta organicidade parcial, cujos sistemas e cidades de todos os câmpus do Maranhão as vezes compartilhavam o mesmo arquivo dificultando a localização daqueles arquivos apenas do campus de Caxias. Sob a ótica processual, o traçado do primeiro gráfico ganha forma com o levantamento dos aprovados, como mostra a figura a seguir:

**Gráfico 1 - Número de aprovados no Sistema Especial 1**



Fonte: Gráfico construído pelo autor com base nos editais do PAES de 2012 a 2024.

A partir da analítica do que expressa esse primeiro gráfico, é possível evidenciar que um dos efeitos do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas é um crescimento gradual da procura dos estudantes pelas políticas de cotas raciais como instrumento inclusivo para ingressar na UEMA - Câmpus Caxias. Entretanto, apresenta-se um quantitativo baixo e ainda não é o resultado ideal considerando o tempo de quando foi implantada há doze anos, bem como também a temática das ações afirmativas ser uma pauta pertinente no campo da política desde os anos 2000, revelando, assim, uma lentidão do seu alcance e debate nas escolas públicas que incentive uma maior procura pelos estudantes.

Como observado no gráfico e mencionado anteriormente, não foi possível acessar os resultados do PAES no período de 2017 a 2021 no site, e quando procurei me informar nos departamentos se possuíam uma cópia física, a recomendação foi sempre procurar o site, logo, este não voltava as funções normais. Diante disso, com o Parecer de aprovação da pesquisa em mãos, nº 6.941.306/CEP-UFPI, juntamente com a Carta de Anuência que me concebia autorização institucional, tive acesso as fichas de matrícula dos acadêmicos da UEMA – Câmpus Caxias no Setor de Registros e Controle Acadêmico onde comecei um longo trabalho de cartografia documental como registrado na figura abaixo.

**Figura 18** - Cartografando as fichas de matrícula dos acadêmicos da UEMA - Câmpus Caxias



Fonte: Arquivo pessoal

Acompanhada as fichas de matrícula, estão anexadas a foto 3x4 e xerox dos documentos pessoais do ingressante. No corpo textual das fichas de matrícula é disposto dados gerais do ingressante, verifico, ainda, campos de preenchimento comuns ao longo dos anos, apesar de sua estética mudar: a) dados pessoais; b) endereço; c) documentação; d) informações da escola de ensino médio; e) informações sobre o vestibular. Como exemplifico na figura abaixo, através de uma ficha de matrícula do ano de 2024.

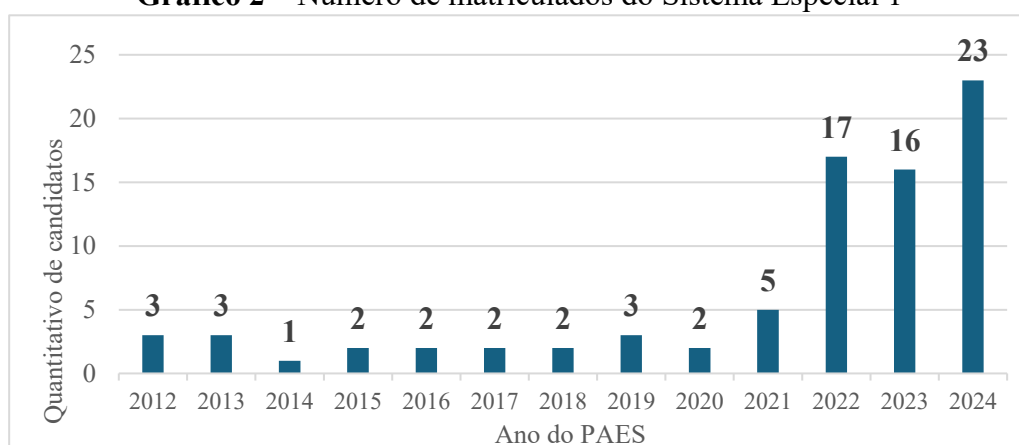
**Figura 19** - Ficha de matrícula

Fonte: Arquivo pessoal.

Com base nesses campos preenchidos da ficha de matrícula, realizei o seguinte processo: a primeira etapa dessa cartografia documental resumiu-se na conferência daqueles aprovados do levantamento se de fato tinham feito a matrícula, e a segunda etapa consistiu na busca de outros cotistas nos arquivos físicos do período temporal que faltava, pois, alguns dos

ingressantes colocavam a natureza de seu ingresso em um dos campos da ficha, se entrou por Sistema Universal ou pelo Sistema de Reserva de Vagas. O resultado dessa última etapa foi um tanto frágil, considerando a possibilidade de os cotistas talvez omitirem sobre o tipo de ingresso, assim como também o fato de alguns não terem a ficha de matrícula completa, tendo à disposição apenas documentos pessoais. No final desse processo, ilustrei no seguinte gráfico:

**Gráfico 2 – Número de matriculados do Sistema Especial 1**



Fonte: Gráfico construído pelo autor com base nas fichas de matrículas de 2012 a 2024.

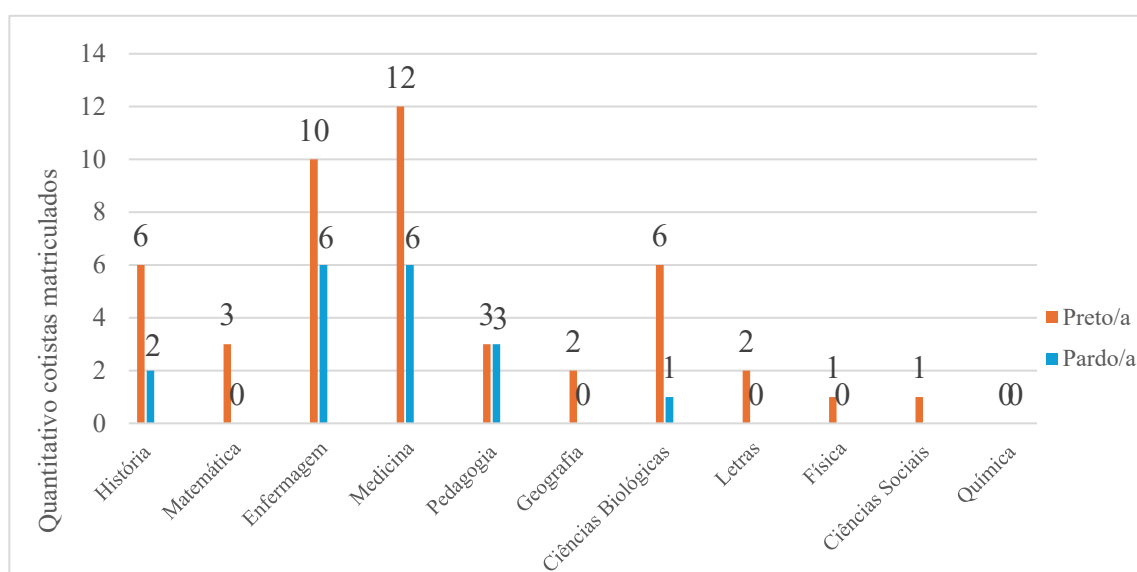
Como observado, o número de matrículas dos cotistas é inferior aos dos aprovados apresentado no gráfico anterior, evidenciando uma significativa desistência em ocupar a vaga conquistada no Sistema Especial de Reserva de Vagas, uma das justificativas, segundo umas das personagens administrativas, é por terem passado em cursos em outras instituições de superior. Essa desistência se apresenta também após as matrículas e períodos estudados, como é o caso de dois estudantes de 2022 e 2023, respectivamente, o primeiro, do curso de geografia, porque mudou de curso no próprio campus de Caxias, o segundo, do curso de matemática, não apresentou justificativas e apenas parou de comparecer as aulas.

Na continuidade da analítica das fichas de matrículas, o próximo passo foi organizar os dados cultivados em estudos mais preciso e detalhado, ancorando-me na perspectiva interseccional com as categorias estudadas nesse escrito e com outras quando foi necessária fazer encruzilhada. Considerando que a interseccionalidade em sentido estrito, como assevera Vaz e Ramos (2021), é uma etapa que exige uma aproximação do pesquisador com os sujeitos que serão analisados segundo o objeto, o problema e o território da pesquisa, a fim de identificar no processo da pesquisa os atravessamentos que vulneram esses corpos agora pesquisados.

A primeira intersecção foi a de raça, em razão de ser a temática principal desse estudo. Nessa direção, a cartografia que fiz das fichas na busca dos cotistas que preenchesse o período

temporal que faltava, contribuiu também para discriminar o resultado do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas para especificar os cotistas que entraram por se autodeclararem negros dos cotistas que entraram por se autodeclararem indígenas, tendo em vista que é uma informação não transparente nas listas de aprovados presentes no site oficial da universidade, pois o quantitativo de negros e indígenas estão homogeneizados. Dito isso, tem-se o seguinte gráfico dos cotistas negros distribuídos nos cursos de graduação da UEMA – Campus Caxias:

**Gráfico 3 - Distribuição por cor/raça dos matriculados pelo Sistema Especial 1**



Fonte: Gráfico construído pelo autor com base nas fichas de matrículas de 2014 a 2024.

No levantamento das especificações dos cotistas do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas, não encontrei nenhum estudante originário de comunidade indígena, o que me levou a afirmar que as cotas raciais nos cursos de graduação contemplaram mais os autodeclarados pretos e pardos. No gráfico acima destaco que a identificação racial desses cotistas só foi possível a partir de 2014, embora tenha encontrado vestígios daqueles desde a implantação da política na UEMA – Campus Caxias, porém, reitero que alguns não tinha fichas com os dados da autodeclaração, além do mais, algumas fichas não possuía o campo sobre raça, como é o caso dos anos 2012, 2013, 2015 e de uma ficha de uma acadêmica cotista do curso de Ciências Sociais de 2017. Diante disso, alguns ficaram na incógnita de saber se escolheu aquela modalidade de cotas foi por ser negro ou por ser indígena, como exemplifico na figura abaixo.

**Figura 20 - Ficha de matrícula (2012)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS-PROGAE  
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - CEG

FICHA DE CADASTRO DE ALUNO

CÓDIGO \_\_\_\_\_ NOME \_\_\_\_\_

**Dados Pessoais**  
 Nascimento: 21/06/81 Sexo: M Estado Civil: Solteiro Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: Brasileira  
 Pai: \_\_\_\_\_ Mãe: \_\_\_\_\_  
 Exerce alguma atividade remunerada: Não Portador de necessidade especial: Não

**Endereço**  
 Residência: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Celular: \_\_\_\_\_ Bairro: Centro Cidade: \_\_\_\_\_ UF: MA  
 CEP: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

**Documentação**  
 Identidade: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: SSP-MA Data de Emissão: 17/05/2011  
 Carteira Militar: \_\_\_\_\_ Órgão Militar: MOCDI Data de Emissão: 17/03/2009  
 Título de Eleitor: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_ Data de Emissão: 03/04/2008

**Conclusão do 2º Grau**  
 Colégio: Centro de Ensino Gerson Vilela Conclusão: 2008 Local: \_\_\_\_\_

**Vestibular**  
 Ano: 2012 Inscrição: \_\_\_\_\_ Total de Pontos: \_\_\_\_\_ Classificação: \_\_\_\_\_ Semestre que Ingressou: 2º  
 Ano de Ingresso: 2012 Curso: Medicina Forma de Ingresso: Vestibular  
 Assinatura do Aluno: \_\_\_\_\_ Caxias (MA), 31/07/2012

Fonte: Arquivo pessoal

Diante disso, alguns ficaram na incógnita de saber se escolheu o Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas foi por ser negro ou por ser indígena, devido a inexistência do campo racial na ficha, diferentemente dos anos posteriores, que além de possuir o mencionado campo, nos anos de 2023 e 2024 existe ainda as opções de cor/raça para marcar: branca, preta, parda, amarela, indígena e outra. Isso é fundamental para auxiliar o ingressante no ato da autodeclaração racial para não cair na teia de estereótipos do festival de cores, geralmente reflexos de uma educação básica cujo letramento racial ainda é muito frágil e visto como tabu ou não necessário na formação do aluno, reproduzindo racismos e nomenclaturas de tons de pele que mascara ou embranquece.

Ainda sobre as discussões da intersecção de raça, podemos observar que a política foi mais benéfica para os autodeclarados pretos, um ponto interessante de se destacar considerando que em outros estudos aponta-se a pouca frequência da entrada de jovens pretos e as vezes invisibilizados pelos ditos autodeclarados pardos. Esse pensamento não quer dizer que a política de cotas raciais deve ser omissa aos pardos, muito pelo contrário, pois não devemos invalidar o fato de os pardos também estarem nas linhas da fronteira da exclusão e não serem isentos das práticas de racismo engendrados na conjuntura.

Parto das discussões de Pereira Santos (2023) ao apontar um certo avanço do número de pardos em cursos mais concorridos, que muitos dos quais não apresentam características fenotípicas que os enquadrem nesse contingente ditos pardos. Evidenciando, assim, oportunistas das políticas de cotas que a autora denomina como “pardismo”, um movimento que designa “mecanismos utilizados pelas pessoas brancas para mascararem os seus traços

fenotípicos, aproximando-os do fenótipo da pessoa preta” (Pereira Santos, 2023, p.144), como a curvatura não lisa do cabelo e a evocação da ancestralidade africana.

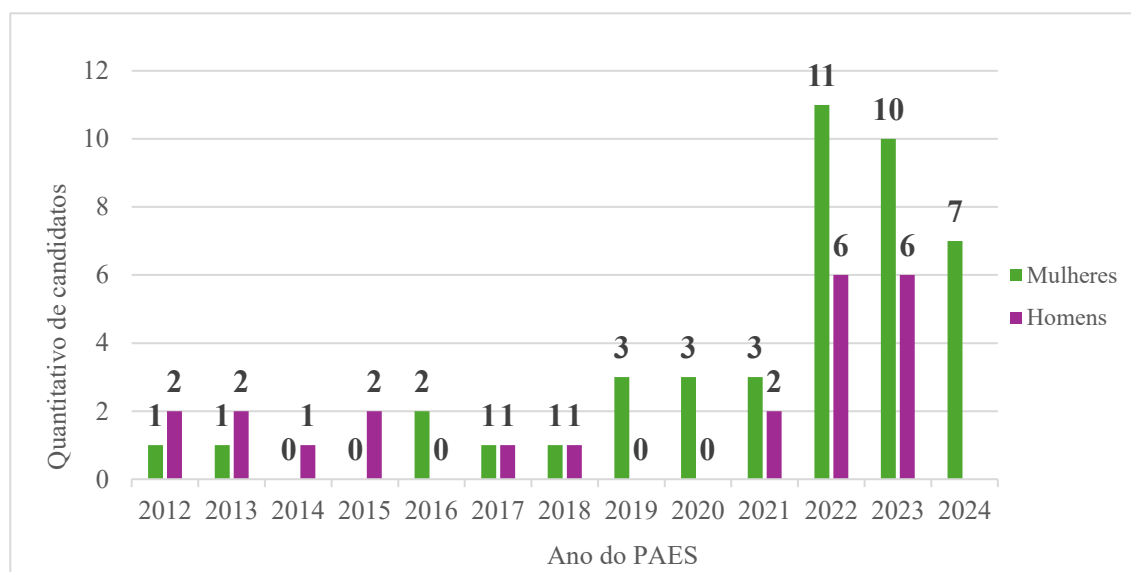
Essas justificativas se cruzam com as falas dos denunciados nas comissões de sindicância que investigavam as fraudes nas cotas na Universidade Federal de Minas Gerais, presentes no escrito de Jesus (2021). Segundo o autor, os denunciados escoravam-se nos argumentos de antepassados negros e na ausência de cabelos lisos e/ou olhos claros como estratégia para se distanciarem do fenótipo branco e de modo a se afirmarem como pardos, mas, quando convidados a descrever situações em que sofreram discriminação pela sua cor ou pertencimento racial, a maioria foi enfática respondendo que não. No mais, são situações delicadas e verídicas que acabam por prejudicar quem verdadeiramente é pardo.

Outro apontamento que faço, é que os cotistas negros estão mais concentrados nos cursos bacharéis considerados nobres, no caso, Medicina e Enfermagem. Na seara das licenciaturas, quem sai em disparado é o curso de História, com um grande contingente de cotistas aprovados na sua grade de alunado, o que me provoca a pensar que esse acontecimento é em razão de serem mais engajados politicamente em seus conteúdos, tanto professores quanto alunos, levando esses debates para além dos muros universitários em projetos extensionistas possibilitando uma consciência racial.

Um fato impressionante foi a quantidade significativa de cotistas nos cursos de Ciências Biológicas e de Pedagogia, sendo esta última área citada geralmente descredibilizada e posta muitas vezes num terreno de subalternização de “curso fraco” e “curso de massa”. Em contraponto a esse dado, aqueles cursos que habitualmente é conhecido pelas suas complexidades formou no meu imaginário a convicção de terem mais cotistas do Sistema Especial 1, no caso os cursos de Matemática, Química e Física, no entanto, no território da pesquisa essa suposição não condiz com os números extremamente baixos na relação de aprovados e matriculados.

Enfatizo, ainda, que além dos naturais de Caxias e que residem fixamente no município, existe um quantitativo considerável de estudantes de fora das seguintes cidades: Coelho Neto, São Luís, Codó, Governador Eugênio Barros, Imperatriz, Aldeias Altas, Bacabal, Governador Nunes Freire e até mesmo Teresina, capital do Piauí. Destacando, assim, a UEMA – Câmpus Caxias uma referência de campo de saber e de formação em educação superior para a cidade e para outras adjacentes, firmando a sua popularidade.

Na intersecção da categoria sexo, existe uma predominância feminina entre os cotistas matriculados, apesar de que nos anos recentes apresente um quantitativo aproximado, como especificados a seguir:

**Gráfico 4 - Distribuição por sexo dos matriculados no Sistema Especial 1**

Fonte: Gráfico construído pelo autor com base nas fichas de matrículas de 2014 a 2024.

É um dado importante que nos direciona para novas perspectivas narrativas de mulheres negras, principalmente na educação superior, cujas opressões e dispositivo de racialidade asfixiam o seu corpo em virtude dos demarcadores de raça, gênero e classe, uma “tripla opressão” (Carvalho e Silva, 2024) que a situa numa zona de subalternidade e altamente vulnerável. Saber desse quantitativo é perceber e alegrar-se das resistências, “contranarrativas” (Vaz e Ramos, 2021), desses corpos capazes de subverter os contextos que a inferioriza, principalmente no setor da educação, pois, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023, aponta que as motivações que as distanciam do estudo é a necessidade de adentrar precocemente no mercado de trabalho, ter que ficar em casa para realizar afazeres domésticos e o cuidado de pessoas, motivações que se repetem e impedem tanto na finalização do ensino médio quanto da graduação de jovens mulheres negras.

A cartografia documental das fichas de matrículas só veio a calhar o tecido de percepções que já vinha se construindo: uma instituição cujo tratamento aos cotistas é de desinteresse e abandono no terreno da inclusão. Esse pensamento se manifesta novamente pela organicidade frágil das fichas nos campos raciais e da natureza do vestibular do matriculado, o que me leva a constatar que no processo de preenchimento não teve uma devida orientação, ao passo que também não culpo os personagens administrativos, pois, se não existe uma política institucional com letramento racial em seus meios e ritmos, tende a gerar sujeitos assujeitados. A análise proporcionou também, me direcionar na escolha daqueles que se encaixariam nos critérios de inclusão e exclusão, bem como o contato de cada um para recrutamento.

## **4 TRAJETO III - PISTAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE DADOS**

Neste capítulo, os passos percorrem o trajeto de formulação e execução das oficinas de produção de narrativas do jovens negros cotistas da UEMA – Câmpus Caxias, contextualizado o recrutamento dos jovens escolhidos segundo os critérios de inclusão, as técnicas e os dispositivos utilizados para engajar os participantes nas oficinas com base nos primeiros dados produzidos nas andanças cartográficas e na cartografia documental, e análises das narrativas escritas e orais destacando dificuldades, modos de enfrentamento e subjetividades.

### **4.1 Técnicas e procedimentos de produção de dados**

Esse tópico é dedicado a tecer como ocorreu a oficina de produção de dados, bem como as técnicas e os dispositivos utilizados que possibilitaram aos participantes dos critérios de inclusão dessa pesquisa, no caso, jovens negros cotistas dos cursos de graduação que utilizaram do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas para ingressar na UEMA - Campus Caxias, a produzir narrativas escritas e orais sobre as suas experiências na universidade supracitada.

Essa etapa sucede a da construção do território da pesquisa e da pesquisa documental, que buscou analisar como a Lei nº 9.295/10 estava sendo discutida e implementada na UEMA - Campus Caxias. É precípua pontuar que foi nessa primeira etapa que aconteceu a identificação desses participantes, após pesquisa documental de fichas de matrícula onde se dispôs os meios de contato, encontradas no setor de Registros e Controle Acadêmico da universidade.

Ressalto, ainda, que foi com base nesse primeiro tecido analítico de pesquisa documental das fichas de matrículas e os demais materiais que organiza a instituição, somada com as observações nas andanças cartográficas, é que foram elaboradas as técnicas e procedimentos para a oficina de produção de dados, ou seja, não são prescritos e transplantados, pelo contrário, foi fruto dos processos de criação e emergiu com base naquilo cartografado do território da pesquisa da UEMA – Câmpus Caxias que o faz singular. Sob esse viés, anoro-me nos escritos Rolnik (2016), de que os procedimentos não seguem um protocolo organizado, exigindo, assim, processos inventivos em função daquilo que pede o contexto, bem como também a pista cartográfica de César, Silva e Bicalho (2016):

Para a cartografia, o método não se define por metas traçadas anteriormente, tampouco se delimita a partir desta ou daquela ferramenta de pesquisa, mas sobretudo por um caminho e uma direção ético-política. Possibilita que no pesquisar os instrumentos

sejam forjados, (re)situando-os sempre a partir do plano de relações que produz a pesquisa, não a partir de si mesmos (César; Silva e Bicalho, 2016, p. 155).

Logo, a etapa de oficina de produção de dados compreendeu os seguintes objetivos previstos para a trajetória da pesquisa: a) Compreender como ocorreu a inclusão da política de cotas na UEMA - Campus Caxias a partir das experiências dos jovens negros; b) Relacionar as dificuldades enfrentadas por jovens negros cotistas na sua trajetória no ensino superior; c) Identificar os modos de enfrentamento das dificuldades por jovens negros cotistas na trajetória do Ensino Superior e seus efeitos nos processos de subjetivação. Desse modo, a presente oficina citada foi dividida em dois momentos: 1) constituição do grupo-participante; 2) produção de narrativas.

O convite para participar da pesquisa e formar o grupo-participantes aconteceu através do recrutamento via WhatsApp conseguidos na ficha de matrícula de cada um, assim como também o bate-papo da rede social do Instagram foi uma importante ferramenta para essa etapa, considerando que alguns o número disponibilizado na ficha não funcionava. A rede social Instagram, além de usada para contato com os participantes, serviu ainda como dispositivo que possibilitou pistas para a primeira cartografia dos perfis dos sujeitos pesquisados, considerando que é uma ferramenta muito presente na cultura juvenil constituindo um território virtual de sociabilidade que deixam escapar muito de suas subjetividades, como: estilos de vida, expressividades e linguagens, que produtos culturais consomem, posicionamentos políticos diretos e indiretos, ideologias e dentre outras camadas. Nos primeiros diálogos para recrutamento, eram abordados de forma sucinta acerca da minha trajetória de pesquisa, o propósito do contato, do que se tratava a pesquisa e, claro, o aceite do convite, formei o grupo no WhatsApp para comunicação e aproximação com todos os doze participantes, bem como a combinação para o dia, horário e local.

A oficina foi marcada em um sábado pela manhã, do dia 28 de setembro de 2024, em uma das salas que reservei no campus da UEMA no município de Caixas. A escolha desse dia foi em razão de muitos estarem atarefados nos dias úteis da semana, a universidade não ter salas disponíveis e porque tinha pouco movimento e ruídos pelos corredores, tanto por poucos estudantes estarem transitando quanto a obra em um dos laboratórios, naquele mesmo corredor das poucas salas disponibilizadas, ser pausada no final de semana.

#### **Caxias - MA, 28 de setembro de 2024**

Era um misto de felicidade de algo, enfim, se concretizando, se realizando: a escuta sensível daqueles, marcados pelas experiências de ser jovem negro cotista, que sabiam mais do que eu dessa realidade, o que proporcionaria não só uma consistência no

escrito científico, mas contribuiria para a visibilidade e valorização das suas trajetórias. Acordo cedo para o preparo do lanche dos participantes, bem como os materiais para a técnica e todo o desenrolar da oficina. E foi assim a organização do que eu necessitava, a tempo e sem agonia, até quando meu celular começa a vibrar e começo a ler a desistência de grande parte deles em ir para o encontro. Aquele momento me entristeceu ao passo que me dava conta que nem tudo é como planejado, esperado e que sempre acontecem imprevistos, com esse pensamento mantive ainda a esperança, considerando que restaram aqueles poucos que não desmarcaram... (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, 2024).

Aprofundando mais esse pensamento, na linguagem cartográfica esse episódio atestava mais uma vez uma imprevisibilidade das ações na construção da pesquisa quando no uso desse método, embora tivesse todo um planejamento, o pesquisador-cartógrafo não se baseia em ideias prefixadas, por regras já prontas, por isso um método orientado por pistas como assim discute Passos e Barros (2020). Apesar de mais de um ano construindo uma epistemologia por cima desses estudos cartográficos, ainda é presente resquícios positivistas na ação do meu pesquisar, a perspectiva de exatidões, sendo necessário me colocar em constante policiamento tendo em vista que se internalizou na minha consciência e conduta durante a minha formação inicial na graduação ser cimentado numa pesquisa positivista.

Como exposto no fragmento do meu Diário de Itinerância acima, foi estabelecido na construção da pesquisa a participação de 12 (doze) jovens, considerando que são 12 (doze) cursos de graduação – distribuídos em 10 licenciaturas e 2 bacharéis –, em que cada participante corresponderia a cada curso, proporcionando, assim, uma amplitude de vários olhares de experiências desses jovens negros cotistas com a política de cotas da UEMA - Campus Caxias. Entretanto, nem de todos os cursos foi possível alcançar, pois algumas graduações o quantitativo era mínimo e não obtive retorno de confirmação (matemática e física) e outros não foram detectados como matriculados (química e ciências naturais). No lugar dessa ausência, foi preenchido com a adição de mais de um de alguns cursos que se dispuseram a participar para completar o quantitativo estipulado.

Foi combinado e confirmado para o dia da oficina os seguintes cursos e a quantidade de participantes: História (3); Letras (1); Geografia (1); Medicina (2); Enfermagem (2); Ciências Biológicas (1); e Pedagogia (2). No entanto, no presente dia a maioria não compareceu devido a imprevistos, como: aula, realização de prova, dia de trabalho, viagem e outros motivações não muito bem esclarecidas. Diante disso, compareceram na oficina 2 graduandos de História (do 2º e 5º período) e 1 de Pedagogia (do 3º período), necessitando de adaptações na efetivação das técnicas e no desenvolvimento de outras oficinas que proporcionasse a inclusão daqueles que não foi possível comparecer.

**Caxias - MA, 28 de setembro de 2024**

[...] No local, depois de todo o ambiente arrumado, me vejo desmoronar quando nenhum participante não adentra a sala como combinado no horário e nas tolerâncias estabelecidas. Meia-hora depois o primeiro aparece, poucos minutos depois mais uma e poucos instantes em seguida mais outra. Apesar de uma grande diferença de 12 para 3 participantes, em contramão as minhas expectativas e exatidões, mal sabia eu que ali tinha um prato cheio, narrativas potentes, três universos ricos de experiências que marcaria mais um episódio da trajetória da pesquisa. No entanto, achava que não seria suficiente e quando prestes a despachá-los, a minha orientadora, visionária e sabida de todos os processos como ninguém, insiste para que eu executasse e adaptasse preenchendo as lacunas de onde precisaria do quantitativo estipulado. Cumpri com a ordem e executei todo o roteiro com poucas adaptações. Foi uma das manhãs mais agrídoces que tive e que guardo em ricos detalhes na minha memória afetiva, por ser um dia de aprendizagem para a minha performance de pesquisador-cartógrafo e um policiamento no meu olhar que precisava ser mais humanizador e astuto para com o outro, nos diversos papéis que desempenho nos campos que me movo. Os jovens desse dia eram mais que “dados”, não eram incapazes, não eram passivos de atuação. Eram atuantes, astutos, esperançosos ao seu modo, ao passo que eram atravessados por experiências de dores. Apesar de partilhar o mesmo pano de fundo que os enroscava, embaralhava, até me lançava em certas passagens dos vários marcadores, eram trajetórias singulares nos seus afetamentos e travessias, nos modos de enfrentamento, na valorização da vida. Metamorfos no mergulho das técnicas da oficina e na trajetória de luta pelo direito de ser (Pesquisador-Cartógrafo, Diário de Itinerância, 2024).

Apesar do atraso e das lacunas de participantes, a oficina de produção de dados seguiu o roteiro e cumpriu-se as técnicas e suas pretensões. No dia, cheguei com antecedência para preparar toda a sala que havia reservado dias antes, embora um tanto pequena para as propostas de técnicas, tentei ao máximo proporcionar espaço afastando as cadeiras para as paredes deixando um grande espaço no meio para as movimentações. Um a um chegaram com intervalos de tempo entre si, esperei por mais meia-hora na esperança de outros mais aparecerem, até que sob comando da professora-orientadora decidi começar.

O primeiro momento da oficina consistiu na constituição do grupo-pesquisador. Na ocasião convidei que todos se sentassem no chão em circularidade, para que todos se enxergassem, se ouvissem e tivessem a oportunidade da palavra quando sentisse vontade durante a minha fala, tornando o ambiente democrático e convidativo. Então, começo a apresentação delineando de forma detalhada a proposta de pesquisa, descrevendo o tema, o problema, os objetivos, a relevância científica, o método e seus procedimentos, apontamento de riscos e benefícios da pesquisa. Terminada a explanação e interação, foi entregue as cópias de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada participante, o qual foi lido coletivamente, foi tirado as dúvidas e depois assinados.

**Figura 21** - Constituição do grupo-pesquisador

Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Posterior a essas ações, realizadas em cumprimento aos protocolos e recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP), parti para a execução do segundo momento: produção de narrativas. Neste movimento secundário da oficina, contei com a colaboração de dois amigos para registros fotográficos de todas as ações, que receberam instruções anterior a chegada dos participantes, considerando que não poderia fazer tal ação mediante ao fato de não poder interromper a minha performance no ato da condução. Ressalto que no dia, como dito anteriormente, três participantes se fizeram presentes, no entanto, um deles autorizou apenas registro de voz dispensando os de imagem, o que justifica os registros fotografados recortados na edição para esse escrito.

Para esse momento crucial de produção de narrativas escritas e orais, pedi que todos tirassem os calçados, colocassem seus celulares no modo silencioso e retirassem quaisquer acessórios que emitissem ruídos. Em seguida, antes de começar a execução das técnicas, proporcionei uma **preparação corpórea de relaxamento** para uma imersão de maneira efetiva na proposta posterior das técnicas, um engajamento preciso que possibilitasse aos participantes afetamentos<sup>11</sup> necessários para suas produções naquela manhã. Seguindo esse pensamento, pedi que espreguiçassem, fizessem alongamentos, caminhasse pela sala, olhassem um ao outro e dentre outros movimentos

---

<sup>11</sup> Retomando algumas leituras de capítulos anteriores, entende-se por afetamentos experiências subjetivas de fora para o interior do sujeito, produzindo efeitos e embriões de estranhamento com o novo que nos desprende das realidades estruturadas (Rolnyk, 2018).

**Figura 22 - Momento de relaxamento**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Esse relaxamento corpóreo foi fundamentado no “gesto de interrupção” presente nos escritos de Larrosa (2022) e adaptados à oficina, que é permitir a mente desprender-se do cotidiano frenético da rotina de trabalho e estudo para sentir, olhar, pensar, ouvir e apreciar mais devagar nossas ações, voltar-se para si, dedicar-se ao silêncio, acalmar-se. A partir desse relaxamento, construir uma ponte de fluidez reconhecendo o corpo como um território sensível que precisa estar aberto e em estado de passividade, não no sentido estático, mas irrompendo com as objetividades racionais que muito os deixam rígidos, protegidos por um escudo, fechado, logo, oficinas como essa exigiam um corpo preparado para as experiências de afetos. Com base nisso, à medida que iam fazendo os movimentos, eu proferia a seguinte fala que os conduzia:

*“Vamos todos se espreguiçar. Alongar-se. Podem continuar em circularidade ou desmanchá-la. De olhos fechados, de olhos abertos. Movimentar bem os braços, as pernas, o pescoço, esticando-os. Sentido cada parte do seu corpo, desde as mãos, os pés, as costas, cada articulação. Sem frenesi, sem pressa. Esqueça um pouco do tempo, da rotina, é difícil, mas se permita a isso. Inspire e respire lentamente, quantas vezes for necessário até sentir o corpo calmo, relaxado, desprendendo dessa realidade, alçando voos para outros rumos. Descanse a mente. Repita isso quantas vezes for necessário”* (Pesquisador-Cartógrafo, Momento Relaxamento, 2024).

Nesse momento do relaxamento, foi notável as primeiras reações de estranhamento por meio dos olhares entre si diante dos meus comandos, da exemplificação de movimentos que eu fazia, demonstrando uma rigidez diante do inesperado, um ponto até discutido ao final da oficina quando disseram que esperavam apenas questionário ou algo simples. Diante disso, o

relaxamento ultrapassou alguns minutos do estabelecido, até eu notar a fluidez e aberturas de seus corpos para executar as técnicas mais a frente.

#### 4.1.1 Caminho de Volta: primeira técnica de produção de dados.

A **primeira técnica** intitulou-se **Caminho de Volta**, na qual eu pedi gentilmente que os participantes pegassem os seus calçados e fizessem com eles um espiral no chão. Orientei, ainda, para que essa ação fosse feita em conjunto e de maneira colaborativa para ressaltar a dimensão do coletivo composta por individualidades, da coexistência das diferenças sem homogeneizar ou hierarquizar, a confluência de narrativas em um plano comum de partilha e pertencimento (Kastrup e Passos, 2016). Nesse caminho da construção da pertença do comum, reconheceria o outro no processo de criação da Oficina, em que o fio dessa criação pautaria na comunidade, evocando a dimensão da inclusão a corpo invisibilizados, enfatizando a multiplicidade de pensamentos na constituição de de um grupo, que transgride o espaço de poder da universidade com suas práticas instituintes.

O espiral teve como ideia possibilitar aos sujeitos da pesquisa refazer os passos de suas trajetórias e identificar as inscrições em seus rastros, o que eles tinham a traduzir sobre a política de cotas da UEMA – Campus Caxias. Essas inscrições nos permitiriam compreender como foi a inclusão desses corpos no seio da universidade, as dificuldades e os modos de enfrentamento, assim como também quais foram os modos de subjetivação e que subjetividades foram produzidas nos processos através das indagações do que aquilo mais o marcaram e se se reconhecem como sujeitos de direito.

Logo, a formação do espiral, a constituição do grupo e a mobilidade sentido anti-horário da circularidade na técnica, são práticas que se fundamentaram nas filosofias africanas, como a filosofia ubuntu que se concentra na ética da ancestralidade, na construção de uma rede partilhada que nos permite uma vida em comunidade e a retomada ao passado como um giro sobre os processos históricos de si (Negreiros e Sampaio, 2024). Nesse viés, a intencionalidade também foi trabalhar o sentido Sankofa para uma (re)descoberta de si em suas trajetórias (Vaz e Ramos, 2021).

Quanto ao uso dos calçados na construção do espiral, busquei na história sua materialidade e sentido, ou seja, foi uma maneira de conectar a história do presente com a do passado dos corpos negros forros no pós-abolição, ambas narrativas partilham de uma luta em comum: a inclusão nos espaços de poder e o direito de existir. Essa constatação parte dos estudos historiográficos de Wissenbach (1998), quando é cartografado que as experiências de

ex-escravos após a assinatura da Lei Áurea, é marcada pela construção de táticas que os integrasse no universo dos homens livres, criando um sentido de liberdade. Quer dizer, “sentidos” de liberdade, considerando que suas práticas divergiam ao do imaginário dos abolicionistas superando as obviedades de quebra de correntes e abertura das senzalas como liberdade. Alcançava-se, então, a ideia de liberdade baseada na concretização de desejos e posse de objetos a que eram impedidos em estado de propriedade dos senhores, a exemplo disso, foram os calçados, como pontua a autora através de um fragmento dos escritos do francês L. Gaffre:

No dia seguinte ao decreto da Libertação, negros e negras deixaram apressadamente os lugares onde tinham vivido durante longo tempo nas humilhações da escravidão e, das fazendas e sítios, afluíram em direção às cidades próximas. A maior parte desses novos cidadãos livres tinha pequenas economias. Ora, seu primeiro ato foi correr às lojas de calçados. A escravidão, com efeito, não lhes dava o direito de se calçar [...]. O primeiro gesto da liberdade foi então aprisionar os pés nas fôrmas escolhidas e, por consequência, mais ou menos adaptadas [...]. Negros e negras, em todas as cidades para as quais se dirigiam, passavam felizes e orgulhosos, com uma postura altiva, descalços, mas todos levando um par de sapatos por vezes à mão, como porta-joias valioso, ou por outras a tiracolo, como as bolsas vacilantes da última moda mundana (Wissenbach, 1998, p. 53-54).

Mediante essa passagem histórica, a partir do calçado construía-se valores que os aproximava da performance dos seus antigos donos, numa tentativa de vestir suas peles de privilégios que os possibilitava de usufruir dos direitos básicos, como a liberdade. Desse modo, nessa técnica retoma esse passado e o aplica no presente, refletindo que as políticas de cotas raciais para negros é o calçado para se incluir e afirmar o direito de estudar na universidade pública.

A formação do espiral não foi uma tarefa simples, tendo em vista que a ausência dos calçados dos participantes que não compareceram comprometeu o desenho do espiral no chão, ao passo que novamente os participantes estavam em estado de estranhamento. Com paciência e cooperatividade, por fim conseguiram acertar, posicionando a direção da ponta dos calçados de dentro para fora. Em seguida, peço que todos ficassem em círculo contornando o grande espiral situando-os contrariamente a direção dos calçados. Assim, os movimentos circulares começam. Enquanto os calçados iam, os participantes voltavam. E a minha voz conduzia o movimento e os provocavam refletir com questionamentos que traduziam os objetivos da pesquisa em questão:

*“Eu os convoco a pensar, olhar, sentir, demorar-se nos detalhes, apreciar a lentidão, preparar o corpo para os atravessamentos que virão. Se permitam a acessar a memória, acessar aquilo que mais o marcou enquanto cotista na UEMA. É tempo de*

*fazer o caminho de volta. Como ponto de partida desse trajeto, questiono: **Como foi seu processo de inclusão na UEMA como um jovem negro cotista?** Olhando para os sapatos, imaginando os seus rastros, comecem a andar [pausa]. **Quais as dificuldades encontradas na sua trajetória enquanto jovem negro cotista?** Continuem a andar, lembrem de suas trajetórias [pausa]. **De acordo com as suas experiências enquanto jovens negros cotistas, quais foram os modos de enfrentamento para permanecer na graduação?** Continuem o trajeto [pausa]. **Na sua trajetória de jovem cotista quais as experiências que mais lhe marcaram? Por quê?** Continuem o trajeto [pausa]. **Na sua trajetória de jovem negro cotista, você se percebe como sujeito de direito?** Continuem o trajeto” (Pesquisador-Cartógrafo, Técnica Caminho de Volta, 2024).*

Mais do que reflexão, esse momento da circularidade juntamente com as perguntas, era um artifício utilizado para possibilitar aos participantes uma imersão profunda que os permitisse acessar suas memórias, o plano de experiências daquilo que os marcaram e atravessaram enquanto jovens negros cotistas.

**Figura 23 - Técnica “Caminho de Volta”**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Complementar e intrínseca a técnica Caminho de Volta, foi a produção de narrativas escrita no Diário de Itinerância para responder as cinco perguntas feitas durante a condução, com páginas sinalizadas para início e um bilhete recordando-os. Pontuo que o Diário foi um dos dispositivos cartográficos utilizados na Oficina, seguido de outro dispositivo que será apresentado mais a frente – estes são importantes instrumentos de registro e/ou de aguçamento e engajamento em oficinas com essa (Passos e Kastrup, 2016).

**Figura 24 - Diários de Itinerância**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

#### 4.1.2 Corpo Inscrito: segunda técnica de produção de dados

A **segunda técnica**, chamada **Corpo Inscrito**, consistiu na seguinte pergunta disparadora feita para os participantes para produzirem novamente outra narrativa escrita no Diário de Itinerância: *“Qual lugar do meu corpo fala da minha experiência de Jovem Negro Cotista na minha trajetória na UEMA – Campus Caxias? Por quê?”*

Nessa técnica, além do Diário, foi também utilizada a Fotografia como um dispositivo. O processo ocorreu da seguinte maneira: 1) cada um tirou uma foto do lugar do corpo escolhido que mais falou sobre a experiência de ser jovem negro cotista, usando uma câmera instantânea; 2) em seguida, foi dado um sentido, afeto ou sentimento para essa fotografia do lugar do corpo, que também serviu para definir o heterônimo de identificação; 3) o passo seguinte foi pegar o diário e colar a foto na página indicada, criando uma legenda curta, e nas páginas seguintes responder à pergunta disparadora.

**Figura 25 - Dispositivo fotográfico**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

O conceito de heterônimo usado nessa pesquisa, parte da concepção de Deleuze (2010, p. 86): “Os personagens conceituais são os ‘heterônimos’ do filósofo, e o nome do filósofo, o simples pseudônimo de seus personagens”. Foram usados para preservar a identidade dos participantes, deixando-os mais à vontade para se engajarem e partilhar as narrativas orais e escritas. Nesse sentido, os heterônimos que emergiram da técnica em formato grupo-participante, foram: **Mãos-Raiva**; **Rosto-Sentimento** e **Costas-Vergonha / Rosto-Invalidação**. Estes últimos dois pares partiram da escolha de um único participante que, surpreendentemente, escolhera dois lugares do corpo com seus respectivos sentimentos. Já a técnica aplicada nos encontros individuais, emergiram os seguintes heterônimos: **Cabelo-Orgulho** e **Mãos-Esforços**.

A técnica ressaltou a potência política do corpo do Jovem Negro Cotista para além de um organismo formado por tecidos, ossos e órgãos, afirmando-se como a inscrição da própria história segundo o pensamento de Foucault (2023). Ou seja, um corpo-território de passagens, marcas, afetos, vestígios históricos. Fazer esses sujeitos escolherem um lugar do corpo, é possibilitar que estes compreendam que seus corpos são antes de tudo movimento, por ser movimento não se configura matéria estática nas dinâmicas cotidianas de interação com o mundo e com outros corpos, nas inquietudes e tremores ao lidar com novos conhecimentos e produzindo outros, nas insurgências e performances políticas por liberdade, bem como na construção de modos de enfrentamento para permanecer, se afirmar e resistir na UEMA – Campus Caxias, um espaço de poder imbuído por jogos de verdades, saberes e poderes.

**Figura 26 - Produção de Narrativa**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

#### 4.1.3 Sombras: terceira técnica de produção de dados

A **Terceira Técnica**, intitulada **Sombras**, emergiu diante das dificuldades de reunir alguns participantes na oficina no formato grupo-participante, que comprometia a maioria deles impossibilitando suas participações, porque trabalhavam e/ou possuíam disciplinas de segunda e sexta-feira, somada as atividades extras, como os estudantes do curso de medicina e enfermagem. Nesse sentido, evocamos a dimensão participativa e inclusiva da Cartografia (Kastrup e Passos, 2016), considerando, ainda, a flexibilidade, o refazer passos e procedimentos abertos de um método que se move conforme a pesquisa e as forças que compõe o seu plano. O que me levou mover a oficina até eles nos espaços de tempo, embora limitado, sob uma ótica de cartografia nômade.

Sob esse viés, essa técnica consistiu trabalhar de fato com a sombra do participante para produzir estranhamentos e afetamentos, engajando-o na produção de narrativas orais e escritas. A intenção da técnica é subverter o estigma do jovem negro cotista ser a sombra dos acadêmicos da ampla concorrência no espaço de poder da universidade, inscritos como usurpadores de vagas e insuficientes intelectualmente, desautorizado do campo do saber nessa condição de ingresso. Nesse sentido, a sombra torna-se um esconderijo do silenciamento dos jovens negros cotistas, uma zona de invisibilização, onde guardam as frustrações e dores, produzindo, as vezes, ressentimentos.

O objetivo aqui é possibilitar uma jornada para o seu interior, fazê-los confrontarem suas sombras e destacar os afetos, sentidos e sentimentos que foram produzidos nas suas experiências de jovens negros cotistas na UEMA – Campus Caxias.

Para isso, montei um cenário que possibilitasse a execução desse processo, que ocorreu tanto em uma das salas de aula da UEMA do Morro do Alecrim, quanto na UEMA-Anexo Saúde na sala dos professores disponibilizadas para mim. Antes do/a participante chegar, cobri as janelas de vidro e as portas para impedir a entrada da luz natural que vinha de fora. Posiciono a cadeira do participante para a parede e a minha coloco logo atrás da dele. Para intensificar mais a sombra refletida na parede, utilizo um *ring light* (tripé com luz artificial).

**Figura 27-** Preparação do cenário para a técnica



Fonte: Arquivo pessoal

Quando a/o participante chegava, eu pedia que fizesse todos aqueles movimentos de relaxamentos corporais feitos na oficina em grupo, preparando o corpo para aberturas de afetamentos. Em seguida, sentados à cadeira, iniciávamos a técnica.

**Figura 28 -** Execução da técnica Sombras



Fonte: Arquivo pessoal

Mediante a figura 28, no momento da técnica os participantes apenas ouviam minha voz, que orientava e conduzia eles a reconstituir e refletir sobre as suas trajetórias, a partir da seguinte fala:

*"Nesse momento a convoco a desprender-se um pouco dos pensamentos frenéticos e se permitir a lentidão, a um olhar para si. Imagine a minha voz dentro da sua mente, guiando-a [pausa]. Olhe para a parede, para sua sombra, aprecie a sua silhueta, o seu formato, o que ela expressa mesmo na escuridão, traduza-a [pausa]. Agora, ainda olhando para a sua sombra, acesse a sua memória e reconstrua os passos daquilo que mais lhe marcou enquanto jovem negra cotista na UEMA-Campus Caxias [pausa]. Projete na sua sombra o que ela já sentiu, se afetou e marcou sendo uma jovem negra cotista [pausa]. Agora, preste atenção para os seguintes questionamentos: Como foi seu processo de inclusão na UEMA como um jovem negro*

*cotista? Olhe para a sombra [pausa]. Quais as dificuldades encontradas na sua trajetória enquanto jovem negro cotista? Olhe para a sombra [pausa]. De acordo com as suas experiências enquanto jovens negros cotistas, quais foram os modos de enfrentamento para permanecer na graduação? Olhe para a sombra [pausa]. Na sua trajetória de jovem cotista quais as experiências que mais lhe marcaram? Por quê? Olhe para a sombra [pausa]. Na sua trajetória de jovem negro cotista, você se percebe como sujeito de direito? Olhe para a sombra" (Pesquisador-Cartógrafo, Técnica Sombras, 2024).*

Após essa primeira parte, eu transversalizava elementos da primeira e segunda técnica, como a escrita no Diário de Itinerância, escolher a parte do corpo que falava de sua experiência de jovem negro cotista aliado a algum afeto, sentimento ou sentido, seguida da justificação.

#### 4.1.4 Socialização das experiências vivenciadas

Por fim, o último momento de produção da Oficina foi marcado pela Oralidade, configurando-se também narrativas de experiências dos participantes jovens negros cotistas fundamentais para a pesquisa e análise das políticas de cotas raciais para graduandos da UEMA – Campus Caxias. Na ocasião, foi possível notar que os participantes estavam mais à vontade, totalmente imersos, apresentando falas potentes que enriqueceram ainda mais aquilo que foi grafado nos diários, trazendo mais detalhes a partir da partilha em grupo.

**Figura 29 - Socialização das experiências vivenciadas**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Desse modo, o momento da Socialização significou o ponto mais alto, o clímax, do ato de coragem desses jovens na Oficina de se abrir, revisitar e partilhar experiências que se

enrolava em dores, resistências e travessias. Essa coragem demonstrada dialoga com o pensamento de Hooks (2019, p.21), em que esta atribui “esforço político” para aqueles que “na resistência, o explorado, o oprimido, trabalha para expor a falsa realidade”. Ainda nos escritos da autora supracitada, é necessário que esse esforço aconteça para nos curarmos das dores e feridas causadas pelos regimes de dominação, exploração e opressão. São jovens negros cotistas de trajetórias marcadas por artes da existência, próprias ao seu inventivo de resistir, levando-os a potência de ingressar, permanecer e se afirmar na UEMA – Campus Caxias.

## 4.2 Narrativas dos Jovens Negros Cotistas

### 4.2.1 Mãos-Raiva

**Figura 30 - Mãos-Raiva**



Fonte: Arquivo pessoal

Início com a **Mãos-Raiva**, que além de trazer consigo as inscrições de raça, geração e classe, a categoria gênero a atravessa violentamente desvelando sem abrandamentos muito o que se vem discutindo, problematizando e sendo objeto de rompimentos dentro de um movimento negro que falha com o caráter machista e um feminismo de mulheres brancas que sufoca e não contempla jovens mulheres pretas (Akotirene, 2019), reforçando a esses corpos a etiqueta de calço de uma pirâmide categórica que insiste em esmagá-la, uma pirâmide em que ser mulher e negra as posiciona como o “o outro do outro” (Kilomba, 2016, p. 124). O que pontua Vaz e Ramos (2021, p. 33) a seguir traduz bem a trajetória da participante em questão:

[...] raça e gênero são dois dos principais e mais imediatos marcos de identificação de um indivíduo na sociedade, condicionando suas relações sociais, afetivas, profissionais e até mesmo o gozo dos direitos fundamentais. Nesse contexto, ser mulher negra numa sociedade racista, sexista e patriarcal, na qual persistem elementos estruturalmente coloniais e escravocratas, como a brasileira, implica ser classificada, marginalizada, tratada como subalterna, simplesmente pelos estereótipos associados ao seu corpo.

Afinal, o que nos conta e revela nas entrelinhas da narrativa de Mãos-Raiva? Se apresenta como um corpo território de dores e ressentimentos que se escondem atrás de sorrisos nervosos e desvio de olhares. Ao justificar a escolha desse lugar do corpo que fala sobre a sua experiência de ser cotista em consonância ao sentimento/sentido que ela atribui, nos conta sobre uma trajetória de defesa, punição, revolta, autogoverno, enfrentamentos e afetos entalados, em que eu pude analisar na escrita do Diário de Itinerância na execução da técnica do Corpo Inscrito:

Durante boa parte da minha vida fui uma pessoa um tanto quanto raivosa, então já me envolvi em muitas brigas onde eu obviamente usaria as mãos para me defender. Hoje e principalmente agora que frequento a faculdade não tenho mais esse tipo de atitude, mas agora meu escape para os momentos que recebo o tipo de comentário já mencionados e outros mais ofensivos do tipo ‘você não deveria estar aqui’ eu apenas aperto as mãos, estalo os dedos e coisas do gênero (Mãos-Raiva, Diário de Itinerância, 2024).

A escrita, embora forte e impactante, se apresentou sucinta em contrapartida ao revelado no momento da partilha em grupo, na técnica da Oralidade, onde se prevaleceu uma fala com mais detalhes sobre o lugar-sentimento escolhido, trazendo à tona passagens que traduzem marcas de desapontamentos e mágoas com a ausência de apoio, o quanto foi descredibilizada pela sua conquista em ingressar na universidade como cotista e como nas mãos se concentra o autocontrole em meio as injustiças e dela se inscreve cicatrizes abertas de uma jovem mulher preta que ainda não se curou. Como apresentado na transcrição a seguir:

A parte do meu corpo que escolhi foi as mãos. O sentimento que passou pela minha cabeça foi raiva, porque eu sou meio raivosa, sempre fui na infância, obviamente, criança, eu saia brigando, brigava muito. Hoje em dia, obviamente não é mais assim, mas, quando em relação, por exemplo, eu ter entrado por meio de cotas eu ouvi muita coisa, me falaram muita coisa. E quando alguém vem falar contigo sobre a faculdade sempre tem aquele parente, tem um colega, tem alguém que vai falar contigo, aí pergunta como foi, aí tu fala, aí a pessoa fica meio assim, aí eu já fico [simula som de raiva]. Aí já fico: ‘*eita* nego, quer mesmo me atacar assim, tu quer? Olha...’. Aí já fico nervosa, já fico com raiva e, obviamente, não posso sair batendo em ninguém, porque, né, não sou mais uma criança, mas a forma de ficar calma é mexendo as mãos, estalando os dedos, é fazendo esse tipo de coisa, sabe, acho que me alivia, porque eu também não gosto nem de retrucar, que eu posso pensar ‘não, vou responder de boas’, mas quando eu for falar eu não vou falar de boas. Então, é... eu acho que é isso. Porque eu também explodo muito, tipo, falo muito com as mãos, uso demais, então quando fico com raiva, quando *tô* discutindo com alguém [a participante faz o som de inspirar quando estar com raiva]... (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024).

Diante do exposto, é perceptível que é um lugar-sentimento que antecede o ser cotista e vem se nutrindo desde criança. Nutrindo uma revolta, a rebeldia, os ditos e os não-ditos de uma dor.

O peso do termo “raivosa” e a frequência que é usada em sua fala, me deixou muito intrigado levando-me a compreender que não era algo escutado recentemente, mas sim desde a infância, considerando a seguridade de como Mãos-Raiva partilhou na escrita, “Durante boa parte da minha vida...”, e na oralidade, “porque eu sou meio raivosa, sempre fui na infância”. Enquanto pesquisador-cartógrafo atravessado pelos pensamentos de um pedagogo conhecedor das dinâmicas do espaço escolar, sou tomado por questionamentos que me inquieta: o que a afligia e/ou a provocava para ser uma criança envolvida em tantas brigas físicas? Como isso era trabalhado na escola e em casa? Ou era uma pauta não dada a importância devida e Mãos-Raiva uma criança negra desassistida?

Esses trechos destacados somados as indagações, bifurcam dois pensamentos que pairam na minha mente no debruço dos trechos supracitados. O primeiro é que revelavam contextos de violência escolar, geralmente, um tanto recorrentes, representados e estigmatizados a bairros periféricos que, majoritariamente, são habitados por um contingente de pessoas negras – uma “herança” de ex-escravizados que, quando libertados, foram expurgados para fora dos grandes centros urbanos formando as primeiras favelas e cortiços, negados aos serviços públicos básicos de educação, saúde, segurança e saneamento básico, que se arrastou historicamente até os dias de hoje como um dos “mecanismos de marginalização e preterimento racialmente constituídos” (Vaz e Ramos, 2021, p.169).

A existência dessa violência escolar não quer dizer que é uma natureza inata de corpos negros e/ou que a selvageria corre em suas veias. Muito pelo contrário, é uma construção estrutural que, comumente, põe escolas em áreas desfavorecidas, possivelmente essa a que frequentou, em situação de desassistidas pelas instituições públicas responsáveis, que geralmente falham na promoção de uma cultura de paz efetiva, acompanhamento psicológico, assistência social, o que resulta por gerar consequências de um currículo oculto – embora não seja nada oculto – de muitos problemas relacionados a discriminações, preconceitos, anulações, escutas sensíveis não atendidas que afetam, principalmente, crianças negras.

Nesse sentido, as constantes brigas que estava envolvida e o ser raivosa, são traduzidos como episódios não aleatórios e acasos descontextualizados, mas, reflexos e um fato quase sempre presente que dizem muito sobre “as diversas opressões e discriminações que ocorrem dentro das escolas, por inúmeros atores, que reproduzem a homofobia, o machismo, o racismo, a gordofobia, dentre outras opressões” (Ligeiro, 2021, p. 227). Para além disso, quando afirma

que usava as mãos para se defender, nota-se que nas fases de seu desenvolvimento não teve uma devida validação do que sentia no seu interior, nos ambientes de convivência, seja em casa, seja na escola. Era anulado o direito de ser ensinada a lidar e se expressar de outras maneiras que não fosse a violência corpórea praticada e sentida.

O segundo pensamento se volta para a palavra “raivosa”, que mais do que um sentimento, é um discurso geralmente advindo de vozes masculinas muito comum quando atribuída a um aspecto de insanidade e a destemperança animalesca de mulher “louca” e “de hormônios a flor da pele”, frequentemente presente na realidade de mulheres negras adultas quando suas falas e posicionamentos são desacreditados e anulados, sobretudo, quando estas se voltam a irromper as estruturas coloniais, sexistas, patriarcais e misóginas, ou seja, quando quebram o discurso da “fala correta de feminilidade” (Hooks, 2019, p. 24) construída pelo homem para o controle de corpos femininos e na sua definição de mulher da voz passiva.

Seguindo esse pensamento, sinto impacto quando imagino que uma criança ouve esse termo e como acabou se internalizando levando-a a reproduzir e acreditar. Nesse viés, essa dor também se enquadra coletiva, me reportando ao conceito de Dororidade desenvolvido por Piedade (2017, p. 16), que se refere a uma dor partilhada por jovens mulheres pretas que “contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo [...] Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser, sendo”.

Esse silêncio era presente na sua performance na oficina, quando na escrita do diário era uma Mãos-Raiva de poucas palavras, já na Oralidade era uma corrente de água forte que rompia represas, mostrando as suas nuances, camadas ocultas de experiências de dor. No entanto, é um corpo disciplinado que, dos três participantes na experiência em grupo, era a que mais esperava pela minha autorização da fala, que eu precisava constantemente ter que puxar, instigar a partilhar no grupo, fazer falar e possibilitar se enxergar dentro de uma estrutura docilizada, uma performance assumida por mim que me reporta ao conceito político de “comum” como a “a experiência de ‘decisão concertada’ a que somos convocados e mesmo forçados a fazer na partilha do coletivo” (Kastrup e Passos, 2016, p. 21).

Existia aqui uma forte colonialidade que estruturava a sua percepção quanto as inscrições no seu corpo, vestígios de dispositivos de adestramento entranhados na sua carne, bem como também marcas de processos políticos de subjetivação promovidos pelo Estado que dissolve identidades num processo de descodificação e recodificação com fins a produção de sujeitos preferentes para seu domínio (Pálbert, 2013). No caso, aqui, um sujeito obediente ao ponto de ser míope em não conseguir enxergar as dificuldades de inclusão e outros desafios,

por ela mesmo categorizar que não era por motivos de ser “cotista” e/ou por ser negra, quando escreve:

Considero meu processo de inclusão sendo cotista e aluna da UEMA relativamente tranquilo até o momento, nunca sofri nenhum tipo de preconceito dentro da instituição, apenas por ser de outra cidade. Como dito, até o momento não tive grandes dificuldades dentro da instituição apenas com o fato de morar longe. Algumas experiências mais marcantes para mim, acho que ocorreu antes mesmo de ingressar na universidade, foi mais no processo para isso ocorrer como quando eu recebia questionamentos de como consegui meu lugar aqui, era o tipo de pergunta que me deixaria bastante incomodada, pois logo em seguida eu sentia o desprezo da pessoa ao descobrir que sou cotista, como se isso me inferioriza-se em relação aos outros além de situações em sala durante discussões onde colegas insistiam em dizer que cotistas são vitimistas [...] (Mãos-Raiva, Diário de Itinerância, 2024).

Na Narrativa, além do vício de afirmar a tranquilidade no processo de inclusão, embora embaralhada de contradições em diversos momentos em que é possível pontuar a sua ilusão de harmonia, dispara que também foi cotista no Ensino Médio – revisitando a sua ficha de matrícula identifico que foi cotista de um Instituto Federal, portanto, beneficiada pela Lei 12.711/12, conhecida por Lei de Cotas, que reserva vagas para estudantes de grupos historicamente excluídos atravessados pelos fatores socioeconômico e/ou racial nas universidades e Institutos Federais. – Onde também sofreu com o estigma excludente de ser cotista, evidenciando um fardo cíclico pela repetição das mesmas violências psicológica, simbólica e discriminatória, assim como problemáticas como essas foram/são vivenciadas nos campos de vigor da Lei Federal da Lei Estadual que focam na modalidade cotas das políticas de ações afirmativas, e que em ambas os atravessamentos excludentes é uma realidade existente e naturalizada no seio acadêmico e na sociedade geral, como próprio explana na sua fala:

Como eu escrevi, dentro da universidade o que eu mais sofri assim foi por eu ser de outra cidade, sabe, não foi tanto pela cota por causa de ser negra. Mas em relação a cota, é... tanto antes de estar aqui quanto fora, e também porque já estudei em outra escola que também eu consegui entrar por meio das cotas, é... foi mais esse tipo de coisa mesmo, sabe, que ‘ai, tu entrou por cotas, então tu não é tão boa assim, tu deveria mesmo tá aqui?’, esse tipo de coisa. Até de familiar, principalmente, que aí dói mais, né? Quando vem de alguém próximo, tanto quanto de outros colegas mesmo que poderia ter entrado por meio das cotas ficam, tipo, se vangloriando ‘ai, eu sou melhor que você porque eu me recusei a usar as cotas, esse pessoal que usa são vitimistas, não sei que’, esse tipo de coisa (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024).

Como tecem as suas palavras, a contradição é manifesta quando aponta desprezo e inferioridade ao ser descoberta cotista, uma política afirmativa quando desnuda é posta como usurpação e enquadrada no esgarço da indiferença – a indiferença aqui compreendida num sentido político da abordagem do assunto, como um dispositivo de exclusão que inferioriza,

subjuga e elimina grupos ditos minoritários, “um cálculo de morte sobre suas vidas, sem matá-las” (Silva, 2021, p. 5). – E quem dessa política afirmativa precisa para pisar o chão da universidade, não por incompetência e escoro, mas por desigualdade de oportunidade de um melhor estudo na educação básica que os prepara para o ensino superior, entra na mira de uma caça às bruxas em terreno acadêmico.

Diante dessa contradição e em diálogo com o parágrafo anterior sobre subjetivação, é impossível não pontuar que essa “cegueira” quanto as dificuldades é um sintoma de um corpo instituído, explanando os efeitos de um corpo assujeitado na perspectiva dos estudos foucaultianos. Nas lentes de Foucault (1995), em o “Sujeito e o Poder”, é discutido que uma das lutas contra as formas de domínio sobre o sujeito é justamente a luta contra as formas de subjetivação, destacando o Estado como força determinante na orquestração de estruturas políticas através de tecnologias de poder e procedimentos tanto individualizantes quanto totalizadora. O poder individualizante, a que é focado nessa discussão, foi uma técnica de sujeição com fortes inspirações no poder pastoral, expandindo os seus tentáculos nos campos individuais, específicos, que não fossem somente apenas classes, grupos e/ou coletivos, focalizando os seus artificios no indivíduo, no particular, como alertado pelo próprio autor:

Não acredito que devêssemos considerar o "Estado moderno" como uma entidade que se desenvolveu acima dos indivíduos, ignorando o que eles são e até mesmo sua própria existência, mas, ao contrário, como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a esta individualidade se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos (Foucault, 1995, p. 237).

Nessa esteira de pensamento, a subjetividade, resultado do processo de subjetivação, apresenta um caráter político considerando ser objeto de captura do Estado para fins de controle, isto é, como o nosso corpo se porta, nossas percepções, nossas ideais, como enxergamos o mundo e nós mesmos, nossos gostos e escolhas, como nos constituímos, podem ser produtos de instâncias dominantes e estruturantes. Levando-nos a sua reflexão de que “o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (Foucault, 1995, p. 239) no processo de ruptura contra esse “duplo constrangimento político”, termo empregado para designar o poder individualizante e totalizador. Desse modo, existe uma subjetividade fantochada em Mãos-Raiva, um corpo que se mostra em batalha, de um lado discursos automatizados de harmonia, do outro, escape de relatos de uma vida dura para (sobre)viver.

Mãos-Raiva sente a ira, armazena mágoas, tanto pelo fato de outros fazerem dessa sua singularidade uma etiqueta minoritária, reduzida e única de si, quanto pelo fato de serem ações

praticadas por outros corpos negros capturados pelo tripé “cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial” (Souza, 2021, p. 50) que prometem a estes ascender socialmente sob as condições da branquitude, de uma meritocracia, provocando uma cegueira do estigma excludente e de quaisquer políticas assassinas que os situam e interditam seus corpos, enxergando apenas a busca do mérito e de ser parte da branquitude.

Esse fato nos aponta para uma desunião, desarticulação e senso de comunidade entre negros – episódios que se manifesta nas narrativas dos outros participantes –, produzindo até uma rivalidade entre aqueles que reconhecem a luta, o direito e a conquista coletiva contra aqueles que seguem a lógica e a trajetória do branco idealizado, do caráter individualista que enxerga desvantagem nos laços em grupo, assimilando, desse modo, o “discurso ideológico da democracia racial que vê o negro que não sobe como um desqualificado, do ponto de vista individual” (Souza, 2021, p. 52). Nesse viés, atacam o seu próprio grupo com aversão as suas origens e abraça a meritocracia para evoluir e conquistar bens, cargos e vantagens, embora, nas palavras de Vaz e Ramos (2021, p. 191), a meritocracia em contexto brasileiro é “brancocêntrica e androcêntrica”, considerando que a elite branca não só detém, mas tem o poder de pontuar e estabelecer o mérito.

A raiva que aqui armazena dor e ressentimento, não mantém seu corpo de jovem mulher preta estático. A raiva aqui é impulso, produz desejo de mudança e de transformar a sua realidade no seio do não conformismo com os destinos impostos. Essa compreensão escapou quando a questiono na socialização se ela se reconhece como sujeito de direito e a resposta foi: “Sim, tipo, eu sei como foi pra mim entrar aqui, sabe, foi meio complicado, eu quase não consigo e... acho que as cotas foi um meio de me ajudar a tá aqui também, sabe, quer queira ou não” (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024). Quando indago o porquê de “complicado”, a resposta obtida abriu um leque de mais possibilidades para inferências:

não tive praticamente apoio de muita gente não, principalmente dos meus pais, né, não tive muito apoio. Meu pai queria que eu ficasse por lá, só que, apesar de que, não vou mentir que meu curso não foi ‘ah é o meu sonho’, sabe, porque não sei muito bem o que eu quero ainda, mas queria ter pelo menos o gostinho de escolher já que lá é muito pequeno, aí tem tipo duas faculdades e cada uma tem dois, três cursos, eu queria pelo menos bater o pé no chão e falar: ‘não, eu quero fazer isso aqui e vou fazer!’ (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024).

Mediante a essa fala, é compreendido outra nuance dessa raiva sentida pela participante: a raiva como um ato político. Uma mola propulsora e força motriz, a raiva nessa perspectiva põe seu corpo em ação, em revolução, buscando modos de enfrentamento no desprender das estruturas políticas. Uma apreensão que dialoga com o pensamento de Teixeira (2021, p. 60)

que, sob essa ótica de abordagem política, a define como “pressuposto de recusa e de transformação [...], a partir dela que recusamos as leituras que intensificam as nossas cicatrizes e que reforçam o estigma e a marginalização dos outros sujeitos”. Logo, a raiva cimentada nesse princípio, promove a ação de rachar os espelhos coloniais de narrativas e subjetividades impostas a corpos negros, entregando performances contra hegemônicas criando modos de resistência na escrita de novos trajetos de si.

Esse ato político que impulsiona um corpo movente, avesso a ideia do ser estático, é um aspecto que caracteriza muito a juventude conforme as análises de Diógenes (1998) ao afirmar que movimento é sua marca. Ademais, quando Mãos-Raiva bate o pé no chão e afirma o poder de escolha, acaba por sinalizar outro aspecto da performance política da juventude: a rebeldia. Ainda nas discussões da autora supracitada, a rebeldia juvenil tende a desvelar, por meio da mobilidade, um contexto de ordenação e de exclusão social a que estão inseridos e atravessados, bem como “as tensões entre os valores dominantes, da ordem do instituído e os valores emergentes, do campo do instituinte” (Diógenes, 1998, p. 154). A rebeldia se conflui a ação de “erguer a voz” (Hooks, 2019) e o efeito desse choque é uma jovem mulher preta que se dedica a construção de táticas (Cereteau, 1998) para se desvencilhar das capturas coloniais, se contrapondo as atribuições históricas que ligam o jovem a “delinquência e desordem social” (Biagi, 2017, p. 93), que não sabe o que quer e para onde quer ir, assim como não é reconhecidamente sujeito.

Um corpo de potência que das suas narrativas emerge com muita fluidez, apesar da fala e escrita autodepreciativas – efeito de uma subjetividade construída para se inferiorizar –, como: “não sou a maior entendedora”, “eu não sou nenhum gênio” etc. Entretanto, logo em seguida, temos relatos de uma realidade que dizem ao contrário do grafado e proferido:

Então, eu dei o meu jeito, eu trabalhei no segundo ano do ensino médio, aí no terceiro parei pra tentar focar na escola e no ENEM, e... com o dinheiro consegui vir para cá. [perguntei como era a experiência de trabalhar e estudar]. Muito cansativo, porque, assim, não sei se alguém aqui sabe como é trabalhar em lanchonete e *tals*, e principalmente lá era bem escravo [risos]. Então, além da carga horária que era muito ruim, tipo, ainda tinha as humilhações dos meus chefes, dos clientes, e por ser mulher, então assim, o assédio... pra amenizar as coisas, por exemplo, eu e minhas colegas a gente contava, tipo, ‘Não, menina, só hoje foi uns quinze. Ai, coisa pouca!’ Sabe, era umas coisas assim, o dinheiro não era tão bom, então... eu ainda queria comprar as minhas coisas também né, e juntar dinheiro pra faculdade e sair daquele emprego quando eu tivesse no terceiro ano. Então foi complicado, mas eu também consegui bolsa lá onde eu estudava, apesar de não ser um valor tão alto ainda era alguma coisa né, então fiquei mais tranquila nessa questão (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024).

Em meio a esse contexto de ausência de apoio e de credibilidade que inscreve Mãos-Raiva, um contexto de caos, dar o seu “jeito” é a tradução de uma estética da existência (Certeau, 1998), dos modos de enfrentamento que mostram muito sobre a sua luta na travessia da margem à universidade. Uma narrativa que me reporta aos escritos de Dayrell (2003, p. 43) acerca do jovem nos processos de construção de sujeito, quando ele se contrapõe a ideia de que somente em ambientes favoráveis e humanizados se desenvolvem e se potencializam. Este explana que também existem várias outras maneiras de tornar-se sujeito, uma delas é os contextos de desumanização tencionados pelas proibições de ser, privações de potencialidades, de usufruir de forma plena e democrática a sua condição humana, como é o caso da trajetória da participante em questão para chegar ao chão universitário, nos mostrando outros modos instituintes de viver.

Nesse sentido, a experiência de trabalho na lanchonete por Mãos-Raiva, se manifesta como um cenário de desumanização: hostil, improdutivo, desprezível e humilhante. Logo, é mais uma realidade na vida de jovens negros pobres que se submetem ao mundo do trabalho em ambientes de qualidade de emprego duvidosa, “com altas taxas de informalidade, precarização e diversas discriminações” (Ligeiro, 2021, 235), para poder contribuir na renda em casa ajudando a família, concretizar metas que exigem poder aquisitivo, alcançar independência e construir futuros minimamente dignos – como é o caso de Mãos-Raiva, cujo desejo era mudar-se de cidade em busca de um curso de graduação que fugia do estabelecido mercado pela limitação.

No caso das Mãos-Raiva, atravessada pela categoria gênero, existe a incidência do assédio sexual. Remetendo ao período escravagista em que mulheres negras escravizadas além de servir trabalhos domésticos e do campo, teriam que satisfazer os prazeres sexuais dos Senhores numa era de estupros e violação corpórea normatizada. Em contextos pós-abolição resquícios desses comportamentos tendem a continuar sobre as mulheres, sobretudo corpos negros femininos hipersexualizados, em ocupações de trabalho subalternos/desfavorecidos, mediante a desculpa de cortejo, paquera, numa naturalização do assédio “positivo”. Fica mais grave e grotesco quando nos deparamos com a narrativa de Mãos-Raiva, constatando que episódios como esse é uma realidade de jovens ainda em fase de adolescência no Ensino Médio.

Enquanto episódios desestimuladores e de perspectivas incertas como esses são exaltados por discursos da meritocracia, que naturalizam a desigualdade de oportunidades e da conquista por mérito individual, as consequências foram insalubres para seu corpo como pontuadas pela própria participante, em como os períodos de serviço exaustivo físico e psicológico afetavam na sua vida escolar:

[...] as pessoas começaram a me dar colchonete. A professora de Educação Física disse que podia entrar na sala de professores pegar um colchonete, um tempo depois começaram a deixar colchonetes pela escola e... aí os professores perguntavam: ‘você é a menina que dorme lá não sei onde?’, ‘ah não sei o que’. Aí começaram a falar na direção que eu *tava* dormindo demais, começaram a me mandar para a diretoria... mas, enfim, foi isso. Aí quando eu passei, nossa, eu tenho até mensagem de um pessoal que me mandou mensagem perguntando: ‘cara, como assim tu passou?’. Tem um até que ri porque achei engraçado como qualquer outra coisa que me disseram: ‘rapaz, quem diria pra quem só dormia...’. Enfim (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024).

Experiências como essas são muito presentes entre jovens pobres, sobretudo negros, que tentam sobreviver ao Ensino Médio conciliando estudo e trabalho, motivo que levam muito a evasão e desistência escolar distanciando-os da universidade pública. Esse fato se manifesta na última publicação de dados, referente a 2023, no módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também disponibilizado na aba de notícias do seu site organizada por Bello e Britto (2024), ambas fontes evidenciam que do grupo etário entre 14 e 29 de anos de idade, 9,0 milhões não completaram o Ensino Médio por abandono ou se quer ter frequentado essa etapa da Educação Básica.

Numa perspectiva interseccional de análise de dados, a fim de identificar as “avenidas identitárias que se cruzam e vulneram os sujeitos envolvidos no processo” (Vaz e Ramos, 2021, p. 295), além da categoria geração já mencionada, destaco os marcadores sociais de gênero e raça que trazem materialidade para a discussão em questão: quanto ao gênero, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres; considerando cor/raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos (constituindo a população negra). Aprofundando mais esses dados, as justificativas para o abismo que separa esses jovens dos estudos, traduzem muito sobre interdições específicas que atravessam a categoria gênero: enquanto para homens é o mundo do trabalho (53,4%) e o desinteresse em estudar (25,5%), para mulheres são esses dois motivos (respectivamente, 25,5% e 20,7%) somados a gravidez (23,1%) e afazeres domésticos/cuidado de pessoas (9,5%).

Mãos-Raiva consegue escapar dessa estatística ao permanecer no Ensino Médio em meio as dificuldades presentes que seduziam a sua desistência, no entanto, ela era capturada e compreendia o percentual de jovens que precisam trabalhar e estudar. Sobre isso, outro dado do PNAD Contínua/IBGE do ano 2023, apontou que dos 15,3% de 48,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, estavam ocupados e estudando. Como dito anteriormente, esse fato compromete o rendimento escolar e a revisão de conteúdos necessários para o vestibular e aprovação na

universidade pública, em que esses jovens têm que competir vaga com aqueles que só estudam e até mesmo fazem cursinhos preparatórios.

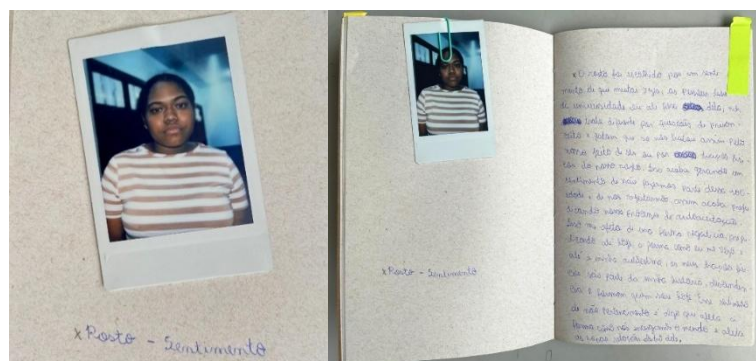
O relato da participante destaca, ainda, a importância de programas de assistência estudantil oferecidos pelas instituições de ensino como alicerce dos cotistas para a permanência desses no espaço escolar e universitário em que a política de cotas se faz presente. Isso é mencionado no último fragmento de narrativa apresentado, de quando era cotista no Ensino Médio pela lei 12.711/12 no Instituto Federal, e no fragmento seguinte que será exposto referente ao ser cotista no Ensino Superior pela lei 9.295/10 na UEMA. A primeira, durante o Ensino Médio, é Bolsa de Incentivo a Permanência, cuja responsabilidade de seleção e distribuição é da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) do IFMA. A usuária atualmente trata-se do Auxílio Moradia, que veio a sanar as suas dificuldades financeiras de morar ou de transitar para Caxias, considerando que é natural de uma cidade adjacente, fatores que afligiam a sua permanência na universidade:

Aí depois com um tempo, quando eu passei a minha mãe ela ficou pior do que eu com a possibilidade não vir estudar, aí ela começou a fazer a cabeça do meu pai, aí meu pai resolveu dar uma ajuda também. [perguntei se residia fixamente em Caxias ou transitava todos os dias]. Eu tava indo e voltando, porque tava dividindo casa com outras pessoas, só que tava meio complicado, as contas tavam altas e ninguém tinha muita responsabilidade de fazer o que tinha que fazer lá na casa, então tava insuportável, principalmente com a questão da limpeza, eu tenho um pouco de toc com a limpeza, então tava me incomodando muito, aí eu já tava pra desistir, já não queria mais estar lá, aí o meu pai começou me mandar dinheiro pra ir e voltar. Só que aí como tava saindo caro também, eu fui atrás de outro lugar pra ficar, aí achei a república. Aí agora tô lá na república que, tá muito melhor, e... também eu comecei a receber auxílio da faculdade, então agora não dependo mais do meu pai e da minha mãe (Mãos-Raiva, Socialização das Experiências, 2024).

Tendo em vista o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMA, para em vigor de 2021 a 2025, o Auxílio Moradia integra o conjunto de políticas do Programa de Assistência Estudantil da UEMA que visa proporcionar condições de permanência dos estudantes no Ensino Superior, ou seja, um instrumento de democratização. Este Auxílio oferece R\$ 200 (duzentos reais) em um período de 12 meses, sendo possível a sua renovação. Está inserido na modalidade por critério socioeconômico, que exigem dos interessados uma comprovação de vulnerabilidade, no caso aqui, “é necessário que o estudante tenha família residindo em outro país, estado ou município diferente do Campus da Uema em que está matriculado” (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2022, p. 120).

## 4.2.2 Rosto-Sentimento

**Figura 31 - Rosto-Sentimento**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

A narrativa de provar a potência e o valor de si, bem como os atravessamentos da categoria gênero que afetam corpos negros femininos, novamente se apresenta quando me deparo com as grafias e oralidades de experiências que marcaram a trajetória acadêmica de **Rosto-Sentimento**. De antemão, a partilha feita pela participante, constata ainda mais um estigma histórico-político construído para inscrever seu corpo no contexto de naturalização de uma necropolítica (Mbembe, 2019), ou seja, no signo da morte, que persiste em assombrar, principalmente, mulheres negras.

Diferentemente da contradição que escapou das narrativas de Mãos-Raiva, de uma consciência cega de si e uma realidade opressiva que destoava seu discurso de inclusão tranquila – não a culpabilizando dessas ações, mas enfatizando rastros dos dispositivos de adestramento e subjetivação pelas ordens de dominação –, Rosto-Sentimento demonstra um letramento racial afiado a partir da compreensão de que as suas características corpóreas é prenúncio para os processos de exclusão, interdição e eliminação nos espaços de poder, das situações mais particulares até na sociedade como um todo.

Na narrativa escrita no Diário de Itinerância, que justifica o lugar do corpo e atribuição do sentimento, afeto e sentido, tecem palavras que evidenciam esse letramento:

O rosto foi escolhido por um sentimento de que muitas vezes, as pessoas dentro da universidade ou até fora dela, nos trata diferente por questões de preconceito e falam que só nos tratam assim pelo nosso jeito de ser ou por traços físicos do nosso rosto. Isso acaba gerando um sentimento de não fazermos parte dessa sociedade e de nos rejeitarmos, assim acaba prejudicando nosso processo de autoaceitação. Isso me afeta de uma forma negativa, prejudicando até hoje, a forma como eu me vejo e até a minha autoestima, os meus traços físicos são parte da minha história, descendência e formam quem sou hoje. Esse sentimento de não pertencimento é algo que afeta a forma como nós enxergamos o mundo e afeta as nossas relações dentro dele (Rosto-Sentimento, Diário de Itinerância, 2024).

Complementar a essa grafia, em uma das passagens do momento da Socialização ela diz: “[...] Por conta das características físicas que muitas pessoas julgam para me encaixar num padrão social, isso mexeu bastante com a minha autoestima, meu modo de me ver, queria muito ser diferente, fazer plástica no começo, aí pensei ‘não, a autoaceitação é muito importante para mim’” (Rosto-Sentimento, Oralidade, 2024). No caminho da análise, é perceptível a sua compreensão de si e o signo historicamente construído que inscreve o seu corpo, de que a base que dinamiza as raças na sociedade tem como fundamento aquilo que Emicida fortemente fomenta na sua música: “80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo”. Esses “tiros” podem ser práticas propriamente ditas na ação física, assim como também na perspectiva velada de outros dispositivos de racialidade (Carneiro, 2023).

O heterônimo escolhido pela participante pontua diversas camadas de significados e novos olhares ao longo dos relatos. O rosto que antes apresentava vergonha e desaprovação pelos outros e por ela mesma, chegando a cogitar a desejar fazer plástica, agora é instrumento político de coragem e orgulho, tanto por não hesitar em esconder a sua imagem facial nessa pesquisa – mesmo instruída da preservação da identidade –, quanto por valorizar cada traço negroide que a constitui parte de uma história e identidade coletiva de um povo que se impõe às adversidades. Desse modo, Rosto-Sentimento tece práticas de si que constrói uma estética da (r)existência.

Ainda sobre um pensamento de fazer plástica, modificar a sua estética para traços aceitáveis que a aproxima da branquitude, é um fato muito presente entre os negros, sendo resquícios do pensamento colonizador que ainda nos captura e engendra o nosso imaginário. Nesse viés, as análises antropológicas de Sansone (2003) apontam a existência de estratégias de “minimização” da diferença de cor nas práticas sociais, exemplificando as relações interracialis para fins de branqueamento e as táticas individuais para reduzir a desvantagem racial; a essa última vertente ele atrela algumas situações de manipular a aparência física negra, como a cultura de alisamento do cabelo. Os traços negroides, segundo Gomes (2008), construídos politicamente, culturalmente e socialmente como algo abominável, sofrem episódios de violências de eliminação desde o período da escravidão, a exemplo disso, a raspagem do cabelo dos escravizados ao chegarem em território brasileiro.

Em diálogo com os escritos de Sousa (2021) sobre identidades e reconstrução da memória coletiva, teatralidades de violências e barbáries como essa mencionada no final do parágrafo anterior, não é mais cabível numa modernidade de democracias e de normas legais. A autoestima, então, ganha destaque quando as subjetividades dos assujeitados tornam-se alvo,

em que a autoestima, peça-chave nesse quebra-cabeça, passa a ser atingida. E o problema da autoestima é algo frequente na fala das questões de Rosto-Sentimento para com suas características afrodescendentes antes da autoaceitação, evidenciando que a sua foi vítima dos processos de desumanização.

Quanto ao “Sentimento”, como atribuição a esse lugar do corpo, inicialmente demonstrou uma incógnita por ela não o definir, me levando a questionar que tipo de sentimento era esse. No entanto, nos desdobramentos de suas narrativas, percebo uma onda de afetamentos que atravessam seu corpo e passo a compreender o seu posicionamento de não o definir, considerando que todos tiveram a sua devida importância para sua performance na busca de assegurar os processos de construção de sujeito. Nesse sentido, o Sentimento é a materialização e representação da sua trajetória polimorfa das experiências de travessias, devires e afirmações na pele de uma jovem negra cotista.

O primeiro sentimento sentido pela participante é o da rejeição. Anulada, excluída e inferiorizada pelos colegas de turma que a enxotava para o campo da invisibilidade, por não a aceitarem como aluna cotista, o que despertou nela também, como dito nos últimos fragmentos de narrativas aqui apresentados, o sentimento de não pertencimento a universidade. Diante disso, ela reconhece que seu processo de inclusão não foi harmônico, agradável, como ela próprio relata de forma aprofundada no momento da Socialização das Experiências:

No começo realmente recebi bastante preconceito da minha turma de Pedagogia, por conta que eles não conseguiam me aceitar dentro da turma, então, meio que fiquei meio isolada e aí comecei fazer amizade com uma menina só e a turma em si me rejeitava. Talvez por conta disso, com certeza, no começo não entendia, mas eu agora eu tenho essa visão. Eu tenho essa visão de que é por meio da questão das cotas, né. E no começo eles não falavam comigo, não me davam muita moral, [...] muitas pessoas começaram a começar com questões de preconceito, de não falar, de jogar piada, questões de *bullying* dentro da sala de aula da universidade [...]. Com a minha amiga, por ela ser branca, falavam mais com ela e comigo não, e eu achava que isso era normal no começo, né, até que comecei a estudar sobre esse assunto, me interessei por esse assunto, comecei a ler bastante, aí eu fui entendendo que existe sim a questão do preconceito, da questão das cotas raciais (Rosto-Sentimento, Socialização das Experiências, 2024).

A inscrição aqui marcava Rosto-Sentimento como alguém que não tem o direito a existência, de não ser reconhecidamente um sujeito de pertença a um chão universitário que, em tese, deveria ser de todos. De acordo com o exposto, isso era algo reforçado de forma implícita e explícita, quando exemplifica que sua amiga branca era vista e ela não, ou seja, o seu corpo negro era posto como uma sombra do branco, a cor retinta era invisível diante de uma pele alva inscrita pela idealização, desejo e mérito. Diante disso, essas relações de evito e

anulação com Rosto-Sentimento, a traduz como uma vida nua no espaço acadêmico, o *homo sacer* nos dizeres de Agamben (2004), dito isso, uma pessoa intocada que não merecia receber a palavra, o cumprimento e o afeto das relações diárias, práticas justificadas por ser uma aluna cotista, reduzida ao estereótipo de desprovida da inteligência e usurpadora de vaga.

Mediante a esse contexto, desperta na participante uma reatividade, um sentimento de pulsão pela sua vida para reagir ao cenário excludente que a etiquetava. Explorava, agora, as forças múltiplas do seu corpo para mudar, transformar a sua realidade, pô-lo em movimento nos processos de resistência. Nessa esteira de pensamento, Rosto-Sentimento cria modos de enfrentamento que muito dialoga com as propostas de insurreição presentes nas discussões de Sousa (2021, p.188), ao estabelecer um

descentramento cognitivo do eurocentrismo e com desobediência epistêmica [...]. Pela epistemologia, começamos por não achar que somos o não ser, porque foi assim que o eurocentrismo nos concebeu, como o não ser, e se afirmando como o ser. E nos vincular ao nosso território para nos vermos como pertencentes de uma comunidade.

Os modos de enfrentamento delineado por Rosto-Sentimento na afirmação de sujeito de direito enquanto jovem negra cotista, é cimentado pela sua dedicação em estudar a si mesma, as categorias que a atravessava, sobretudo, raça e gênero, buscando compreender as cotas, preconceitos e discriminações no âmbito acadêmico. Esse movimento me reporta aos estudos de Foucault (2014) sobre “cultura de si” ou como o “cuidado de si”, originados dos estudos sobre a sexualidade e a “questão dos prazeres” entre os gregos, pauta que desencadeou discussões sobre a moral e a ética. A “cultura de si” se fundamenta na necessidade de estabelecer um conjunto de princípios de “cuidados consigo” e de “ocupar-se consigo mesmo” que organiza suas práticas diante dos códigos de conduta. Seguindo esse pensamento, Rosto-Sentimento traduz isso quando busca fundamentações teóricas de si para se impor em um campo hostil ao qual interagia, como discorre a seguir na Socialização das Experiências:

[...] comecei a me impor, a estudar muito sobre esse assunto de cotas e também esse assunto de preconceito, essa questão de sociedade, participei aqui dentro da universidade de oficinas que, o pessoal das ciências sociais estavam propondo, né, questões de cotas racial, enfim, de origem afrodescendente, participei bastante aqui dentro da universidade, isso me trouxe uma visão diferente de mundo [...]. Procurar me destacar dentro da sala de aula, porque não basta a pessoa tentar ser bom, tem que ser o melhor, a pessoa negra tem que ser a melhor dentro daquela sala de aula, porque senão ela não tem a visibilidade, então ela se torna a pessoa invisível ali. Então, eu não me tornei a aluna boa, eu me tornei a melhor da sala para eu procurar a visibilidade melhor, até por procurar o respeito das outras pessoas por mim, porque elas não tinham, então para elas começarem a me respeitar, começarem realmente entender quem eu sou, meu lugar de fala, procurei me impor e procurei ser a melhor naquela sala de aula, de destacar. Participar de oficina, projetos de extensão, projetos dentro

da universidade, procurar ler e estudar sobre o assunto e sobre outros assuntos dentro da Pedagogia, procurar cursos... Então, isso me abriu muitas portas, já fiz cursos fora daqui da universidade também, sobre as áreas que eu tenho interesse, então, me especializar em coisas que realmente eu quero, me ajudou. O estudo ele me ajudou, abriu portas para eu realmente me aceitar e me impor, né, procurar o meu lugar dentro da universidade (Rosto-Sentimento, Socialização das Experiências, 2024).

A jornada pelos saberes de si tornou-se um grande alicerce de afirmação de Rosto-Sentimento, se costurando a trajetórias de personagens ancestrais que buscaram a liberdade a partir do conhecimento, como: Negro Cosme, Esperança Garcia, Luiz Gama e dentre outros, usando da astúcia nas esferas de insurreição. Práticas que demonstram a desigualdade em comparativo a de pessoas brancas que, nem passaria por essa necessidade de provar o valor de si, e se sentisse tal necessidade, não precisaria de longos períodos de estudos e transitar por vários campos na busca de conhecimento. Esse fato figura uma realidade da população negra, que precisa provar o dobro ou triplo de desempenho de si para conquistar uma mínima dignidade no tabuleiro de jogos de poder da sociedade, assim como Racionais Mc's e Afro-X (2002) anuncia na introdução de uma das suas músicas mais memoráveis que marcaram a sonoridade brasileira, embora marginalizada, que aqui destaco um trecho: “Desde cedo a mãe da gente fala assim: 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor’”. Logo, esse trecho se renova e é parafraseado com o dito por Rosto-Sentimento (Socialização das Experiências, 2024): “porque não basta a pessoa tentar ser bom, tem que ser o melhor”.

Destaco ainda desse fragmento narrativo de Rosto-Sentimento, a existência de outros movimentos instituintes no espaço de poder da UEMA - Campus Caxias que contribuem para a inclusão dos jovens negros cotistas, no caso o de docentes de cursos de graduação que tem o compromisso político para com os estudantes na instituição ao trabalhar questões raciais, quando estas pautas não possuem atenção devida na agenda institucional da universidade em questão. Como dito no capítulo sobre o território da pesquisa, estes cursos, principalmente o de História e Ciências Sociais, promovem eventos acadêmicos trazendo essas temáticas, utilizam de cartazes para divulgar sobre as políticas de assistência estudantil, incentivam a pesquisa nas bolsas de PIBID, PIBIC, PET e dentre outras. Desse modo, apesar de um campo instituído expressado por condutas e dispositivos legais com fortes traços de racismo institucional, existe a resistência numa rede colaborativa e comunitária.

Nas produções narrativas sobre as experiências que mais marcaram Rosto-Sentimento enquanto jovem negra cotista, esta tece episódios de invalidação que a atinge constantemente, mesmo depois de demonstrar o melhor rendimento acadêmico dentre os colegas da turma e provar a sua potencialidade, exigindo dessa uma contante afirmação de si, como a própria

participante articula: “procuro sempre me posicionar como uma mulher negra e estudante cotista” (Rosto-Sentimento, Oralidades, 2024). Desse modo, a sua humanidade deve ser sempre provada em um campo de descredito em que as inscrições impostas que partem dele dizem ao contrário, uma realidade que vai de encontro com dizeres de Kilomba (2016)<sup>12</sup>: “Uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ele é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa”.

Esses episódios apresentados por ela são de diferentes graus, desde os mais contidos até os mais escancarados, mas em todos se prevalece o racismo, sendo intrínseco nas violências que esta sofrera. Com destaque para um episódio que traduz a visão de muitos que são contra as políticas de cotas raciais na universidade pública, que, de forma sucinta, ela escreve no Diário de Itinerância: “[...] foi quando uma aluna da minha turma, disse que eu não era capaz de ser palestrante pela minha cor de pele e pelo fato de ser cotista. Isso me abalou emocionalmente”. No entanto, no momento da Socialização das Experiências é partilhado com mais detalhes:

Botei aqui uma situação que a experiência que me marcou foi que a professora me escolheu para dar uma palestra, né, sobre mulheres negras aqui no auditório da uema, e uma menina branca ela disse que ‘não, ela que tinha que dá essa palestra, porque eu não era capaz de falar por eu ser cotista’. Isso me mexeu bastante, né, a professora até chegou a conversar com ela, aconselhou ela a procurar psicólogos por conta dessa questão que ela disse que não era capaz de dar essa palestra [...], ela era da minha turma, ela disse que eu não era capaz, que eu não ia conseguir, na minha frente, e começou aquela confusão, a professora foi lá, a professora disse pra procurar tratamento dizendo ‘isso é uma doença’. Ai eu consegui, dei a palestra, foi um sucesso o evento sobre mulheres negras, isso ficou como uma lição para mim de que essa questão da visibilidade negra dentro da sociedade é algo que tem que acontecer urgentemente, porque as pessoas têm uma visão totalmente diferente de que a pessoa negra não tem a capacidade, o aluno cotista não tem a capacidade Rosto-Sentimento, Socialização das Experiências, 2024).

Esse recorte da narrativa de Rosto-Sentimento possui camadas discursivas passíveis de análise, numa perspectiva política de abordagem que muito interessa para as discussões do presente escrito. A primeira refere-se a um tipo de “estado de loucura” que aqui insinua-se nesse episódio que culminou numa experiência marcante para a participante, quando na advertência do ato racista cometido pela colega branca, a professora em defesa profere uma recomendação clínica, uma fala que diz muito sobre raça e a normalização da violação de direitos do outro. Considerando os estudos arqueológicos de Foucault (2023) acerca da loucura, suas análises

---

<sup>12</sup> Esse trecho está presente na fala de Grada Kilomba na palestra-performance intitulada “Descolonizando o Conhecimento” realizada em 2016 no Centro Cultural de São Paulo, disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs&t=219s>.

evidenciam que nas passagens históricas atribuíram a esse termo diversos sentidos políticos e sociais que atestava a razão e desrazão, quem gozava da normalidade, os discursos de verdade a quem merecia escuta e aqueles não, processos distintos que culminaram para o que nos dias de hoje se prega como doença mental.

Entretanto, os sentidos da loucura não encontraram repouso pleno nos dias atuais no atestado de doença mental, sendo capturada por oportunismos com vistas a escamotear ações discriminatórias. Nesse sentido, a loucura aqui aplica-se como o campo da impunidade e desvelo das verdades escondidas expressadas por racistas, quando em momentos extremos da destemperança nos revela o seu interior mais colonizador e de sede pela eliminação de corpos negros em contextos favoráveis, recorrendo a loucura, o estado de fora de si, usando de uma “linguagem de parvo” (Foucault, 1978, pg. 19), para sair ileso da responsabilidade criminal e das medidas legais condenatórias. Atitudes como essa não configura um caso isolado, muito pelo contrário, é uma prática recorrente que se engendrou na sociedade naturalizando-se na mente do agente e das vítimas que, geralmente, não leva a denúncia devido a invalidação por associação a “mal-entendidos”, em que por vezes sai como culpado pela ação no lugar do agressor.

Ainda sobre o recorte da narrativa apresentada, é possível extrair o problema da “sororidade” no movimento feminista, uma categoria que prega a solidariedade entre mulheres em contextos de violência sexista, mas que na realidade não abarca as experiências de mulheres negras atravessadas pela opressão de gênero e raça. Como é o caso de Rosto-Sentimento, em que a sua dignidade é ferida por uma colega mulher que em vez de abraçar a causa com apoio a sua performance de palestrante, acaba por reforçar práticas sistêmicas de racismo, revelando, desse modo, casos de mulheres em oposição a outras mulheres. O assunto em questão emerge das discussões teóricas de Vaz e Ramos (2021), evidenciando que problemáticas de traços colonialistas como essa permeiam não só o movimento feminista, mas o movimento negro como um todo:

Detentoras de privilégio racial, as mulheres brancas nem sempre se mostram capazes de desenvolver empatia – para além das questões de gênero – em relação às mulheres negras, reproduzindo, desse modo, a opressão de raça. De modo semelhante, embora se aliem às mulheres negras na luta pela igualdade racial, os homens negros não deixam de repetir padrões sexistas e machistas, reproduzindo violências de gênero contra as mulheres negras (Vaz; Ramos, 2021, p. 112)

Essa citação dialoga com os escritos duros de Hooks (2019, p. 27) dessa trama realista em que mulheres brancas “[...] poderiam falar, da boca para fora, sobre conceitos de sororidade

e solidariedade entre mulheres, mas ao mesmo tempo repudiar mulheres negras”. Não só repudiar, mas se apropriar do lugar de fala das mulheres negras, que é um outro ponto que se ramifica do episódio escancarado de racismo ao qual Rosto-Sentimento sofrera. Essa problemática se manifesta quando esta diz que o evento que tinha sido convidada a palestrar tinha como temática “mulheres negras”, seguindo uma lógica histórica e estrutural de experiências, ela seria mais entendedora do assunto do que a colega branca, no entanto, é possível perceber que não foi algo respeitado e quase foi roubado. Diante disso, infelizmente, o relato partilhado consegue fazer o corpo de Rosto-Sentimento transitar nos caminhos da impunidade, na falta de empatia entre corpos femininos e na apropriação de experiências de dores.

As narrativas de experiências de Rosto-Sentimento como uma jovem negra cotista, se intercrucza com as narrativas de Mãos-Raiva evidenciando que somente a categoria conceitual dororidade, elaborada por Piedade (2017), discutida em parágrafos anteriores, é capaz de traduzir as dores coletivas de mulheres negras que se arrasta historicamente. Revelam, ainda, as fortes marcas de linhas excludentes que se renovam em novas tecnologias de poder, exigindo destas, na encruzilhada de dor e potência, a pensar modos de enfrentamento, táticas diversas de luta, para existir e afirmar-se na universidade pública, um espaço não pensado para incluir sua cor e seu gênero. Para além disso, buscam não alcançar a justiça apregoada pelo campo instituído, geralmente eurocêntrica e masculina, mas construir uma justiça que emerge do chão de suas realidades.

Um movimento rebelde e de ruptura que se assemelha muito com o de Vaz e Ramos (2021, p. 35), que irrompe com a figura da divindade grega Têmis para estabelecer um novo olhar para uma figura simbólica e a partir dela práticas no campo de uma justiça pluriversal, conceito em oposição ao sujeito universal que é cego as particularidades existenciais de corpos subalternizados:

Nós, particularmente, idealizamos a imagem de uma mulher negra, cujos cabelos longos e crespos lhe coroam a cabeça. Sua espada nunca está pendente, mas sempre empunhada em riste, abrindo caminhos para a realização da justiça e para o enfrentamento de todas as formas de opressão. Ela também segura uma balança, pois sabe que precisa de estratégia e equilíbrio para não sucumbir. O seu olhar altivo jamais será encoberto por vendas! Ao contrário, mantém-se de olhos abertos e atentos, para que não lhe escapem as desigualdades e as injustiças que ela tem por missão corrigir. A Justiça é uma mulher negra!

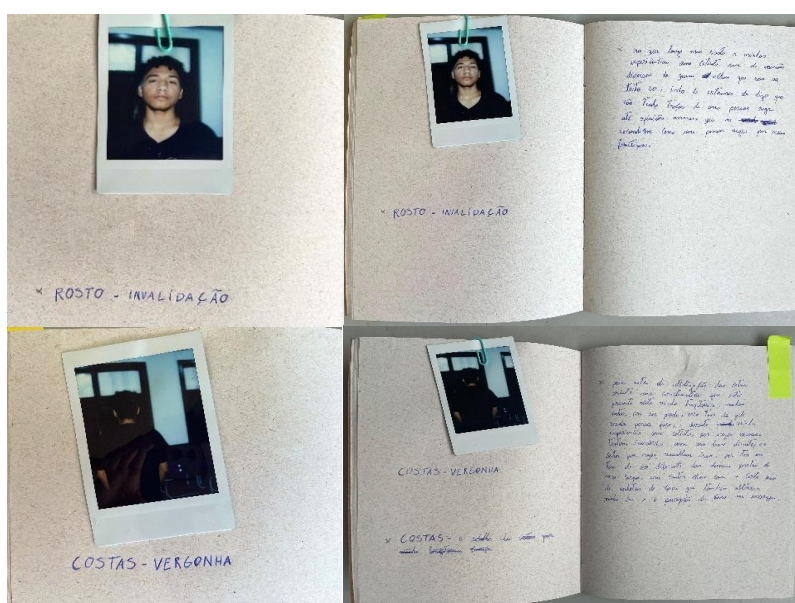
Nessa perspectiva, Rosto-Sentimento assume a performance de corpo político e pedagógico (Vaz e Ramos, 2021) para tencionar as relações opressivas na sua turma, no espaço

de poder como um todo, reinscrevendo suas afirmações no contexto da universidade, considerando que a própria política estereotipa e utiliza-se de representações no processo de inclusão. Esse movimento de contra afirmação é essencial para rachar o coitadismo e vitimismo que descredibiliza as experiências de desigualdade de corpos negros, assim, demonstrando o que nos falta, de fato, é a oportunidade.

Em Rosto-Sentimento, o que coroa a sua cabeça, além do cabelo cacheado, é consciência racial de si e das relações em que está imbuída, conseguidas pelos estudos na construção de um saber-poder (Foucault, 2023). Os livros no lugar da balança em compreensão que os corpos possuem inscrições, em que os privilégios de uns e as tendências eliminatórias de outros tendem a colocar a balança em desequilíbrio, embora nos parâmetros de normalidade das estruturas criadas, considerando um contrato racial na organização da sociedade (Mills, 2023). A espada empunhada é a palavra, a ação, para as diversas manifestações que tentam asfixiá-la novamente. Com os pés fincados no chão, em memória aos descalços dos nossos irmãos e irmãs ancestrais, busca sempre a firmeza em oposição a vida nua (Silva, 2021) e na afirmação da vida vestida do direito a existência.

#### 4.2.3 Costas-Vergonha / Rosto-Invalidação

**Figura 32 - Costas-Vergonha / Rosto-Invalidação**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

As narrativas escritas e orais de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, demonstraram lucidez e consciência política do quanto as suas inscrições do corpo, versadas na negritude, é

imersa numa racialidade produtora de um campo ontológico e epistemológico (Carneiro, 2023). Entretanto, isso não foi armadura e fator de impedimento para que não fosse alvo da rejeição nos processos de inclusão enquanto jovem negro cotista na UEMA-Campus Caxias. Nesse viés, as suas performances nos modos de enfrentamento se confluem com a da participante anterior, Rosto-Sentimento, ao tramar uma resistência em que a tática se debruça no saber-poder (Foucault, 2023), para desprender-se das amarras das formas subalternas encrostadas nas relações dentro da universidade.

A experiência de rejeição que atravessa o seu corpo cotista apresenta uma singularidade, considerando que essa prática advém da própria comunidade negra que na maior parte das vezes não o acolhe ou o reconhece como um dos seus, devido as suas características fenotípicas que o define como negro pardo. Revelando, assim, uma dor na sua fala e nas suas passagens escritas, bem como nos heterônimos autoatribuídos que localiza no rosto e nas costas as sensações de vergonha e invalidação, portanto, marcas que desvelam um ressentimento vívido do presente apesar das táticas de superação, indicando, desse modo, a necessidade de um processo de cura.

Na construção narrativa para justificar o heterônimo “Costas-Vergonha”, tece as seguintes palavras:

Para antes da utilização das cotas, existe uma característica que está presente nesta minha trajetória, minhas costas, por ser pardo, meu tom de pele nunca parece fixo, e durante minha experiência como cotista, por vezes pessoas tentam invalidar meu uso desse direito, as costas por vezes ressaltam isso, por ter um tom de cor diferente das demais partes de meu corpo, sem contar claro com o certo uso de paletas de cores que também alteram minha cor e a percepção de como me enxergam (Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, Diário de Itinerância, 2024).

Diante desses dizeres, evidencio pistas de colonialidade (Quijano, 2010) quando a cor da pele é instrumento para traçar linhas segregadoras de quem da comunidade é negro suficiente para usufruir da política de cotas raciais, portanto, uma prática sob o viés de régua eurocêntrica que se debruça no elemento raça. Para esse tratamento o jovem pesquisado usa em uma das passagens da sua narrativa o termo “meritocracia”: “[...] no sentido de colocar as cotas como algo de meritocracia, no sentido de que eu não mereço aquilo e não tenho direito aquilo (Costas-Vergonha, Socialização das Experiências, 2024). Para além disso, numa cartografia mais precisa, sobressai indícios dessa trama a lógica de dispositivo cunhado por Foucault (2023), quando se tem uma demarcação de elementos heterogêneos, produzindo relações de poder nesse contexto. Ouso, ainda, trazer a lógica de dispositivo de racialidade feito por Carneiro (2023) como também atuante nas próprias relações entre os pares que compõem

a comunidade negra, não apenas entre branquitude e negritude, enfatizando, assim, o seu câncer predatório e desarticulador das próprias resistências negras.

Nas linhas que escreve o porquê de Rosto-Invalidação, habita as sutilezas de novas pistas passíveis de análise:

No que tange meu rosto as minhas experiências como cotistas, vem de opiniões diversas de quem acham que sou ou tento ser, indo de extremos de dizer que não tenho traços de uma pessoa negra, até opiniões normais que me reconhecem como uma pessoa negra por meus fenótipos (Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, Diário de Itinerância, 2024).

A essa invalidação que também afetou os seus processos de afirmação e marcou a sua experiência como jovem negro cotista na UEMA-Campus Caxias, atribuo um sentido de negação da sua negritude e da sua desautorização no lugar do discurso, violando o seu direito de expressão. Esses indícios me levam a confluir com o pensamento de Kilomba (2019) da existência de “plantações” de uma estrutura colonial versando relações cotidianas no presente, ademais, aqui discorro como essa plantação produz inconscientemente subjetividades negras a performar práticas do colonizador em contextos em que comete o ato de excluir pardos, produzindo nesse caminho um novo “outro”.

Descortinar essas performances da comunidade negra não visa vitimizar um e demonizar outro, mas compreender que processos históricos levaram a esse movimento reacionário e de ressentimento em relação ao pardo advindos de negros retintos, o que me leva abrir espaço para discussões acerca dos modos de subjetivação quando se tem produção de sujeitos nesse processo. Nessa baila, a narrativa de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação é valiosa por trazer pistas de que a questão do pardo não se findou quando estes foram agregados na categoria negro em 1970 pelos pesquisadores Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (Munanga, 2006). Muito pelo contrário, ganhou novos capítulos de parâmetros de discussão com o movimento das políticas afirmativas de recorte racial na universidade e novos argumentos da parcela dos pardos, produzindo mais pontos de tensão a partir dos anos 2000, trazendo mais linhas radicais de reivindicação como a sua própria existência descontinuada da negritude e branquitude (Rios, 2024).

Nesse sentido, para uma analítica da questão do pardo, parto dos estudos genealógicos do pensamento foucaultiano, principalmente da afirmação de que a “genealogia é cinza” (Foucault, 2023, p. 55), para não tomar posições discursivas superficiais acerca das dinâmicas conflitivas entre pretos e pardos numa lógica de binarismos, pares antagônicos, o bem e o mal. O ponto de partida é tecer considerações de que campos de debate possibilitaram a emergência

desse assunto, que somado a arqueologia é necessária partir da genealogia considerando que na produção desses sujeitos, saberes, mobilidades, disputas, conjunturas políticas, o elemento poder é presente nas suas relações. Assim, destaco o conceito de genealogia:

O problema é, ao mesmo tempo, distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido (Foucault, 2023, p. 40-41).

Logo, a questão do pardo não é a-histórica, portanto, não é um assunto inédito. As dificuldades do presente se confundem com o passado, a questão é submersa em contradições manifestada em diferentes facetas de nomenclaturas, performances e jogos de posição no processo de invenção da sociedade racial do Brasil, produzindo efeitos que podem explicar os ressentimentos e desarticulação que se arrastam até os dias de hoje, evidenciando que as soluções postas no passado foram frágeis e não foram capazes de promover as pazes o suficiente entre esses corpos na comunidade negra e no âmbito social como um todo. Transmutando-se no mestiço, no mulato e as vezes no desconhecido, isso colocou o sujeito pardo muitas das vezes numa zona de indefinição racial, numa terra de ninguém, como discute Munanga (1999, p. 126): “Ele é ‘um e outro’, ‘o mesmo e o diferente’, ‘nem um nem outro’, ‘ser e não ser’, ‘pertencer e não pertencer’. Essa indefinição social [...] dificulta tanto a sua identidade como mestiço, quanto a sua opção da identidade negra”. E também presente nas análises da tese de Daflon (2014), quando em um dos períodos históricos os recenseadores expurgavam o pardo numa “categoria residual” destinada àqueles que não se encaixava na tríade racial do branco, preto e amarelo.

A indefinição é presente nas entrelinhas de uma das passagens do Diário de Itinerância de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, quando este discorre sobre o “não-lugar” sentido mediante a rejeição de ambos os territórios raciais:

[...] o primeiro choque que se tem é o de as pessoas descobrirem que eu era cotista. De forma muito constrangedora houve uma pesquisa feita por colegas de turma justamente apenas para saber quem era cotista, ser descredibilizado por semelhantes negros talvez tenha sido uma das maiores dificuldades, escutar que estava a roubar o lugar de alguém, sem ao menos as cotas realmente interferirem nisto, sempre que o assunto vinha à tona era um constrangimento por descredibilidade ou invalidação de minha cor, por ser um negro pardo, sofro o racismo como meus semelhantes, mas também sou posto por eles em um “não lugar”, não sou branco e nem reconhecido

como negro, fora a invalidação do termo pardo [...]. A mágoa que resta em relação aos meus semelhantes muito vem de enxergar isto como uma espécie de traição, como se eu não fosse um igual (Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, Diário de Itinerância, 2024).

Diante do exposto, a sensação de “não lugar” tem um peso mais acentuado do que a rejeição por ser cotista, visto que o ser pardo é posto como um interstício de párias que não se encaixa na lógica binária da estrutura e classificação racial do ser branco e do ser negro, produzindo uma subjetividade inferiorizada no “entre” das extremidades dominantes, uma fronteira dos renegados. Me levando a compreender que é um corpo-território inscrito na dúvida, na desconfiança e no expurgo, na “suspeição” nos dizeres de Rios (2024), cuja traição sentida e anunciada pelo jovem pode ter sido mobilizadora de outros sentimentos mais intensos e revoltosos que alimentaram a decepção, tristeza, frustração, uma experiência particular que se conecta a muitas outras realidades jovens negros pardos que vivencia essa dor do apagamento.

No traçado histórico dos estudos de Munanga (1999) encontro pistas que podem explicar essa indefinição, sobretudo, quando este afirma que o processo de mestiçagem no Brasil apresenta um caráter ambivalente por bifurcar diferentes perspectivas, que nessa pesquisa alio aos modos de subjetivação. O primeiro discurso produzido sobre o mestiço começa no fundamento da negação a sua existência, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, pelas lentes fóbicas das elites brasileiras e teóricos racistas que inscreve no corpo mestiço representações de ameaça à raça branca em virtude da sua degenerescência, portanto, a subjetividade que se constrói é versada na ótica do rebaixamento e da recusa. O que foi diferente a partir dos anos 1930, com a nova conjuntura política que avistou potencialidade no mestiço como chave no projeto de nacionalidade e do sujeito que representaria a identidade multirracial – uma subjetividade de transição –, encontrando repouso nas leituras de Gilberto Freire que trouxe solução da mestiçagem através da narrativa romântica de mistura de raças entre mulheres negras escravizadas, mulheres indígenas e homens brancos, ignorando o fato de serem personagens de uma estrutura colonial e escravista.

Esse breve tear histórico se contradiz ao sentido do “não lugar” do pardo numa perspectiva política de debate, o que me leva reconsiderar como um lugar habitável e movediço dos jogos de poder, saber e subjetivação. Escapa-se desse lugar, então, rastros das tecnologias de poder do Estado (Foucault, 1995), quando essas classificações raciais não se trata de um campo neutro, mas produto dos processos políticos, institucionais e direcionados pela camada hegemônica como diz Costa e Schucman (2022). Assim, o perdão concedido ao mestiço foi

estratégia para o escamoteio das desigualdades raciais e o processo de branqueamento, bem como o discurso da democracia racial enraizado até os dias de hoje que, segundo Moura (2019, p. 85): “estabeleceu-se uma ponte ideológica entre a miscigenação (que é um fato biológico) e a democratização (que é um fato sociopolítico), tentando-se, com isso, identificar como semelhantes dois processos inteiramente independentes”.

São pistas que me possibilita tecer uma cartografia sentimental (Rolnik, 2016) na busca de possíveis repostas dos ressentimentos dos negros retintos que reflete na indiferença para com os negros pardos, ainda mais nas relações acadêmicas no seio das cotas raciais. Primeiro, em razão do discurso da mestiçagem enquanto democracia racial que favoreceu em parte o mestiço e anulou a dor coletiva dos corpos pretos escravizados, sobretudo de mulheres pretas escravizadas que sofreram com as práticas de estupros como castigo, disciplina e satisfação carnal pelas mãos dos senhores brancos (Vaz; Ramos, 2021). Outra pista é o abandono público de negros forros no período pós-abolição, enquanto corpos pretos foram fixados e marcados na sarjeta, aos mulatos – apesar de também sofrer do racismo – foi concedido a possibilidade de transitar entre as identidades raciais segundo uma escala de valores ideológicas que o aproximava dos privilégios do branco e os distanciava da negritude como discute Moura (2019), e, conforme os estudos de Souza ( ), muitos destes usaram desse caminho como tática para ascender socialmente e se sobressair das ditas zonas de inferioridade. A terceira pista remete aos passos lentos das políticas públicas de alcançar corpos pretos e promover processos de inclusão destes nos espaços de direito – diferentemente dos pardos –, até mesmo as políticas mais direcionais geralmente são mais usadas por um contingente maior de negros pardos, uns porque realmente são das linhas de exclusão, outros que usam da classificação de negro por conveniência e oportunismo como fomenta Pereira Santos (2023).

Essas duas últimas pistas supracitadas é caminho para dialogar com a narrativa de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, considerando não justificar as práticas de exclusão, mas compreender o movimento reacionário dos colegas negros retintos. Nesse sentido, assim como o jovem pesquisado expressa a “traição” sentida quando é invalidado pelos seus pares, existe também a dor coletiva de traição advindo dos pretos quando negros de pele clara desarticulou-se e abdicou-se dos traços afrodescendentes para ascender no viés do branco, mas que posteriormente retoma à coletividade usando do discurso de pertencimento ancestral no contexto das políticas de ações afirmativas. Logo, com base nas estatísticas, empiria e outros estudos acadêmicos, isso nos direciona ao fato que no âmbito dos dados mais gerais o corpo pardo foi o mais priorizado pelas políticas de cotas raciais no ensino superior, produzindo no

caminho novas subalternidades aos que são autodeclarados preto quando a sua maioria não constitui o seu lugar de direito na universidade.

Debater a questão do pardo utilizando-se dessa cartografia sentimental, a priori parece banal e desconexo no movimento revolucionário na luta racial, entretanto, é um ato político na urgência por processos de cura considerando a existência de ressentimentos nas relações que produz sujeitos. O ressentimento do pardo para com o negro retinto, o ressentimento do negro retinto para com o negro pardo. Esse sentimento é nascente dos atritos, discórdias, desarticulação e outras formas de “desindividualização” (Rios, 2024, p. 9) entre os corpos que compõem a comunidade negra. Com base nos estudos cimentadas por uma epistemologia política de análise, afirmo que essa fricção entre esses corpos mencionados não é de ordem natural, mas produzida pelas mãos invisíveis e/ou escancaradas das tecnologias do Estado, logo, são formas de controle. Bem como a continuidade velada do projeto de colonialidade que se demonstrou incomodado, desde o primeiro contato, com a coletividade e união dos nossos ancestrais negros como valores da ética de vida – a exemplo disso foi a criminalização das rodas como discute Vaz e Ramos (2021, p. 159): “[...] símbolos de nossa força ancestral coletiva –, a exemplo da roda de capoeira, da roda de samba e das rodas de religiões afro-brasileiras como o xirê, foram proibidas e duramente reprimidas”.

A narrativa de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação traz ainda pistas de uma problemática não resolvida e pouco visibilizada no seio das discussões das relações raciais: o apagamento do pardo de ascendência indígena. Assim, ele discorre na Socialização das Experiências:

Minha família é muito miscigenada, muito mesmo, então tem sempre uma dicotomia muito grande de certas pessoas na família com características muito específicas. Nisso, minha avó tem descendência indígena, mas ela é uma pessoa preta retinta, mas ela não tem nenhum traço negroide, ela não tem fenótipos, ela tem um nariz mais fino, não tem lábios grossos ou qualquer outro tipo de característica que se atribui a uma pessoa negra (Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, Socialização das Experiências, 2024).

Diante da sua tecitura, apesar de narrar os traços indígenas que atravessa a sua família, este se afirma como negro pardo e utiliza dessa autodeclaração para ingressar pelo Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas, embora essa política possua aberturas para os autodeclarados indígenas. O apagamento dos pardos indígenas merece uma menção diante da proposta de abertura desse estudo, considerando ser um drama delicado e invisibilizado intencionalmente pelas classificações raciais estatais, provocando fortes discussões na seara das políticas de ações afirmativas como aponta Bruta (2024). Em seus escritos, esta narra não se declarar negra e

muitos menos branca, mas parda de ascendência indígena, entretanto, sentiu-se sempre insegura de levar essa afirmação publicamente por ser confrontada por outros nas relações cotidianas, sobretudo na universidade, quando ao usar o sistema de cotas optou pelo critério de estudante de escola pública ao invés do critério de recorte racial, alegando o receio da rejeição nas bancas de heteroidentificação como muito acontece com jovens do seu perfil..

Ainda nos escritos de Bruta (2024), esta discorre conhecer fragmentos da história indígena da sua família, se sente uma e carrega algumas das suas práticas, mas, em virtude dos deslocamentos dos familiares sofre com a perda coletiva da memória ancestral, até do nome originário substituído por sobrenomes coloniais, o que a leva culpabilizar o Estado pelo abandono de não estabelecer políticas públicas que amparasse esses indígenas que se deslocaram das aldeias em busca de melhores condições de vida nas cidades e metrópoles. Logo, alega ter nascido no Paraná e seus irmãos no Rio de Janeiro, mas o pouco de fragmentos de memória da sua linha geracional a ajuda narrar:

[...] Minha família nuclear nasceu no Ceará. Mas, na verdade, faz parte da minha numerosa família vem do Maranhão, precisamente de Timon, cidade que fica na divisa entre Maranhão e Piauí. A família do meu avô materno migrou para o Ceará muito por conta do roubo de terras das comunidades indígenas no Timon, eles não tinham recursos e passavam dificuldades alimentares. Então, foram se deslocando em busca de um lugar melhor. Migraram para ter acesso a trabalho e por melhores condições de vida. Com isso, foram se esquecendo de suas origens. Meu avô, que é octogenário, sabe que é indígena, mas não lembra mais do nome do seu povo (Bruta, 2024, p. 44-45).

Nesse sentido, as pistas presentes nas narrativas de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação e nas considerações de Bruta (2024), são rastros de um terreno antigo de discussões revisitado com novas produções de discursos que se ramifica em diferentes linhas reivindicativas do movimento de pardos na definição de qual seu lugar na sociedade, segundo os estudos recentes de Rios (2024). Segundo a autora supracitada, além dos processos de implementação das políticas de ações afirmativas e as aberturas políticas que mobilizou o debate racial, a emergência de novas gerações e o advento das redes sociais foram importantes fatores de democratização desse assunto trazendo consigo confrontos pacíficos e radicais. Um dos efeitos de suas mobilizações, foi a articulação de comunidades organizadas que lutam pela visibilização das experiências mestiças, como é o caso da categoria “Parditude” em construção nas mãos de Beatriz Bueno, e o movimento “Nação Mestiça”, alinhado ao grupo político de direita que apresenta já uma longa trajetória; ambos defendem que a categoria parda seja subtraída do grupo racial “negro” e retomem nomenclaturas de si (Moura, 2024).

A partir da escuta sensível de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação e da participante posterior que também traz para essa baila de discussão a questão do negro pardo, posiciono-me como defensor de visibilizar as suas vozes e suas dores anuladas nos processos de afirmação, assim de muitos outros corpos cujas subjetividades ainda se sentem presas no dito “não lugar” – ou simplesmente apagadas, como os de ascendência indígena. – Todos eles precisam exercer o direito democrático do lugar do discurso como caminho para tornar-se sujeito de direito nos espaços públicos, assim como rediscutir as relações raciais considerando não serem dogmas.

Logo, a percepção política que construo em relação aos movimentos do pardo de descontinuidade racial da categoria negra e de seus movimentos reacionários radicais, é de que novamente enxergo a atuação de tecnologias do poder estatal na desarticulação das coletividades negras em novas nuances, ainda mais quando se percebe linhas conservadoras tão interessadas e atuantes nesse assunto, cujo efeito são esvaziamentos de pautas, normalização de nomenclaturas de teóricos racistas que movimentos antirracistas já havia superado e posicionamentos que margeiam discursos de ódio. Ademais, não se trata desses corpos da comunidade negra digladiar entre si, numa arena de combate e destituição, mas unir-se para confrontar o Estado a quem de fato é responsável em não proporcionar um letramento racial e político devido nas suas instituições, sobretudo nas escolas, que pudesse ter evitado essas dinâmicas conflitivas e esse assunto virasse tabu.

Mediante o tema da miscigenação capturado pelos modos de subjetivação estatal, que tecem problemáticas na produção de sujeitos e no apagamento de outros no processo, me provoca a refletir as próprias nomenclaturas impostas para atribuição de si e do outro que muitas vezes nos distancia do valor e pertencimento racial real. Em concordância com autores que já inauguraram esse pensamento antes de mim, afirmo que já está mais do que na hora de desaprendermos terminologias como “negro”, “pardo”, “mulato”, “mestiço”... que são do imaginário do colonizador e advêm de epistemologias de negação, desumanizante, expurgo, epistemicida, que incidem em corpos de culturas não-brancas. Num ato político e de insurgência epistemológica, construir nossas próprias nomenclaturas com base nas coletividades e diferenças que nos constitui, portanto, tecer conceitos aversos aos estereótipos e subjetividades impostas.

Trata-se, então, de desterritorializar a língua e as inferioridades atribuídas as classificações raciais e suas afirmações pelo projeto de colonialidade, desse modo, delineando uma “literatura menor” na perspectiva política e filosófica de Deleuze e Guattari (2024). Seguindo esses passos, é fortalecido o movimento de contra inscrições e se constitui uma tática de resistência com vistas a alcançar aquilo que Boakari (2022, p. 224) também partilha: “[...]”

uso de nomenclaturas mais adequadas para povos nativos, indigenodescendentes e grupos diaspóricos como afrodescendentes, eurodescendentes e descendentes de asiáticos (sino descendentes)”. Nessa esteira de pensamento, o próprio autor supracitado traz essa proposta positiva, humanizada e valorativa no tecido que constitui o termo “afrodescendência”:

Através da afrodescendência como referencial histórico-existencial, mais que uma nomenclatura, ela potencializará desenvolvimento de discussões, pedagogias, práticas, filosofias e produções epistemológicas, no tocante às categorias como – vida, sociedade, ecologia, tempo-vida, família-ancestralidade, fogo, água, ar, terra. céu, gênero, poder, educação, economia, política, religião, gerações, socialização, resistência, resiliência, e outras realidades assim. Isto é, com a afrodescendência se consegue debater, problematizar, filosofar e estudar fenômenos universais, de modo mais objetivo, sem pré-noções explícitas, com mais criatividade, inclusão e integralidade e, assim, deixando clara a complexidade circundante de tudo sobre esse continente e tudo com e sobre ele - o afrodescendente (Boakari, 2022, p. 268-269).

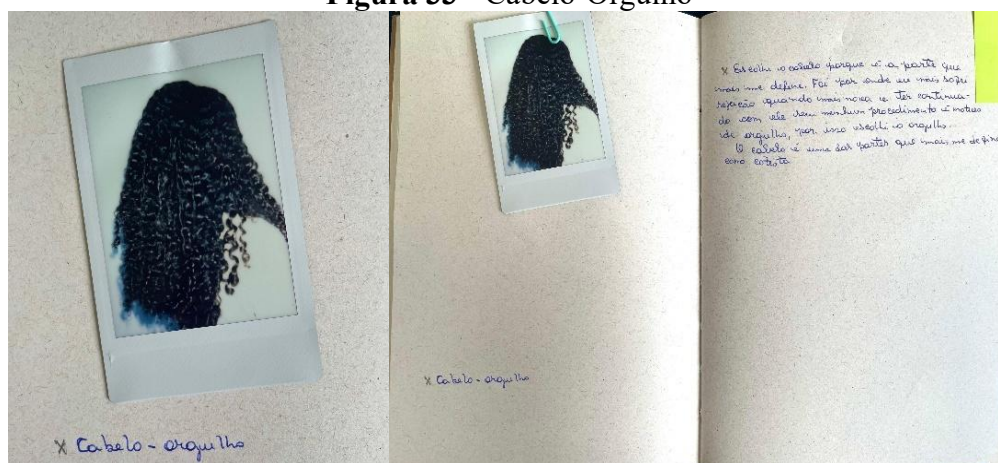
No que tange aos modos de enfrentado utilizados por Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, enxergo novamente o ato de “erguer a voz” (Hooks, 2019) aliado ao “saber-poder” (Foucault, 2023) como tática na reivindicação do lugar discursivo e na insurgência das formas de silenciamento, invalidação e rejeição, como este próprio narra:

[...] venho tomando posições mais afirmativas já ali no começo do terceiro período [...]. Eu digo de não me silenciar mais em questão de ouvir certas coisas e participar de certos projetos, por exemplo, agora consegui ingressar em um projeto de, especificamente, ações afirmativas para pessoas cotistas, uma bolsa que só conseguiria ser dada para um aluno cotista (Costas-Vergonha, Socialização das Experiências, 2024).

Diante dos seus dizeres acima, grupos de pesquisa e atividades extensionistas do curso de História tiveram um importante papel no fortalecimento da sua tática de permanência, irrompendo as lógicas rígidas do pensamento dos colegas que o invalidava. Esse fato é constatado, quando narra sobre a sua participação no Programa Institucional de Bolsas a Iniciação à Docência (PIBID), o qual ministrava atividades didáticas em escolas, bem como a sua participação no GRUGEM, voltado para as questões de gênero e diversidade.

#### 4.2.4 Cabelo-Orgulho

**Figura 33 - Cabelo-Orgulho**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Os indícios que escapam da narrativa da experiência da jovem de heterônimo Cabelo-Orgulho, são pistas confluentes àquelas presentes nos relatos dos jovens participantes da oficina analisados anteriormente. Nesse sentido, seu percurso narrativo revela-nos nuances que costura seus trajetos na questão do ser pardo nos processos de afirmação e construção da subjetividade negra, tece implicações que a forçaram produzir uma tática versada na estética da resistência frente aos padrões estéticos hegemônicos engendrados por pensamentos coloniais que mutilam traços que remetem ao corpo negro, bem como dificuldades na travessia das margens ao espaço de poder da universidade pública. Sendo assim, pontos de tensão que desagua e reverbera na trama da sua trajetória enquanto jovem negra cotista da UEMA – Câmpus Caxias.

É precípuo pontuar que Cabelo-Orgulho inaugurou a oficina no formato individual pautada na cartografia nômade realizada por meio da técnica “Sombras”, a qual foi pensada para possibilitar aqueles jovens com pouco tempo na sua agenda acadêmica que não poderia se reunir em grupo na técnica “Caminho de Volta”, mas que tinham interesse em participar da pesquisa. Na figura abaixo, trago um dos registros desse momento:

**Figura 34 - Cabelo-Orgulho na Técnica “Sombras”**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Destaco ainda que dentre os jovens partícipes da oficina, Cabelo-Orgulho foi a única a não autorizar gravação da voz durante o momento de Socialização da Experiência. Entretanto, os dados em linhas sucintas presentes no seu Diário de Itinerância, proporcionaram um campo de reflexão para a construção de uma analítica no seio das categorias trabalhadas nesse estudo, a começar pelas palavras que justificam o heterônimo escolhido pela jovem na técnica “Corpo Inscrito” que abre um leque de discussões que se aliam às palavras tecidas posteriormente no seu Diário:

Escolhi o cabelo porque é a parte que mais me define. Foi por onde eu mais sofri rejeição quando mais nova e ter continuado com ele sem nenhum procedimento é motivo de orgulho, por isso escolhi orgulho. O cabelo é uma das partes que mais me define como cotista (Cabelo-Orgulho, Diário de Itinerância, 2024).

Diante dos ditos acima, elencar o cabelo como inscrição do corpo que atesta a sua negritude, assim como é o lugar que mais fala da sua experiência como cotista, num contexto em que afirma ser uma negra parda, são pistas que nos direciona novamente ao debate da questão do pardo ainda ser um gargalo de dificuldades nos processos de afirmação identitária em meio a tônica conflitiva das classificações raciais no Brasil, ainda mais quando esta afirma em outra passagem do escrito os seguintes dizeres: “As vezes há implicância pelo meu tom de pele ser mais claro, por isso digo que sou parda. Me considero negra por conta do meu cabelo e minha cor de pele” (Cabelo-Orgulho, Diário de Itinerância, 2024). Logo, essa implicância nos revela ser um dos efeitos dos modos de subjetivação arquitetados e embaralhados por tecnologias de poder do Estado nos processos de invenção da história e produção de sujeitos.

Enfatizar o cabelo cacheado nesse campo de discussão, me remete aos estudos de Gomes (2019) ao destacar o cabelo como ícone identitário que perpassa a ideia de apenas dado biológico. Mais do que isso, trata-se de um elemento valorativo que somado a cor da pele compõe critérios estruturais e institucionais de inscrição e definição de quem é branco ou negro no contexto brasileiro, justamente pontos tensionados e refletidos nas entrelinhas do escrito de *Cabelo-Orgulho*: um que torna consenso o seu pertencimento racial (o cabelo), o outro é posto no campo da dúvida margeando o campo da indefinição, o dito “não-lugar” (a cor da pele). Nesse sentido, a manipulação do cabelo no corpo negro possui práticas simbólicas que não se prende a vaidade, mas, carrega uma bagagem de significados que produz efeitos na construção da subjetividade negra e o que esse corpo está expressando aos olhares do outro que o aprecia ou condena, que nos dizeres da autora supracitada podem denunciar práticas de consciência de aceitação de si ou encobrimento racial por aqueles corpos que se veem numa zona de desvantagem quando associados a descendência africana.

Partindo desse pensamento e segundo os processos históricos, o cabelo foi um dos grandes alvos de mutilação por colonizadores quando o negro escravizado chegava ao Brasil e era submetido a raspagem do cabelo (Gomes, 2019). Muito se engana que essa aversão ao cabelo cacheado e, sobretudo, aos fios crespos, tenha se findado no período escravista. Pelo contrário, ganha novas facetas veladas com diferentes discursos que revelam um fascismo da cor (Sodré, 2023), como as práticas de alisamento aproximando-se do ideal do branco enquanto fios retos, mascarados por um padrão de beleza da vez e atrelado ainda a ideia de praticidade cotidiana; problematiza a textura do cabelo dos negros através dos discursos de higienismo, quando associados a sujeira e falta de cuidado; imposição de sua contenção em coques e/ou banhados em gel em ambientes de trabalho; alvo de representações de inferioridades em livros didáticos e até pouco tempo atrás era pouco visto em propagandas publicitárias, novelas, filmes, séries de TV; criam-se ainda uma hierarquização das ditas inferioridades, quando o cabelo cacheado é mais aceito e o crespo é mais subalternizado.

O cabelo em corpos negros, então, não carrega apenas um “eu”, unilateral, mas um “nós”, pluralidades. Isto é, carrega uma dimensão simbólica que remete a história de um povo, crenças, valores, saberes, cultura, sagrado, que incomoda e é objeto de insistência do colonizador e seus gérmenes em arruiná-lo produzindo estratégias de cisão e amnésia da nossa memória coletiva ancestral. Seu alvo mais recorrente são cabelos em corpos de mulheres negras que desde a infância sofre com práticas de sujeição incutindo uma insatisfação com seu traço capilar, como a própria *Cabelo-Orgulho* escreveu na justificativa do seu heterônimo, assim como Gomes (2019) articula em seus estudos:

As experiências do negro em relação ao cabelo começam muito cedo. Mas engana-se quem pensar que tal processo inicia-se com o uso de produtos químicos ou o alisamento do cabelo com pente ou ferro quente. As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, pela tia, pela irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela então criança negra, hoje, uma mulher adulta, como o penteado preferido da infância (Gomes, 2019, p. 203).

Ao cartografar em que circunstâncias a jovem construiu o sentimento de orgulho em relação ao cabelo que tem, trago novamente para a baila de discussão os estudos do cuidado de si de Foucault (2014), versado nas práticas do ocupar-se e preocupar-se consigo mesmo, considerando que Cabelo-Orgulho assume uma estética da resistência como barreira frente as técnicas de assujeitamento de apagamento e omissão da inscrição que revela seu pertencimento racial. Existe força nos seus rastros quando resiste as rejeições que tem como alvo o seu cabelo. Mais do que isso, é nesse cenário de tensão que a jovem negra assumindo e preservando os longos e volumosos fios curvilíneos se constrói um corpo político ao performar atos pedagógicos, como dizem os escritos de Vaz e Ramos (2021), em que esta ensina aos outros olhos que não precisa negar e/ou deixar de ser o que é para assumir espaços públicos de direito. Assumindo, assim, uma posição disruptiva e transgressora.

Os estudos políticos construídos acerca do corpo-território negro até aqui, me possibilita compreender que essa estética da resistência de Cabelo-Orgulho pode ter contribuído para que essa não fosse barrada nos processos de avaliação da banca de heteroidentificação da UEMA-Campus Caxias, tendo em vista que o seu cabelo cacheado é uma inscrição do corpo fundamental que atesta a sua negritude. Logo, considerando já discutido que o cabelo e a cor da pele são critérios culturalmente e institucionalmente carros-chefes na definição de raça no Brasil, penso que num cenário hipotético em que seu cabelo fosse liso, a jovem talvez sofresse rejeições na banca de avaliação das cotas e nas relações com os colegas no seio acadêmico, numa sociedade que ainda padece de um letramento racial onde cabelo liso e negro pardo de pele clara é motivo de suspeição. Essa hipótese toca o campo real quando a avaliação dessa banca de heteroidentificação se caracteriza por não ser presencial e não existir uma escuta sensível dos candidatos a vaga de cotas raciais, é um processo que se constitui apenas por verificação documental de autodeclaração, certificação do ensino médio em escola pública e por fotografia, quando o candidato escolhe o Sistema Especial 1 como forma de ingresso pela razão de ser um corpo negro.

Logo, diferentemente de Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação, em que ser pardo no usufruto da política de cotas por critério racial foi objeto de rejeição, a jovem Cabelo-Orgulho não associa a “implicância” em relação a sua cor da pele na sua trajetória de jovem negra cotista da UEMA – Campus Caxias, conforme seus dizeres que apontam uma experiência acolhedora nos processos de inclusão:

No começo, eu tive receio de como seria essa nova etapa, como seria a adaptação e tudo mais. Mas com o passar do tempo, eu consegui me acostumar, me identifiquei com outros colegas cotistas e mantenho uma relação tranquila tanto com o restante da turma quanto com os demais alunos, funcionários e professores, que foram bastante acolhedores (Cabelo-Orgulho, Diário de Itinerância, 2024).

Entretanto, apesar das dificuldades não serem presentes nas relações interpessoais, esta não está isenta quando aponta percalços que sofrera no contexto de adaptação aos novos estudos dentro da universidade:

A maior dificuldade acredito que foi a questão da adaptação à nova rotina, novas pessoas e afazeres, porque até ingressar na universidade, eu vivia uma realidade diferente. Aqui dentro os problemas são maiores do que quando se está no ensino médio, por exemplo. Então pra eu perceber isso e começar a me acostumar levou um tempo, e entender que se eu tivesse oportunidades maiores e melhores durante a minha vida, talvez eu conseguisse solucionar esse impasse de maneira mais simples (Cabelo-orgulho, Diário de Itinerância, 2024).

Sob um olhar político, descortino pistas da existência de um abismo educacional entre a etapa da Educação Básica e a da Educação Superior presentes na sua narrativa – geralmente uma realidade da população negra –, ainda mais quando essa jovem advém de uma escola pública situada geograficamente em uma comunidade periférica de Caxias-MA, como indica a sua ficha de matrícula quando a revisito. Esse dado traduz experiências de corpos negros na relação com a educação, bem como pistas do cotista na trama conflituosa dos processos de inclusão e permanência na universidade pública. Embora não percebidos pela jovem, mas que escapam sutilmente quando esta aponta sobre oportunidades que não tivera no curso escolar. Ademais, é um rastro que refuta o discurso da meritocracia muito utilizado para descredibilizar as políticas de cotas raciais e denuncia uma arena de desvantagem quando os processos de entrada na universidade são versados em desigualdades contextuais que inscrevem os corpos.

Nesse percurso dialógico, é intrínseca a construção de uma análise numa perspectiva interseccional (Vaz; Ramos, 2021), considerando que a exclusão que atravessa o corpo de Cabelo-Orgulho envolve questões de raça, gênero, classe e geração, quando essa cotista se trata de uma jovem mulher negra de periferia que ver nos estudos a possibilidade de insurgência e

melhoria da qualidade de vida. A sua narrativa experiencial embora particular, nos diz muito de problemas que afetam um contingente de jovens de mesmo perfil, ainda mais quando é um problema alimentado por gérmen históricos num contexto em que a educação no Brasil se configura um campo de poder e que os brancos foi o público a quem a educação foi arquitetada desde as suas primeiras formas institucionalizadas. Um dos indícios que cimentam essa discussão conforme os estudos de Vaz (2022), é que no período imperial quem quisesse acessar as escolas devia atender aos critérios de matrícula ligados às condições de saúde, à raça, ao gênero, à idade e/ou ao status jurídico das pessoas, ou seja, o perfil ideal desenha um sujeito-jovem-homem-branco-saudável. Logo, políticas de interdição e proibição como estas se replicam tantas outras vezes em períodos posteriores de maneira velada e explícita distanciando a população negra das escolas, principalmente as mulheres negras nos processos de vulneração, produzindo, assim, efeitos negativos na qualificação instrucional destes corpos que são essenciais nos processos de mobilidade social para territórios favoráveis.

Esse abismo educacional presente na narrativa da jovem, entende-se que também é uma inscrição de seu corpo negro para além do cabelo como costuma elencar de forma enfática, visto que a classificação racial e a formação identitária no Brasil também envolve elementos de renda e educação como atesta Gomes (2019), apesar de serem sufocados apenas pelo discurso do cabelo e cor da pele. São compreensões teóricas e empíricas que estão em consonância com os dados dos relatórios da ANDIFES (2011; 2018) apresentados no referencial teórico desse estudo, que demonstram que os jovens autodeclarados pretos e pardos que adentram as universidades são das classes C, D e E; classes que desenharam as comunidades vulneradas e desassistida politicamente que, historicamente, iniciou com a expulsão dos negros dos grandes centros urbanos após a alforria, levando-os a formar as periferias, favelas, cortiços.

No tocante a dificuldade de adaptação a nova rotina, subentendo se tratar dos estudos, reflete muito sobre um currículo inflexível e rígido da universidade que não atende de forma inclusiva as especificidades dos jovens negros cotistas que advêm de camadas marginalizadas em que a Educação Básica é tramada em processos de vulneração e sucateamento, resultado de um Estado desinteressado e despreocupado em proporcionar uma formação de classe e letramento racial dos sujeitos, visto ser um território de subjetivação marcado pelo disciplinamento de corpos com vistas a reprodução – podendo ser, ainda, uma pista do porquê Cabelo-Orgulho ser míope das inscrições do corpo negro para além do cabelo. – Dito isso, esses jovens não são folhas em branco, pelo contrário, carregam consigo saberes e outros modos de vida que se chocam com as epistemologias eurocêntricas e elitistas que geralmente marcam o ensino superior no Brasil, como Pereira Santos (2023) articula:

[...] esse grupo de estudantes negros/as antes excluídos/as do espaço acadêmico impactou nas dinâmicas formativas e de sociabilidade dentro das instituições de ensino superior ao colocar em cena, novas temáticas, epistemologias outras, novas formas de pensar, sentir e agir impulsionando o que alguns autores têm chamado de pensamento decolonial superando assim, a colonialidade do saber presente nas universidades (Pereira Santos, 2023, p. 34).

As análises de Santos e Santos (2022) sobre os dados produzidos em seis universidades federais diferentes que resultaram no relatório “10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas”, dialogam com os dizeres da autora acima ao também trazerem como preocupações dos estudantes universitários a ausência de acompanhamento pedagógico e a necessidade de rompimento com os currículos ainda eurocêntricos e insensíveis mediante a pluralidade étnico-racial e socioeconômica que marca a sociedade brasileira, pontos que precisam ainda melhorados considerando serem necessários na resistência e combate ao racismo. Portanto, a narrativa de Cabelo-Orgulho torna-se uma prova viva de que as epistemologias trazidas por jovens negros cotistas e manifestadas no seio acadêmico, nos apontam a urgência de criar pedagogias e metodologias decoloniais e contra coloniais que possibilite transformar o território da UEMA – Campus Caxias tornando um campo mais inclusivo.

Frente a essa dificuldade em relação adaptação a universidade, a jovem Cabelo-Orgulho tece no seu Diário a tática que usou para enfrentar, superar e permanecer na UEMA – Campus Caxias:

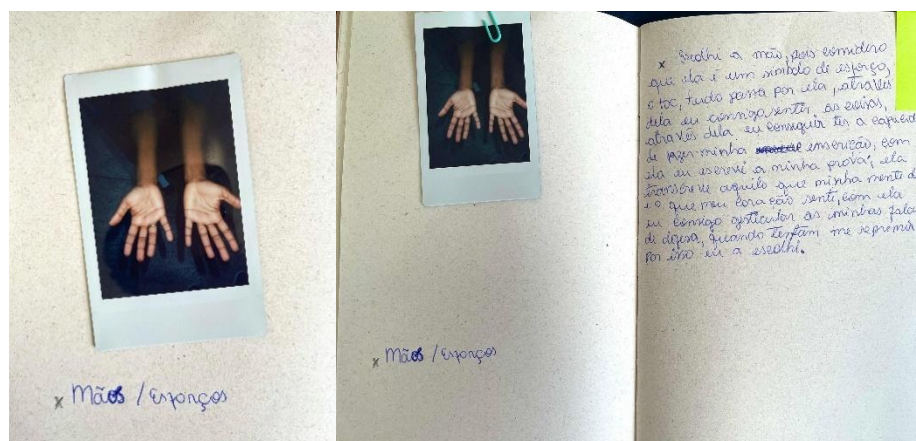
Para enfrentar essas dificuldades, eu lembrava que no ensino médio eu tinha muita dúvida e medo do que iria fazer no futuro, e de como eu queria conseguir fazer um curso superior. Pensava até onde já tinha chegado e isso me ajudou muito. Tudo que eu faço aqui dentro acaba me marcando de alguma forma (Cabelo-Orgulho, Diário de Itinerância, 2024).

Essa tática utilizada por Cabelo-Orgulho cria pontos de sintonia e de diálogo com a vivência do sentido sankofa refletido e sugerido por Vaz e Ramos (2021), como exercício contra as formas coloniais de existência e reconexão com nossa identidade ancestral, num processo que “[...] demanda um olhar para dentro, num movimento circular de ir e vir, para se construir, desconstruir, reconstruir” (Vaz; Ramos, 2021, p. 31). É interessante e surpreendente essa confluência, embora não de forma total, considerando a fragilidade da formação e consciência racial de si da jovem que escapa da sua escrita, em razão das poucas oportunidades oferecidas no processo educacional, no entanto, é presente esse movimento sankofa quando realiza uma reflexão sobre si mesma, da sua trajetória, dos caminhos trilhados até então. Compreendo,

assim, que nos pontos de tensão essa tática é como um movimento de caminho de volta para afirmação da vida no presente, como forma de perceber a sua própria potência e como ela força maior frente os obstáculos estruturais e institucionais.

#### 4.2.5 Mãos-Esforços

**Figura 35 - Mãos-Esforços**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

As palavras tecidas nas narrativas orais e escritas da jovem de heterônimo Mãos-Esforços, nos revela vestígios do quanto a trajetória de jovens negros cotistas autodeclarados pretos apresenta uma realidade mais dura e opressiva nos processos de inclusão em espaços públicos, sobretudo o educacional. A começar pela dificuldade que a partícipe da pesquisa supracitada, de origem quilombola, teve na Educação Básica e na travessia das margens até chegar no espaço de poder da UEMA-Campus Caxias – um dado que se replica pela terceira vez na analítica das narrativas e converge com os dados gerais da literatura. – O preconceito pela condição de ser cotista ganha novamente destaque nas discussões, acompanhado da imposição do rótulo de vitimista. Bem como um racismo escancarado quando a tonalidade escura da sua pele chega primeiro despertando olhares e sentimentos fóbicos de terceiros.

Assim como a participante anterior analisada, Mãos-Esforços participou da técnica “Sombras” na oficina em formato individual, visto que nos períodos da manhã e tarde se encontrava em horário de serviço tendo apenas o turno noturno como único momento disponível do dia dedicado aos estudos acadêmicos e às atividades relacionadas. Evidencio essa característica como já sendo um dado que inaugura a sua analítica, considerando que a conciliação dos estudos com o trabalho é algo que marca a trajetória de jovens negros e é fator de desistência e evasão das escolas e graduações, como foi apontado e discutidos nos dados

sobre a educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (IBGE, 2023) apresentados no referencial teórico dessa dissertação. Nesse viés, no período de produção de dados, sobretudo no acompanhamento dos participantes pelas redes sociais, presenciei Mãos-Esforços em trabalhos de manicure e pedicure, como trancista, funcionária de uma loja de assistência técnica de celular e numa hamburgueria.

Na figura abaixo, trago alguns dos registros feitos durante a execução da técnica “Sombras” para a produção de narrativas.

**Figura 36 - Mãos-Esforços na Técnica “Sombras”**



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Foi bastante perceptível o quanto a técnica produziu fortes afetamentos na jovem Mãos-Esforços ao encarar a sua sombra e verbalizar o que guardava, a ponto de desvelar o que estava reprimido antes mesmo do momento da escrita do Diário, da Socialização, até mesmo antes de eu terminar a minha fala de imersão para acessar a memória. Esse detalhe já era um prenúncio do quanto a sua partilha durante a oficina era significativa para os processos de autocura e da vontade de ressoar a sua voz, cabendo a meu papel de pesquisador-cartógrafo está atento a formação dos seus desejos no campo social (Rolnik, 2016).

Destaco a seguir um dos fragmentos do Diário de Itinerância que muito introduz as dificuldades sofridas pela jovem na UEMA – Campus Caxias:

Levando em consideração as dificuldades que enfrentei enquanto cotista na UEMA, a que mais me marcou foi o preconceito sofrido, e que sofro por ser preta, já chegaram a falar para mim que as cotas não eram necessárias, que nos vitimizamos, que não deveria ter esse direito que eu não era melhor que os outros estudantes. Quando olham para mim, sinto como se tivessem jogando todo o preconceito, misturando com o ódio sobre mim, parece até que tentam fazer com que eu me sinta fora do meu lugar de direito, a cor fala muito, incomoda muito, e eu acho que não deveria ter tanto ódio

pelos negros, pelos estudantes cotistas, nos esforçamos diariamente para conseguir o mínimo, o respeito, mas sempre acham que estamos nos fazendo de vítimas quando na verdade, estou /estamos buscando nos encaixar em uma sociedade consumida pelo ódio e o preconceito (Mãos-Esforços, Diário de Itinerância, 2024).

A indiferença sentida por Mãos-Esforços pelo simples fato de existir numa pele não alva, reflete um racismo estrutural em que o corpo negro ainda não se desvencilhou do alvo de eliminação mesmo diante as democracias e direitos inventados. São efeitos de um sistema colonial muito articulado que reduziu corpos a uma questão de aparência, a raça, conforme os estudos políticos e filosóficos de Mbembe (2017, p. 11): “Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional”. Esse incômodo produzido foi motivo para coisificar, escravizar e provocar o genocídio de africanos na era do comércio racializado, ganhando profundidades e novas facetas quando corpos pretos passaram a desfilar livremente no período pós-abolição e não se permitia mais a teatralidade de violências explícitas de troncos, correntes e máscaras de silenciamento como etiqueta. Esse ódio apontado por Mãos-Esforços são gêrmens desse passado colonial, vívido no presente, em que camadas hegemônicas brancas e seus aliados alienados não suportam a ideia de corpos pretos ocupando espaços de poder e territórios mais dignos, pois a memória colonial anseia e espera vê-los fixados em papéis de subserviência e nos cantos invisibilizados consonantes aos discursos de inferiorização – logo, vivendo nas sombras.

Dito isso, corpos pretos na performance de cotista tensiona as relações de poder na universidade com mais intensidade, cujos efeitos são violências psicológicas explícitas que produzem subjetividades reprimidas e marcadas pela dor, levando esses corpos a se anular e procurar refúgios no campo do anonimato na maior parte das vezes, silenciando-se por conta do medo de serem descobertos e receberem represálias a mais do que é habitual e naturalizado. Isso foi percebido nos passos da cartografia documental das fichas de matrículas, quando percebi que a maioria dos cotistas não tinham informado o Sistema Especial 1 como forma de ingresso. Assim como noto na própria narrativa da jovem Mãos-Esforços, que viu a necessidade de omitir o Sistema de ingresso que usou para ingressar na UEMA – Campus Caxias, deixando escapar o medo da discriminação considerando um corpo tombado por experiências excludentes que marcaram a sua trajetória:

Assim que comecei a frequentar a UEMA, uma colega em uma conversa relacionada a prova da UEMA, me perguntou se eu tinha conseguido a bolsa pelo sistema de cotas ou na concorrência normal, e eu menti falei que tinha sido na concorrência normal, porque fiquei com receio, pois ainda estava com um sentimento de que só tinha

conseguido entrar na UEMA porque foi pelas cotas, pois haviam me falado anteriormente, que se eu tivesse entrado para a ampla concorrência eu não teria passado, eu fiquei com aquilo na cabeça, no outro dia eu fui conversar com ela, disse o que havia passado pela minha cabeça e falei a verdade, ela agiu de forma doce e disse que eu passei porque me esforcei, e que fez bem eu ter tentado a vaga para negros (Mãos-Esforços, Diário de Itinerância, 2024).

Identifico nos dizeres acima, os efeitos do dispositivo de racialidade em conjunto ao epistemicídio, como fomenta Carneiro (2023), capturando e incidindo o corpo de Mãos-Esforços. Em que a pressão do discurso da incapacidade cognitiva e intelectual atribuída ao negro por epistemologias hegemônicas, é internalizada e produz uma subjetividade versada na insegurança, intensificada quando estes adentram os níveis mais elevados da educação. Segundo a autora supracitada, o não acolhimento nos processos de inclusão é um dos fatores que potencializam essa insegurança introjetada, reiterando, ainda, “a ideia do não pertencimento à universidade, de que ali estão ‘fora do lugar’” (Carneiro, 2023, p. 116).

Continuo a me debruçar nos estudos de Carneiro (2023), quando esta aponta que essa insegurança possui nascente desde o período escolar escalonando à medida que os passos dos negros avançam, desse modo, é nas primeiras séries do ensino fundamental que existe um processo acumulativo de medos, dúvidas, incertezas; portanto, efeitos das interdições por tecnologias de poder do Estado. Mais uma vez, crio uma ponte dialógica entre esse aporte teórico e a narrativa oral de Mãos-Esforços na Socialização das Experiências, quando a jovem discorre as dificuldades que passara na Educação Básica quando esta residia no Quilombo Mandacaru dos Pretos no distrito de Matões - MA:

[...] as vezes paro para pensar o quanto que existe essa desigualdade de ensino, por exemplo, lá no interior tem essa dificuldade, hoje em dia melhorou mil por cento, mas quando eu estudava era bem complicado. Não tinha profissionais preparados para um ensino, tipo, eles só colocavam uma pessoa aleatória lá. Não tinha esse preparo da pessoa como hoje em dia. Você é professora de português, então você vai dá aula de português, você tem isso e isso aqui para ministrar para os alunos. Todo aquele preparo das cadernetas, toda aquela preocupação com o aluno. [...] então, como a gente não teve todo esse preparo como tem outras pessoas, por exemplo como essas pessoas que tem uma qualidade de vida melhor, uma condição melhor, pagar um profissional melhor, colocar uma escola privada ou até mesmo como muitas escolas aqui em Caxias, que mesmo pública é maravilhosa, tem todo esse preparo e professores qualificados. Então tem essa dificuldade dos negros (Mãos-Esforços, Socialização das Experiências, 2024).

Novamente o cenário da desigualdade educacional e a relação conflituosa dos negros no campo do saber-poder, são dados ressaltados e que escapam de mais uma narrativa, dessa vez tendo como peculiaridade ser um atravessamento excludente que incide em corpos quilombolas. Embora não seja objeto de discussão nessa pesquisa, é interessante discutir

considerando a sua natureza política possibilitando novas perspectivas para a seara das Políticas de Ações Afirmativas. Nesse sentido, a dificuldade experienciada pela jovem Mãos-Esforços é consonante ao fato das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola serem recentes e efetivada a passos lentos nos territórios de pertença desses corpos – embora tenha surgido em meados do seu período escolar. – Portanto, uma pista de um dos sintomas dos processos de colonização que anula a existência desses sujeitos históricos no território nacional pelo fato de serem culturas não-brancas e por prezar uma ética ancestral coletiva inversa a das camadas hegemônicas, logo, uma ameaça.

No caminho investigativo, destaco outro sintoma que é o da anulação colonial de corpos quilombolas, a partir do fato de apenas no ano de 2022 o Censo Demográfico realizar uma pesquisa deste grupo a níveis nacionais, regionais, estaduais e municipais, acompanhado de dados de alfabetização e analfabetismo. Desses dados, destaco o quanto é surpreendente a população quilombola residente no Brasil apresentar um quantitativo de 1.330,186 pessoas, correspondendo a um percentual de 0,66% da população. O Censo aponta ainda que o Nordeste é a Grande Região que apresenta maior concentração, correspondendo a 68,14% da população quilombola, sendo o Maranhão o segundo estado com maior quantitativo de quilombolas, equivalente a 269,168 pessoas. Nesse sentido, não são uma minoria, mas corpos minorizados; assim como não são ausentes e despercebidos, mas presentes em quase todo o território que entendemos por Brasil.

Apesar das asfixias estruturais do corpo-território quilombola, reconheçamos as vitórias no campo institucional na luta pelo reconhecimento de também sujeitos de direito. Para além das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola já mencionada anteriormente, é de conhecimento que a Constituição Federal de 1988 por meio do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece o direito dos quilombolas à terra e à propriedade que ocupam (BRASIL, 2023). O decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, compõe o tecido de avanços ao regularizar procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras dos sujeitos quilombolas. Recentemente, após a avaliação da Lei 12.711/12, que institui a política de cotas raciais nos institutos e universidades federais, que agora passa a ser Lei nº 14.723/2023, os quilombolas foram incluídos num processo de reconhecimento de grupos historicamente vulnerabilizados. Aliando essa última conquista no campo das políticas de ações afirmativas às pistas presentes na narrativa de Mãos-Esforços, nos provoca novos olhares para as futuras implementações da política de cotas raciais da UEMA-Campus Caxias, ao avistar a possibilidade de incluir corpos quilombolas no dispositivo legal da Lei 9.295/10 que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas, ainda

mais uma universidade situada num estado que se concentra o segundo maior quantitativo de pessoas quilombolas no país.

Ademais, ao levantar a questão da ausência das especificidades educacionais na comunidade que residia na época do período escolar, bem como a falta do próprio ensino de matérias base/regular, Mão-Esforços nos indica indícios da atuação de um dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) em pleno vigor que pelos vestígios não se trata de um passado encerrado, apesar de reconhecer ditas melhorias. Por conseguinte, é precípua destacar que a luta por pedagogias em respeito à especificidade étnico-racial do corpo-território quilombola, é insurgir por meio de um currículo que emergja do chão de suas realidades com vistas a preservação e afirmação de outros modos de vida com seus saberes e perspectivas epistemológicas comunitárias. Valorizando, desse modo, as heranças de quilombos enquanto espaço de resistência que, segundo estudos de Moura (2001), não se tratava de um simples campo de refúgio, mas uma sociedade alternativa livre e um campo de produção, portanto, uma imanência centrada na negação do escravismo e aversa aos valores ideológicos desse sistema que retirava as liberdades e inscrevia violências. Constituindo-se um movimento político, econômico, social, étnico-racial, produtor de subjetividades quilombolas insurgentes frente as relações colonizador-escravizado, que o autor supracitado intitula por “quilombagem”.

Retomo as discussões e pontuo que na construção analítica de Mãos-Esforços, percebo que existe uma dimensão coletiva muito presente no seu discurso, quando esta demonstra e reconhece direta ou indiretamente nas falas e grafias que a sua trajetória não é isolada, individualizada, pelo contrário, está sempre trazendo corpos de mesmo perfil e outros grupos vulnerabilizados para o seio da discussão e nos anseios por justiça. Esse vestígio que escapa das narrativas e performances da jovem, muito se confluem a ideia de que a vivência no sentido sankofa nos processos de resistência só terá uma potência ancestral se construída através de travessias coletivas, como proposto por Vaz e Ramos (2021, p. 31): “Nós precisamos tecer juntas e juntos; semear e colher coletivamente, para além das conquistas pessoais”. Nesse caminho discursivo, a jovem também enfatiza o quanto as políticas de cotas raciais é um importante dispositivo de inclusão para adentrar a universidade, assim como é uma possibilidade para melhores condições de vida e mobilidade social. Como esta tece no seu Diário:

[...] merecemos isso e que não somos vítimas, apenas estamos usando um sistema que nos ajudará a realizar nossos sonhos. Porque, se pararmos para fazer uma análise, a maioria dos negros, indígenas e quilombolas, não possuem a mesma oportunidade que as outras pessoas, o ensino as vezes é bem complicado, sem contar as dificuldades sofridas para receber o ensino que precisar, por ex.: os negros que moram em favelas,

interiores, áreas rurais, não tem o mesmo preparo que os jovens da cidade, por esse motivo as cotas ajudam, é uma oportunidade de ouro para todos nós jovens negros (Mãos-Esforços, Diário de Itinerância, 2024).

A dimensão coletiva que o corpo-território Mãos-Esforços expressa, confronta e promove cisões às formas coloniais de existência que o pensamento político-filosófico de Santos (2023) chama de movimento de contracolonialismo, logo, a jovem entende que a luta pelo direito de existir na universidade a partir das políticas de cotas raciais deve ser travada de mãos dadas confluindo micropolíticas dos subjugados. Enxergo esse posicionamento versado na perspectiva comunitária como um saber ancestral quilombola, tendo em vista que os quilombos possuíam um caráter plural quando agregava-se outras camadas excludentes para além de corpos negros fugidos das senzalas, portanto, um campo democrático como os escritos de Moura (2001) aponta:

Por outro lado, se o quilombo era o polo de negação mais radical daquilo que era institucional no regime escravista, era, também, um polarizador das camadas, grupos ou segmentos de oposição ao sistema: marginais, índios destribalizados, foragidos da justiça ou do serviço militar ou etnicamente excluídos como mamelucos, curibocas, mulatos e mesmo brancos pobres ou perseguidos por diversas razões. Esses excluídos que se reclusavam nos quilombos durante tudo o período da sua existência virão reforçar a postura de negação da quilombagem e configurar ainda mais o seu radicalismo. Com isto, configura-se no quilombo não apenas a radicalidade social e econômica, mas étnica também, pois a sua população será uma população diferenciada etnicamente sem que sobre essas diferenças se monte uma escala hierárquica que desse valor positivo (ou negativo) a cada conotação étnica, graduando os agentes sociais segundo a sua cor. Com isto, rompia-se o código senhorial que estabelecia a inferiorização da população não-branca em relação ao branco. Era o que poderíamos chamar de uma democracia racial, (Moura, 2001, p. 113).

Crio ainda conexões desse modo de pensar/agir numa coletividade que Mãos-Esforços manifesta, aos dados presentes nos relatos analisados por Carneiro (2023, p. 338), quando a autora diz: “o cuidado de si se realiza no cuidado com o outro, na busca coletiva por emancipação”. A construção desse modo de vida, pode estar ligado aos ensinamentos e a performance protetora de sua mãe, a quem fala com muito afeto e aponta está sempre presente em sua trajetória e na dos seus irmãos, até mesmo há longas distancias quando estes se deslocaram para Caxias-MA para melhores condições de estudos. À sua mãe atribui ainda a construção de um olhar valorativo de si: de amar o seu cabelo cacheado, a se orgulhar da sua cor, a enfatizar a sua beleza pouco falada e moída por apelidos racistas na infância, a ressaltar a sua potência e capacidade de trilhar caminhos íngremes numa sociedade racialmente construída.

A vivência amorosa proporcionada pela sua mãe, contribuiu para que Mãos-Esforços construísse uma tática de enfrentamento versada no amor enquanto ética no movimento por justiça social (Hooks, 2021), desse modo, não se deixou contaminar pela vitimização frente aos episódios de preconceito e por discursos de ódio. As palavras que justificam o lugar do corpo que fala da sua experiência e o sentido/sentimento atribuído a ele, muito traduz esse pensamento que construído na analítica da narrativa da jovem:

Escolhi a mão, pois considero que ela é um símbolo de esforço, o toque, tudo passa por ela, através dela eu consigo sentir as coisas, através dela eu consegui ter a capacidade de fazer minha inscrição, com ela eu escrevi a minha prova; ela transcreve aquilo que minha mente diz e o que meu coração sente, com ela eu consigo gesticular as minhas falas de defesa, quando tentam me reprimir, por isso eu a escolhi (Mãos-Esforços, Diário de Itinerância, 2024).

Diante do exposto, são palavras que muito saltam sobre o amor nos mostrando pistas de um antídoto para uma sociedade sentimentalmente adoecida, em um viés em que o amor é compreendido como uma força transformadora de vidas como Hooks (2021) nos provoca. Nos escritos da autora, esta aborda que o tema do amor não é muito visto ou sequer mencionado em debates públicos, pois, no imaginário popular se construiu a ideia de ser apenas do campo da fantasia e/ou um impeditivo de ações racionais e de seriedade, percebidos principalmente entre os jovens que se mostram relutantes em aderi-lo como ética nos movimentos de luta – diferentemente do que expressa Mãos-Esforços.

E quando falamos de amor no plano das resistências, Hooks (2021) discorre que é uma forma de confrontar um sistema sustentado pelo racismo, sexismo e, sobretudo, pelo patriarcado, cuja dominação masculina sobre corpos de mulheres e crianças é enfatizado como uma barreira para vivências no amor. Esse campo discursivo abre debates para as questões de gênero, quando a sociedade interpreta de maneira diferente quando homens e mulheres expressam o amor: o primeiro é detentor do conteúdo e levado a sério, enquanto a segunda é destrutada e rotulada como mal resolvida emocionalmente (Hooks, 2021). Desse modo, a ética do amor é um ato decolonial às formas rígidas de construir relações, mas aquela de fato praticado cotidianamente e que não fica presa apenas no mundo das ideias, em comédias românticas, em leituras de autoajudas, em contos de fadas. O amor que Hooks (2021) fala é o que devemos empregar como enfrentamento ao “amor romântico” mercantilizado criado pelo projeto de colonialidade como diz Sousa (2021), esse último inferioriza corpos não-brancos aos estabelecer um amor em padrões inalcançáveis possíveis apenas a corpos hegemônicos.

Enquanto a manifestação do amor é vista como fraqueza e irracionalidade, Mãos-Esforços o pratica como afirmação para continuar os seus trajetos, a partir do que aprendeu com sua mãe e nas suas experiências de dificuldades nos espaços educacionais, sobretudo na sua trajetória de jovem negra cotista na UEMA - Campus Caxias. Uma tarefa que escapa ter sido desafiadora com o racismo que sofreu e ainda sofre, quando o medo de ser descoberta cotista foi maior levando-a omitir a forma de ingresso, bem como a vida dura de ter que trabalhar nos turnos manhã e tarde para o sustento de si e dos irmãos, no entanto, o amor estava ali presente, de forma consciente e inconsciente sendo exercido, transformando a oficina tornando o momento leve apesar dos relatos pesados apresentados e reafirmando a sua trajetória de vida partilhando as narrativas.

A narrativa da jovem traz pistas ainda da sua acepção em relação as mãos para além do entendimento de matéria biológica, uma compreensão que se aproxima muito ao que Larrosa (2021) chama por “território de passagem”, ainda mais quando Mãos-Esforços atribui a este lugar do corpo o toque, os sentimentos, a ritmicidade com o que fala, a produção, portanto, um corpo-território compreendido como “uma superfície sensível que [...] produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (Larrosa, 2022, p. 25). Desse modo, todo esse rastro de inscrições faz jus ao “esforço” empregado e que marca a sua trajetória, em que se precisou fazer o dobro e o triplo de si para se incluir nos espaços públicos de direito e produzir um mínimo de realidade digna para si.

Segundo a esteira das reflexões desse pensamento, a sua criação de sentido para o que suas mãos representam, no que tange o seu movimento de transcrições da mente e coração, assim como a coragem de usá-la na inscrição no vestibular e tecer escrita na prova de seleção, nos revela ainda um ato político quando o movimento desse lugar do corpo possibilitou-a deslocar da posição de objeto para sujeito no plano das resistências, segundo o pensamento de Kilomba (2019). Logo, mãos que proporcionaram que esta reescrevesse a sua história e despissem da subjetividade imposta e versada na outridade.

### **4.3 Transversalização**

O cruzamento dos dados foi um dos momentos mais delicados do processo de análise, tendo em vista a precisão e a cautela que o pesquisador-cartógrafo precisa assumir para não cair no campo das representações, ainda mais quando estou diante de jovens negros cotistas que denunciam realidades colonializadas em suas trajetórias e “apontam o interdito que resistem às relações que os oprimem” (Silva, 2022, p. 237). Neste tópico, busco pontuar as confluências,

bifurcações e transversalidades com base nas narrativas individualmente analisadas. Trago ainda para a baila de discussão a narrativa de um docente da UEMA-Campus Caxias – identificado pelo heterônimo Cabelo-Poder – concedida por entrevista, contribuindo sobre o objeto de estudo que essa pesquisa se debruça. Uma sexta voz que não é de um jovem negro cotista, mas de um docente que tem na sua trajetória acadêmica de estudos o compromisso com as questões raciais e é um corpo negro atravessado por elas, contribuindo, assim, com a sua perspectiva institucional que muito dialoga com as narrativas dos jovens partícipes e com as pistas da cartografia documental.

Foi perceptível que a rejeição é um indício presente nas experiências de dificuldades que atravessa as trajetórias dos jovens pesquisados, portanto, uma confluência, que tem como alvo as inscrições de suas negritudes (a cor da pele e o cabelo) e/ou condição de ser cotista pelo critério racial. As suas narrativas nos revelam que a rejeição se manifesta de diferentes formas sendo mobilizadora de outras dificuldades mencionadas, como em episódios de indiferença, desprezo, inferioridade, preconceito, discriminação, que remetem a um racismo estrutural alimentado pela cultura do ódio que normaliza violências escancaradas e implícitas contra os corpos negros, reforçando, assim, as linhas de exclusão no acesso à universidade e nos processos de inclusão no interior desse espaço de poder. Essa pista identificada reafirma a mesma lógica dos negros após a sentença de “libertação” dos escravizados, que embora fosse criado o discurso salvacionista da forma de governo imperial pela mão da princesa, inaugura uma política de abandono público dos jovens negros, que como *homo sacer* (Agamben, 2004), foram impedidos de ser incluídos no convívio social comum e banidos para as periferias, e estereotipados de classe perigosa, vagabundos, vadios. O sapato, então, foi um importante dispositivo para conexões de pontos – como um Rizoma (Deleuze; Guattari, 2011) – entre os contextos do passado dos negros forros e o presente de negros cotistas, tendo em vista a luta de ambos para se incluir nos espaços públicos de direito.

Essa pista se conflui com a narrativa de Cabelo-Poder, que na posição de docente da UEMA-Campus Caxias identifica a existência de um medo por parte dos cotistas de serem descobertos levando-os a um silenciamento, compreensível quando nos deparamos com essas experiências de rejeição. Logo, responsabiliza a instituição pelo fato de não ter um setor voltado para as ações afirmativas que seriam fundamentais para divulgação do sistema de cotas durante o período de vestibular e gerar discussões sobre o tema no cotidiano acadêmico, ausências que impacta até no quantitativo de ingressantes pelo Sistema Especial 1. Dados que revelam uma exclusão pelas ausências de condições institucionais, um ponto que conflui com aquilo identificado nas minhas andanças mapeando o território e com a cartografia documental,

remetendo, desse modo, ao que Veiga-Neto (2011) chama de uma política de incluir para excluir.

[...] percebemos que poucas pessoas fazem uso desse sistema de inserção na universidade. Nota-se claramente pela quantidade de pessoas, que preferem fazer a concorrência mesmo que tenha todos os elementos característicos que concede a possibilidade de concorrer via cotas, muita gente prefere fazer ainda pela ampla concorrência [...]. A gente não tem por parte dos alunos uma abertura, a lógica da manifestação. Talvez seja aquilo que nós já entendemos, da universidade não fazer o movimento mais aberto para ampliar essa discussão: existe o sistema de cotas, existe as cotas, existe ações afirmativas para desenvolver ações em prol de uma igualdade, de uma equidade dentro da universidade. O que faz isso não ser uma realidade rotineira dentro do campus e talvez a coordenação fizesse esse papel nas propagandas, falta essa divulgação, acho que isso seja o aspecto que nos coloca num movimento meio que inerte em relação a essa compreensão. E aí, é claro, se esse movimento for feito no início, certamente teria ações mais acolhedoras dentro do campus, até mesmo para esses cotistas compreenderem (Cabelo-Orgulho, Entrevista, 2024).

Existe uma bifurcação entre as narrativas considerando que para os jovens de heterônimo Mãos-Raiva, Rosto-Sentimento, Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação e Mãos-Esforços, a rejeição contra os seus traços de negritude e o ser cotista se manifesta de maneira explícita nas relações com outros acadêmicos não-cotistas dentro da universidade. Já a narrativa de Cabelo-Orgulho nos mostra que as suas dinâmicas de sociabilidade não são contaminadas pela rejeição no interior da UEMA-Campus Caxias, seja pelo fato de ser cotista, seja pelo fato de ser negra. Entretanto, subentende que a rejeição foi presente na trajetória de Cabelo-Orgulho de passos anteriores a experiência de acadêmica, quando o seu cabelo foi alvo de apagamento ao ser imposta a prática de alisamento para corrigir a sua desvantagem racial, assim como cor da sua pele parda foi colocada no campo da dúvida se de fato pertencia a negritude.

A segunda dificuldade de inclusão identificada é uma ramificação da primeira supracitada, versada numa realidade de currículo inflexível, eurocêntrico e de ausência de práticas institucionais de letramento racial mais efetivas. Portanto, uma exclusão epistêmica, considerando os dizeres Veiga-Neto (2011, p. 109): “elas [políticas de inclusão] têm enfrentado dificuldades de ordem epistemológica ou mesmo prática, seja quando pretendem tratar de modo generalizante e indiferenciado as inúmeras identidades culturais que ‘povoam’ aquilo que se costuma denominar de ‘todo social’”. Para além disso, é expressando características de um racismo institucional que atravessa e conflui as trajetórias dos jovens negros cotistas pesquisados – sustentando, assim, a rejeição. – Esse tipo de racismo naturaliza as violências psicológicas, simbólicas e discriminatórias que atravessa as narrativas desses jovens, e se retroalimenta quando a política de cotas raciais não é pauta na agenda institucional da UEMA-Campus Caxias. Logo, numa realidade inversa, a mobilização para os processos de

implementação dessa política e a abertura do currículo para uma formação política racial do corpo estudantil, evitaria o estigma excludente sofrido pelos episódios explícitos de preconceito e discriminação, percebidos nas narrativas de Mãos-Raiva, Rosto-Sentimento, Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação e Mãos-Esforços.

A jovem Cabelo-Orgulho não se torna isenta dessa dificuldade, visto que os seus obstáculos de adaptação na universidade traduzem um dos efeitos do racismo institucional quando este abre um abismo para epistemologias não-brancas. Desvelo aqui a atuação do dispositivo de racialidade construído por Carneiro (2023), cujo tecido conceitual parte da concepção de dispositivo de Foucault (2023), que elenca um arranjo de elementos ditos e não-ditos que atuam sobre um campo de poder demarcando elementos heterogêneos e a relação de poder entre eles. Dentre os dispositivos que compõe o dispositivo de racialidade, destaco o “programa de uma instituição” como aquele que mais dialoga com a experiência de Cabelo-Orgulho e alimenta uma prática muda de exclusão. Ademais, essa dificuldade está entranhada não só no nível superior, mas também na educação básica, cuja narrativa da jovem supracitada em conjunto com as de Mãos-Raiva e Mãos-Esforços, mostram que o racismo institucional se manifesta nos desafios de travessia das margens do nível escolar para a universidade, em razão dos estudos do fundamental e médio não serem de qualidade, por não terem professores adequados que atendam as especificidades, conteúdos facultativos que são necessários para o vestibular e dentre outras problemáticas de sucateamento que não é de ordem natural, mas abandono estatal pelo fato de construírem uma gama de políticas no papel e não se preocupar com a sua materialização no campo real.

Esse pensamento é constatado na narrativa de Cabelo-Poder, ao pontuar quais cursos de licenciatura possui ou não um compromisso direto e/ou aproximado do letramento racial – algo que não deveria acontecer, pois, a existência de disciplinas pedagógicas que atravessa todos os cursos de licenciatura, bem como o fato de ser formação de estudantes que estarão aptos à formação humana de outros na pele de docentes, torna uma obrigatoriedade que todos os cursos assumam esse compromisso com o debate étnico-racial.

Nós temos um problema seríssimo que é currículo. Nós temos um currículo engessado dentro de uma prerrogativa que de maneira indireta estabelece como prioridade a formação de pessoas muito ligada aos elementos específicos que cada um consegue na sua natureza, por exemplo, matemática, química e física, eles vão por exemplo trabalhar elementos que estão dentro da sua matriz curricular. No caso, da História e Ciências Sociais, a gente nota que a matriz formativa curricular que compõe esses cursos eles já estão dentro do seu nascimento voltados para pensar elementos sociais, dimensões da rotina do sujeito [...]. É essa aproximação que a gente percebe nos cursos de História e Ciências Sociais com relação a essas temáticas, é por causa do próprio currículo, que firma um diálogo e brota dentro dele as necessidades reflexivas dentro

das nossas atividades, conteúdos, é inerente, essa interlocução com os sujeitos e nossas práticas (Cabelo-Orgulho, Entrevista, 2024).

Esses dizeres acima me leva a refletir ser uma dificuldade mais acentuada na realidade da jovem Cabelo-Orgulho por ser do curso de Enfermagem – embora não percebida por ela –, geralmente marcado pelo tecnicismo/instrumentalização em que discussões políticas não é muito o enfoque e um tanto nula na ementa dos componentes curriculares. Somado a isso, destaco o detalhe dela ser a única participante do curso bacharel que se interessou e se propôs a participar da pesquisa, enquanto os outros partícipes são do curso de Pedagogia, História e Geografia.

A ausência de um letramento racial mais efetivo e enfático no campo educacional institucionalizado, na universidade e principalmente nas escolas, acabou por produzir efeitos nos processos de formação da subjetividade negra em corpos pardos, delineando, assim, a terceira dificuldade que evidencio nesse estudo, que é uma confluência das experiências de Costas-Vergonha/Rosto-invalidação e Cabelo-Orgulho. A bifurcação se manifesta quando o grau de incidência dessa dificuldade se diferente entre esses jovens, enquanto um sente mais a dor do campo da dúvida e da indefinição, o “não lugar”, a outra sente a implicância atingi-la em um grau menor quando esta rebate a suspeição com a própria inscrição classificatória inventada pelo Estado para atestar a racialidade dos sujeitos, de quem é branco ou negro no Brasil – no caso, o cabelo. – Logo, esse embaralho e confusão nos processos de afirmação, é em virtude de um descompromisso do Estado com a população e apenas a atender interesses de uma camada privilegiada, majoritariamente branca, e quando conveio a implantação de projetos políticos de nacionalidade.

Essa dificuldade também atingiu os processos de afirmação do docente de heterônimo Cabelo-Poder, ao partilhar as experiências que mais o marcaram nos estudos relacionados a questões raciais:

Eu vim dentro de um processo, que aí eu acho que é ausência da universidade, até mesmo da formação inicial de muitos professores, da compreensão de ser uma pessoa preta ou parda numa dimensão política, ela foi muito ausente na minha vida. Então, eu chego no doutorado ainda tendo leituras muito rasas desses aspectos na minha vida, porém muito afetado pela forma que a sociedade fez ou faz leitura da minha trajetória, na autoidentificação, sobre a minha identidade. Então nunca tive uma discussão racial dentro dos meus trabalhos antes de entrar na universidade como professor efetivo, sempre fui tocado por outros aspectos que me afetavam, que era as questões de gênero. Só que quando cheguei aqui, percebi por uma estratégia de observar, nós não tínhamos uma discussão muito ampliada sobre isso [...]. Então comecei a desenvolver projetos de extensão que pudessem contemplar esses aspectos e que pudessem dialogar com a escola básica, nesse movimento estou há quase dez anos aqui, venho literalmente pela

via da extensão abrindo debate sobre questões de gênero, mas também fazendo equilíbrio com as questões raciais (Cabelo-Orgulho, Entrevista, 2024).

Diante disso, existe uma omissão do debate étnico-racial nas instituições organizadas e formalizadas pelo Estado, revelando, assim, um racismo institucional que atravessa todo o setor educacional. Em outra passagem da entrevista, é possível evidenciar a questão do pardo manifestada pelos cotistas supracitados se confluem também com a experiência de Cabelo-Poder no processo de tornar-se negro (Souza, 2021), quando este justifica o porquê da escolha e uso do heterônimo:

Estou num movimento de compreensão da minha identidade étnica a partir do meu cabelo. Eu acho que é a força de representatividade. O cabelo em mim ele talvez marque o meu corpo e ele crie uma identidade sobre quem eu sou. Porque não sei de onde veio esse movimento, mas venho sofrendo observações que vem me incomodando, tipo: “Ah você não é preto”, “Você não é negro”, “Você não é uma pessoa que esteja dentro desses estereótipos que caracterizam a população preta e parda que temos”. Aí eu penso que o cabelo... aliás, a cor para muitas pessoas é o elemento que reforça a condição de uma pessoa ser preta ou parda. Então, hoje as pessoas dizem que eu não me enquadrando nem como pessoa preta e nem como pessoa parda, porque eles entendem que me minha cor fala mais como uma pessoa branca e eu não concordo isso. Daí o movimento do cabelo seja o fator que me autorepresente e fale mais de mim numa representatividade enquanto uma pessoa preta ou parda. Claro, entendo perfeitamente que esses aspectos são físicos, temos elementos subjetivos que são muito mais fortes numa relação de ancestralidade, numa relação com a mãe África, eu entendo isso de uma maneira muito mais profunda, mas a gente entende isso e lida com o meio social que é estereotipado e categorizado (Cabelo-Orgulho, Entrevista, 2024).

A questão do pardo é mais do que uma subsequência de dificuldades, ela se mostra uma linha transversal da pesquisa, considerando que na seara das políticas de cotas raciais é um gargalo, um problema, quando em perspectivas analíticas de dados mais gerais e estudos acadêmicos como de Pereira Santos (2023) e Jesus (2021), essa política tenha mais atendido pardos em vez dos cotistas autodeclarados pretos, num processo que margeia o que entendemos por branqueamento das políticas de cotas raciais, produzindo novas subalternidades que atravessam corpos negros retintos. Entretanto, o presente estudo da Lei nº 9.295/10, que institui as cotas raciais para os cursos de graduação na UEMA – Campus Caxias, nos revela vestígios que direciona os nossos olhares para um processo de reversão desse contexto supracitado, quando o pardo aqui nesse território de pesquisa se mostra minoria e os pretos são a maioria – sobretudo nos cursos de Medicina e Enfermagem –, portanto, um movimento de contracorrente.

Isso se tornou mais evidente no cruzamento dos dados da cartografia documental, em específico o levantamento das fichas de matrícula dos cotistas, em que percebo que num universo de 74 jovens negros cotistas matriculados encontrados, 45 são autodeclarados pretos

e 19 são autodeclarados pardos – os 10 restantes desse universo são uma incógnita em virtude de alguns anos as fichas não ter um campo racial para preenchimento, logo, mesmo se fossem pardos não alcançaria o quantitativo de pretos. – Esse dado reverbera no contexto das dinâmicas de sociabilidade entre os próprios cotistas, percebidas através da narrativa do jovem Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação ao pontuar se sentir excluído. Nesse contexto, identifica-se ainda um ponto de intersecção, quando também reacende a problemática histórica da questão do pardo dentro da comunidade negra, versada em conflitos de desarticulações e ressentimentos entre os pares dessa identidade coletiva. Desse modo, a experiência desse jovem no mostra pistas de uma outra faceta da rejeição: a do plano interpessoal.

Na retomada do debate criando pontes dialógicas, é perceptível que a questão das classificações raciais não se trata de uma “falha” estatal na formação identitária, mas denuncia modos de subjetivação versado no aspecto de assujeitamento, denunciando o campo educacional como lócus ideal para esses processos, assim traduzindo o pensamento foucaultiano do saber-poder (Foucault, 2023) – o setor educacional seria um espaço de esclarecimentos, formação de classe e de consciência/letramento racial, evitando desarticulações identitárias. – Por isso a preocupação do Estado de distanciar corpos não-brancos da educação por meio do controle do acesso, a destituição do sujeito do conhecimento, a produção do sucateamento da qualidade de ensino e dentre outras manifestações de precarização. Visto que, se os subalternizados acessar esse campo saber-poder na sua política educacional de qualidade, contribuiria para uma consciência de si e fortaleceria o movimento de emancipação, tendo em vista que o poder pode ser exercido por todos da sociedade e não está preso a dimensão negativa e de opressão, muito menos uma propriedade absoluta da aparelhagem do Estado; está presente nas relações cotidianas entre corpos, sendo presença nos campos de resistência como discorre Foucault (1987) ao discutir sobre microfísica do poder:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (Foucault, 1987, p. 30).

Diante dos dizeres acima, percebo que a luta pelo direito à UEMA-Campus Caxias foi um modo de enfrentamento que conflui as experiências que compreende as trajetórias dos

jovens negros cotistas para insurgir das margens, dos campos de expurgo, da necropolítica que atravessa seus corpos. Logo, ingressar pelo Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas, que adapta as políticas de cotas raciais na UEMA, foi uma tática para acessar esse espaço de saber-poder e assim tornar-se sujeito de direito. Essa performance muito se aproxima àquilo que discorre Vaz e Ramos (2021) sobre as mulheres negras serem água infiltrada para desgastar e fraturar edifícios de alicerces racistas e sexistas, trago esse pensamento para a tática de “infiltração” performada por esses jovens negros cotistas na UEMA-Campus Caxias, “para que essa infiltração possa alcançar as camadas mais profundas do solo, minando sua densa estrutura por dentro, será preciso nos aquilombarmos [...]” (Vaz; Ramos, 2021, p. 207) para irromper todas as formas de rejeição pelo ser cotista e pelo ser negro, nas relações do institucional e do interpessoal.

Assim como o saber-poder é uma tática para se incluir, ela se mantém nos planos das resistências quando é uma tática para permanecer e superar os episódios de rejeição, percebidos, de forma explícita, nas trajetórias dos jovens Rosto-Sentimento e Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação. Estes a manifestam através do movimento de se aprofundar nos estudos científicos para construções políticas sobre cotas e raça, numa lógica de cuidado de si, para libertar-se da exclusão, dos silenciamentos, dos campos invisíveis e da dúvida das suas inteligências, bem como autodefesa frente aos ataques dentro do campus universitário.

Outra tática confluyente desses jovens negros cotistas, foi o reconhecimento e a afirmação identitária do ser negro nas suas trajetórias. Tornando-se mais perceptível nas narrativas de Rosto-Sentimento e Cabelo-Orgulho, quando é uma tática versada na estética da resistência em que uma recusa as formas de alisamento do cabelo e a outra abdica a ideia de plástica para modicar os traços afrodescendentes, desse modo, resistentes as mutilações da memória coletiva que padrões ideias versados no branco europeu impõem. Essa tática muito dialoga com a próxima identificada: o movimento de transformação da dor que marca o lugar do corpo escolhidos por cada um, em lugar da potência. Considerando que as inscrições do corpo negro são subtraídas a meros quesitos institucionais, isto é, a questões de aparências como diz Mbembe (2017). Um pensamento que se fundamenta quando nos deparamos com os processos de avaliação da banca examinadora do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas, por serem focados na verificação documental requerida nos editais do PAES e não abrir espaço para a escuta sensível dos candidatos à vaga por esse sistema, uma problemática que se potencializa quando a foto é fonte de análise para avaliar traços fenotípicos, um caminho perigoso no reforço de estereótipos e representação do negro.

Nesse viés, os jovens negros cotistas atribuírem um novo sentido político às mãos, ao rosto, às costas e ao cabelo, configura um movimento de “contra-inscrição”, quando estes também trazem histórias, coletividades, complexidades, força ancestral, coragem... são lugares transformados que traduzem o que o corpo negro pode na produção de realidades mais inclusivas. Um novo corpo-território negro é formado no campo de insurreição da UEMA – Campus Caxias. O movimento desses jovens traduz o eixo da transversalidade de Guattari (1981) ao irromper as formas rígidas dos processos de institucionalização e produzir o caos. São as linhas de fuga de um mapa rizomático como diria Deleuze e Guattari (2011), cujos devires não se encaixam mais numa lógica cartesiana e de reprodução.

No estudo transversal dos dados produzidos acerca das trajetórias de jovens negros cotistas da UEMA-Campus Caxias, a complexidade se fez presente quando evidencio que, embora as experiências dos partícipes da pesquisa que compreende suas trajetórias enquanto jovens negros cotistas da UEMA - Campus Caxias são constituídas no aspecto singular, única, particular, em que “duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência” (Larrosa, 2022, p. 32), as suas narrativas apresentaram pontos tão comuns e proximais nas dificuldades, nos modos de enfrentamentos e subjetivação, que se confunde entre si, no entanto, as singularidades se mantêm. Aparentemente um obstáculo, mas que na verdade dialogou com a pista do “plano comum” fomentada por Kastrup e Passos (2016), ao criar um vínculo de pertencimento e partilha até aqueles que participaram da oficina no formato individual – no caso, o plano comum aqui era o Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas da UEMA - Campus Caxias.

Outra pista que se apresentou não ser fugidio no estudo transversal, foi a impossibilidade de analisar somente uma categoria de prevalência nessa pesquisa, ou seja, isolar raça como única perpetuação na avenida das vulnerações e nada mais do que isso. Logo, como esperado nas hipóteses iniciais, notou-se que raça atravessa os outros demarcadores sociais da diferença como o gênero, classe e geração, que são outras categorias também acometidas por linhas opressivas e de sufocamento, configurando, desse modo, um plano de encruzilhadas, um “Atlântico como locus de opressões cruzadas” (Akotirene, 2019, p. 15). Aqui não foi diferente ao encontrar-me com falas e escritas que exigiram do meu olhar clínico a necessidade do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica na perspectiva de Vaz e Ramos (2021, p. 284), cujo enfoque “se contrapõe ao isolamento e à hierarquização dos grandes eixos de diferenciação [...], propondo uma análise da interação entre os diversos sistemas de opressão que operam a partir dessas relações na produção e reprodução de desigualdades”.

É interessante mencionar que esse dado se conflui com a trajetória de pesquisa de Cabelo-Poder, sobretudo nas atividades extensionistas desenvolvidas por esse docente nas escolas e sociedade no geral, quando este utiliza da interseccionalidade como caminho metodológico:

Um dos primeiros pontos que eu consegui fazer uma interlocução maior, foi quando comecei a trabalhar com o conceito dos demarcadores sociais da diferença. Porque aí eu conseguia fazer pela via da interseccionalidade, discutir as questões de gênero e as questões raciais dentro da educação básica através do ensino. Uma das primeiras práticas extensionistas para trabalhar os demarcadores sociais da diferença, através do cinema, levar os filmes para a escolar e debater essas questões na escola, num cronograma a gente conseguia bater na tecla racial. A partir disso nós conseguimos criar mais atividades [...] (Cabelo-Orgulho, Entrevista, 2024).

Nesse viés, uma analítica sob o olhar dos demarcadores interseccionais, identifico uma vulnerabilização acentuada nas quatro jovens mulheres negras cotistas, cujas narrativas trazem fortes traços de escrevivências, categoria conceitual que nas lentes de Evaristo (2020, p. 31) exprime “um ato de escrita das mulheres negras” que se apropriam “desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais”. Fazendo desse lugar, o da palavra grafada e da palavra proferida, também sua pertença, o seu direito de existir, onde partilham várias passagens de suas trajetórias em que souberam “erguer a voz” (Hooks, 2019) numa sociedade. Logo, é inevitável não ter percebido o quanto os corpos negros femininos mais retintos, como a Mãos-Raiva, Rosto-Sentimento e Mãos-Esforços, apresentaram realidades mais opressivas e de desautorização, asfixiando seus afetos e suas potencialidades.

São perspectivas analíticas de inclusão que não percebo na realidade institucional na aplicabilidade da Lei nº 9.295/10, sobretudo no cruzamento dos dados da observação e da cartografia documental e de narrativas dos jovens negros cotistas. Entende-se que o dispositivo legal se constitui um avanço no que tange o direito da juventude negra se incluir no espaço público, bem como necessário no movimento de reparação histórica, no entanto, é notável as limitações dessa política de cotas raciais em virtude da sua construção ser pautada no viés da concepção de justiça eurocêntrica e nela se engessar, (re)produzindo “decalques” como diria Deleuze e Guattari (2011). Esses decalques são percebidos desde a sua formulação unilateral e por um grupo seletivo, quando não tem a participação popular de docentes e discentes, apenas de figuras políticas. O (des)tratamento dos beneficiários do Sistema Especial 1, desde a porcentagem mínima de vagas reforçando a ideia de minoria no campo institucional, até a homogeneização de negros e indígenas numa espécie de campo residual, invisibilizando, ainda,

outros terrenos étnico-raciais de pardos de ascendência indígena e os quilombolas, como Costas-Vergonha/Rosto-Invalidação Mãos-Esforços. Além disso, as políticas de cotas raciais se basear muito mais na questão social do que necessariamente a inclusão desses corpos negros, a exemplo disso são as Políticas de Assistência Estudantil apresentadas no PDI apenas se pautar no critério socioeconômico, não mencionando nenhuma por critério racial, assim como também a Lei ser versada na combinação do critério raça com o de condição socioeconômica, traduzindo uma estratégia normativa que invisibiliza o problema histórico de desigualdades raciais, reduzindo-o somente ao fator classe, com vistas a escamotear o racismo e reforçar a falácia de sociedade racialmente democrática

Esses dados nos revelam que a Lei nº 9.295/10 não é justa nos processos de inclusão. O que nos provoca a pensar novas perspectiva de política de cotas raciais que seja pautada numa dimensão mais articuladora, que coletivize todas as vozes silenciadas das margens e suas epistemologias de pensar, produzir saberes e outros modos de vida. Nesse viés, aproximo-me da perspectiva de justiça pluriversal de Vaz e Ramos (2021) como possibilidade de desconstruir e reconstruir a política de cotas raciais em voga, considerando ser uma perspectiva que dialoga com a multiplicidade do corpo-território aqui estudado nessa pesquisa, já que as autoras também o compreende como um corpo-político e se fundamentam na ética ubuntu que “enxerga em cada ser humano uma totalidade indivisível, um policentro de humanidades em si mesmo” (Vaz; Ramos, 2021, p. 298).

Esse pensamento, é uma possibilidade de compreensão da nossa diversidade étnico-racial que não seja aos moldes do discurso da miscigenação imposta por tecnologias do Estado, versada na democracia racial e na falácia da mistura consensual de raças – que na verdade resultou em corpos negros marcados por dores coletivas arrastadas historicamente. – Outra passagem que faço ponte dialógica com a justiça pluriversal sob uma ética ubuntu, é que esta não se pauta no identitarismo, mas no combate a dissolução e redução das identidades em uma única, percebida por realidades colonializadas denunciadas nas narrativas dos jovens negros cotistas. Assim, seria um movimento para corrigir o fato das políticas de cotas raciais enquanto norma e os processos de classificação racial invisibilizar outras identidades em campos residuais, no não-dito.

## 5 PISTAS (IN)CONCLUSIVAS PARA NOVOS TRAJETOS

Concluir não quer dizer um fim. Assim como eu comecei esse tear sob um olhar cartográfico de um mapa aberto, com tocas, intervalos, interstícios, linhas políticas-filosóficas-íngremes-confluentes, sobretudo linhas de fuga, descanso os meus passos aqui com um convite para continuar esses estudos em novas travessias, com outras mãos. Portanto, pistas para novos trajetos. Um Fim-Começo. Onde não sou mais o mesmo de quando comecei. Mente, olhos, língua, mãos, pés.... um corpo diluído, em que fui convocado e até mesmo forçado a rachá-lo, quebrar os espelhos coloniais numa trama de desterritorialização que não se findou e desejo ser uma constante. Um processo de desaprender para construir uma ética para se pesquisar o objeto de estudo dessa dissertação, versada na trajetória de jovens negros cotistas da UEMA - Campus Caxias, entendendo a necessidade do pesquisador-cartógrafo se implicar, engajar e encarnar no ato de produzir ciência.

Percebemos que a Cartografia, enquanto método de pesquisa-intervenção, foi fundamental nesse trajeto de pesquisa pelo seu caráter decolonial, contracolonial e contra-hegemônico de conduzir passos por pistas e possibilitar modos inventivos de produzir conhecimento, uma insurgência no campo da ciência tendo em vista proporcionar um plano aberto, democrático e inclusivo no curso da investigação da Lei nº 9.295/10, que institui o Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas da UEMA – Campus Caxias, que compõe o sistema bipartido de ingresso do Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) . Ademais, a dimensão clínico política do método irrompeu as lógicas rígidas, representacionais e binárias na análise institucional, assim como também direcionou meu olhar não somente para a norma em si, mas, sobretudo, me fez enxergar o sujeito jovem negro cotista na sua completude, no plano da insurreição, na intersecção de raça, gênero, geração e classe, privilegiando o plano das experiências destes a partir da escuta sensível de suas narrativas escritas e orais. Dessa forma, tratando-os humanamente como deveria ser todas as pesquisas sobre as políticas de ações afirmativas de recorte racial na modalidade cotas.

O corpo como ponto de partida das discussões realizadas na construção desse trabalho de dissertação, demonstrou ser importante para compreendê-lo para além de dado biológico, reconhecendo-o como um corpo-político, corpo-inscrito, um corpo-território de incidência da política de cotas raciais. Nesse caminho, problematizou-se as contradições dos corpos quando a racialidade tem um aspecto político, semântico, estético, epistêmico, ontológico, produtora de saberes, poderes e subjetivação, situando-os e distribuindo-os em territórios colonizados

segundo as suas inscrições. Esse entendimento foi alicerce para apropriar-se dos conceitos que atravessa a seara das políticas de cotas e analisar a trajetória dos jovens negros cotistas que fizeram uso da Lei nº 9.295/10, bem como na leitura dos dados estatísticos mais gerais que apontou um percentual maior da população negra (pretos e pardos) em condições desfavoráveis de violências, homicídios, abordagens policiais, encarceramento em massa, mundo do trabalho e, principalmente, no campo educacional. Revelando, assim, os vários “cídios” que acompanha a trajetória dos corpos negros.

A partir disso, compreendemos que as relações de poder na UEMA – Campus Caxias expressam tensões históricas ligadas à presença do corpo negro nos espaços públicos e à resistência frente às formas de assujeitamento. Essa constatação se construiu, primeiramente, através da análise institucional por observação e cartografia documental, que trouxe pistas que evidenciaram que a Lei nº 9.295/10 é uma política de cotas raciais que inclui para excluir, quando não é pauta da agenda institucional, não tem um setor voltado para acompanhamento e promoção de condições de permanências dos cotistas, não apresenta uma política de assistência estudantil por critério racial, até mesmo o corpo textual do dispositivo legal é sucinto e pouco profundo nos seus quatro artigos sendo um descaso diante de um conteúdo histórico de luta de grupos vulnerabilizados. Configurando-se uma política de abandono e versada no viés de justiça eurocêntrica, percebida, principalmente, na combinação do critério raça com o de condição socioeconômica, o que enfraquece e subalterniza o teor radical do Movimento Negro.

As oficinas de produção de narrativas escritas e orais, com uso do Diário de Itinerância, foram intrínsecas na construção dessa analítica ao possibilitar trazer suas experiências enquanto jovens negros cotistas da UEMA – Campus Caxias e ressoar as suas vozes de resistência. Nessas oficinas, as técnicas “Caminho de volta” e “Sombras” produziu-se dados que dialogam com aqueles produzidos na análise institucional, quando esses partícipes trouxeram experiências de dor em suas trajetórias, revelando dificuldades no acesso à universidade e nos processos de inclusão no interior desse espaço de poder, em que a rejeição no campo institucional atravessa as cinco narrativas, costurada a indiferença, preconceitos e discriminação pela cor da pele e por serem cotistas por critério racial. Outras dificuldades foram identificadas, e expressam características de um racismo estrutural e institucional, silenciamento e exclusão epistêmica.

Reconhece-se, nesse contexto, a necessidade de um departamento institucional na UEMA-Campus Caxias voltado para o acompanhamento das vivências dos jovens negros cotistas, a fim de visibilizar as especificidades desses sujeitos de direito promovendo: apoio psicológico; identificando violações para formular respostas específicas e imediatas; promovendo a conscientização por meio de eventos acadêmicos, com abordagem nas cotas

raciais; flexibilizando currículos, tornando-os mais afrocentrados; dentre outras ações para transformar o espaço acadêmico inclusivo de fato.

Entretanto, esses jovens negros cotistas demonstraram não serem estáticos e passivos diante os obstáculos produzidos por um racismo multifacetado, assim como nossos irmãos e irmãs ancestrais construíram modos de enfrentamento a partir de táticas que exprimem um movimento de contrainscrição. O uso do Sistema Especial 1 de Reserva de Vagas configurou-se uma tática para insurgir dos territórios de desvantagem e se incluir em espaços públicos de direito, um movimento se confluí com a história do sapato dos negros forros. Outras táticas mencionadas possibilitam esses jovens resistirem através da afirmação identitária do ser negro, constituindo uma estética da resistência; do reconhecimento de sujeito de direito e do desempenho do rendimento acadêmico. Nesse caminho, transformaram lugares de dor do corpo em lugar de potência, percebidos, sobretudo, na técnica “Corpo Inscrito” em que escolheram os heterônimos para preservar suas identidades com base na combinação lugar do corpo/sentimento que mais falava de suas experiências enquanto cotistas. Combatendo, desse modo, os discursos de vitimização que são atribuídos aos corpos de negros cotistas. Ademais, esse movimento instituinte dos jovens negros confluíram com os de professores do curso de História e Ciências Sociais, que através das atividades acadêmicas, sobretudo as extensionistas, criaram uma rede de micropolíticas de resistência.

Ainda nas análises, sobretudo o estudo transversal, foi apontado a questão do pardo ser uma pista forte desse trabalho de dissertação, quando na leitura e cruzamento dos dados, os cotistas autodeclarados pretos são maioria e os autodeclarados pardos são minoria. Um movimento de contracorrente quando se compara a outros estudos que demonstram que a política de cotas favoreceu mais o pardo, levantando discussões para um branqueamento dessa política. Uma reversão, ainda mais quando se observa a concentração desses cotistas autodeclarados pretos nos cursos de Medicina e Enfermagem, evidenciando que o ingresso pelo Sistema Especial 1 torna-se uma importante tática de inclusão destes nesses cursos elitizados e um modo de enfrentamento das formas de interdição.

Diante dos resultados da pesquisa, esses jovens demonstraram que suas resistências nasceram de contextos desumanizados de passos anteriores e principalmente no seio da universidade, nos ensinando sobre coragem e o que o corpo negro pode na produção de novas realidades. Revelaram, ainda, pistas de facetas coloniais ainda presentes nas estruturas acadêmicas, e que a Lei nº 9.295/10 avança nos processos de reparação histórica, no entanto, outras subalternidades no processo de inclusão são criadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única / Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ALVAREZ, Johny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Silvia Tedesco. Porto Alegre: Sulina, 2016.

ANGELOU, Maya. Poesia completa. Tradução de Lubi Prates. Bauru: Astral Cultural, 2020

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior: Relatório Final da Pesquisa. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2019.

BARBOSA, Roldão Ribeiro. De escolas superiores e federação a universidade: uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994). 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo: UNISINOS, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7470>. Acesso em: 2 dez. 2023.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virginia. Cartografar é acompanhar processos. In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2020.

BARROS, Leticia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Pista da análise: o problema da análise e pesquisa cartográfica. In: Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Silvia Tedesco. Porto Alegre: Sulina, 2016.

BOAKARI, Francis Musa. Afrodescendência: educacando e valorizando histórias para humanizar povos. In: BOAKARI, Francis Musa (org.). Afrodescendência. 1. ed. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

BRUTA, Manuella. Não sou negra, não sou branca. Sou uma pessoa parda de ascendência indígena. In: A questão do pardo no Brasil. São Paulo: Cult Editora, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 14 ed. Rio de Janeiro; Zahar, 2023.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CÉSAR, Janaína Mariano; SILVA, Fabio Hebert da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Pista Quali-Quantitativa: O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. In: Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Silvia Tedesco. Porto Alegre: Sulina, 2016.

Daflon, Verônica Toste. Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro / Verônica Toste Daflon. – 2014.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista brasileira de educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

DELEUZE, Gilles. L'Île déserte e autres textes. Ed. preparada por David Lapoujade, Paris: Minuit, 2002.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Kafka: por uma literatura menor. Tradução: Cíntia Vieira da Silva; revisão da tradução Luiz B. L. Orlandi. 7. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. São Paulo: Escuta, 1998.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. 1998. 381f. 124 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 1998.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1976); tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica; tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

Gamboa, Silvio Sánchez. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. 3. ed. rev., atual. e ampl. [recurso eletrônico] / Silvio Sánchez Gamboa. -- Chapecó, SC : Argos, 2018.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUATTARI, Félix. Revolução Molecular. São Paulo, Brasiliense, 1981.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. Pertencimento: uma cultura do lugar. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

HORTA, Maria Del Mar Rubio. Educar em direitos humanos: compromisso com a vida. In: CANDAU, Vera (Org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 125-139.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação -Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LARROSA, Jorge. Tremores: escritos sobre experiência. Tradução: Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 6. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LIGEIRO, Isabela Rodrigues. Diálogos entre as sociologias das juventudes e vivências das juventudes negras. In: Juventudes brasileiras: questões contemporâneas. OLIVEIRA, Víctor Hugo Nedel; CASTILHO, Rosane (orgs.). Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2021, p. 221-240.

MACHADO, Vanessa. Lei de cotas no ensino superior e racismo institucional: conhecendo o trâmite legislativo da lei 12.711/2012. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2020.

MARANHÃO. Lei nº 9.295, de 17 de novembro de 2010. Disponível em: [https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/Lei-9295\\_Maranha%CC%83o.pdf](https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/Lei-9295_Maranha%CC%83o.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MORAES, Alan Jeffeson Lima de. A efetivação da política de cotas como estratégia de enfrentamento ao racismo. Curitiba: CRV, 2022.

MORAIS, Danilo de Souza de; RAMOS, Paulo César. Juventude negra na construção democrática brasileira do século XXI. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 5, n. 9, p. 107-125, 2013.

- MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: Os quilombos na dinâmica social do Brasil / Clóvis Moura (organizador). - Maceió: EDUFAL, 2001,
- MOURA, Matheus de. Entre o preto e o branco: as parditudes como ode à mestiçagem. In: A questão do pardo no Brasil. São Paulo: Cult Editora, 2024.
- NAJMANOVICH, Denise. O sujeito encarnado – questões para a pesquisa no/do cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NUNES, Antonio de Assis Cruz. O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afromaranhense. 2011. 212 p. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2020.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. Pista do Comum: Cartografar é traçar um plano comum. In: Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- PELBART, Peter Pal. O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento. Traduzido por John Laudenberger. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- PEREIRA SANTOS, Marina Santos. A universidade mudou de cor? Implementação das cotas e racismo institucional na UEMA. 189 p. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2023.
- PIEIDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; XAVIER, Wesley Silva. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. Revista Brasileira de Educação, v. 26, p. e260020, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- RACIONAIS MC'S. A vida é desafio. Participação de Afro-X. In: RACIONAIS MC'S. Nada como um dia após o outro dia [CD]. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. Faixa 12.
- RIOS, Flávia. O pardo foi e continua sendo a pedra de toque das nossas relações raciais. In: A questão do pardo no Brasil. São Paulo: Cult Editora, 2024.
- ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.
- ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RUFINO, Luiz. Vence-demanda: educação e descolonização. Mórula Editorial, 2021.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Direitos Humanos e as práticas de racismo [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos deputados, edições Câmara, 2013.

SANTOS, Adilson dos; SANTOS, Sales Augusto dos. 10 anos da Lei de Cotas livro eletrônico): conquistas e perspectivas / [organização] Denise Carreira, Rosana Heringer. -- Rio de Janeiro, RJ: Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022.

SILVA, Maria do Socorro Borges da Filosofia do chão: experiências e criações de professoras no educar em direitos humanos. Curitiba: Editorial Casa, 2022.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. Vida nua, Direitos Humanos e Educação em tempos de tanatopolítica. Research, Society and Development, v. 9, n. 8, p. e945986780-e945986780, 2020.

SILVA, Maria do Socorro Borges da; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; SILVA, Krícia de Sousa. Juventudes, comunidades periféricas, direitos humanos e educação. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, p. e6599109155-e6599109155, 2020.

SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Vivências constituintes: sujeitos desconstitucionalizados. Teresina: Avant Garde, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social; prefácios de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Sandro Soares de. Memória, cotidianidade e implicações: construindo o diário de itinerância na pesquisa. Círculo de cultura sociopoético: diálogos com Paulo Freire sempre! [recurso eletrônico] / Organizado por Hercilene Maria e Silva Costa, Shara Jane Holanda Costa Adad; Fabíola Barrocas Tavares...[et al.]. – Fortaleza: EdUECE, 2019.

Teixeira, Thiago. Decolonizar valores : ética e diferença / Thiago Teixeira. - 1.ed. - Salvador, BA : Devires, 2021.

UEMA. Histórico da Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em: <https://www.uema.br/historico/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

UNIVERSIDADE Estadual do Maranhão. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração Plano de Desenvolvimento Institucional (2021/2025). São Luís: [s. n.], 2022.

VAZ, Livia Sant' Anna; RAMOS, Chiara. A Justiça é uma mulher negra. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2021.

VAZ, Livia Sant'Anna. Cotas raciais. São Paulo: Jandaíra, 2022.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVERIA, Nicolas (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**ANEXOS**

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Prezado(a) Senhor (a)**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) de uma pesquisa denominada **“Política de Cotas Raciais e a trajetória de jovens negros cotistas na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Campus Caxias”**. Esta pesquisa está sob a responsabilidade do pesquisador Samuel José Lima de Carvalho, vinculado ao programa ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (PPGE/UFPI) e tem como objetivo geral: **Analisar a trajetória de jovens negros cotistas no ensino superior, a partir do Sistema Especial de Reserva de Vagas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias), destacando as suas dificuldades e modos enfrentamento e de subjetivação**; objetivos específicos: a) Analisar como a Lei nº 9.295/10 vem sendo discutida e implementada na UEMA – Campus Caxias; b) Compreender como ocorreu a inclusão da política de cotas na UEMA - Campus Caxias a partir das experiências dos jovens negros; c) Relacionar as dificuldades enfrentadas por jovens negros cotistas na sua trajetória no ensino superior; d) Identificar os modos de enfrentamento das dificuldades por jovens negros cotistas na trajetória do Ensino Superior e seus efeitos nos processos de subjetivação. Esta pesquisa possibilita aos participantes refletirem sobre as suas trajetórias enquanto jovem negro cotista, de como as experiências que os atravessaram contribuíram nos modos de enfrentamento e subjetivação levando-os a tornar-se sujeito de direito afirmados. A produção de dados a partir de suas narrativas serão cruciais para analisar os efeitos da Lei, como ela vem sendo consolidada desde o ano da sua publicação.

Neste sentido, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse termo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. **Após seu consentimento, assine todas as páginas e ao final desse documento que está em duas vias. O mesmo, também será assinado pelo pesquisador em todas as páginas, ficando uma via com você participante da pesquisa e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveite para esclarecer todas as dúvidas.** Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador responsável Samuel José Lima de Carvalho através do telefone: (99) 99978-0657; e do e-mail: [samuel.jose@ufpi.edu.br](mailto:samuel.jose@ufpi.edu.br). Se mesmo assim, as dúvidas ainda persistirem você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: [cep.ufpi@ufpi.edu.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.edu.br); no horário de atendimento ao público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Esclarecemos mais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Esclarecemos mais uma vez que sua participação é voluntária, caso decida não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento da pesquisa, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo e o (os) pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento.

A pesquisa justifica-se pela importância de que tal temática contribuirá para o acervo de estudos científicos relacionados aos efeitos da Políticas de Ações Afirmativas de recorte racial nas universidades públicas brasileiras, proporcionando reflexões e continuidade da pesquisa, sendo consistente um olhar cartográfico sobre a política de cotas a partir dos próprios jovens negros. Reforça-se a importância dessas políticas em possibilitar melhores perspectivas de vida aos beneficiários e estratégia significativa de enfrentamento do racismo institucional no processo histórico de exclusão da população jovem negra presentes no ingresso ao ensino superior.

Para sua realização serão utilizadas duas oficinas: 1) apresentação e constituição do grupo-participante, pretende-se aqui apresentar a proposta de pesquisa, assinaturas desse TCLE e criar uma relação de confiança entre pesquisador e participantes; 2) oficina de experiência e criação, na qual ocorrerá a produção de dados a partir das narrativas do grupo-participante, utilizando-se de dispositivos fotográficos e literários, somados a instrumentos de pesquisa, como a observação, entrevistas semiestruturadas e o Diário de Itinerância para os participantes fazerem registro de seus relatos; tudo será gravado por sistema de áudio e vídeo para posterior transcrição e análise.

Esclareço que esta pesquisa acarreta os seguintes riscos ligados as condições emocionais dos mesmos na ocasião das oficinas de produção de dados, visto que acessarão memórias quando partilharem suas experiências das suas trajetórias enquanto cotistas, que podem estar relacionadas algo desagradável, de abalos e constrangimentos. No entanto, caso isso aconteça, terá todo o auxílio dialógico do pesquisador responsável, pausas, atendimento psicológico ou, se necessário, desistências.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas, eventos científicos e/ou livros) e os pesquisadores se comprometem a manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. E você terá livre acesso as todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, bem como lhe é garantido acesso a seus resultados.

Esclareço ainda que você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de sua participação neste estudo você poderá ser indenizado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como lhe será garantido a assistência integral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA HUMANA**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.**



Após os devidos esclarecimentos e estando ciente de acordo com os que me foi exposto, eu \_\_\_\_\_ declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

**Preencher quando necessário**

- ( ) Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos;  
 ( ) Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.  
 ( ) Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação;

TERESINA-PI, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

**Assinatura do Participante**

---

**Pesquisador Responsável:**  
 Samuel José Lima de Carvalho  
 CPF: 615.778.403-21

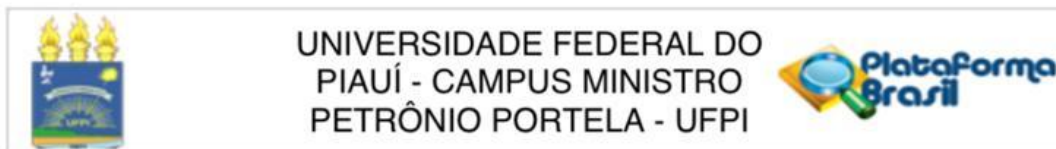
---

**Professora Orientadora:**  
 Profa. Dra. Maria do Socorro Borges da Silva.  
 CPF: 504.965.063-15

**Observações complementares**

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a Ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa - UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga - Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI, horário de atendimento de segunda a sexta feira, manhã e tarde (das 8:00h as 12:00h e das 14h as 18h). tel.: (86) 3237-2332 - email: [cep.ufpi@ufpi.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.br) ou entra em contato ainda com o pesquisador responsável, Samuel José Lima de Carvalho, endereço: Rua João Viana, 1841, Bairro João Viana, Caxias - MA. Telefone: (99) 99978-0657. E-mail: [samuel.jose@ufpi.edu.br](mailto:samuel.jose@ufpi.edu.br).

## ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** POLÍTICA DE COTAS RACIAS E A TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS COTISTAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO e UEMA CAMPUS CAXIAS.

**Pesquisador:** SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 78845424.1.0000.5214

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Piauí - UFPI

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.941.306

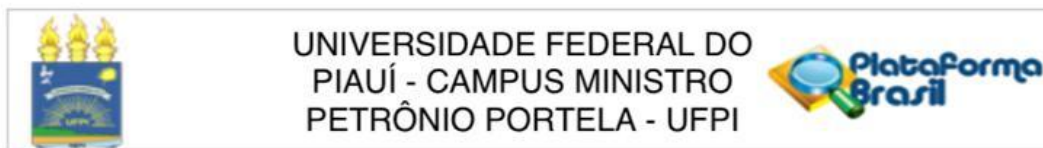
**Apresentação do Projeto:**

Este parecer refere-se à análise de resposta às pendências, emitidas pelo CEP/UFPI no parecer número 6.822.092, em 13/05/2024. Trata-se de projeto de pesquisa intitulado "POLÍTICA DE COTAS RACIAS E A TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGROS COTISTAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO e UEMA CAMPUS CAXIAS", que tem como pesquisador responsável SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO e como pesquisadora assistente MARIA DO SOCORRO BORGES DA SILVA.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o pesquisador apresenta como justificativa: e A pesquisa justifica-se pela importância de que tal temática contribuirá para o acervo de estudos científicos relacionados aos efeitos da Políticas de Ações Afirmativas de recorte racial nas universidades públicas brasileiras, proporcionando reflexões e continuidade da pesquisa, sendo consistente um olhar cartográfico sobre a política de cotas a partir dos próprios jovens negros. Reforça-se a importância dessas políticas em possibilitar melhores perspectivas de vida aos beneficiários e estratégia significativa de enfrentamento do racismo institucional no processo histórico de exclusão da população jovem negra presentes no ingresso ao ensino superior e.

Nas Informações Básicas, é indicada a utilização da seguinte metodologia: e A investigação do tema na fase campo só terá continuidade mediante a assinatura da carta de aceite pelo diretório gestor responsável dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA-Campus Caxias) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do

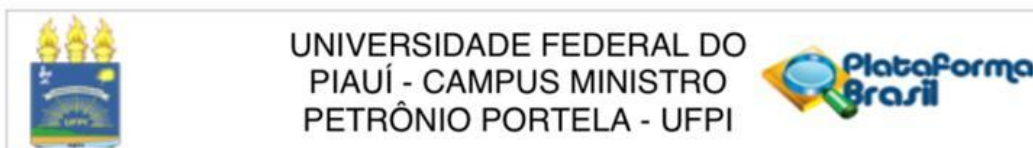
**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.941.306

Piauí, obedecendo o que dispõe as suas orientações. A pesquisa no território acontecerá em dois momentos que serão descritos a seguir, no qual, para mapeamento da realidade do território, dos participantes dentro dos parâmetros de critérios de inclusão e das oficinas, será utilizado o Diário de Itinerância. Esse tipo de Diário, de acordo com Barros e Kastrup (2020), trata-se de um importante instrumento de pesquisa para relatos de informações precisas das atividades realizadas no campo, como o dia, o tipo, os envolvidos, descrição detalhada, bem como para captar as inquietações, reflexões e contradições do campo dos afetos; é um elemento fundamental gerador de textos para os resultados da pesquisa. O primeiro momento será o da pesquisa documental em arquivos físicos e virtuais. Essa pesquisa será crucial para um levantamento dos editais do PAES 2012 até o presente ano, para analisar como vêm ocorrendo as adaptações curriculares e o material teórico produzido ao longo da construção da política de cotas na instituição; compreender a distribuição de vagas dentre os cursos de licenciatura e bacharéis ofertados; e relacionar a ocupação de vagas pelos ingressantes do Sistema Universal e os autodeclarados negros pelos Sistema Especial 1. O segundo momento será o das oficinas cartográficas de experiência e criação, divididas da seguinte forma: 1) apresentação e constituição do grupo-participante; 2) produção de narrativas. Na primeira oficina, pretende-se criar uma relação dialógica e de confiança entre pesquisador e participantes da pesquisa. Começando por uma apresentação formal detalhada da proposta de pesquisa, descrevendo o tema, o problema, os objetivos, a relevância científica, o método e seus procedimentos, apontamento de riscos e benefícios da pesquisa, a possibilidade de desistência dos mesmos. Será informado ainda que os dados produzidos serão divulgados em artigos científicos e na dissertação de mestrado do pesquisador, salientando que as identidades dos participantes serão mantidas em sigilo. Posteriormente, será entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as respectivas assinaturas dos participantes como exigência do Conselho de Ética da Pesquisa. Ainda nessa oficina, estes irão criar um nome para identificar o grupo e escolherão, individualmente, heterônimos para preservar as suas identidades na produção de dados. Para além do anonimato, o uso de heterônimos os deixará mais à vontade para expressar as suas falas e emoções. Na segunda oficina será a produção de dados a partir das narrativas criadas por meio do uso de um dispositivo artístico, a fim desses estudantes partilharem as experiências que vivenciaram ou vivenciam nas suas trajetórias enquanto jovem negro cotista, desvelando as dificuldades e os modos de enfrentamento e subjetivação. Para essa oficina serão utilizados, ainda, dispositivos fotográficos e literários, somados a instrumentos de pesquisa, como a observação, entrevistas

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.941.306

semiestruturadas e o Diário de Itinerância, para os participantes fazerem registro de seus relatos.

Em relação às características dos informantes, o pesquisador informa apenas: "Tendo em vista que A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias) possui 12 cursos de graduação, distribuídos em 10 licenciaturas e 2 bacharéis, será escolhido um aluno de cada curso para participar dessa pesquisa". Não há detalhamento sobre como o recrutamento será realizado.

São indicados os seguintes critérios de inclusão: "Ser jovem autodeclarado negro no Sistema Especial 1 do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior (PAES), que estejam cursando a graduação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias), nos cursos de licenciatura e bacharel, ou que sejam egressos da instituição; e que aceitam a participar da pesquisa".

São indicados os seguintes critérios de exclusão: "Não ser jovem, não ser autodeclarado negro no Sistema Especial 1 do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior (PAES), que não estejam cursando graduação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias) ou que não sejam egressos da instituição; e que não aceita a participar da pesquisa".

Foi estabelecida para a pesquisa uma amostra de 12 participantes.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

O pesquisador aponta como objetivos da pesquisa:

Objetivo Primário: "Analisar a trajetória de jovens negros cotistas no ensino superior, a partir do Sistema Especial de Reserva de Vagas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias), destacando as suas dificuldades, modos enfrentamento e de subjetivação".

Objetivos Secundários: "a) Analisar como a Lei nº 9.295/10, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas, vem sendo discutida e implementada na UEMA - Campus Caxias; b) Compreender como ocorreu a inclusão da política de cotas na UEMA - Campus Caxias a partir dos jovens negros; c) Relacionar as dificuldades enfrentadas por jovens negros cotistas na sua trajetória no ensino superior; d) Identificar os modos de enfrentamento das dificuldades por jovens negros cotistas na trajetória do Ensino Superior e seus efeitos nos processos de subjetivação".

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

O pesquisador aponta como riscos da pesquisa, retirados do TCLE: "Esclareço que esta

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO  
PETRÔNIO PORTELA - UFPI



Continuação do Parecer: 6.941.306

pesquisa acarreta os seguintes riscos ligados as condições emocionais dos mesmos na ocasião das oficinas de produção de dados, visto que acessarão memórias quando partilharem suas experiências das suas trajetórias enquanto cotistas, que podem estar relacionadas algo desagradável, de abalos e constrangimentos. No entanto, caso isso aconteça, terá todo o auxílio dialógico do pesquisador responsável, pausas, atendimento psicológico ou, se necessário, desistências.

São apontados os seguintes benefícios, retirados do TCLE: Esta pesquisa possibilita aos participantes refletirem sobre as suas trajetórias enquanto jovem negro cotista, de como as experiências que os atravessaram contribuíram nos modos de enfrentamento e subjetivação levando-os a tornar-se sujeito de direito afirmados. A produção de dados a partir de suas narrativas serão cruciais para analisar os efeitos da Lei, como ela vem sendo consolidada desde o ano da sua publicação.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

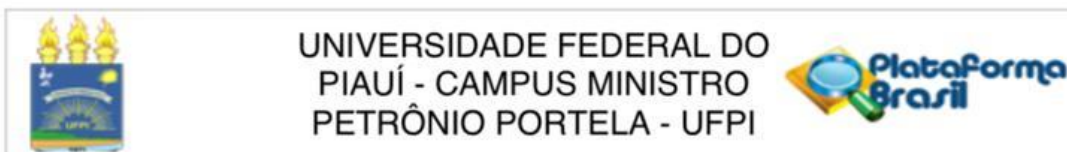
Percebe-se a atenção do pesquisador no que concerne à situação de vulnerabilidade inerente à condição do participante fazendo-se necessárias, entretanto, alterações para que os informantes sejam respeitados em sua individualidade e tenham protegidas as suas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e espiritual.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram anexados os seguintes documentos:

- Folha de rosto: Encontra-se datada e assinada pelo pesquisador responsável e pelo coordenador do programa ao qual é vinculado;
- Carta de encaminhamento: Está devidamente assinada pelo pesquisador responsável e pela pesquisadora assistente;
- Projeto de pesquisa completo: Está devidamente anexado ao projeto.;
- TCLE: O título está igual ao apresentado no projeto; há informação de que serão assinadas duas vias; anumeração está correta; está redigido em linguagem clara e acessível; estão presentes os dados do CEP da UFPI, com endereço, telefone, horário de atendimento; está presente o número de telefone, mas não o email do pesquisador responsável; as assinaturas do TCLE não estão em página separada do restante do texto; apresenta o objetivo; a justificativa está presente no TCLE; os procedimentos metodológicos que se referem especificamente à participação do convidado estão devidamente detalhados; estão informados os riscos para os participantes; estão indicadas as formas de contornar os riscos para os participantes; os

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.941.306

benefícios estão informados; os riscos e benefícios estão redigidos no TCLE da mesma maneira que no Projeto; está informada a garantia de acesso aos resultados; está informada a garantia de liberdade de participação; está informada a garantia da manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes; está explicitada a garantia do ressarcimento de despesas e de indenização diante de danos.

- Autorização institucional (Carta de Anuência): Foi apresentada autorização institucional da diretora docampus onde será realizada a pesquisa.
- Declaração dos Pesquisadores: Está presente.
- Currículo Lattes: Estão presentes os Currículos atualizados do pesquisador responsável e da pesquisadoraassistente;
- Instrumento de coleta: Foram apresentados instrumentos de coleta de dados adequados.
- Cronograma: O cronograma indica o período de submissão ao CEP e de início da coleta de dados, respeitando 3 meses entre essas etapas.;
- Orçamento: o orçamento está com informações semelhantes nos documentos em que aparece.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

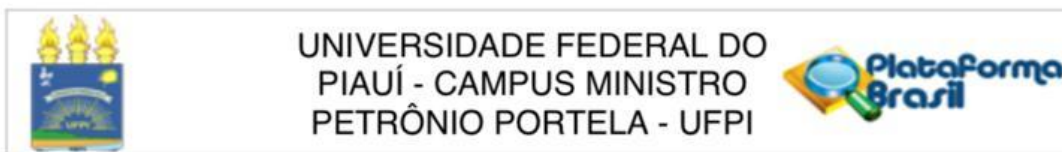
Na versão anterior, existia a seguinte lista de pendências:

1 - Descrever como serão recrutados os participantes da pesquisa. Como serão contatados os alunos egressos dos cursos pesquisados? Por email? Por telefone? Por abordagem direta? No caso de email ou telefone, como serão obtidos os contatos? No caso de abordagem direta, como ela será propiciada?

Análise do CEP: Pendência sanada. O pesquisador agora informa que "A identificação desses participantes ocorrerá institucionalmente a partir da pesquisa documental de fichas de matrícula onde se dispõe os meios de contato telefônico e de endereço eletrônico de e-mail, encontradas no setor de registros e controle acadêmico da universidade. Nessas vias de comunicação será feita uma breve apresentação do pesquisador, do que se trata a pesquisa e a aceitabilidade destes em participar".

2 - Considerando que será escolhido apenas um aluno ou ex-aluno de cada curso, se mais de uma pessoa se encaixar nos critérios de inclusão, quais critérios adicionais serão utilizados

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.941.306

para escolha dos informantes.

Análise do CEP: Pendência sanada. O pesquisador agora informa: "Considerando que serão escolhidos 1 aluno por cada curso, para os possíveis casos de aparecer uma quantidade superior ao estipulado, serão aplicados os seguintes critérios de exclusão: 1) não ser cursante; 2) autodeclarado negro que se define da cor parda; 3) que não seja residente de bairros periféricos de acentuada vulnerabilidade".

3 - No TCLE está presente o telefone do pesquisador responsável, mas não o email. Sugere-se acrescentá-lo como forma de ampliar as formas de contato para o participante.

Análise do CEP: Pendência sanada. O email foi acrescentado.

Realizada a análise da documentação anexada e não tendo sido constatadas outras inadequações, o protocolo de pesquisa encontra-se apto para aprovação.

Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. Os relatórios compreendem meio de acompanhamento pelos CEP, assim como outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". Os modelos de relatórios que devem ser utilizados encontram-se disponíveis na homepage do CEP/UFPI (<https://www.ufpi.br/orientacoes-cep>).

Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP, como EMENDA. Deve-se aguardar parecer favorável do CEP antes de efetuar a/s modificação/ões.

Justificar fundamentadamente, caso haja necessidade de interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

O Comitê de Ética em Pesquisa não analisa aspectos referentes a direitos de propriedade intelectual e ao uso de criações protegidas por esses direitos. Recomenda-se que qualquer consulta que envolva matéria de propriedade intelectual seja encaminhada diretamente pelo pesquisador ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Unidade.

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 6.941.306

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2312734.pdf	17/06/2024 14:44:51		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_SAMUEL_ESSE.pdf	17/06/2024 14:44:27	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Samuel.pdf	17/06/2024 14:44:12	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2312734.pdf	25/05/2024 11:52:32		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_SAMUEL_ESSE.pdf	25/05/2024 11:48:20	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_SAMUEL_ESSE.pdf	25/05/2024 11:48:20	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Postado
Cronograma	Cronograma_Samuel.pdf	01/04/2024 16:49:56	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Samuel.pdf	01/04/2024 16:23:54	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_PROJETO_ASSINADA.pdf	01/04/2024 16:13:03	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Curriculo_lattes_Orientadora_Assistente.pdf	28/03/2024 18:37:24	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Coleta_de_dados_Samuel.pdf	28/03/2024 17:46:02	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_SAMUEL.pdf	28/03/2024 17:44:51	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.pdf	28/03/2024 17:40:17	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.pdf	28/03/2024 17:39:06	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_Samuel.pdf	28/03/2024 17:37:43	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_do_Pesquisador.pdf	28/03/2024 17:36:53	SAMUEL JOSE LIMA DE CARVALHO	Aceito
Declaração de	Carta_de_Anuencia.pdf	28/03/2024	SAMUEL JOSE LIMA	Aceito

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO  
PETRÔNIO PORTELA - UFPI



Continuação do Parecer: 6.941.306

Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Anuencia.pdf	17:36:03	DE CARVALHO	Aceito
------------------------------	-----------------------	----------	-------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

TERESINA, 10 de Julho de 2024

---

**Assinado por:**  
**Emidio Marques de Matos Neto**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, sala do CEP UFPI (Bloco da Pró-Reitoria de Administração -  
**Bairro:** Ininga **CEP:** 64.049-550  
**UF:** PI **Município:** TERESINA  
**Telefone:** (86)2222-4824 **Fax:** (86)2222-4824 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br